



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO ACADÊMICO

**UM PERCURSO SOBRE O PATRIMÔNIO
E A MORFOLOGIA URBANA DO
CENTRO DE FORTALEZA-CE**

GÉRSICA VASCONCELOS GOES

NATAL/2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO ACADÊMICO

GÉRSICA VASCONCELOS GOES

UM PERCURSO SOBRE O PATRIMÔNIO E A MORFOLOGIA URBANA DO
CENTRO DE FORTALEZA-CE

NATAL- RN

2015

GÉRSICA VASCONCELOS GOES

UM PERCURSO SOBRE O PATRIMÔNIO E A MORFOLOGIA URBANA
DO CENTRO DE FORTALEZA-CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. José Clewton do Nascimento

NATAL/RN

2015

FICHA CATALOGRAFICA

GÉRSICA VASCONCELOS GOES

**UM PERCURSO SOBRE O PATRIMÔNIO E A MORFOLOGIA
URBANA DO CENTRO DE FORTALEZA-CE**

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa de HISTÓRIA DA ARQUITETURA, DO URBANISMO E DO TERRITÓRIO, com foco na história e morfologia urbana de áreas patrimoniais, dentro da área de concentração de Urbanização, Projetos e Políticas Físico-Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. José Clewton do Nascimento

Aprovada em: 10 de abril de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Clewton do Nascimento – PPGAU – UFRN
(Orientador)

Prof. Dr. George Alexandre Ferreira Dantas – PPGAU – UFRN
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Clóvis Ramiro Jucá Neto (DAU/UFC)
(Examinador Externo)

NATAL/RN

2015

Aos meus maiores companheiros de percurso,
meus pais Glória e Gerval, que me ensinaram
a acreditar nas metas e a alcançá-las.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Clóvis Ramiro Jucá Neto, José Clewton do Nascimento, George Dantas, Natália Miranda e Ricardo Paiva pelo empenho, dedicação e contribuição ao tema da preservação do patrimônio cultural; compartilhando acerca dos diversos debates e pesquisas desta área de estudo, além de serem entusiastas da profissão de docente, contagiando a nós discentes, para trilharmos esses passos. Um agradecimento, em especial, ao meu orientador Prof. Clewton, por ter-me acompanhado em todo processo de forma exímia e prestativa, sempre apontando para novos olhares, aprimorando meus conhecimentos como arquiteta e pesquisadora.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU-UFRN) por ter concedido a oportunidade em realizar esta pesquisa, tendo seus funcionários sempre de forma solícita me auxiliado nas atividades requeridas durante esses dois anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesquisa no Ensino Superior (CAPES) por ter concedido recursos que possibilitaram minha dedicação exclusiva aos estudos, contribuindo para o meu amadurecimento profissional e pessoal.

Aos amigos cearenses e potiguares (natos ou de coração) que acompanharam essa jornada de perto, que sempre me alegram a cada reencontro e que nos unimos nesse momento tão especial de encerramento de um ciclo. Obrigada a todos!

Encerro com um agradecimento em especial à minha família (incluindo a de coração), que me apoiaram incondicionalmente no alcance desse objetivo. Muito obrigada aos meus pais Gerval e Glória, meu irmão George, minha tia Lêda e Thiago, meu companheiro, por todo o incentivo emocional, profissional e logístico nessa empreitada. Conseguimos!

“À medida que se circula, a cidade é nos revelada; não toda de uma vez, mas com coerência.”

Gordon Cullen

RESUMO

A incursão sobre a área histórica do central de Fortaleza apresenta reminiscências de um acervo patrimonial passível de reconhecimento como patrimônio edificado da cidade, tanto em aspectos arquitetônicos quanto urbanísticos. O bairro tem em seu tecido urbano uma síntese das diversas fases da arquitetura brasileira materializada em seu traçado e nos bens edificados. Essa composição abrange principalmente a produção eclética, perpassando pelo momento do *art déco* e inclui o período da produção moderna. O presente trabalho visa identificar no acervo patrimonial existente, as temporalidades e espacialidades que possibilitam remontar a história da forma urbana do bairro. Utilizando-se do aporte teórico-metodológico da morfologia urbana de autores como Aldo Rossi (1966), Gordon Cullen (1971), José Lamas (1990), Kevin Lynch (1960), e Philippe Panerai (1999) foi permitido, em um percurso predefinido, tecer parte da memória urbana fortalezense. O estudo histórico-morfológico percorre através da análise sequenciada os subconjuntos articulados formados pela rede de praças do bairro: Praça José de Alencar, Praça Capistrano de Abreu (Lagoinha), Praça Clóvis Beviláquia, Praça do Carmo, Praça Murilo Borges (BNB), Praça Coração de Jesus, Parque das Crianças, Praça do Riacho Pajeú, Praça dos Voluntários (Polícia), Praça do Ferreira, Praça Waldemar Falcão (Correios), Praça General Tibúrcio (Leões), Praça Figueira de Melo, Bosque Dom Delgado (Pajeú), Praça Cristo Redentor, Praça Caio Prado (Sé), Praça dos Mártires (Passeio Público), e Praça Castro Carreira (Estação). Setorizou-se o bairro com base nesse sistema de praças, pois se percebe que há nesses espaços públicos um trajeto que contempla uma parcela da história urbana fortalezense. Além de que em seu entorno, há uma maior concentração de bens patrimoniais em relação aos demais setores do bairro em que a descaracterização é uma imperativa do conjunto urbano. Visando apreender essa rede de espaços públicos contidas na área estudada foram propostos dois percursos baseados nos limites da cidade de 1875 delineados por Adolfo Herbster (Planta da cidade da Fortaleza). O trajeto se inicia pelas conhecidas *boulevards* (avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel) e pela orla marítima. O estudo é pautado na análise bibliográfica, documental e empírica, sendo composto por uma sobreposição de mapas, acervo fotográfico e desenhos que ratificam esse acervo patrimonial tanto arquitetônico quanto urbanístico na contemporaneidade. Dentre os resultados obtidos, observou-se que diante de um quadro atual da perda do *locus* da noção de aglomerado histórico-cultural, as praças expressam os redutos da ambiência patrimonial que por ventura resistem na morfologia urbana da Capital cearense.

Palavras-chave: Patrimônio cultural edificado. Morfologia urbana. Centro da cidade de Fortaleza.

ABSTRACT

The incursion into the historical area from Fortaleza's downtown presents reminiscences of a heritage collection that can be recognized as city built heritage, in architectural and urban aspects. The neighborhood has in its urban tracing a synthesis of the various phases from the Brazilian architecture materialized in its tracing and built goods. This composition mainly covers the eclectic production, passing the time of *art déco*, including the period of modern production. This paper aims to identify the existing heritage collection. This study aims to identify the existing net assets, the temporality and spatiality that allow to recreate the neighborhood's form urban history. Based on the theoretical and methodological support of the urban morphology urban of authors such as Aldo Rossi (1966), Gordon Cullen (1971), José Lamas (1990), Kevin Lynch (1960), and Philippe Panerai (1999) was allowed on a predefined route, to build part of urban memory of Fortaleza. The historical and morphological study runs through a sequenced analysis developed on the articulated subsets, formed by the network neighborhood squares: Praça José de Alencar, Praça Capistrano de Abreu (Lagoinha), Praça Clóvis Beviláquia, Praça do Carmo, Praça Murilo Borges (BNB), Praça Coração de Jesus, Parque das Crianças, Praça do Riacho Pajeú, Praça dos Voluntários (Polícia), Praça do Ferreira, Praça Waldemar Falcão (Correios), Praça General Tibúrcio (Leões), Praça Figueira de Melo, Bosque Dom Delgado (Pajeú), Praça Cristo Redentor, Praça Caio Prado (Sé), Praça dos Mártires (Passeio Público), e Praça Castro Carreira (Estação). Separated the neighborhood based on this square system because it is perceived that there is in these public spaces a path which includes a portion of the urban history of Fortaleza. In addition to this there is a higher concentration of goods in its area in relation to others sectors of the neighborhood, where the loss of the characterization is an imperative of the urban set. In order to find this network of public spaces contained in the study area were proposed two routes based on the city limits of 1875 established by Adolfo Herbster (Fortaleza's city plan). The path starts by known boulevards (Imperador, Duque de Caxias and Dom Manuel avenues) and the seafront. The study is grounded in the literature review, document and empirical theme, consisting of an overlay of maps, drawings and photographic collection that ratify this net assets as both architectural urban nowadays. Among the results, it was observed that before a current context of loss of *locus* of the concept of historical-cultural agglomerated, the squares express the strongholds of equity ambience that perhaps stand in urban morphology of the capital from Ceará.

Keyword: Built Cultural Heritage. Urban morphology. Fortaleza's downtown.

SUMÁRIO

PARTE I

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	Contextualização.....	19
1.2	Problemática.....	21
1.3	Objetivos.....	26
1.4	Justificativa.....	26
1.5	Procedimentos metodológicos.....	27
1.6	Estrutura.....	28
2	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	29
2.1	Desdobramentos das questões do patrimônio cultural no Brasil.....	30
2.2	A trajetória do patrimônio cultural no Ceará.....	41
2.2.1	<i>A formação do território cearense.....</i>	42
3	A CIDADE COMO ARQUITETURA: MORFOLOGIA URBANA.....	46

PARTE II

4	FORTALEZA E SEUS PERCURSOS: UM BAIRRO, UM MARCO E UM CENTRO.....	59
4.1	As ações institucionais aplicadas ao centro histórico de Fortaleza.....	76
4.1.1	<i>As responsabilidades do Governo Federal com o centro histórico de Fortaleza.....</i>	79
4.1.2	<i>O Governo do Estado do Ceará e o patrimônio cultural material no centro histórico de Fortaleza.....</i>	82
4.1.3	<i>O papel da Prefeitura de Fortaleza na salvaguarda do patrimônio cultural material no centro histórico.....</i>	83
4.2	O percurso.....	86
4.2.1	<i>Percurso 1: Avenida do Imperador (Praça José de Alencar – Praça dos Leões).....</i>	90
4.2.2	<i>Percurso 2: Corredor Cultural (Praça dos Leões – Praça José de Alencar).....</i>	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
	REFERÊNCIAS.....	215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fotografia do Teatro da Ribeira dos Icós por Rescala.....	42
Figura 2- Planta da Villa de Fortaleza (1818)	60
Figura 3 - Exercício de espacialização da “Planta da Villa de Fortaleza (1818)” no tecido contemporâneo.....	61
Figura 4 - Planta da cidade de Fortaleza (1856).....	62
Figura 5 - Exercício de espacialização da “Planta da cidade de Fortaleza (1856)” no tecido contemporâneo.....	63
Figuras 6 e 7 - Mercado Público e Praça do Ferreira no período do final do século XIX e início do século XX.....	64
Figura 8 - Planta da cidade da Fortaleza (1875).....	66
Figura 9 - Exercício de espacialização da “Planta da cidade de Fortaleza (1875)” no tecido contemporâneo.....	68
Figura 10 - Planta da cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará (1888).	69
Figura 11 - Exercício de espacialização da “Planta da cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará (1888)” no tecido contemporâneo.	70
Figura 12 - Uma das pranchas do “Plano Diretor da Cidade de Fortaleza” de Hélio Modesto – 1963, indicando as intervenções a serem executadas no Centro	73
Figura 13 - Ampliação do circuito de pedestres na 3ª etapa no PLANDIRF	75
Figura 14 - Bens tombados na área central de Fortaleza.....	77
Figura 15 - Mapa com as poligonais de entorno da área central de Fortaleza	79
Figura 16 - Mapa com a área do PACCH.....	80
Figura 17 - Mapa com área pré-delimitada para o Sítio Histórico de Fortaleza.	82
Figura 18 - Projeto vencedor para a remodelação das praças José de Alencar e Lagoinha	85
Figura 19 - Percursos delimitados para o estudo dos valores patrimoniais no Centro.....	88
Figura 20 - Praça José de Alencar no Mapa dos Percursos	90
Figura 21- Praça José de Alencar e entorno	92
Figuras 22, 23 e 24 - Análise sequencial do TJA	93

Figuras 25 e 26 - Relação do TJA com o entorno nos dias atuais e antes da reforma dos anos 1973	94
Figuras 27, 28 e 19 - Análise sequencial no entorno do TJA, na imagem tem o teatro (Centro), a Antiga Escola Normal a direita e o <i>Lord Hotel</i> ao fundo	95
Figuras 30 e 31 - Entorno ao norte da Praça José de Alencar com a Igreja do Patrocínio e o CSJA.....	95
Figura 32 - Praça da Lagoinha no Mapa dos Percursos	96
Figura 33 - Vista da Praça da Lagoinha para a Praça José de Alencar.....	97
Figura 34 - Praça da Lagoinha nas primeiras décadas do século XX.....	98
Figura 35 - Praça da Lagoinha e entorno.....	99
Figuras 36, 37 e 38 - Análise sequencial Hospital César Cals.	100
Figura 39 e 40 - Análise sequencial da Casa Thomaz Pompeu.....	101
Figura 41 e 42 - Análise sequencial na Avenida do Imperador.....	102
Figura 43 - <i>Boulevard</i> do Livramento	103
Figura 44 - Análise sequencial na Avenida Duque de Caxias.....	104
Figuras 45, 46, 47 e 48 - Análise sequencial na Avenida Duque de Caxias/ Edifício Jalcy Almeida à época de sua inauguração.....	105
Figura 49 - Praça da Bandeira no Mapa dos Percursos	106
Figura 50 - Praça de Pelotas com as Caixas D'água ao fundo	107
Figuras 51, 52, 53 e 54 - Análise sequencial em direção a Praça da Bandeira/ Antiga Rádio Uirapuru.....	107
Figura 55 - Praça da Bandeira e entorno.	109
Figuras 56, 57, 58 e 59 - Análise sequencial da Faculdade de Direito.....	110
Figura 60 - Análise sequencial da Casa do Barão de Camocim.....	111
Figura 63 - Análise sequencial das Caixas d'água do Benfica.....	112
Figuras 65, 66 e 67 - Conjunto edificado na Avenida da Universidade.....	113
Figuras 68, 69 e 70 - Análise sequencial IJF	115
Figuras 71, 72, 73 e 74 -Análise sequencial na Avenida Duque de Caxias/ Agência Central do Banco do Brasil/ Mulher rendeira de Corbiniano Lins	116-117

Figura 75 - Praça do Carmo no Mapa dos Percursos.	117
Figura 76 - Estátua Nossa Senhora da Paz	118
Figura 77 - Praça do Carmo e entorno.....	120
Figuras 78, 79 e 80 - Análise sequencial da Igreja do Carmo	121
Figuras 81 e 82 - Análise sequencial do Palacete Jeremias Arruda	122
Figura 83 - Palacete no início do século XX	122
Figuras 84 e 85 - Análise sequencial da porção sul da Praça do Carmo	123
Figura 86 - Antiga sede do Colégio Farias Brito.....	123
Figura 87 - Sede do Colégio Ari de Sá.....	123
Figura 88 - Praça do BNB no Mapa dos Percursos	124
Figura 89 - Edifício do BNB rompe com a ortogonalidade e se destaca na paisagem urbana	124
Figura 90 - Praça do BNB e entorno	125
Figuras 91, 92, 93 e 94 - Análise sequencial no Edifício Raul Barbosa.	126
Figura 95 - Praça Coração de Jesus e Cidade da Criança no Mapa dos Percursos	127
Figuras 96 e 97 - Análise sequencial da Praça Coração de Jesus.....	128
Figura 98 - Igreja Coração de Jesus na feição original.....	128
Figura 99 - Praça Coração de Jesus e Cidade da Criança entorno.	130
Figuras 100, 101 e 102 - Análise sequenciada na porção meridional da Praça Coração de Jesus	131
Figura 103 - Colégio Marista Cearense.....	132
Figura 104 - Bloco mais contemporâneo do complexo do Colégio Marista Cearense.	132
Figura 105 – Entrada da Cidade da Criança	133
Figuras 106, 107 e 108 - O Parque da Liberdade em dois momentos na primeira metade do século XX e na contemporaneidade.	134-135
Figura 109 - Conjunto eclético na porção a oeste da Cidade da Criança.	136
Figura 110 – Porção leste da Cidade da Criança	136
Figuras 111, 112, 113 e 114 - Análise sequenciada no Parque da Liberdade.	137

Figuras 115 e 116 - Edifício Murilo Borges.....	138
Figura 117 – Praça do Riacho Pajeú no Mapa dos Percursos	138
Figura 118 - Praça do Riacho Pajeú e entorno.	140
Figuras 119, 120, 121, 122, 123 e 124 - Análise sequenciada do Parque Pajeú a Avenida Dom Manuel.....	141
Figuras 125, 126, 127 e 128 - Análise sequenciada do Palácio Iracema e Praça dos Voluntários	142-143
Figura 129 - Praça da Polícia no Mapa dos Percursos.	143
Figura 130 - Praça dos Voluntários e entorno.	145
Figuras 131 e 132 - Rua do Rosário com barreiras e como via pedonal.	146
Figuras 133 e 134 - Análise sequencial da sede da Polícia Civil	147
Figuras 135, 136, 137 e 138 - Análise sequencial Praça do Ferreira	147
Figura 139- Praça do Ferreira no Mapa dos Percursos.....	148
Figuras 140 e 141- Momentos distintos da Praça do Ferreira	148
Figura 142 - Praça do Ferreira e entorno.....	150
Figura 143 - Praça do Ferreira e entorno com a diversidade de estilos arquitetônicos.	151
Figura 144 - Rua Guilherme Rocha (via de pedestres) e a Praça do Ferreira (ao fundo).....	153
Figuras 145 e 146 - Análise sequencial do Cine São Luiz	153
Figura 147 - Hotel Excelsior à época de sua construção	154
Figuras 148 e 149 - Análise sequencial na atualidade.....	154
Figuras 150 e 151 - Análise sequenciada do Hotel Savannah e Edifício Sul América.	155
Figuras 152 e 153 - Análise sequenciada do Palacete Ceará.....	156
Figuras 154 e 155 - Análise sequenciada em direção à Praça dos Correios.....	156
Figura 156 - Praça dos Correios no Mapa dos Percursos	157
Figura 157 - Praça dos Correios e entorno.	159
Figura 158 - Palácio do Comércio	160
Figuras 159 e 160 - Análise sequencial da agência do Banco do Brasil	161
Figura 162 - Imagem à época de sua inauguração.....	161

Figuras 163, 164 e 165 - Análise sequencial do Banco Frota Gentil a partir de imagens históricas.....	162
Figura 166 - Comparação das fachadas entre as duas agências bancárias (ecclética e déco) .	162
Figura 167 - Banco Frota Gentil na contemporaneidade.....	162
Figuras 168 e 169 - Análise sequencial da agência dos correios.....	163
Figura 170 - O percurso da Praça dos Correios segue em direção ao Museu Ceará e à Praça dos Leões (ao fundo)	164
Figura 171 - Antiga Assembleia Legislativa	165
Figura 172 - Praça dos Leões no Mapa dos Percursos	165
Figuras 173 e 174 – Praça dos Leões na Fortaleza no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.	166
Figuras 175 e 176 - Pormenores na Praça dos Leões	167
Figura 177 - Praça dos Leões e entorno.	168
Figuras 178, 179 e 180 - Análise sequencial da Igreja do Rosário e Palácio da Luz.....	169
Figura 181 - Praça dos Leões e entorno.	170
Figura 182 - Edifício General Tibúrcio	171
Figuras 183 e 184 - Escadarias da Praça dos Leões e percurso em direção ao segundo trajeto	171
Figuras 185 e 186 - Percurso sequencial em direção ao conjunto modernista	171
Figuras 187 e 188 – Análise sequencial em direção à Praça Figueira de Melo	173
Figura 189 - Praça Figueira de Melo no Mapa dos Percursos.....	174
Figura 190 - Praça Figueira de Melo e entorno.	175
Figuras 191, 192, 193 e 194 - Análise sequenciada do Colégio Justiniano de Serpa.....	176
Figuras 195 e 196 - Análise sequenciada do Colégio da Imaculada Conceição	177
Figuras 197 e 198 – Análise sequenciada da Igreja do Pequeno Grande	177
Figuras 199 e 200 - Percurso em direção ao Bosque Dom Delgado.	178
Figura 201 - Bosque Dom Delgado inserido no Mapa dos Percursos.....	178
Figuras 202 e 203 - Curso pela Rua São José pontuado pela Catedral e o Palácio do Bispo.	179
Figuras 204 e 205-Palácio do Bispo e sua relação de aproximação com a Sé	180

Figura 206 - Vista do Palácio do Bispo para a Sé.	180
Figura 207 - Bosque Dom Delgado e entorno.	181
Figuras 208, 209, 210, 211 e 212 – Aproximação com a Coluna/Praça do Cristo Redentor	182-183
Figura 212 - Praça do Cristo Redentor inserida no Mapa dos Percursos	183
Figura 213 - Praça do Cristo Redentor e entorno	184
Figuras 214 e 215 - Análise sequencial para o Teatro São José.....	185
Figuras 216 e 217 - Análise sequencial para a Igreja da Conceição da Prainha e Seminário	186
Figuras 218, 219, 220 e 221- Análise sequencial para o Dragão do Mar e Biblioteca Pública..	186-187
Figuras 222 e 223 - Análise sequencial para a Praça Caio Prado e os elementos do entorno (Sé e Palacete Avenida Central)	188
Figura 224 - Praça Caio Prado inserida no Mapa dos Percursos.....	189
Figura 225 - Vista da Antiga Sé a partir da Praça Caio Prado	190
Figura 226 - Relação da Sé com o Cemitério São João Batista	192
Figuras 227, 228 e 229 - Catedral como edifício-barreira e entorno.....	193
Figuras 230, 231 e 232 - Percurso em direção ao Corredor Cultura e a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção em primeiro plano.	193-194
Figuras 233 e 234 - Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção	194
Figuras 235 e 236 - Percurso em direção ao Corredor Cultural se aproximando do Passeio Público.....	195
Figura 237 - Passeio Público inserido no Mapa dos Percursos.	195
Figuras 238, 239, 240 e 241 - Passeio Público no final do século XIX e início XX	197
Figura 242 - Passeio Público na atualidade.....	198
Figura 243 - Vista para a orla a partir do Passeio.....	198
Figura 244 - Passeio Público e entorno.	199
Figuras 245 e 246 - Antigo Hotel do Norte	200
Figuras 247, 248 e 249 - Aproximação com a Associação Comercial.....	201

Figuras 250 e 251 - Aproximação com a Santa Casa	202
Figuras 252, 253, 254 e 255 - Percurso pelo Corredor Cultural e a Antiga Casa Cadeia Pública.	202-203
Figura 256 e 257 - Percurso em direção a Praça da Estação	203
Figura 258 - Praça da Estação inserida no Mapa dos Percursos.	203
Figura 259 - Praça da Estação e entorno	205
Figuras 260 e 261- Análise sequencial da Estação João Felipe	206
Figura 262 - Estação no período da Fortaleza dos primórdios.	206
Figuras 263 e 264 - Análise sequencial dos Antigos galpões da RFFSA.....	207
Figuras 265, 266, 267 e 268 - Análise sequencial em direção à Praça José de Alencar e ao edifício da Associação Beneficente do Pessoal da rede de Viação Cearense	208
Figuras 269, 270, 271 e 272 - Análise sequencial em direção à Praça José de Alencar.	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quadro de bens patrimoniais reconhecidos institucionalmente na área central de Fortaleza	78
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEREST	Centro de Referência da Saúde do Trabalhador
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
CSJA	Centro de Saúde José de Alencar
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DCE-UFC	Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará
DCT	Departamento dos Correios e Telégrafos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FATECI	Faculdade de Tecnologia Intensiva
FCPC	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
FIC	Faculdade Integrada do Ceará
FUNCET	Fundação de Cultura, Esporte e Turismo
FUNCI	Fundação da Criança e da Família Cidadã
IC	Instituto do Ceará - histórico, geográfico e antropológico
IJF	Instituto Doutor José Frota
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN-CE	Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ceará
IPM	Instituto de Previdência do Município
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
METROFOR	Metrô de Fortaleza (Metrofor)
ONG	Organização Não Governamental
PACCH	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PDPFOR	Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PLANDIRF	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza
PLANEFOR	Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza

PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
RFSA	Rede Ferroviária Federal
SBPEFB	Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Ceará
SEFIN	Secretaria de Finanças
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SPHAN	Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional
TJA	Theatro José de Alencar
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEPH	Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A partir da década de 1930, a temática acerca da proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro passa a ser tratada sob o aspecto institucional e em 1934, a Constituição brasileira estabeleceu a preservação do patrimônio nacional como uma das metas do governo.

Sob os auspícios da elite intelectual brasileira e aliado ao pensamento do Estado acerca da formação do espírito da Nação (fortalecimento da visão de unidade do País), em 1937 é fundado o Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional (SPHAN), tornando-se o órgão federal responsável pela salvaguarda do acervo patrimonial brasileiro. Ressalta-se que aliada à criação do SPHAN, houve também um avanço nos aspectos da legislação, com a promulgação do Decreto-lei nº25/1937, que trata sobre o tombamento de bens federais. Logo, uma das primeiras ações da instituição foi dar início ao processo de tombamento do conjunto histórico de algumas cidades mineiras.

Nessa conjuntura que o Brasil se encontrava em que se buscava o reconhecimento e a valorização do que se acreditava ser genuinamente da cultura nacional, a arquitetura colonial foi considerada a “verdadeira” herança patrimonial do País e o que não contemplava esse caráter estava à margem do processo de preservação.

A abrangência no quadro de bens patrimoniais passa por mudanças a partir dos anos de 1950 devido à pressão por transformações gerada pela crescente industrialização, que incidia geralmente sobre as áreas históricas. Todavia, somente na década de 1980, por meio de debates e pesquisas a respeito do tema, novos programas governamentais de proteção surgiram e o conceito de patrimônio foi ampliado passando a ser entendido como todo o conjunto representativo da história do lugar. A cidade histórica, por conseguinte, se tornou compreendida como “Documento”, expandindo a visão de “Monumento”. O termo “Documento” é defendido por Sant’anna (2004) explicitando sobre o valor patrimonial que nesse contexto passou a abranger documentos das transformações históricas, sociais e econômicas responsáveis pela produção do espaço.

É nesse sentido que a questão da preservação do patrimônio cearense passa a ser enfrentada no âmbito federal. A partir da última década do século XX, cidades que participaram da formação territorial do Estado são salvaguardadas como conjuntos urbanos históricos, ou seja, a importância memorial dessas cidades tornou-se reconhecida

nacionalmente. Participam desse quadro, as cidades cearenses de Aracati (2000), Icó (1997), Sobral (1999) e Viçosa do Ceará (2003).

A Capital do Estado, Fortaleza, não foi a princípio contemplada no rol de cidades representativas para preservação patrimonial, haja vista que não se enquadrava no conjunto de cidades relacionadas ao processo pecuarista (binômio gado-algodão). Os conjuntos urbanos que foram protegidos, como por exemplo, as cidades de Aracati, Icó e Sobral estavam inseridas nesse contexto econômico. A quarta cidade, Viçosa do Ceará, não participava desse ciclo do gado, mas há em seu sítio vestígios da presença das missões jesuíticas, fator que corroborou com a conformação espacial do território cearense.

Fortaleza, apesar de ser o centro administrativo da Capitania, possuía pouca importância socioeconômica no período. O processo de hegemonia da urbe como o principal núcleo político-administrativo e econômico cearense e, por conseguinte, com rebatimento no espaço urbano, foi iniciado em meados do século XIX e consolidado na segunda metade do referido século. Esse fenômeno da consolidação de ser centro hegemônico do Ceará teve como uma das principais causas, a centralização do escoamento da produção para o mercado externo e a independência de Pernambuco na última década do século XVIII, que tornou necessário equipar a cidade com a infraestrutura compatível para o controle.

A Capital teve um expressivo desenvolvimento socioeconômico, através da mudança do panorama da economia cearense, antes predominantemente pecuarista (concentrada nas vilas que detinham o controle dessa produção), passando por uma transformação considerável com o desenvolvimento da cultura algodoeira que era exportada pelo porto de Fortaleza.

Esse crescimento econômico teve um rebatimento na forma urbana da cidade. Surgem equipamentos urbanos compatíveis com o novo *status*. Praças e obras arquitetônicas foram construídas em seu território, a (re) construção de novas ruas e estradas, o bonde elétrico, a rede de telefonia (representando a materialização do processo de modernidade vivenciado pela Capital cearense).

Neste sentido, identifica-se um maior investimento de capital na estrutura urbana da cidade condizentes com sua condição hegemônica. Neste período, foram construídos equipamentos urbanos tais como Santa Casa de Misericórdia (1861), Cadeia Pública (1866), Assembleia Legislativa (1871), Estação de Fortaleza da Estrada de Ferro de Baturité (1880), Escola Normal (1884), Passeio Público (década de 1880 – Antiga Praça dos Mártires), Academia Cearense (1894), Praças do Ferreira, Marquês do Herval e da Sé (1902/1903) e Theatro José de Alencar (1910), conjunto este ainda remanescente na cidade.

O traçado urbano é outro elemento da forma urbana representativo deste período. É importante ressaltar que o princípio da utilização da quadricula provém do século XIX, quando o engenheiro Silva Paulet, elaborou em 1818, uma proposta de correção do arruamento irregular definido na Planta da Villa e Porto da Fortaleza de 1813. Em 1875, Adolfo Herbster, outro engenheiro, elaborou um plano de expansão (Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios). Herbster partiu do traçado original delimitado por Paulet para propor a expansão da malha urbana da cidade. Também foi determinada a criação de três *boulevards* (atuais avenidas Dom Manuel, Duque de Caxias e Imperador), que conectariam a cidade com as estradas de acesso e seriam também os limites da área central da cidade. Esse projeto urbano possuía como principal objetivo disciplinar a expansão urbana de Fortaleza, estabelecendo a malha em xadrez como o traçado a ser seguido.

1.2 Problemática

Reconhecer a existência de um acervo patrimonial arquitetônico e urbanístico na área central de Fortaleza é fundamental para que se estabeleçam ferramentas para a preservação desse conjunto urbano. Atualmente, as instituições responsáveis pela salvaguarda dos bens patrimoniais da cidade os tratam como elementos isolados, carecendo de uma associação com a perspectiva de um patrimônio urbano. Isto desencadeia no enfraquecimento e desarticulação da relevância que essa área possui como marco inicial da Capital cearense. Essa preservação é necessária para a perpetuação da memória edificada para as gerações subsequentes, tornando o indivíduo mais pertencente ao contexto em que vive, ao se perceber parte de uma história.

Legitimando essas permanências, os órgãos de proteção das três instâncias governamentais (municipal – SECULTFOR – Secretaria de Cultura de Fortaleza, estadual – SECULT – Secretaria de Estado de Cultura e federal – IPHAN– Instituto do Patrimônio Histórico Nacional), tombaram diversas edificações e equipamentos localizados na área central de Fortaleza, visando à salvaguarda destes. Entretanto, ressalta-se que não foi realizado o tombamento de um conjunto edificado ou de subconjuntos, mas de bens isolados.

O quadro de bens de interesse patrimonial na área central da cidade possui um acervo edificado, compreendendo desde bens representativos da arquitetura civil militar portuguesa, como é o caso da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (que deu origem ao nome da Capital cearense), do estilo eclético do Theatro José de Alencar, a diversidade de exemplares do *art déco* cujo Cine São Luiz é um dos principais representantes, culminando na

arquitetura moderna do Edifício Raul Barbosa (BNB). Neste quadro, destaca-se a produção arquitetônica e urbanística do período do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Foi durante esse espaço temporal que o núcleo urbano adquiriu um *status* de núcleo hegemônico se destacando no contexto estadual.

No entanto, apesar de serem destacados na área elementos dignos de preservação e de ser percebido um conjunto proveniente de outro tempo histórico, não há nenhuma proteção ou um tratamento diferenciado por parte das instâncias governamentais desse espaço urbano.

Entende-se, dessa maneira, a necessidade de salvaguardar um conjunto de edificações que atualmente se encontram ameaçadas pelo mercado imobiliário, assim como, pelo uso inadequado dos equipamentos públicos e pela falta de gestão integrada entre os órgãos governamentais.

Fortaleza convive com um cenário de crescimento urbano seguindo os interesses da especulação imobiliária. O foco das gestões públicas e dos investimentos privados se encontra, predominantemente, na área leste da cidade, onde se concentram as elites e os principais equipamentos da Capital. Enquanto isso, as áreas que não se encontram nesse perímetro, se tornam alheias ao investimento financeiro tanto do setor público quanto do privado.

Felizmente ocorre um prelúdio de um movimento por parte do poder público municipal de Fortaleza, a partir da demanda de certos grupos da sociedade, em preservar alguns desses equipamentos históricos construídos no período da consolidação da Capital como núcleo urbano, por exemplo, o Passeio Público, Mercado dos Pinhões, Estoril, Paço Municipal, Sobrado José Lourenço, Solar Carvalho Mota e Antigo Hotel do Norte, reabilitando espaços anteriormente abandonados. Ressalta-se que todos esses bens se encontram protegidos pelas instâncias governamentais.

Nos últimos dez anos, a Prefeitura de Fortaleza realizou algumas iniciativas relacionadas à recuperações/requalificações do patrimônio construído, tais como a recuperação do antigo Paço Municipal, com o retorno do uso da função administrativa no local em 2010. Atitudes assim trazem vultosos benefícios, pois estimula o uso de bens históricos não só como museus, diversificando a ocupação das edificações.

Outro equipamento urbano histórico que foi reabilitado e atualmente é muito frequentado pela população fortalezense é o Passeio Público. O projeto de 2006, realizado pela prefeitura, requalificou o lugar que se encontrava fechado, abandonado e se tornou

inóspito ao longo dos anos. Atualmente há eventos musicais aos sábados e durante a semana. O restaurante reativado dentro da praça funciona diariamente oferecendo refeições.

Apesar dessas iniciativas, atesta-se a necessidade de valorização dos equipamentos históricos culturais por intermédio de ações provenientes das políticas públicas corporificadas no PDPFOR (Plano Diretor Participativo de Fortaleza) sob o gerenciamento das instituições, como o IPHAN, a SECULTFOR, a SECULT e Universidades.

Outro programa de proteção do patrimônio cultural do governo federal, o chamado Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PACCH) de 2009, incluiu a cidade de Fortaleza na lista de municípios a serem contemplados com recursos da União para estimular as ações de reabilitação e recuperação de monumentos protegidos pelo IPHAN, além de subsídios para reformas em imóveis privados que se encontram em áreas históricas.

Partindo do pressuposto que esse acervo arquitetônico localizado na área central possui fundamental importância para a formação territorial da cidade, surge a seguinte indagação: Qual seriam os valores patrimoniais encontrados na área central de Fortaleza que possibilitariam a identificação desses espaços como representativos de sua formação histórico-urbana?

Esta pesquisa qualitativa visa reconhecer quais os valores patrimoniais encontrados no espaço urbano da área central da cidade de Fortaleza que possibilitem a compreensão da importância histórica e cultural do lugar, corroborando para sua preservação/valorização.

Acerca dos conceitos que serão utilizados como estruturantes da dissertação definem-se os termos: “valor patrimonial”, “ambiência” e “morfologia urbana”. O conceito de valor patrimonial que será ancorado a pesquisa é o estabelecido por Vieira (2008), que significa a representação materializada da identidade cultural, da memória de um lugar que está presente nos bens histórico-culturais de determinada área. Complementa-se esse olhar com de Fonseca (1997) em que estabelece o valor patrimonial como a institucionalização do valor cultural por parte dos órgãos preservacionistas. Assim, ao se salvaguardar um elemento de cunho histórico, considerando-o representativo da cultura do lugar, está se atribuindo o valor patrimonial. Na contemporaneidade, os bens considerados passíveis de preservação são aqueles que documentam o processo de consolidação da forma e história urbana de uma determinada região.

Nesse ensejo, entende-se por ambiência, o conceito estabelecido pela Recomendação de Nairóbi de 1976, que consiste “no quadro natural ou construído que influi

na percepção estética ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.” (UNESCO, 2004, p.220). Defende-se que a ambiência em um conjunto histórico ou tradicional deve ser considerada como uma unidade, “como um todo coerente, cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes.” (UNESCO, 2004, p.220).

Quanto aos aspectos da morfologia urbana, concorda-se com a definição que seja o: “Tratado das formas que a matéria pode tomar.” (FERREIRA, 1999, p.1367). Adentrando mais especificamente na terminologia que é a norteadora da pesquisa, tem-se a definição de Rossi ao afirmar que “A morfologia urbana é o estudo das formas da cidade”. (ROSSI, 1977). Nesses termos, para compreender essas formas necessita-se do estabelecimento de uma relação dialógica entre arquitetura e urbanismo e outras disciplinas afins, tais como: Geografia, Sociologia, Economia, para que o panorama seja bem delineado. No presente trabalho adotar-se-á como morfologia urbana, os estudos balizados por Cullen (2006), Lamas (2011), Lynch (2006), Panerai (2014) e Rossi (2001). No caso da obra de Aldo Rossi (2001) utilizar-se-á de seus preceitos para atestar a inexistência de leitura uniforme de conjunto urbano na área central de Fortaleza. Acredita-se que atualmente é possível compreender esse *locus* pelo viés patrimonial a partir de um subconjunto urbano articulado através do sistema de praças.

Rossi (2001) analisa a cidade como arquitetura através de duas perspectivas, complementares: a primeira consiste em compreendê-la como um artefato arquitetônico; e a segunda, ocorre por meio de um estudo de seus entornos, de seus fatos urbanos (elementos que constituem a estrutura da cidade). O significado das permanências no tempo presente é outro ponto a ser trabalhado na obra de Rossi (2001) que se constituem como um passado que é ainda experimentado no momento atual. A identificação dessas permanências dar-se-á através dos monumentos, das edificações, do traçado urbano e do plano. É por meio dessas permanências que a história urbana pode ser comprovada, vivenciada e recontada.

A relação do lugar, do valor do *locus*, com a forma urbana é julgada como um dos fatores para a compreensão da história urbana e da sua formação. Para entender o que seria o *locus*, é proposta uma análise que identifique as características preexistentes da área através da identificação dos chamados “pontos singulares”. Dessa forma, o *locus* é percebido e torna aquele espaço caracterizado e singular. Esse (re) conhecimento é essencial para o estudo de um fato urbano, ou seja, a compreensão do “espírito do lugar” que se constitui como uma das

etapas para a realização da análise urbana. Analisar esse “espírito do lugar” da área central fortalezense a partir do enfoque patrimonial é um dos objetivos do trabalho.

O universo do presente estudo é a área central da Capital cearense, berço da fundação da cidade, cujo espaço mantém o traçado urbano definido pela malha em xadrez proposta por Silva Paulet, Planta da Villa da Fortaleza 1818 – reforçado por Adolf Herbster nas propostas de expansão da cidade, Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios nos anos de 1875 e 1888, e onde se encontra a maior quantidade de bens de relevância patrimonial na contemporaneidade.

Para identificar e analisar a relevância desse acervo sob o ponto de vista da preservação do patrimônio cultural da cidade, inicialmente foi preciso avaliar a área do bairro delimitada pelas conhecidas *boulevards* (atuais avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel) e ao norte pela orla marítima, de forma a se definir com mais clareza os elementos da forma urbana que caracterizam os remanescentes urbanos representativos do quadro patrimonial.

Pensar criticamente sobre o tema do patrimônio cultural, no que diz respeito a sua preservação na cidade de Fortaleza, especialmente do seu acervo arquitetônico, requer olhar sobre o (re) arranjo espacial/urbanístico de conjunto.

O passado sempre estará presente nos espaços de convivência e será analisado nesse tempo atual. Deste modo não há como desvincular os tempos de outrora do que se vive no presente. Vive-se em uma realidade em que as transformações ocorrem de forma dinâmica e rápida, em que o novo possui um maior apelo mercadológico e a especulação imobiliária predatória torna a luta pela preservação uma tarefa difícil.

Em Fortaleza, a maior parte dos seus equipamentos de valor patrimonial se encontra no bairro Centro. E nesse contexto de reconhecimento desses valores culturais, surgem propostas de criação de um corredor cultural interligando todos esses equipamentos.

A Prefeitura de Fortaleza, através do Plano Diretor Participativo de 2009, estabelece uma série de diretrizes que visam à proteção do patrimônio cultural, delimitando inclusive zonas onde serão implementadas as políticas voltadas a essa questão. Essa preocupação vem somar e respaldar a importância de trabalhos sobre o tema e reforçar a necessidade da preservação das poucas áreas ainda existentes que contemplam esse caráter histórico.

Percebe-se, portanto através do exposto, que há um consenso por parte das instituições da existência no bairro Centro, um “espírito do lugar” que remonta como se

processou a história urbana – e conseqüentemente, a forma urbana - de Fortaleza. A presente pesquisa vai ao encontro dessa identificação dos valores patrimoniais do lugar.

1.3 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é elaborar um estudo que possibilite a identificação do quadro urbano representativo da história urbana fortalezense – materializado em sua forma urbana e arquitetônica-, criando um quadro referencial que possa balizar possíveis propostas de preservação / valorização desta área sob o ponto de vista do patrimônio cultural.

Foram estabelecidos quatro objetivos específicos para o presente estudo. O primeiro é realizar uma revisão bibliográfica acerca da temática do patrimônio no País. O segundo é discutir a teoria da morfologia urbana que visam amparar a análise da área central fortalezense. O terceiro é identificar os valores patrimoniais existentes no espaço urbano – na sua forma urbana - nos elementos, símbolos, equipamentos e edificações - do centro da cidade de Fortaleza, averiguando se compõem uma unidade de relevante interesse do patrimônio cultural formado ao longo da história da cidade. Finalmente, o quarto, é refletir sobre esse conjunto histórico no momento contemporâneo da urbe.

1.4 Justificativa

A justificativa sobre a temática está vinculada à formação acadêmica e profissional da pesquisadora, haja vista que o referido vínculo foi constituído tanto pela trajetória da formação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo monitora da disciplina de História da Arte, da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil I, bem como durante estágio realizado no IPHAN-Ceará, onde foi permitido o aprofundamento o interesse pela história urbana de Fortaleza, especificamente sobre a questão da preservação do patrimônio arquitetônico na cidade, a degradação do Centro e os dilemas principalmente de ordem econômica, enfrentados pelos profissionais ligados a essa temática patrimonial. Os desdobramentos tornam-se, portanto, uma prerrogativa para os próximos caminhos trilhados.

O tema apresenta relevância nos contextos nacional e local, ao se considerarem as demandas de investimentos no setor e a necessidade de uma maior produção acadêmica vinculada ao estudo de preservação patrimonial, principalmente no caso de Fortaleza, em que não há até o presente momento, nenhuma pós-graduação *stricto sensu* em Arquitetura e

Urbanismo, o que poderia fomentar a produção de pesquisas voltadas ao patrimônio cultural do Ceará.

A dissertação se propõe ao estudo sobre a identificação dos valores patrimoniais existentes no centro histórico da cidade, construindo um quadro referencial que possibilite a definição de uma área representativa dos períodos da história urbana fortalezense. Pretende-se dessa forma, contribuir para reforçar a discussão sobre a questão do patrimônio cultural, sobre a preservação da memória afetiva e histórica de um povo através de uma política de salvaguarda material.

1.5 Procedimentos metodológicos

Em termos teórico-metodológicos, será utilizada a análise sequenciada da morfologia urbana. Entende-se que a partir desses procedimentos metodológicos, o quadro patrimonial edificado remanescente na área central da Capital será compreendido. Fez-se da pesquisa empírica, percorrendo e coletando imagens aos domingos e feriados no período matinal.

Fez-se uso da pesquisa documental no que se refere às legislações do patrimônio cultural de Fortaleza. Esse produto pode ser catalogado nas instâncias governamentais responsáveis pela proteção, tais como SECULTFOR, SECULT e IPHAN. Nesses órgãos, outras informações de caráter documental foram compiladas por conterem documentos referentes à memória das construções e da história de Fortaleza. Elaborou-se uma análise nos materiais existentes no arquivo do dessas instâncias e na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, visando reunir mais informações históricas.

Na pesquisa bibliográfica, são trabalhados os autores Castro (1987), Jucá Neto (1993, 2012), Lemenhe (1991), Nascimento (2013), Ponte (2010), no que diz respeito à formação do patrimônio cultural fortalezense. Cullen (2006), Lamas (2011), Lynch (2006), Panerai (2014) e Rossi (2001) como aportes da história e forma urbana. Choay (2006), Castriota (2009), Carsalade (2014), Sant'anna (2004), Vieira (2008), dentre outros autores que por sua ampla inserção no estudo do patrimônio cultural fornecem subsídios teóricos para aprofundamento da questão da preservação do patrimônio e da compreensão da formação espacial da área histórica de Fortaleza.

1.6 Estrutura

A dissertação se apresenta em quatro capítulos. O primeiro capítulo elucida acerca da problemática a ser debatida no estudo, situando o leitor das principais questões de pesquisa e dos objetivos a serem contemplados.

O segundo tece um panorama sobre o percurso da preservação institucional do patrimônio cultural no Brasil. Inicia-se abordando como o tema entrou em discussão, perpassando pelos conceitos, diretrizes e os desdobramentos no Ceará da questão patrimonial.

O terceiro capítulo se refere à abordagem da morfologia urbana. Trata-se de como esses aportes teórico-metodológicos são esferas essenciais nas discussões acerca do tema da pesquisa. São referências deste estudo os trabalhos do português José Lamas (*Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (1990), do francês Philippe Panerai (*Análise Urbana, 1999/ Formas Urbanas, 1977*), do inglês Gordon Cullen (*Paisagem Urbana, 1971*) e do americano Kevin Lynch (*A Imagem da Cidade, 1960*). Os conceitos estudados pelos quatro autores citados norteiam a análise da morfologia e história urbana do objeto da presente dissertação.

O quarto se debruça sobre o objeto empírico de estudo, o bairro Centro. Faz-se uma leitura urbana e histórica do bairro, trabalhando as permanências do tempo passado na conjuntura atual do bairro. Além disso, são apresentadas as ações patrimoniais das três esferas de proteção (municipal, estadual e federal) que recaem sobre o bairro Centro na Capital cearense, juntamente com os principais planos urbanos propostos e/ou implementados na região. O estudo baseado na análise sequencial ocorre a partir de dois percursos no perímetro das tradicionais avenidas do trecho: Duque de Caxias, Dom Manuel, Imperador e a frente marítima. O trajeto parte do sistema viário e se conecta com a rede de praças existentes na região, totalizando dezoito logradouros que tanto em si mesmo quanto em seu entorno está materializada parte da herança patrimonial da cidade.

Acredita-se que dessa forma seja possível identificar esses valores histórico-culturais enraizados no tecido urbano, permitindo reconhecer a história de Fortaleza e que esta área seja vista como um (sub) conjunto patrimonial. Atualmente não existe um reconhecimento institucionalizado desse setor como uma unidade, havendo ações isoladas ou sobre equipamentos urbanos ou sobre os imóveis. O foco da pesquisa é averiguar que essa área central histórica de Fortaleza é uma união de subconjuntos de relevância patrimonial, que são interligadas pelo sistema viário e de praças que se encontram no perímetro da poligonal que foi delimitada.

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A construção do patrimônio cultural nacional requer uma análise sobre o caráter simbólico de um conjunto de bens que contemplem as características do País, estando respaldado juridicamente, visando o estabelecimento de um quadro que contemple o panorama da memória da Nação. Os responsáveis por essa formação ou institucionalização do que venha a ter “valor patrimonial”, lidam com os elementos subjetivos atrelados à historiografia nacional e buscam um consenso para a criação do rol de exemplares a serem preservados. Acerca da importância dessa salvaguarda, Carsalade (2014) elucida:

[...]. Por sua presença e permanência, o patrimônio nos ajuda a criar um cosmo ordenado dentro de um caos sem ordem, um terreno existencial firme onde assentar o pé. Um “centro” reconhecido, que extrai a sua centralidade do fato de ser um ponto de referência de um mundo circundante, uma sensação de “estar em casa” (pertencimento), uma qualificação especial de um lugar dentro da percepção do espaço extenso, um centro como partida de uma ordenação possível do mundo (lugar de onde saio para todos os caminhos, lugar onde me situo). O lugar criado pelo patrimônio, por sua presença no espaço (que se refere ao modo impróprio), permite que o ser lançado ao mundo o ordene, identificando-se e orientando-se. (CARSALADE, 2014, p.151).

No caso do Brasil, o movimento em prol do reconhecimento do patrimônio cultural teve início no final do século XIX e se consolidou nas primeiras décadas do século XX. Iniciou-se com uma tentativa de conter o ecletismo (estilo arquitetônico que se propagava pelo território nacional e que era considerado uma mimesis da arquitetura europeia), além de retomar e resguardar a produção considerada brasileira.

Fonte de mal-estar e desconforto, (...), que parcela da intelectualidade brasileira empenhou suas forças e inteligência desde o final do século XIX, efetuando um movimento de meio firo sobre seus próprios pés para se voltar à realidade nacional. Por mais incômoda e incompreensível que esta parecesse a um olhar adoçado pelas realizações do espírito europeu, para reconhecer-lhe sua especificidade étnica, cultural e ambiental num “exercício de encontrar soluções próprias”, de validar suas singularidades e assim atestar a viabilidade do que “parece ser, teoricamente, impossível”, ou seja, a nação brasileira. E assim, romper o estranhamento, instaurar uma sensação de pertencimento diluindo aquela instabilidade de modo a moldar uma condição própria e estável de vida aqui: tal a plataforma auto-imposta por intelectuais brasileiros de variadas matizes político-ideológicas e campos de atuação, da medicina à engenharia, das letras à arquitetura, etc. (TRAJANO FILHO, 2010, p.19).

O processo de formação do quadro preservacionista teve início a partir da iniciativa de intelectuais ligados à arquitetura, artes e literatura, que se empenharam na consolidação de um acervo salvaguardado no País. Inicialmente esse movimento deu-se

através da participação de um grupo de arquitetos ligados ao neocolonial¹, porém com a consolidação do ideário modernista estes nortearam e exerceram um papel fundamental no sentido de efetivar a política de preservação.

Entre neocoloniais, modernistas, conservadores ou não, mas nacionalistas de todo modo, a busca pela singularidade brasileira na arquitetura arregimentou esforços de intelectuais de diferentes matizes políticas e ideológicas que tinham em comum o desejo de atuarem no processo de construção da nação. Embora intensos e polêmicos, os debates em torno da arquitetura brasileira, bem como os discursos e representações daí desdobrados se reduziram, pelo que se desprende da historiografia, a um esquema explicativo desprovido de conflitos em que prevalece a leitura do processo de formação da arquitetura brasileira moldada segundo a visão do grupo de intelectuais e arquitetos modernistas que tratou de estabelecer uma interpretação desse processo que foi sucessivamente trabalhada nas décadas seguintes, com raras divergências, e cuja origem reside na produção teórica de Lúcio Costa nos anos 1930. (TRAJANO FILHO, 2010, p.24).

Os responsáveis pela constituição desse patrimônio nacional estavam imbuídos de um discurso homogeneizante do quadro patrimonial a ser preservado. Nesses termos, os bens que foram considerados representativos estavam alinhavados com o caráter monumental, artístico para que perpetuassem as glórias de um passado em um futuro promissor.

2.1 Desdobramentos das questões do patrimônio cultural no Brasil

As preocupações, no que tange aos aspectos institucionais da proteção patrimonial, se firmam no País com o processo de difusão e consolidação da arquitetura modernista no final dos anos de 1920. Imbuídos da “missão” de desvelar o que seria considerado relevante para a formação da identidade nacional brasileira, os modernistas encontraram no passado colonial, exemplares simbólicos para a história da formação territorial e cultural do Brasil. Portanto, quando esse grupo de arquitetos, liderados por Lucio Costa, compreendeu a importância desse acervo para a memória do País, começou-se uma campanha pela preservação desses exemplares, ou seja, a busca pela institucionalização da questão patrimonial no Brasil.

Assim, vai ser na década de 1920 que a temática da preservação do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da nação, e, mais especificamente, com a proteção dos monumentos e objetos de valor histórico

¹O neocolonial foi um movimento arquitetônico do início do século XX, que propunha o desenvolvimento de uma arquitetura nacional baseada nas tradições construtivas da arquitetura civil colonial, materializadas no conjunto edificado das cidades coloniais brasileiras, sem lhes uma cópia desses elementos, mas uma inspiração. O neocolonial teve como principais defensores o arquiteto Ricardo Severo e o médico José Marianno Filho, diretor da Escola Nacional de Belas Artes. O movimento apontava para que se fossem construídas obras que representassem ambientes legitimamente brasileiros, condizentes tecnicamente, respeitando as características bioclimáticas e culturais do país.

e artístico, começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando o envolvimento do Estado. (CASTRIOTA, 2009, p.71).

No contexto de formação da trajetória patrimonial no Brasil, Minas Gerais exerceu uma participação fundamental para despertar a necessidade de preservação institucionalizada. As cidades do interior mineiro que outrora eram vistas como áreas de estagnação, abandono, com a imagem museológica do passado, atraíram a atenção dos intelectuais envolvidos na dinâmica da salvaguarda, havendo uma verdadeira “redescoberta” do passado arquitetônico brasileiro. Sobre esse aspecto, Fonseca (2009) esclarece:

[...]. Foi numa viagem a Diamantina, nos anos 20, que o arquiteto Lúcio Costa, então adepto do estilo neocolonial, teve despertada sua admiração pela arquitetura colonial brasileira. Foi também em viagens a Minas, uma delas em 1924, acompanhando o poeta Blaise Cendrars, que Mário de Andrade entrou em contato com a arte colonial brasileira (...). O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional. (FONSECA, 2009, p. 92- 93).

O Brasil estava afinado com as discussões internacionais em termos da preservação patrimonial. Em 1931 houve a Conferência de Atenas cujo objetivo era discutir os princípios e doutrinas no que concerne à questão da proteção dos monumentos. Dois anos mais tarde, durante o Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), um evento que debatia acerca da arquitetura moderna, ou seja, sobre o “novo”, um grupo de arquitetos conseguiu levar a pauta da salvaguarda dos bens. Desse congresso, rendeu a Carta de Atenas de 1933, considerada a “pedra fundamental” na temática, pois consagrou a importância de acautelar os símbolos de uma nação, em um momento em que estavam sendo propostas intervenções de ruptura com o passado, demolições no tecido urbano² medieval nas cidades europeias. Antes desses encontros, não havia um conjunto de diretrizes voltadas ao tema, estabelecendo os conceitos, fundamentando a relevância do patrimônio na constituição da memória das nações. Sobre o debate do patrimônio na Carta de Atenas tem-se que:

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. (CIAM, 2004, p.52).

² Segundo Panerai (2014) acerca da definição de tecido urbano, tem-se que significa o agrupamento “constituído pela superposição ou imbricação de três conjuntos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações.” (PANERAI, 2006, p.77-78).

Aliado ao momento político do Estado Novo (1937-1945)³, em que havia uma imperativa necessidade de afirmação e formação do sentimento de nação, o governo federal considerou a questão patrimonial, como uma das formas de fomentar o espírito da identidade brasileira a partir de seus símbolos do passado. Portanto, na década de 1930, a temática acerca da proteção do patrimônio histórico-cultural brasileiro passou a ser tratada sob o aspecto institucional. A Constituição de 1934, por exemplo, estabeleceu como um dos objetivos da União, a proteção da memória contida nos elementos históricos e culturais, incorporando partes do texto da Carta de Atenas de 1933 na definição de patrimônio histórico.

É nessa conjuntura que o SPHAN é fundado em 1937, se constituindo como o órgão federal responsável pela salvaguarda dos bens de interesse da história brasileira. Uma das primeiras ações da instituição foi dar início ao processo de tombamento de algumas cidades mineiras como sítios históricos. Participam dessa conjuntura: Diamantina, Mariana, Ouro Preto⁴ e São João Del Rei em 1938. Esse primeiro momento da instituição é conhecido como a “fase heroica”⁵ (1930-1960).

Aliada a fundação do SPHAN, houve a legitimação do instrumento do tombamento⁶. Em 1937, o Decreto-lei nº 25 foi promulgado e passou a ser um dos principais meios administrativos para efetivar a salvaguarda dos bens patrimoniais. Sobre esse momento, Vieira (2008) elucida:

Após vários movimentos importantes em busca deste apoio federal, finalmente, em 30 de novembro de 1937, a partir do anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade a pedido do então ministro da educação, Gustavo Capanema, é promulgado o Decreto-lei nº 25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Na verdade, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como parte da estrutura ministerial do Ministério da Educação, foi aprovado por Getúlio Vargas em 19 de abril de 1936 e começou, desde então, a funcionar de forma experimental sob o comando de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, indicado por Mário de Andrade. A primeira tarefa realizada foi exatamente a confecção do anteprojeto de lei federal que foi encaminhado em 23 de julho de 1936. Após um longo debate político, finalmente, em novembro de 37, é promulgado o Decreto-lei nº 25. (VIEIRA, 2008, p.87).

³Nome do período do governo de Getúlio Vargas em caráter ditatorial sob o pretexto de conter o comunismo no País. O ideário ufanista e de união nacional tornou a temática do patrimônio nacional como um meio de consolidar o regime político. Sendo dessa forma um dos meios de propaganda governamental em prol da nação.

⁴É considerada a primeira iniciativa federal para a proteção do patrimônio a determinação de Ouro Preto como monumento nacional, de acordo com o decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. (FONSECA, 2009).

⁵Segundo Sant’anna (2004), a fase heroica compreende “[...] dos anos 30 ao final dos anos 60, se caracterizou por uma ação estatal fortemente centralizada e pelo uso do patrimônio em estratégias de construção de uma identidade nacional de uma arte genuinamente brasileira.” (SANT’ANNA, 2004, p. 26- 27).

⁶No que se refere ao tombamento, é importante frisar que ele não retira o direito de propriedade, mas o restringe, na medida em que obriga os responsáveis (proprietários ou órgãos públicos) pelo bem a cumprir uma série de normativas acerca da conservação do imóvel. (FÉRES, 2002).

Nesse ensejo destaca-se o trabalho de Mário de Andrade como elaborador do anteprojeto para fundamentar a legislação acerca da proteção do patrimônio nacional. A proposta de Andrade era consideravelmente mais abrangente do que a implementada no decreto-lei nº 25. Observa-se que:

A definição de arte no anteprojeto (“arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”) se aproxima da concepção antropológica de cultura. E uma análise do texto do anteprojeto em seu conjunto deixa claro que a ênfase na noção de arte não significa uma posição esteticista. A preocupação em explicitar o que entende por cada uma das oito categorias de arte (arte arqueológica; arte ameríndia; arte popular; arte histórica; arte erudita nacional; arte erudita estrangeira; artes aplicadas nacionais; artes aplicadas estrangeiras), e como elas se agrupariam nos quatro Livros do Tombo e nos museus correspondentes, indica em Mário uma visão abrangente e avançada para sua época em relação às noções de arte e de história vigentes, inclusive nos serviços de proteção já existentes na Europa. (FONSECA, 2009, p. 99-100).

Essa visão pioneira de Mário de Andrade, que na época foi impossibilitada de ser efetivada, se confirmou no final do século XX.

Ressalta-se que o País se encontrava em um momento de reconhecimento e valorização do que se acreditava ser genuinamente da cultura nacional. Desta forma, o ideário preconizado pela instituição SPHAN, orientado pela presença de um grupo de intelectuais modernistas, apresentava a arquitetura e a cidade colonial como elementos representativos da identidade brasileira. Portanto, não cabia a proteção patrimonial sob os demais sítios ou edificações que não contemplassem esse caráter. Como bem explana Sant’anna (2004),

Nesse primeiro momento, a área ou setor urbano merecedor do título de patrimônio nacional era concebido como monumento artístico, uma obra de arte acabada, que deveria ser preservada como tal. A “cidade-patrimônio” era correntemente denominada de “cidade-monumento” e as operações de conservação eram realizadas com vistas a reforçar uma unidade estética vinculada ao que os intelectuais modernistas que fundaram o SPHAN concebiam como valor artístico. Essa idéia era concretizada mediante a aplicação de regras rígidas para o controle de intervenções e por meio da restauração dos imóveis do conjunto a um estado identificado como a produção arquitetônica do período colonial. (SANT’ANNA, 2004, p.27).

O acervo do momento anterior, final do século XIX e início do século XX (os exemplares ecléticos), estavam à margem dessa salvaguarda, pois para os membros do SPHAN, eles não representavam a arquitetura brasileira, haja vista eram consideradas edificações que visavam mimetizar as construções europeias. Sendo assim, não eram “dignos” de serem preservados para as gerações posteriores.

Destaca-se, portanto, que nesse momento inicial da trajetória da proteção e constituição do patrimônio nacional, eram contemplados apenas os bens considerados

monumentos⁷ que representavam a elite brasileira, a arquitetura imponente. Faziam parte desse acervo: igrejas, teatros, fortes, casas de engenho, sobrados, palacetes que foram delimitados como bens culturais.

Os bens culturais que passaram a construir o chamado patrimônio histórico oficial brasileiro, dignos de valor nacional, se fundamentavam na grandiosidade das construções onde palavras como monumentalidade, singularidade e fatos memoráveis da história oficial eram compreendidos através de conceitos respaldados na realidade política do país que desconsiderava a história social, a pluralidade dos valores urbanos e a própria trama da cidade. (ARAÚJO et al, 2002, p.35).

Muitos das construções ecléticas brasileiras foram destruídas, descaracterizadas ou inclusive “(re) colonizadas” na tentativa de extinguir esse passado “sem vínculos” com o contexto nacional. Somente os bens coloniais e os modernos estavam contemplados com os valores patrimoniais da fase heroica do SPHAN. Sobre essa chamada “(re) colonização” dos edifícios ecléticos, principalmente nas cidades mineiras tombadas, , Castriota (2009), esclarece:

[...] Este parece-nos exatamente o caso de Ouro Preto: na busca de um símbolo nacional, o SPHAN passa a executar uma ação de homogeneização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetônicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local. Assim, inicia-se uma ação sistemática de apagamento do século XIX, com a exigência, na aprovação de projetos de reforma, da retirada de elementos da arquitetura neoclássica ou eclética, como frontões e platibandas. A partir da compreensão da cidade como expressão estética, aqueles elementos são vistos como perturbadores da unidade desejável do conjunto, devendo, portanto, ser removidos. (CASTRIOTA, 2009, p.74).

Nesse ensejo, ao longo dos anos de 1930 e 1940, os técnicos do SPHAN⁸, trabalhavam com uma ideia de “cidade-monumento”, em que somente estavam passíveis de tombamento aqueles conjuntos urbanos ou bens isolados que contemplavam os aspectos artísticos e monumentais. Atitude, esta, balizada pela historiografia da época.

[...]. O fato é que, em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do Sphan, em que predominavam os arquitetos, o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da

⁷Choay (2006) esclarece sobre o conceito de monumento: “[...] o monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto monumento histórico não é desde o princípio desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é construído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial.” (CHOAY, 2006, p.27).

⁸O SPHAN no ano de 1946foi elevado à categoria de diretoria, passando a ser o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

civilização material brasileira, ficou em segundo plano em face de critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil – leitura produzida por arquitetos modernistas, que viam afinidades estruturais entre os princípios construtivos do período colonial e os da arquitetura modernista. (FONSECA, 2009, p. 110).

Com a crescente industrialização presente na década de 1950, as áreas mais antigas das cidades e os conjuntos ditos históricos passam a sofrer pressões por transformações geradas pelo modelo de modernização desenfreado, que demandava novas áreas para a instalação de seus equipamentos. Nesse panorama, o SPHAN identificou a necessidade de ampliar o número de bens a serem protegidos, evitando o iminente desaparecimento desse patrimônio. Todavia, o conceito de patrimônio permaneceu nas mesmas premissas dos fundadores do SPHAN, no sentido de proteger somente aqueles equipamentos vinculados à arquitetura colonial brasileira e aos princípios modernistas por serem consideradas produções que atestavam o caráter de identidade nacional até a década de 1980. O que se modificou foi a desvinculação da exclusividade do poder público como patrocinador das intervenções nos bens tombados. Foi a partir de meados dos anos de 1960, que se passou a unir valor patrimonial com o valor econômico, inserindo essas áreas históricas sob a dinâmica do turismo. Sobre essa articulação, tem-se,

O objetivo era demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado. (FONSECA, 2009, p. 142).

Esses ideais estavam dialogando com as conferências internacionais e em 1967, durante a reunião dos estados americanos, foi promulgada as Normas de Quito, que se refere a um conjunto de diretrizes acerca das relações econômicas nas áreas históricas, precisamente na atividade turística dessas zonas. Sobre essa carta patrimonial,

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles. (OEA, 2004, p.110).

Acerca desse processo de associação das áreas patrimoniais com o turismo, Duarte Júnior (2012) aponta que durante os anos 1960, o patrimônio cultural precisou defrontar o trinômio socioeconômico “industrialização-urbanização-turismo” que somado à questão da valorização imobiliária, gerava pressões no âmbito da preservação dos sítios históricos. A inserção da lógica do turismo passa a ser considerada como um dos ramos a ser incorporado como fonte de recursos para o gerenciamento dessas áreas.

Nesse ensejo, ocorreram no Brasil mais duas reuniões (Compromisso de Brasília – 1970 e o Compromisso de Salvador -1971), que ratificaram a necessidade de se rever as políticas de preservação nacional, pois a capacidade de gerenciamento do governo e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em captar recursos e arcar com as intervenções, estavam aquém da real necessidade demandada pelo quadro de bens salvaguardados. Desses debates, foi proposto em 1973, o conhecido Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) ⁹.

O PCH foi elaborado por meio de uma ação conjunta de governantes. Iniciou-se por meio da solicitação do ministro da Educação e Cultura, contando com a participação dos Ministérios do Planejamento, do Interior, e da Indústria e Comércio. Tinha como objetivos conceder infraestrutura adequada aos conjuntos históricos carentes para que pudessem se equipar, sendo inseridos no desenvolvimento e possibilitando atrair renda com o turismo. Além disso, buscava ser uma alternativa à carência de recursos (financeiros e administrativos) que o órgão de proteção nacional enfrentava. (FONSECA, 2009).

Inicialmente se procurou incluir as cidades históricas nordestinas que estavam em uma situação de degradação acentuada, além de priorizarem aquelas que contemplassem alguma “feição” barroca em sua forma urbana, ou seja, o PCH continuava envolvido nos parâmetros tradicionais do órgão de preservação nacional, que valorizava o aspecto artístico, a escala monumental como uns dos critérios de seleção dos sítios históricos. (NASCIMENTO, 2013).

Desse contato com a realidade das cidades deslocadas do eixo tradicional na trajetória histórica do País, foi-se percebendo a necessidade de revisão a ênfase concedida aos monumentos de origem elitizada da época da colônia para abrigar as demais manifestações culturais, inclusive a de ordem cronológica mais recente.

Em termos da esfera legislativa, há uma importante mudança no que se refere ao órgão de preservação federal. Destaca-se o decreto nº 66.967, de 1970, que “dispunha sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e que em seu artigo 14 transformou o DPHAN em IPHAN.”(MEC, 1980, p.31). Essa modificação na nomenclatura

⁹ Inicialmente o programa foi voltado para nove municípios do Norte e Nordeste, porém no ano de 1977, ele passou a contemplar também o Sudeste do país. (FONSECA, 2009). Inicialmente foram indicadas para avaliação as cidades de Salvador (BA), Cachoeira (BA), São Cristóvão (SE), Penedo (AL), Laranjeiras (SE), Penedo (SE), Marechal Deodoro (AL), Olinda (PE), Igarassu (PE), São Luís (MA) e Alcântara (MA). No decorrer do PCH, outras cidades foram alvos de apreciação do programa, ao se compreender que conjuntos urbanos menos rebuscados também possuíam potencial turístico histórico. Nessa conjuntura cidades baianas como Lençóis, Rio de Contas, Itaparica, Mucugê estavam nesse rol, e, em um momento posterior, as piauienses (Oeiras e Piracuruca), as cearenses (Icó e Aracati) e a potiguar (Vila Flor) também foram abrangidas. (NASCIMENTO, 2013).

do órgão refletia os novos horizontes a serem enfrentados pela entidade, como Vieira (2008) explicita:

Em 1970, o Decreto nº 66.967 transforma esta diretoria em Instituto e, a partir de então, passa a se chamar IPHAN. Agora a orientação dos trabalhos começa a dirigir os processos de tombamento à preservação de conjuntos e não de bens isolados. As preocupações nascentes com o aumento demográfico, a industrialização e o turismo, aliadas à falta de experiência dos técnicos do IPHAN neste momento, determinou a solicitação de auxílio especializado de técnicos internacionais com experiência, especialmente, em turismo cultural para realizar uma análise dos principais centros históricos no Brasil. (VIEIRA, 2008, p.90).

Visando essa inserção da abrangência de conceito, surgiu em 1970, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). As metas desse programa não se tratavam de escolher os símbolos nacionais e divulgá-los, mas elege parâmetros para a elaboração de um modelo de desenvolvimento aplicado às necessidades nacionais. (FONSECA, 2009).

O CNRC, portanto, voltava-se prioritariamente para aqueles bens que estavam à margem do conceito oficial de cultura nacional promulgada pelas instituições governamentais. Estava destinado a valorizar as manifestações culturais do presente que se inseriam no cotidiano das práticas culturais e que refletissem as tradições dos brasileiros dos anos 1970. Nesse sentido, “A noção de cultura popular foi ampliada de modo a abranger tanto as manifestações populares tradicionais, quanto suas interseções com o mundo industrial e urbano. Ficava de fora, apenas, a cultura de massa.” (FONSECA, 2009, p.152).

Na década de 1980 é que de fato o paradigma da ampliação do conceito do que seria patrimônio foi alterado e outros bens puderam ser inseridos no rol das produções dignas de serem preservadas para as gerações futuras. Passou-se a contemplar todos os elementos que representaram importância para a construção da memória da cidade entendida como “Documento”. Não mais se baseava o tombamento ou o reconhecimento dos valores culturais no caráter excepcional que estava mencionado no decreto-lei nº 25 de 1937, mas sim, seria amparado nos conceitos de representatividade e de exemplaridade.

[...] Redefiniu-se, no período, o conteúdo do valor histórico das áreas constituídas como patrimônio, passando-se a selecioná-las não mais como apenas monumentos artísticos, mas como documentos de processos históricos, econômicos e sociais de produção do espaço urbano. (...). O valor artístico e monumental deixou de presidir os critérios de seleção, dando lugar à capacidade de determinado objeto concentrar, em si, informações históricas. (SANT’ANNA, 2004, p.29).

Além disso, compreendeu-se a importância da inclusão da comunidade no processo de construção e gerenciamento do quadro preservacionista no País. Fonseca (2009) afirma, “É pela via da participação social – e não mais pela da seleção rigorosa de bens de

valor excepcional - que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 80.” (FONSECA, 2009, p.158).

Em 1981 é publicado o documento “Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC”, que tinha como objetivo reiterar a participação da sociedade na política de preservação e a ampliação do conceito do que seria patrimônio cultural.

A partir desses debates e de pesquisas sobre o tema, novos horizontes e programas governamentais de proteção surgiram, sendo debatido nos fóruns e encontros internacionais (tais como os que originaram as Cartas Patrimoniais). Com essa abordagem ampliada acerca do significado de patrimônio nacional, surgiram novas questões como aponta Fonseca (2009):

O dilema entre a ênfase na visibilidade do bem, considerado enquanto edificação excepcional, propiciadora de uma experiência estética e de uma leitura de estilos arquitetônicos, ou palco de eventos notáveis, e a consideração do valor do monumento enquanto documento, enquanto referência a significações históricas às vezes fluidas, sem precisão cronológica (como a noção de ambiente) ou em função da carga afetiva que pressupõem as noções de identidade ou de qualidade de vida, constitui um problema levantado nesse período – problema que, como vem sendo apontado, assumiu uma dimensão não apenas conceitual como também política. (FONSECA, 2009, p.195).

Os anos de 1990 no Brasil foram notoriamente marcados por programas que visavam atrair novas fontes de recursos dos bancos: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, Caixa Econômica Federal. Nesses termos, outros atores na dinâmica preservacionista e novos processos passaram a participar da questão patrimonial do País. Esses projetos possibilitaram a implantação de modelos de atuações e parâmetros que proporcionaram a expansão de serviços. (SANT’ANNA, 2004). A respeito desse período,

Intervenções e programas revelam, portanto, que, no Brasil do final do século XX, o patrimônio surgia como um importante recurso para a economia urbana, como porta de entrada para investimentos externos e como um instrumento promocional de grande força e apelo. Mostravam também que o sítio urbano declarado patrimônio crescentemente adquiria a função de atrair. (SANT’ANNA, 2004, p. 31).

Nesse período, eclodiram programas de intervenção em áreas históricas, visando enaltecer essas regiões, além de promoverem a elaboração de textos relacionados à importância desses trechos para o desenvolvimento urbano estratégico. O Nordeste, especialmente, entrou nessa esteira desses projetos de intervenções em escala urbana como explicita Sant’anna (2004):

O primeiro desses indícios diz respeito à onda de “requalificações urbanas” executadas pelo poder público em áreas centrais das capitais de vários estados do Nordeste, na esteira do projeto de “recuperação” do Pelourinho, em Salvador, após dez anos de relativa inação. A Rua do Bom Jesus, em Recife; o bairro da Ribeira em Natal, e a Praia de Iracema, em Fortaleza, estão entre as intervenções do gênero que eclodiram na primeira metade dos anos 90. Essas intervenções – que produziram

espaços semelhantes, destinados ao turismo e ao lazer – alcançaram estrondoso sucesso de público, colocando rapidamente as cidades onde foram executadas em evidência no cenário nacional. Iniciativas de governos municipais ou estaduais, essas intervenções funcionaram como poderosas peças promocionais dessas cidades, do seu patrimônio e de suas administrações, desempenhando importante papel nos pleitos eleitorais subsequentes. (SANT'ANNA, 2004, p. 30-31).

Em 1991 foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que tinha como finalidade, tornar mais facilitado e mais democratizado o acesso às fontes de cultura, preservar o patrimônio cultural e promover a desconcentração das políticas culturais ao longo do território brasileiro. (SANT'ANNA, 2004).

Entende-se que, apesar dessas premissas originais do PRONAC, o que se assistiu foi o oposto das metas almejadas, como observa Sant'anna (2004):

A análise dos projetos de patrimônio cultural encaminhados ao PRONAC mostra que a dinâmica de investimentos nessa área foi, em todos os aspectos, extremamente concentrada e especializada. Além da já referida concentração regional, os investimentos dirigiam-se especialmente para as obras em grandes monumentos ou bens artísticos, localizados nos grandes centros ou cidades históricas do Sudeste. (...). A maioria dos projetos é mal elaborada e apresenta um nível de detalhamento que dificulta até mesmo o exame do orçamento analítico exigido pela legislação. Documentos técnicos revelam que a maioria dos orçamentos encaminhados para análise sequer contém a indispensável discriminação de itens de despesa e apresenta, geralmente, valores acima da realidade do mercado. Esforços foram realizados pelo corpo técnico do IPHAN e do MinC, com o intuito de estabelecer parâmetros aperfeiçoados para a avaliação do custo desses projetos, mas pouco se avançou por falta de investimento em pesquisas que permitissem compor, com mais acuidade, custos na área de restauração; e também por falta de articulações institucionais para o uso compartilhado de sistemas de levantamento de custos já existentes, como o da Caixa Econômica Federal. (SANT'ANNA, 2004, p. 241-242).

Buscando uma alternativa para a questão patrimonial e inspirada no modelo das intervenções de revitalizações que ocorreram nas cidades europeias e norte-americanas, o IPHAN, se alia ao BID. Segundo Sant'anna (2004), o financiamento de políticas patrimoniais era uma prática recorrente do BID. O modelo era uma das principais premissas para a América Latina¹⁰, que por meio da atividade turística, o cenário socioeconômico nas cidades históricas seria modificado.

Baseado no programa de revitalização de centros históricos na cidade de Quito, capital do Equador, em 1999 foi firmado a implantação do Programa Monumenta no Brasil, uma parceria do governo federal com o BID. Havia sido constatado, baseado nos projetos dos anos anteriores, que a iniciativa isolada do Estado não era suficiente para a preservação do acervo patrimonial do País, por isso, acreditava-se que ao inserir investimentos privados e a sociedade civil, o Monumenta lograria êxito. Além disso, objetivava-se implantação de

¹⁰ Especialmente a partir das Normas de Quito (1967) essa questão de aliar turismo e patrimônio cultural como um vetor econômico se tornou um imperativo para as cidades latino-americanas.

projetos que fomentasse a economia e promovesse a reabilitação das áreas históricas, aliando o turismo como catalizador dessas ações. Buscava-se estabelecer parâmetros para programas de intervenção sustentável para ser difundido no restante do País. No entanto, outras questões emergiram e tal como Sant’anna (2004) observa, o Monumenta encontrou diversas dificuldades e incoerências e conseqüentemente parte das diretrizes almejadas, não foram atingidas,

[...]. O problema do modelo desenvolvido no Brasil, partir dessas reflexões, está no fato de que se tem prioritariamente associado essa participação da sociedade à implantação de empreendimentos comerciais ou imobiliários (de natureza turística e cultural) que, raramente, têm sido eficazes na reversão de quadros de deterioração e raramente têm promovido uma conservação sustentada no patrimônio. As experiências demonstram que essa ineficácia, na maioria das vezes, se relaciona ao fato de que esses empreendimentos não se ancoram nem na realidade, nem nas demandas e nem nas potencialidades reais das áreas enfocadas. Assim, como se verá, por falta de diagnósticos precisos das situações enfrentadas, por uma certa rigidez de modelo (...), o conjunto forte de premissas do programa tem produzido sua maior fragilidade. (SANT’ANNA, 2004, p. 262).

A organização do Monumenta estava estabelecida de forma que o BID era o principal agente financiador, a UNESCO¹¹ colaborava com consultores e o Ministério da Cultura era o responsável pela atuação do governo federal no projeto. Sobre essa atuação, ressalta-se o papel do IPHAN, pois estava incumbido de ser o principal corpo técnico, fiscalizando e orientando os trabalhos do programa. Adianta-se que uma das críticas dos profissionais da instituição é que não estavam enquadrados no papel de formulação, gerenciamento do Monumento, atuando mais como executores de atividades específicas. (SANT’ANNA, 2004).

Observa-se que a tendência dos programas na contemporaneidade é a inclusão de outros agentes na formulação dessas iniciativas, tais como a parceria público-privada e das outras esferas do poder (estadual e municipal). Há ainda um incentivo à participação dos atores sociais nessa dinâmica numa tentativa de evitar o processo de gentrificação¹² das áreas históricas. Os planos diretores também são integrantes da atual conjuntura das políticas públicas aplicadas ao patrimônio. Eles incorporaram os instrumentos urbanísticos contidos no Estatuto da Cidade (2001)¹³ como forma de proteção desse acervo edificado, oferecendo

¹¹ Inicialmente a participação da UNESCO não constava no programa, porém o governo federal percebendo a necessidade de agilidade da implementação do Monumenta, estabeleceu essa parceria. O papel da UNESCO era de contratar especialistas, consultores, serviços, atuando como supervisora do projeto. (SANT’ANNA, 2004).

¹² O conceito de gentrificação é uma tradução aportuguesada do termo *gentrification*, segundo Smith (1996) se refere para a caracterização das revitalizações realizadas em regiões degradadas tanto nos aspectos físicos quanto socialmente, transformando-as em áreas mais nobres por meio da expulsão dos antigos moradores e apropriação destas áreas pela classe média e média alta.

¹³ O Estatuto da Cidade corresponde à lei federal de n.º 10.257 de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 no que tange os aspectos da política de desenvolvimento urbano e da função social

contrapropostas para os proprietários desses imóveis, ampliando as ações protecionistas, não se limitando ao tombamento. Sobre esse panorama Carsalade (2014) elucida:

As políticas de patrimônio, tal como são hoje concebidas, procuram ser pensadas de maneira abrangente de forma a não se centrarem apenas no tombamento, mas em outras alternativas de proteção, sabedoras que são da impossibilidade de se isolar o bem da realidade onde se insere. É um consenso internacional que a proteção do patrimônio não é uma questão a ser pensada desvinculada das demais questões urbanísticas e se equacionada conjuntamente com as leis de uso e ocupação do solo e com sua gestão, tem maiores possibilidades de sucesso. Outra grande questão emergente é aquela que se refere à sustentabilidade econômica e social do patrimônio. Aqui se inserem as requalificações, revitalizações, reciclagens, que buscam na renovação de edifícios históricos uma possibilidade para sua própria sobrevivência, tanto do ponto de vista da qualidade quanto do ponto de vista econômico. (CARSALADE, 2014, p.251).

2.2 A trajetória do patrimônio cultural no Ceará

No que tange ao reconhecimento do acervo patrimonial cearense, ressalta-se o trabalho do artista plástico José João Rescala, que nos anos de 1936 a 1945, foi contratado pelo SPHAN para realizar um relatório sobre arquitetura tradicional em alguns estados do Brasil.

Rescala chegou às terras alencarinas no ano de 1940, permanecendo por um período de cerca de dezoito meses, imbuído da missão de percorrer o território no intuito de catalogar o acervo patrimonial remanescente no Estado. O artista esteve em “boa parte do território cearense, concentrando seus relatos nas seguintes cidades de Fortaleza, Aracati, Crato, Granja, Icó, Iguatu, Itarema (Almofala), Quixeramobim, Sobral e Viçosa do Ceará. Documentou também algumas edificações rurais nos municípios de Aracati, Crato, Saboeiro e Santana do Cariri (antiga Santanópolis)”. (NASCIMENTO, 2013, p.126). Foram elaborados relatórios do acervo edificado nesses conjuntos urbanos pautado na apreensão do caráter artístico e histórico dos bens. Os estudos consistiam na catalogação de fotografias, esboços de plantas baixas e as descrições dos imóveis. (Figura 01).

Com a ampliação do conceito de patrimônio nacional, outras cidades deslocadas do eixo tradicional do País, passaram a ser passíveis de serem valoradas como representativas para a memória brasileira, pois eram consideradas testemunhas significativas do passado. Em 1970, com o programa PCH, esses municípios citados passaram a ser estudados e alguns tombados. Ressalta-se que apesar do conceito estar mais amplo, o discurso que vigorava para essa escolha estava embasado nos aspectos artísticos e monumentais. No ano de 1978, os

da propriedade. O documento expressa a exigência do Plano Diretor como um instrumento obrigatório para cidades a partir de vinte mil habitantes, além de outros instrumentos de políticas urbana.

conjuntos urbanos das cidades cearenses de Aracati e Icó foram analisados visando seu tombamento, no entanto, os processos foram arquivados e sendo reabertos anos mais tarde¹⁴.

Figura 01 - Fotografia do Teatro da Ribeira dos Icós por Rescala.



Fonte: IPHAN-CE.

No Ceará, somente no final da década de 1990 e começo dos anos 2000, é que algumas cidades que participaram do contexto de formação territorial do Estado, tiveram sua relevância reconhecida no âmbito nacional ao serem considerados sítios históricos. São quatro ao todo: Aracati (2000), Icó (1997), Sobral (1999) e Viçosa do Ceará (2003). Deste quadro, as três primeiras têm o seu desenvolvimento socioeconômico vinculado a princípio, à pecuária, e posteriormente ao desenvolvimento do binômio-gado-algodão. A última tem o seu processo histórico atrelado à presença de uma missão jesuítica.

Entende-se que, para a compreensão da existência e importância da preservação desse acervo patrimonial cearense, é necessário fazer um breve histórico sobre a construção desse conjunto. Portanto, em seguida será delineado como se deu o processo de formação territorial do Ceará.

2.2 .1 A formação do território cearense

Durante os primeiros séculos da colonização portuguesa no território brasileiro, o Ceará exerceu uma diminuta importância. Nos prelúdios, as atenções da Coroa portuguesa estavam voltadas às zonas de produção canavieira (século XVI-XVII), à extração do ouro nas regiões mineiras (XVII-XVIII) e ao cultivo do café (XVIII-XIX), que se seguiu a independência do País em relação a Portugal. Apreende-se, portanto, que o Ceará não estava

¹⁴Salienta-se que embora a visão de conjunto histórico só tenha sido institucionalizada no final do século XX, houve diversos tombamentos aplicados a bens isolados tais como: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Aracati, 1957) e as Casas de Câmara e Cadeia (Icó, 1975 e Aracati, 1980).

inserido nessa dinâmica econômica, o que desencadeou em um processo tardio de conformação territorial.

Como consequência da pouca produtividade e da baixa rentabilidade da pecuária e de sua localização geográfica – não mais ameaçada por estrangeiros desde a expulsão dos holandeses, em 1654 – o Ceará, contudo, não despertou maior interesse para a Metrópole. Sem um projeto metropolitano específico para a ocupação do território cearense, a Capitania foi conquistada pelos vaqueiros que conduziam as boiadas provenientes tanto do Piauí como litoral açucareiro. O Estado Português nada mais fez do que utilizar os caminhos das boiadas, procurando capitalizar a atividade pecuarista. Exatamente nestas veredas sertanejas, abertas pelos vaqueiros, as vilas cearenses foram criadas. (JUCÁ NETO, 2012, p.110-111).

Apesar do caráter periférico da Capitania do Ceará nessa dinâmica, a presença do colonizador é notória no conjunto urbano cearense e essa herança foi valorada como patrimônio cultural cearense na (re) descoberta dos conjuntos históricos do Estado no final do século XX.

O território cearense¹⁵ foi consolidado do interior para o litoral, por meio da atividade agropecuária. As primeiras vilas que foram fundadas participavam desse ciclo econômico e eram conhecidas por serem entrepostos das trocas comerciais do ciclo gado. Destaca-se nesse contexto, a participação dos núcleos urbanos de Aracati e Icó como expoentes desse comércio. Aracati concentrava os principais montantes, pois além de possuir as fazendas de gado, ainda era o principal canal de escoamento da produção cearense. A vila de Icó também possuía grande notoriedade nessa dinâmica por se encontrar entre o cruzamento de algumas das principais estradas de comunicação entre Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. A cidade de Sobral também fazia parte desse contexto, porém somente no século XIX é que se consolida como um núcleo hegemônico das áreas situadas ao norte do território cearense.

Viçosa do Ceará teve seu processo de consolidação territorial delineado a partir das missões jesuíticas do século XVII. Entretanto, houve incursões na região desde o final do século XVI por meio de franceses vindos do Maranhão e a sua posterior expulsão pelos portugueses. Os representantes da Companhia de Jesus percorreram o território objetivando a

¹⁵ Antes da expulsão dos holandeses do Ceará, a ocupação estava limitada ao litoral, às margens da antiga fortaleza. No entanto, após 1654, sem sofrer mais ameaças estrangeiras, a capitania ficou à margem das preocupações da Coroa portuguesa até o século XVIII, quando a atividade pecuarista adquiriu força e atraiu às atenções lusitanas. Sobre esse momento, Pinheiro (2008) defende que a estruturação fundiária cearense se deu pela violência imposta aos indígenas visando à obtenção das terras e as transformando em sesmarias. A partir dessas sesmarias é que a atividade da pecuária foi avançando rumo ao interior e se consolidou como principal fonte de recursos e como eixo estruturador territorial da capitania do Ceará. O autor destaca nesse contexto, o Rio Jaguaribe e suas margens como um dos principais indutores desse avanço da ocupação para o interior. Pinheiro (2008) afirma “Ao se examinar a documentação sobre a doação das sesmarias, o que mais se destaca é o processo violento, através do qual a pecuária avançou para o interior da capitania, principalmente na ribeira do Jaguaribe que foi a mais importante área de ocupação.” (PINHEIRO, 2008, p. 26).

catequização dos índios e efetivar o domínio lusitano. Destaca-se a data de 19 de maio de 1759 quando “partira do Recife para a capitania do Ceará o Dr. Desembargador Bernardo Coelho da Gama e Casco para iniciar as elevações em vilas das sete aldeias jesuítas (cinco no Ceará e duas no Rio Grande do Norte), principiando com a aldeia de Ibiapaba”. (MAIA, 2010, p.230). Com essa medida, instituiu-se a infraestrutura gerencial do governo português em Viçosa.

Fortaleza, apesar de ser sede administrativa, possuía uma importância socioeconômica diminuta nesse contexto, pois era no sertão cearense onde residia o centro da atividade econômica. Além disso, o Ceará administrativamente ainda era dependente de Pernambuco, portanto muitos dos equipamentos necessários para o controle da Capitania, só foram instalados em Fortaleza, a partir da sua emancipação político-administrativa ocorrida em 1799.

Desde o início das transações diretas com Lisboa, por volta de 1803, a administração da Capitania dota a vila de infra-estrutura para as transações mercantis: são feitos estudos do porto e construção de mole. Para controlar o movimento das mercadorias instala-se alfândega e cuida-se do prédio da Tesouraria da Fazenda. No que se refere às transações internas, constrói-se mercado público e regula-se a realização de feiras semanais. Inaugura-se na vila uma repartição de correio, agregada à Tesouraria da Fazenda, possibilitando, com os limitados recursos da época, ligar a vila-capital com outras vilas e as unidades de produção. (LEMENHE, 1991, p.62).

Por meio desses núcleos urbanos, houve a efetivação do projeto da colonização portuguesa do território cearense. Iniciou-se por meio do binômio gado-algodão no interior e se expandiu paulatinamente para o litoral. A elevação à categoria de vilas legitimava e regulamentava o controle da Metrópole na Capitania. Jucá Neto (2012) afirma que:

Na totalidade do projeto de ocupação territorial do Brasil, as vilas criadas no sertão cearense, como sedes do poder metropolitano, adquiriram função econômica e política de controle da atividade pecuarista e de pontos nodais, na rede de circulação das boiadas, estruturando e sustentando nexos do Estado português entre o Ceará e o restante da Colônia, (...). Pela fundação de vilas cearenses nas veredas sertanejas, inserimos o Ceará no projeto português de ocupação de seu território americano, não de uma forma contingente ou exclusiva, mas a partir de sua inserção pela rede das boiadas, nos fluxos das estradas coloniais, que fez ligar a Bahia, o Pernambuco e suas capitanias anexas com o restante do território brasileiro que se estruturava. Daí o sentido econômico e político da rede urbana em formação do Brasil; ou seja, pela fixação com a criação das vilas, constituía-se uma unidade política territorial por onde corriam a economia e o movimento expansionista em direção às regiões de fronteiras, na rede. A heterogeneidade do espaço construído reflete os diferentes níveis do investimento de capital e técnica na totalidade do território, variando de acordo com a importância de cada núcleo no âmbito regional e em sua relação com o todo da América portuguesa. (JUCÁ NETO, 2012, p.162-163).

Essas vilas, especialmente as vinculadas ao ciclo do gado, foram reconhecidas no final do século XX e início do XXI como conjunto histórico e paisagístico nacional por desempenharem a função de conformação territorial nos primórdios da urbanização cearense.

Fortaleza não foi contemplada nesse rol. A análise acerca da história urbana fortalezense será versada no Capítulo 4.

3. A CIDADE COMO ARQUITETURA: MORFOLOGIA URBANA

Identificar os valores patrimoniais arquitetônicos e urbanísticos no Centro de Fortaleza requer a análise conjunta do acervo edificado, do traçado urbano e os acontecimentos que permearam a consolidação dessa herança para os dias atuais. Visando alcançar esses objetivos, propõe-se o estudo ancorado no aporte teórico-metodológico da morfologia urbana. Os autores como José Lamas (2011), Kevin Lynch (2006), Philippe Panerai (2014), Gordon Cullen (2006) e Philippe Panerai, Jean Castex e Jean-Charles Depaule (2013) terão suas obras analisadas e transformadas em ferramentas de análise da forma urbana da área em questão.

Na obra do português José Lamas, “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade (1990)”, trata-se da temática da morfologia urbana, entendendo a cidade como um objeto arquitetônico.

À morfologia urbana interessam, em primeiro lugar, os instrumentos de leitura urbanísticos e arquiteturais – partindo do princípio de que as disciplinas de concepção do espaço têm instrumentos de leitura que lhes são próprios: a leitura da cidade como *facto architectural*. (LAMAS, 2011 p.41).

Para o autor, o significado de forma urbana seria o meio urbano apreendido como uma arquitetura, ou seja, uma série de equipamentos arquitetônicos correlacionados pelo espaço. O autor conclui que forma é:

[...] aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. (LAMAS, 2011, p.44).

Os estudos sobre a morfologia urbana transpõem com a análise funcionalista sobre a cidade, pois esta não se limita a ser consequência de fatos políticos e socioeconômicos, mas também de uma conjuntura dos elementos urbanísticos e arquitetônicos do *locus* onde foi se processando a formação territorial. Em se tratando dessa temática Pereira (2012) afirma que o projeto urbano também sofreu alterações com essa mudança de paradigma.

Os estudos de morfologia urbana rompem com os métodos do funcionalismo que reduzem o projeto e o conhecimento da cidade aos sistemas de circulação e zoneamento. Em oposição às análises quantitativas, a metodologia propõe o estudo de dados qualitativos como o parcelamento do solo e as constantes tipológicas na configuração dos tecidos urbanos. Há também uma mudança de escala no projeto urbano, para o qual, em oposição aos planos globais e às macro estruturas funcionalistas, o fragmento volta a ter relevância. O projeto de partes da cidade deveria então encaminhar-se como desenho urbano, em consonância com parâmetros que regulassem a arquitetura dos edifícios, pois segundo esta abordagem, a qualidade arquitetônica da cidade não se restringe à realização de obras isoladas,

mas também à capacidade das novas arquiteturas relacionarem-se a fatos urbanos anteriores: a outras arquiteturas, à paisagem, ao lugar e aos sistemas de infraestrutura. (PEREIRA, 2012).

Para estruturar a análise, é necessária a setorização de partes da área a ser estudada, para que dessa maneira, se possa ter a visão do todo. Lamas (2011) trabalha com o conceito de dimensões espaciais, desde na escala da rua, passando pelo bairro e chegando à cidade. Em cada um desses níveis, Lamas adverte o leitor sobre quais elementos deve-se observar para compreender a forma urbana. Ressalta-se a seguinte afirmativa:

A leitura do espaço, faz-se ao nível directo da percepção dos seus elementos morfológicos, organizados em sequências. É através da sucessão e estruturação de formas de dimensões sectoriais que compreendemos as formas à dimensão urbana, e pela articulação destas que passamos à dimensão territorial. A forma de um bairro será composta de diferentes unidades espaciais (ruas, praças, pátios, jardins, etc.). E a forma de uma cidade será composta de elementos cuja escala é diferente: bairros, vias, nós viários, parques, etc. A decomposição da forma é um processo que se relaciona quer com a análise quer com a concepção do espaço. O desenho urbano – por necessidades da estrutura mental e operativa humana organiza a forma pela adição e composição dos elementos morfológicos, ou formas de escalas inferiores. (LAMAS, 2011, p.76)

O autor supracitado segue particularizando os elementos da análise da morfologia urbana a partir de escalas e faz uma analogia com a arquitetura, correlacionando os elementos arquitetônicos com os urbanísticos. Ele trabalha com o conceito de elementos morfológicos identificáveis, que são aqueles essenciais que compõem a forma urbana. São considerados esses componentes: o solo, os edifícios, o lote, a fachada, o logradouro, o traçado (rua), a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano. Após esclarecer o conceito e a participação de cada um desses itens, o autor conclui que “A leitura da cidade e do território faz-se simultaneamente a diferentes níveis ou escalões e também por percurso e sequências, o que significa que a forma urbana só pode estudada e compreendida em um sistema de semi-retícula¹⁶.” (LAMAS, 2011, p.110).

A leitura urbana proposta pela obra, “A imagem da cidade (1960)” do autor norte-americano Kevin Lynch, colabora com a análise do objeto da presente pesquisa, estabelecendo outros critérios para serem observados na área central fortalezense. Lynch defende o estudo sequenciado para que haja a apreensão do espaço urbano e utiliza os conceitos de legibilidade e imaginabilidade para definir o que seria uma imagem urbana consolidada.

¹⁶Segundo LAMAS, um sistema de semi-retícula é um conjunto dos elementos da morfologia urbana, que devem ser apreendidos como uma totalidade, mas que para que seja obtida uma análise mais aprofundada é necessário que ocorra a individualização em partes ou em subconjuntos articulados e que dessa maneira, conformam essa unidade, esse todo, como uma colcha de retalhos.

Legibilidade refere-se à clareza com que os habitantes ou visitantes têm em estruturar e identificar o espaço. Isso facilita sua orientação no lugar e quando se obtém essa qualidade, indica que o espaço é bem delimitado, definido. Quanto ao termo imaginabilidade, alude-se à capacidade de, mesmo distante fisicamente do lugar, o indivíduo consegue descrever o sítio, se transportando mentalmente para ele. Lynch defende que:

Na verdade, um ambiente característico e legível não oferece apenas segurança, mas também reforça a profundidade e a intensidade potenciais da experiência humana. Embora a vida esteja longe de ser impossível no caos visual da cidade moderna, a mesma ação cotidiana poderia assumir um novo significado se fosse praticada num cenário de maior clareza. Potencialmente, a cidade é em si o símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se bem organizada em termos visuais, ela também pode ter um forte significado expressivo. (LYNCH, 2006, p.5).

Partindo desses conceitos mais abrangentes, o autor determina os componentes que são responsáveis pela formação da imagem da cidade e que a partir deles é que poderá se obter a legibilidade e imaginabilidade. São cinco os elementos: bairros (setores), limites, marcos, pontos nodais e vias (percursos). A análise desses itens ampara a metodologia para identificar as permanências patrimoniais na área central fortalezense. Esses elementos foram apropriados por Philippe Panerai na obra “Análise Urbana (1999)” e também explicitados, constituindo um ponto de aproximação entre ambos os autores. Panerai (2014) utiliza a literatura de Lynch (2006) para fundamentar a análise sequencial do espaço¹⁷, método empregado por Panerai para o estudo urbano que possibilita o “estudo das modificações do campo visual de um percurso.” (PANERAI, 2014, p.36). A seguir serão apresentadas as definições desses cinco componentes da paisagem urbana de Lynch (2006), corroborada por Panerai (2014).

Bairros representam as áreas de médio ou grande porte na cidade que possuem características em comum que as unificam e as identificam. Ou seja, “O observador neles “penetra” mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam.” (LYNCH, 2006, p. 52).

Panerai (2014) trabalha com o conceito de “setores” ao invés de “bairros” por abranger os limites institucionalizados do bairro ou por propor um recorte na área de acordo com o objetivo da análise. Panerai define como “setores”:

¹⁷ Acerca da análise sequencial, Panerai defende: A identificação dos elementos que constituem uma paisagem só pode ser feita – e aí está o interesse dessa abordagem – por meio de uma análise direta realizada no próprio local. A cidade deve ser apreendida desde o seu interior, por uma sucessão de deslocamentos. “Tal procedimento – no qual a cidade não é apenas uma visão panorâmica, *à vol d’oiseau* ou em planta, com um ponto de fuga próximo do infinito – não nasceu com Lynch. Ele é fruto do desenvolvimento dos novos meios de transporte (como visto, a velocidade incita-nos a lançar um novo olhar sobre o espaço) e, sobretudo, vale-se extensivamente das novas formas de representação do espaço que surgem com as descobertas científicas.” (PANERAI, 2014, p.36).

[...] é uma porção do território urbano identificada como uma totalidade. Um setor pode corresponder a uma zona homogênea do ponto de vista morfológico (constituído por uma variação de um tipo ou de tipos assemelhados) ou, pelo contrário, a uma zona heterogênea. Pode apresentar um ou vários limites nítidos (bordas identificáveis) ou terminar em franjas difusas. Pode englobar percursos e núcleos, ou se situar à parte, de escanteio. Pode, em nível da prática urbana, abranger a noção de bairro ou propor um recorte completamente diferente; é por essa razão que considero a tradução, frequentemente feita, de *district* por “bairro” uma fonte de confusões. Por fim, note-se que apenas determinados setores de uma cidade são claramente identificáveis, subsistindo entre eles indefinições, interstícios, lacunas, vazios. (PANERAI, 2014, p.33).

Limites são as fronteiras entre dois elementos, as barreiras, as quebras de continuidade que conformam os contornos de uma cidade, de um bairro ou de uma área. Lynch (2006) define:

[...] são os elementos lineares não usados ou entendidos como vias pelo observador. (...) podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região de outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram. (LYNCH, 2006, p. 52).

Panerai (2014) utiliza a mesma terminologia de Lynch (2006) para definir esse elemento da paisagem urbana, para ele:

[...] são as bordas características dos setores e marcam visualmente seu término. Eles podem ser constituídos por um corte no tecido (bulevar, parque, canal, viaduto, via férrea), por uma mudança tipológica no espaço edificado, por uma ruptura do relevo, etc. Muitas vezes os limites se confundem com barreiras ao crescimento (antigas ou atuais), o que faz sentido, uma vez que elas são elementos importantes na formação do tecido. (PANERAI, 2014, p.33).

Marcos são os elementos de referência espaciais. Geralmente são aqueles equipamentos que se destacam em relação ao conjunto, se tornando símbolos de uma região. portanto, “[...] São geralmente usados como indicadores de identidade, ou até de estrutura, e parecem tornar-se mais confiáveis à medida que um trajeto vai ficando cada vez mais conhecido.” (LYNCH, 2006, p. 53). A definição de Panerai (2014) dialoga com a de Lynch (2006), como se observa na seguinte passagem:

[...] são, em geral, elementos construídos, edifícios excepcionais, monumentos ou parte de monumentos, dotados de uma forma particular que facilita sua identificação. Uma praça, um cruzamento, um largo, uma ponte, um castelo d’água ou um morro também podem ser marcos. Eles podem balizar um percurso, indicar um núcleo, caracterizar um setor, bem como estar isolados das zonas identificadas. Eles também podem se combinar entre si em um conjunto monumental ou pitoresco. (PANERAI, 2014, p.33).

Ponto nodal é o lugar de encontro entre os fluxos, notadamente se localizam em posições estratégicas da cidade e a partir deles, são distribuídos os trajetos. Lynch (2006) afirma: “são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem

ser basicamente junções, locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, monumentos de passagem de uma estrutura a outra.” (LYNCH, 2006, p. 52-53). Panerai (2014) incorpora essa definição de Lynch (2006) e completa:

[...] são pontos estratégicos na paisagem urbana, sejam de convergência ou encontro de vários percursos, sejam de rupturas ou pontos singulares do tecido. Como no caso dos percursos, sua identificação não necessariamente exige o reconhecimento de elementos morfológicos simples, de espaços claramente definidos. Ela tampouco se confunde com a demarcação de um lugar definido exclusivamente a partir de critérios de uso ou simbólicos. Por aí, pode-se avaliar a dificuldade da abordagem visual, que parte, ao mesmo tempo, de uma análise objetiva das formas e das distribuições e de uma percepção da qual a vivência social nunca está ausente. (PANERAI, 2006, p.30-33).

Vias são os meios de circulação que possibilitam a construção dos caminhos do observador seja de modo intencional ou ocasional, ou seja, é por onde ele se desloca. Podem ser enquadradas nessa ideia ruas, alamedas, canais, ferrovias. Lynch explicita: “Os habitantes de uma cidade observam-na à medida que se locomovem por ela, e, ao longo dessas vias, os outros elementos ambientais se organizam e se relacionam.” (LYNCH, 2006, p. 52).

Nesse quinto quesito há uma diferenciação da visão de Panerai (2014) com a de Lynch (2006) no que se refere à análise do tecido urbano. Panerai defende que seja trabalhado o termo “percursos”, pois este é mais abrangente, não se limitando ao sistema viário como a visão do autor norte-americano, mas sim de todo o conjunto de trajetos que podem ser descortinados ao se debruçar por uma paisagem urbana.

O “percurso” não é somente a sucessão de peripécias turísticas que assaltam o transeunte entre a Praça de São Marcos e a Ponte do Rialto, dele fazem parte os espaços mais organizados e os mais banais, qualquer porção de rua ou itinerário importante. Sua identificação permite uma primeira abordagem da paisagem urbana, de grande interesse quando comparada com o que nos revela o estudo do crescimento. Observe-se, a propósito, que os percursos principais frequentemente retomam as vias de traçado mais antigo. (...) Os percursos, ao menos suas porções mais facilmente identificáveis, não são forçosamente contínuos e interligados uns aos outros; subsistem zonas indefinidas, frequentemente reveladoras de rupturas históricas no processo de urbanização. (PANERAI, 2006, p.30).

É importante destacar que Lynch ratifica que nenhum desses elementos encontra-se de forma isolada no contexto urbano, sendo necessária essa categorização para a leitura urbana, mas que se deve estar ciente que esses componentes fazem parte de um todo e que o limite entre esses conceitos é tênue, por vezes se mesclam.

Os bairros são estruturados com pontos nodais, definidos por limites, atravessados por vias e salpicados por marcos. A sobreposição e interpenetração dos elementos ocorre regularmente. Se esta análise começa pela diferenciação dos dados em categorias, deve terminar por sua reintegração à imagem total. (LYNCH, 2006, p.54).

Do exposto denota-se que para a obtenção de um desenho urbano bem definido, a existência desses itens é um dos pré-requisitos para que se obtenha a imaginabilidade e a legibilidade, conceitos estes defendidos pelo autor para que uma urbe se torne individualizada em relação às demais. Essa particularização da cidade a torna mais representativa, única e como consequência, mais presente na memória daqueles que a usufruem.

Na obra de Panerai (2014) como se observa a partir do apresentado, há uma relação direta com a obra de Lynch (2006). Visando elucidar os aspectos defendidos pelo francês, segue-se a análise da obra “Análise Urbana (1999).” Panerai afirma que a qualidade urbana e sua valorização advêm do desenho urbano (especialmente do traçado) que oferecem uma estabilidade e sentimento de pertencimento para os habitantes em meio às constantes mudanças que ocorrem no curso da história urbana.

[...]. A revalorização da cidade deve-se à qualidade de sua planta. O mapa da cidade, em especial em suas partes mais antigas, é caracterizado pela permanência dos traçados, à qual se acrescenta a permanência dos monumentos. Tal estabilidade não é apenas um dado histórico de interesse para eruditos e curiosos. Paradoxalmente, a estabilidade parece ser cada vez mais necessária à medida que o futuro parece ser cada vez mais incerto. As mutações econômicas não se fazem sem violência, mas são mais fáceis de suportar num contexto conhecido. O espaço constitui-se um sistema de marcos e referências cuja permanência é tranquilizadora. A identificação da cidade, de suas partes e dos itinerários que permitem o deslocamento nela vai além da “legibilidade” de Kevin Lynch. Ela passa por uma soma de detalhes banais que facilitam a vida cotidiana: o endereço, a indicação que dele podemos dar, a obviedade do *status* dos espaços, as escolhas possíveis. Essas pequenas coisas fazem parte de uma cultura local que caracteriza cada cidade e favorece o sentimento de pertencimento e a coesão social. Nesse sentido, o mapa da cidade é um dos elementos da cidadania. Podemos nos perguntar se a revolta dos subúrbios – objetivamente motivada pela concentração de pobreza e subemprego em determinados bairros – não é também a expressão de uma reivindicação mais profunda, de um “direito à cidade” cuja privação é sentida como um fator de exclusão. (PANERAI, 2006, p.162-163).

Panerai (2014) evidencia a questão do parcelamento do solo como um dos pontos a serem pesquisados ao se debruçar sobre a temática da forma urbana. Para o autor a relação entre rua e parcela é a responsável pela composição do tecido urbano. Ele também atenta para os limites dos lotes como um dos elementos essenciais para o entendimento dessa herança histórica.

O limite dos fundos do lote também é uma linha muito particular, porque separa as parcelas servidas por uma rua daquelas servidas pela rua seguinte. Mais que simples delimitação de uma propriedade fundiária, essa linha é, de fato, a divisa entre dois territórios. Reta e contínua nos loteamentos, ela é irregular nos tecidos antigos, seja porque no decorrer dos séculos os traçados perderam seu rigor original, seja porque o jogo de modificações e ajustes da propriedade fundiária tirou sua continuidade. Mesmo assim, ela às vezes se mantém e nos surpreende por sua nitidez, atravessando vários quarteirões e seguindo uma direção diferente do resto do parcelamento. Nesses casos, trata-se com certeza de alguma divisa anterior, como o leito de um antigo canal ou a fímbria de uma propriedade agrícola, que subsiste no tecido. (PANERAI, 2006, p.90).

Acerca do tecido urbano, Panerai (2014) reforça a relevância da malha antiga para a morfologia urbana. Destaca a capacidade de adaptação desse componente às novas situações requeridas pelos novos tempos.

[...]. Na verdade, eles são os únicos capazes de acolher o não-programado e de se adaptar de maneira rápida. A qualidade do tecido antigo – que deveria ser, de fato, a qualidade de todo tecido urbano, apesar do pouco que fazemos para que isso aconteça – deve muito à sua capacidade de assegurar simultaneamente estabilidade e mudança. De um lado, a permanência dos traçados, a presença dos monumentos (lembrando que monumento quer dizer, literalmente, aquilo que permanece, que perdura), a convenção que rege o espaço público, a persistência das atividades e dos símbolos. De outro, a flexibilidade das construções, a mudança dos usos, a reconversão dos edifícios, a substituição de alguns deles. (PANERAI, 2006, p.160).

Retomando os critérios de “análise sequencial do espaço” explicitada por Panerai (2014), uma obra que dialoga com os preceitos de Panerai é a do inglês Gordon Cullen, “Paisagem Urbana (1971)”. Esta se aproxima da visão do francês e estabelece outros elementos a serem observados em uma incursão pela urbe. Inicialmente o autor define três aspectos mais abrangentes da leitura sequencial, são esses: óptica, local e conteúdo, e segue designando outros que estão inseridos nesses três pontos de análise. Sobre o autor inglês: “Ele ensinava que para apreciar ou desenvolver a paisagem urbana era necessário aceitar as prerrogativas da urbanidade a qual dependia de uma relação estreita e compacta entre os elementos urbanos.” (PAVESI, 2011, p. 32).

No campo da óptica, Cullen trabalha com o conceito de “visão serial”, que significa a sucessão de surpresas, fatos urbanos, imagens que a paisagem urbana oferece ao ser descortinada por um transeunte. Em outros termos seria “O percurso de um extremo ao outro da planta a passo uniforme, revela uma sucessão de pontos de vista, [...]” (CULLEN, 2006, p.19). Essa definição de “visão serial” se aproxima ao conceito de “análise sequencial do espaço” defendidos por Panerai (2014).

O aspecto local se refere às diferentes reações que o indivíduo pode ter em relação à posição no espaço em que se encontra. Dentro da temática do “local” há uma série de elementos que o compõem, para a análise sequenciada aplicada ao percurso no Centro de Fortaleza destacam-se: recintos, edifício-barreira, aqui e além, desníveis, deflexão, acidentes, delimitação e caminhos para peões.

Recinto é uma das unidades básicas da morfologia urbana, é o objetivo da circulação para onde o tráfego (de pessoas ou automóveis) é conduzido. Cullen (2006) afirma: “Fora dele, o ruído e o ritmo apressado da comunicação impessoal, vai-vem que não se sabe

para onde vai nem donde vem; no interior, o sossego e a tranquilidade de sentir que o largo, a praceta, ou o pátio têm escala humana.” (CULLEN, 2006, p.27).

Edifício-barreira é o elemento de ruptura (pontuação ou delimitação) na fluidez de um percurso urbano. Ele altera o fluxo contínuo de uma circulação, porém não impede o tráfego de veículos e de pedestre, mas os desvia.

Aqui e Além representa a relação entre o conhecido (aqui) e desconhecido (além), portanto simboliza “O resultado prático desta articulação da cidade em partes identificáveis está em que, mal se cria um Aqui, temos logo que admitir um Além, e é justamente no tratamento e jogo destes dois conceitos espaciais que surge grande parte da expressividade urbana.” (CULLEN, 2006, p.184). O entendimento de “Aqui e Além” faz parte da trajetória do percurso urbano, o descortinamento do desconhecido se torna presente em todo o processo do caminhar, de descobrir a paisagem que se manifesta.

Os desníveis servem para estabelecer uma hierarquia no espaço urbano e constituir ritmos na paisagem urbana. Sobre essas sensações que os desníveis geram na apreensão do *locus*, tem-se que,

[...] De um modo geral, abaixo do nível médio do terreno, temos sensações de intimidade, inferioridade, encerramento ou claustrofobia enquanto que acima desse nível podemos ser tomados de grande euforia, ou por sensações de domínio ou superioridade ou, ainda, sentirmo-nos expostos ou com vertigens. O acto de descer significa baixar ao encontro daquilo que conhecemos enquanto que o de subir implica ascender ao desconhecido. (CULLEN, 2006, p.40).

A deflexão consiste em distorcer um pouco a edificação que está sendo destacada em relação ao eixo ortogonal da visão do observador, visando criar a “expectativa de que isso é feito intencionalmente, ou seja, que ao fim da rua existe algo que ele ainda não vê, mas do qual o edifício faz parte integrante.” (CULLEN, 2006, p.45).

Os acidentes defendidos por Cullen (2006) se aproximam da definição de “marcos” defendidos nas obras de Lynch (2006) e Panerai (2014), que significam os elementos que atraem a atenção do observador, dando significado à paisagem urbana. Nas palavras de Cullen (2006) no que se refere à importância e na conceituação de acidentes, vê-se,

A importância de acidentes numa rua – torres, campanários, elementos que criem um efeito de silhueta, cores vivas, etc. – reside na sua capacidade de prender o olhar, impedindo-o de deslizar para longe, e evitando, desta forma, a monotonia. A disposição estratégica de acidentes vem dar sentido às formas essenciais duma determinada rua, dum determinado local. (CULLEN, 2006, p.46).

Delimitação significa “[...] a divisão do sistema da cidade linear (ruas, passagens, etc.) em porções coerentes e visualmente compreensíveis”, retendo-se, no entanto, a noção de

percurso. [...]” (CULLEN, 2006, p. 108). Portanto, apesar de existir uma ruptura na continuidade da paisagem, a sensação de progressão, de percurso é mantida. A delimitação é um dos componentes básicos para a proposição das sequências ao longo do trajeto escolhido.

Os caminhos para peões¹⁸ ou vias pedonais consistem no tecido viário voltado para pedestre que permitem o deslocamento destes pela estrutura urbana. Eles conectam os lugares através de degraus, passeios, pontes, dentre outros elementos que permitem essa acessibilidade aos espaços. Nesses termos, Cullen estabelece uma dicotomia entre os caminhos para peões e as vias motorizadas: “[...]. Enquanto as vias motorizadas são fluidas e impessoais, os caminhos para peões, insinuantes e ágeis, conferem à cidade a sua dimensão humana. [...]” (CULLEN, 2006, p. 56).

O terceiro aspecto elucidado por Cullen (2006) é o conteúdo. Está relacionado às qualidades inerentes às diversas subseções da paisagem urbana. O autor explicita que,

Relaciona-se este último aspecto com a própria constituição da cidade: a sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que a individualiza. Se se considerar que a maior parte das cidades é de fundação antiga, apresentando na sua morfologia provas dos diferentes períodos de construção patentes nos diferentes estilos arquitectónicos e nas irregularidades do traçado, é natural que evidenciem uma amálgama de materiais, de estilos e de escalas. (CULLEN, 2006, p.13).

Como componentes do “conteúdo” que serão observados no percurso urbano no objeto da pesquisa (área central de Fortaleza), destacam-se: pormenores, sobreposição de usos, escala, integração de árvores e publicidade.

Pormenores são os detalhes da paisagem, que conferem qualidade a um objeto, tornando-o mais expressivo. Detalhes dos frontões ecléticos, uma fachada rebuscada são alguns dos exemplos de pormenores que podem ser citados.

A sobreposição de usos é uma das sínteses da dinâmica urbana. Representa a multiplicidade de funções que um espaço possa exercer ou significar para um lugar. É reflexo de estabelecer o espaço exterior como propriedade de todos, apropriando-se dele.

Escala está associada a um referencial, Cullen (2006) defende que “Escala não é dimensão, mas sim a dimensão que o edifício reivindica, implicitamente, aos nossos olhos.” (CULLEN, 2006, p.81). Para o arquiteto e urbanista a noção de escala é um requisito essencial para o ofício, determinando as soluções que serão sugeridas para o objeto de trabalho.

A integração de árvores é o que representa de mais longínquo na relação ambiente construído com o meio natural. As árvores são consideradas tanto estruturas da paisagem

¹⁸O termo significa “pedestre” na tradução para o português brasileiro.

urbana (sendo dispostas segundo um padrão de disposição) quanto como elementos vivos .
Acerca dessa relação entre espaço edificado e o natural, tem-se que,

A árvore e o edifício sempre mantiveram entre si uma relação especial, uma vez que convencionalmente são as duas maneiras geralmente aceites de pontuar a paisagem; e como tal chegaram a um entendimento. As árvores, à parte mudanças passageiras da moda, continuam as mesmas, enquanto os edifícios continuam a alterar-se com novas tecnologias e funções. Estas alterações atingiram uma dimensão que pede uma reavaliação da relação entre ambos. (CULLEN, 2006, p.170).

A publicidade para o autor é um componente que se encontra cristalizado na forma urbana das cidades na contemporaneidade, portanto, não pode ser negligenciada da análise em um percurso que pesquisa sobre a urbe. Cullen defende a existência desse elemento e diz que confere vivacidade e encanto ao *locus*. Ele ainda contesta os motivos pelos quais a “publicidade” é tão contestada ¹⁹por urbanistas, mas encerra afirmando a necessidade de bom senso entre ambas as partes. Analisando a obra de Gordon Cullen (2006), os trabalhos de Ian Nairn podem ser mencionados, pois foi colaborador na trajetória profissional de Cullen. No quesito da “publicidade”, os escritos de Nairn na revista *AR (The Architectural Review)* foram incorporados na obra “Paisagem Urbana” no ano de lançamento em 1961. Acerca desse momento, Pavesi (2011) elucida,

A *AR* não quer necessariamente uma diminuição do número de anúncios publicitários, afirmava Nairn, mas anúncios publicitários mais claros, ordenados e menos padronizados. Lembramos que ao longo dos anos 1950 artigos sobre anúncios publicitários eram muito comuns já que esse fenômeno era relativamente recente e associado à ascendência da sociedade de consumo e aos cada vez mais acessíveis produtos de consumo de massa. A questão da inserção dos anúncios publicitários externos na paisagem urbana estava sendo abordada nas páginas da *AR* antes da publicação de *Outrage* e foi explorada por Gordon Cullen o qual incluiu em *Paisagem Urbana* (1961) muitos dos artigos publicados na revista ao longo dos anos 1950. (PAVESI, 2011, p.67-68).

Dialogando com outra obra do francês Panerai elaborada em parceria com Jean Castex e Jean-Charles Depaule, “Formas Urbanas: a dissolução da quadra (1977)”, há mais debates a respeito da análise da morfologia urbana e os autores destacam a “quadra” como elemento a ser individualizado para que sejam apreendidas as relações sociais impressas no espaço.

A quadra podia então ter uma complexidade interna que, sem precisar ser codificada de maneira explícita, poderia ser estudada e testada, sobretudo por meio de mecanismos de adaptação e correção que estavam sujeitas a condicionantes particulares. A hierarquia em direção ao interior da quadra muitas vezes se desenvolvia em sequência (primeiro pátio, interrupção, segundo pátio, interrupção, etc.), e a interconexão de lugares justificava implantações complexas. Uma

¹⁹Cullen (2006) explicita os quatro principais motivos pelos quais a publicidade é um aspecto bastante criticado pelos urbanistas: anúncios são incongruentes e geram desconforto, são invasores dos espaços públicos, banalizam a paisagem e distraem os condutores e usuários das vias.

hierarquia vertical, mais ou menos constante por toda a quadra, se somava à horizontal. Por fim, esse conjunto complexo dependia do *status* das ruas que o circundavam, de sua posição na hierarquia da cidade ou do bairro, o que conferia um significado particular a cada lado da quadra. A quadra “reagia” com vigor a qualquer desequilíbrio hierárquico. Em um bairro no qual a classe média era pouco representada ou mesmo inexistente, a quadra compensava por essa anormalidade aumentando sua hierarquia interna: ela era subdividida por passagens, “ruas” internas e vários pátios internos. (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013, p.35).

Panerai, Castex e Depaule (2013) evidenciam que apesar de defenderem a “dissolução da quadra”, ou seja, partir do estudo morfológico através do entendimento do quarteirão, suas características internas (limites, lotes, desenho), a quadra não é o elemento primário do desenho urbano, mas uma consequência do parcelamento das vias do tecido urbano.

Entender a quadra, não como uma forma *a priori*, mas como uma resultante, uma estrutura que organiza uma parcela do território urbano, requer que esqueçamos por alguns momentos as grandes composições regulares que do tabuleiro do xadrez de Hipódamo de Mileto às superquadras de Brasília marcaram a história do urbanismo voluntário, que deixemos de lado a imagem assustadora da cidade romana, *as bastides* francesas e as cidades coloniais espanholas, que abandonemos a quadrícula de Jefferson e o plano de Cerdá. Ou então considerar pelo menos que esses projetos marcaram o retorno periódico na história de um pensamento global onde a lógica da quadra e da malha viária se fundem em uma racionalização de experiências prévias. Basta olhar para os planos das primeiras *bastides* ou as primeiras criações espanholas na América Latina para observar as tentativas e os erros necessários antes de avançarmos aos planos codificados que consideramos cânones. (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013, p.207-209).

O tecido urbano é entendido como um conjunto de estruturas sobrepostas que atuam em diversos níveis, porém estes estão articulados e cujos limites se comunicam, não são rigidamente estabelecidos. Todavia existem lógicas sobre as quais esses sistemas estão definidos, como é observado a seguir,

- a lógica das vias, dentro de seu papel duplo de movimento e distribuição;
- a lógica do parcelamento do solo, que define as questões fundiárias e onde as iniciativas privadas e públicas se manifestam;
- lógica das edificações que acomodam diferentes atividades. (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013, p.202).

Os autores seguem tecendo um debate acerca da morfologia da cidade ao longo da obra, defendendo a relação que o espaço possui com a história urbana. O espaço está intrinsecamente conectado aos “costumes ou conjuntos de disposições que são típicos das formas de sociabilidade que dependem das peculiaridades sociais e das culturas regionais ou nacionais. O espaço, portanto, tem sua história.”(PANERAI, CASTEX, DEPAULE, 2013, p.157). Nesses termos, a partir do espaço é possível identificar as permanências dos tempos passados impressos na materialidade das quadras, dos bairros, dos percursos. Partindo desse

pressuposto, ao se propor imergir em um trecho reconhecidamente como histórico, esse acervo patrimonial poderá ser desvelado.

Outro viés que merece ser realçado é a apreensão sobre a diferenciação social materializada nas fachadas dos edifícios. Os autores tratam acerca das intervenções haussmannianas na Paris do século XIX, de como se impôs uma homogeneização nos bairros parisienses, porém ao mesmo tempo se estabelecia uma estratificação social baseada na posição do imóvel à rua “o *status* social diminuía da fachada da rua em direção ao fundo do pátio da quadra.” (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013, p.160).

A moradia igualmente refletia essas imposições da sociedade, com seus ambientes e funções bem definidas, especialmente nas residências das classes mais abastadas. O quarteirão dessas casas passava a se remodelar pautado na codificação social e no modo de vida burguês. O mesmo não acontecia nos bairros destinados às classes operárias, segundo Panerai, Castex, Depaule (2013),

Contudo, para as classes operárias da mesma época, esta separação não existia. Suas vidas cotidianas não se centravam no lar; era a vida coletiva, urbana, que estruturava suas atividades produtivas. A transformação, que primeiramente afetou a burguesia, apenas aos poucos se generalizou. Esta mudança foi explicitamente visada nas políticas de habitação popular, que, ao tentar estabilizar uma força de trabalho volúvel, tentou eliminar aquelas práticas urbanas e coletivas das classes operárias que eram consideradas perigosas do ponto de vista da higiene, moralidade e paz social. (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013, p.161).

Essas influências das reformas desprendidas por Haussmann chegaram às terras alencarinhas, dotando Fortaleza, uma vila de caráter provinciano, esse modo de vida burguês que se materializou no espaço físico e social. Portanto, essa dicotomia dos “lugares” da elite e dos operários também foi imposta ao núcleo urbano. Essa herança é observada no presente momento. Nas áreas periféricas do centro, mais lindeiras aos espaços do “trabalho” (fábricas, porto e armazéns), há uma diferenciação da arquitetura dos imóveis e da relação com a quadra, por mais que também estivessem sob o crivo do poder público e da sua ordem higienizadora e rotuladora do sítio da urbe.

Em suma a obra de Panerai, Castex e Depaule (2013) pode ser entendida como:

Sem querer negar que estas propostas sejam interessantes ou sua atualidade para o debate sobre a construção da cidade contemporânea, é preciso recomençar com um ponto de vista distinto para redescobrir a lógica elementar do tecido urbano. Seja preexistente (um caminho não pavimentado) ou proveniente de um traçado novo, é a rua que distribui, alimenta e ordena a edificação. A relação dialética entre rua e lote edificado cria o tecido urbano, e é na permanência desta relação – que permite modificações, ampliações e substituições de prédios – que reside a capacidade de uma cidade em se adaptar às mudanças demográficas, econômicas e culturais que marcam sua evolução. O traçado viário determina a relação com o terreno, o centro da cidade e a possibilidade de expansão urbana. A largura dos lotes (sua testada) e sua profundidade condicionam os tipos de edificações que podem ser implantados e

são condicionantes por elas. O lote estreito corresponde a uma casa em fita ou a um edifício de pequena altura (o lote gótico), os lotes maiores permitem as vilas e os pavilhões, as casas com pátio interno e os edifícios de apartamentos. O remembramento de pequenos lotes ou o desmembramento de grandes, quando as condições históricas o exigem, permite a inclusão de novos tipos de edificação. Uma quadra pode acomodar diferentes tipos de prédio e densidades. Pátios internos e jardins podem coexistir com lojas e pequenas indústrias, e várias funções podem estar lado a lado. (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013, p.209).

Do exposto, infere-se que a análise da forma urbana da área central de Fortaleza segue esses caminhos metodológicos que foram elucidados. A leitura do tecido urbano é pautada pela decomposição do bairro em percursos e elementos (marcos, pontos nodais, vias, lotes, quadras, óptica, local e conteúdo) como é recomendado pelos autores trabalhados.

Observa-se que a partir dos espaços públicos da área central, especialmente as praças é concedido um norte para essa apreciação do objeto da pesquisa. Notadamente, esses logradouros são elementos da história urbana da Capital, podendo ser considerados marcos urbanos. Ressalta-se que apesar do estudo possuir uma ênfase na leitura do sistema de praças da região, há uma expansão para os demais pontos, tendo em vista a averiguação dos bens patrimoniais existentes do trecho delimitado. É importante frisar que o que estão sendo trabalhados são os espaços públicos articulados com o acervo edificado, configurando dessa forma, a análise do conjunto urbano da área histórica central de Fortaleza. Acerca do conceito de espaço público, tem-se que:

O espaço público compreende a totalidade das vias: ruas e vielas, bulevares e avenidas, largos e praças, passeios e esplanadas, cais e pontes, mas também rios e canais, margens e praias. Esse conjunto organiza-se em rede a fim de permitir a distribuição e a circulação. A rede é contínua e hierarquizada; isso quer dizer que uma rua principal organiza uma porção do território urbano maior que uma rua local ou uma viela. Os jardins públicos constituem um caso particular e ambíguo. Alguns são frutos do tratamento paisagístico de uma parte do espaço público (as aléias laterais arborizadas de uma avenida ou o canteiro no centro de uma praça), outros são, de fato, jardins privados (às vezes vinculados a alguma instituição) abertos ao público, outros, ainda, verdadeiros fragmentos do campo inseridos na cidade. (PANERAI, 2006, p.79-81).

É nessa rede de espaços públicos que se acredita que está inserida a maior parte dos bens de valor patrimonial a ser identificado no presente estudo.

PARTE II

4. FORTALEZA E SEUS PERCURSOS: UM BAIRRO, UM MARCO E UM CENTRO

O processo de consolidação da formação territorial do Ceará ao longo do século XVI teve diversos entraves para a Coroa portuguesa, incluindo fatores econômico-estratégicos (a terra não era propícia ao cultivo da cana de açúcar), social (resistência dos indígenas) e as intempéries (ventos fortes, calor e aridez do solo) que dificultavam a adaptação e fixação dos colonos na Capitania.

A colonização cearense aconteceu a partir dos sertões, durante o século XVII, através da dinâmica da agropecuária, que promoveu a efetiva ocupação territorial. Nesse contexto, as vilas que apresentavam destaque para o Ceará eram aquelas que estavam inseridas no ciclo do gado, especialmente Aracati e Icó.

Fortaleza, um núcleo que surgiu às margens do Forte de Nossa Senhora da Assunção²⁰, foi elevada a categoria de vila em 1726, e recebeu por imposição da Coroa portuguesa, a função de ser sede administrativa da Capitania do Ceará. A vila como centro administrativo, possuía uma importância socioeconômica diminuta nesse período, pois não se encontrava no foco da dinâmica econômica da capitania.

O processo de hegemonia de Fortaleza como o núcleo urbano no território cearense foi desencadeado a partir do início do século XIX e teve sua consolidação na segunda metade do referido século. A emancipação do Ceará diante de Pernambuco em 1799 foi um dos fatores decisivos nesse processo, pois foi necessário dotar a vila com a infraestrutura condizente ao *status* e função de sede político-administrativa. Nesses termos, foi criado um aparato administrativo-institucional para possibilitar o controle das divisas e do escoamento da produção algodoeira. Paulatinamente, Fortaleza foi concentrando a força político-econômica do Ceará, ao passo, que Aracati, como lugar representativo do espaço pecuarista hegemônico na economia da província, foi entrando em declínio. Castro (1994) descreve o panorama da Fortaleza oitocentista:

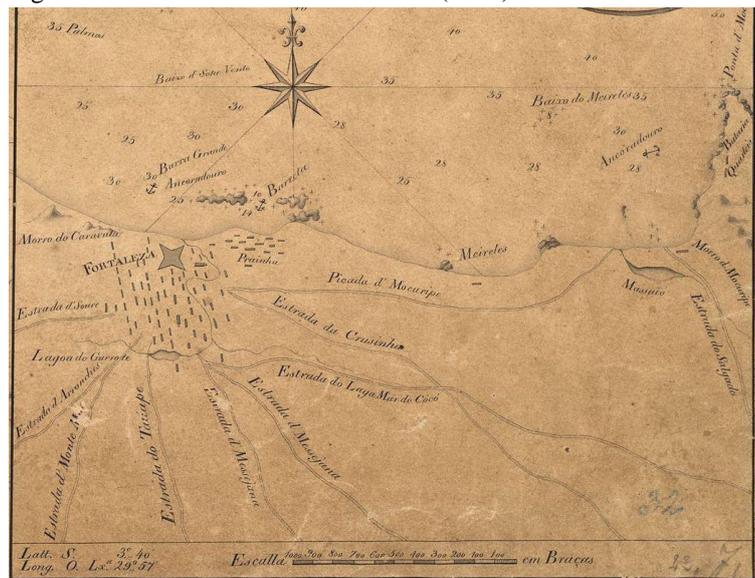
Transformada portanto em sede oficial de capitania independente, a vila na verdade vê reforçar-se a velha condição de capital de fato, com que já figurava nos tempos da antiga capitania militar subalterna. As funções administrativas revalorizadas passam a somar-se às novas funções comerciais de porto de exportação algodoeira.

²⁰Fortaleza inicialmente possuiu uma ocupação mais a oeste, nas proximidades do Rio Ceará, onde fora edificado o Forte São Sebastião no início do século XVII. Em meados do mesmo século, no contexto das invasões holandesas no território brasileiro, acreditou-se que o terreno era impróprio para a edificação de uma fortaleza e se tomou as terras mais a leste, nas proximidades do Riacho Pajeú, como as adequadas para a consolidação do território.

Submetida a uma convergência de interesses, consolidados pelo conjunto de mudanças ocorridas no Brasil de começos dos oitocentos, a Vila do Forte demonstra situar-se em *locus* privilegiado no espaço geográfico da futura Província, o que explica a conseqüente e posterior hegemonia de Fortaleza na rede urbana cearense. (CASTRO, 1994, p.45).

A administração da Vila do Forte, ansiando por uma organização espacial do núcleo urbano, acata a proposta elaborada pelo engenheiro português Silva Paulet²¹ que implementa o traçado em xadrez de 1818 a “Planta da Villa de Fortaleza” (Figura 02).

Figura 02 - Planta da Villa de Fortaleza (1818).



Fonte: ANDRADE (2012).

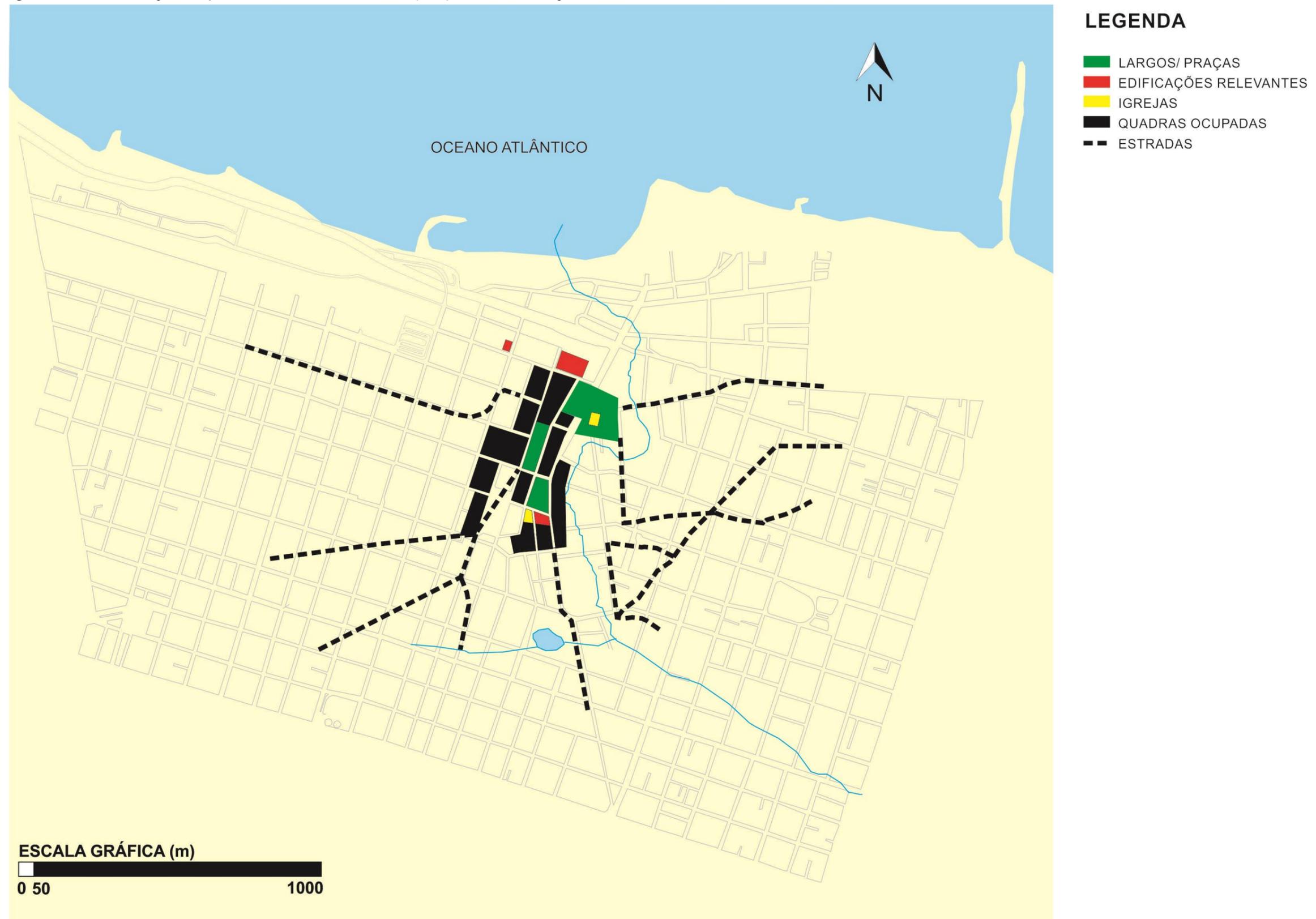
Castro disserta (1994) sobre o trabalho de Paulet afirmando que:

A participação de Paulet, na verdade, ocorreu na parte plana da vila, quer dizer, já fora da encosta que marginava o riacho Pajeú e dos dois morros situados perto da praia, que o conduziam ao mar. Essa parte plana, ou melhor, essa espécie de planalto onde veio a se desenvolver a zona central da cidade, ficava delimitada, a norte, por uma rua ou caminho grosso modo paralelo ao mar, aberto em continuação ao lado sul do quartel da Fortaleza, e a leste, pelo trecho da vila já construído na margem ocidental do riacho e acomodado às suas curvas. O plano de Paulet ocupava área diminuta: constava de duas ou três “ruas” perpendiculares à linha de continuação da divisa do terreno do quartel da Fortaleza, portanto paralelas e dispostas na direção norte-sul, além de cortadas ortogonalmente por “travessas”. (CASTRO, 1994, p.49-50).

Buscando aferir essa herança do traçado do início do século XIX, especializou-se no tecido urbano contemporâneo, o documento elaborado por Paulet em 1818 (Figura 03).

²¹ O engenheiro Silva Paulet no ano de 1813 elabora um desenho da vila, o documento é intitulado de Planta do Porto e Villa da Fortaleza. Segundo Matos (2009), “Paulet não se atém a esmiuçar o plano da vila, mas sim detalhar o litoral fortalezense e as informações oceânicas próximas à costa, destacando principalmente o aspecto do perfil litorâneo e a localização dos recifes, já na busca pelo melhor lugar para fixação de uma zona portuária que permitisse atracação de barcos maiores”. (MATOS, 2009, p. 99-101). Por possuir uma característica mais acentuada de carta náutica, é solicitado um novo documento que destacasse a estrutura urbana de Fortaleza, sendo, portanto, novamente contratado em 1818.

Figura 03 - Exercício de espacialização da “Planta da Villa de Fortaleza (1818)” no tecido contemporâneo.



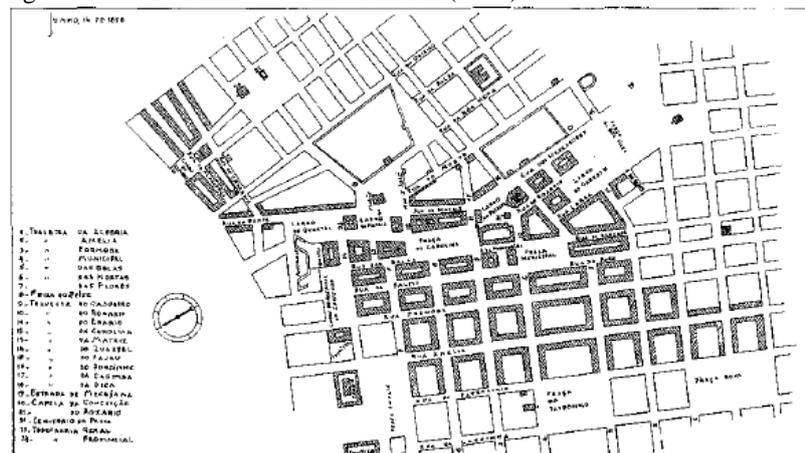
Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015), respaldado nos apontamentos de Andrade (2012).

Nesse contexto da primeira metade do século XIX, inicia-se a disciplinarização da sociedade fortalezense, especialmente sobre a parcela mais carente, vítima de ações repressoras por parte da ação policial e do pensamento higienista. Nesse sentido, “A ciência e a técnica davam seus primeiros passos em Fortaleza.” (JUCÁ NETO, 1993, p. 30). Elevada à categoria de cidade em 1823, Fortaleza permanecia um diminuto conglomerado urbano da década anterior. Um dos entraves ao processo de modernização da Capital pode ser citado as constantes secas e epidemias que ocorreram durante o século XIX e início do XX.

[...] Nestes períodos epidêmicos, pânico e terror tornaram-se uma constante na capital cearense. As doenças, presentes nos mais recônditos lugares de Fortaleza, atingiram todos, independentemente de suas condições de moradia e de suas condições sociais. Isto aconteceu durante as secas de 1824-1825, de 1845-1846, de 1877-1879 e de 1900 e 1915, quando a cidade foi atacada pela varíola, pelas infecções pulmonares, gástricas, dentre outras. (JUCÁ NETO, 1993, p. 52).

Nos idos de 1850, a administração intenciona ampliar a urbe, expandindo para nordeste (em direção ao porto) e para o leste, ultrapassando até então a barreira geográfica, o Riacho Pajeú, sendo elaborada outra planta (Figura 04), a Planta da cidade de Fortaleza (1856). O desenho foi elaborado pelo Padre Manoel do Rego Monteiro, delimitava a expansão para o leste, “[...] não se mostrava como continuidade das quadras em xadrez já abertas na zona central, (...), representação que deixava de traduzir com exatidão quer a realidade quer as possibilidades de expansão urbana.” (CASTRO, 1994, p.52).

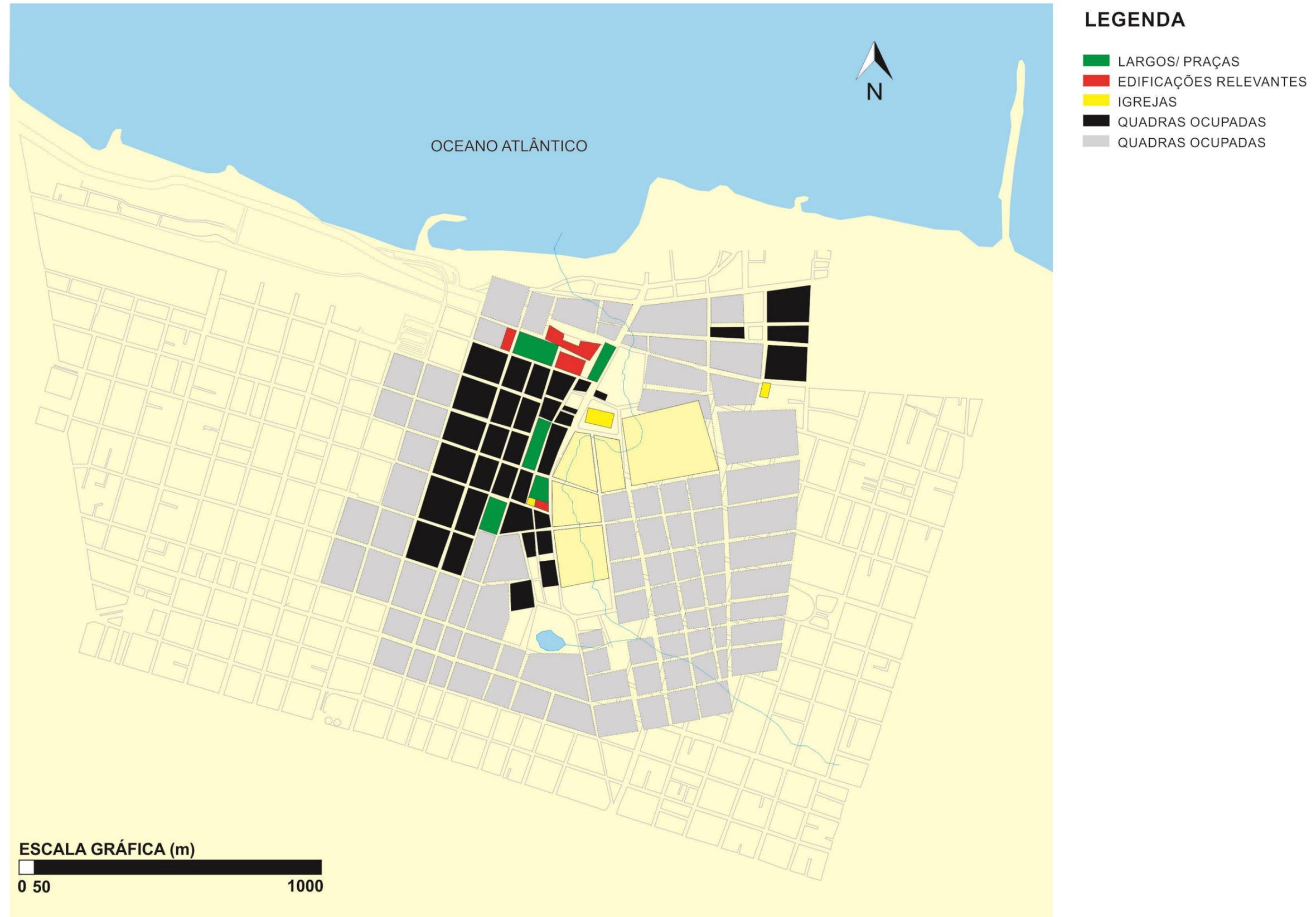
Figura 04 - Planta da cidade de Fortaleza (1856).



Fonte: CASTRO (1994).

Novamente é proposta a atividade de se debruçar sobre essa herança no traçado do momento atual (Figura 05). Nota-se que a expansão delineada para a porção mais oriental da urbe não se concretizou. O eixo em paralelo ao Riacho Pajeú se confirmou somente nas áreas mais lindeiras ao corpo hídrico. No restante do bairro, a quadrícula retoma e se torna uma característica hegemônica da malha urbana da Capital.

Figura 05- Exercício de espacialização da “Planta da cidade de Fortaleza (1856)” no tecido contemporâneo.

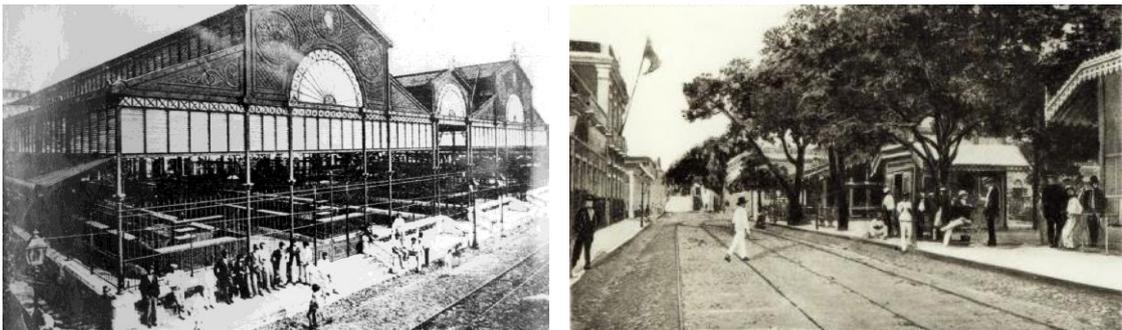


Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015), respaldado nos apontamentos de Andrade (2012).

Na segunda metade do século XIX, Fortaleza assim como as demais cidades brasileiras, sofreu transformações arquitetônicas e urbanísticas que objetivam a inserção do padrão das cidades modernas europeias no período oitocentista. Durante essa conjuntura, foi edificado grande parte do acervo arquitetônico de interesse patrimonial da cidade na atualidade (Figuras 06 e 07).

Não menos importante seria a expansão das edificações públicas. Prédios como o da Santa Casa de Misericórdia (1861), Cadeia Pública (1866), Assembléia Legislativa (1871), Asilo de Mendicidade (1877), Escola Normal (1884), Quartel do Batalhão de Segurança (1880), Estação da Estrada de Ferro de Baturité (1880), além dos mais antigos, como o Palácio do Governo, Mercado Público, Palácio Episcopal, Tesouraria da Fazenda (1895), conferiram a Fortaleza a marca de capital da Província. A criação de escolas, hoje denominadas de 2º grau, da Biblioteca Pública, do Instituto do Ceará e de clubes sociais imprimia ao núcleo uma vida de cultura e ócio, não comparável, evidentemente, a similares das mais importantes capitais do País, mas inacessível aos mais poderosos das outras cidades do Ceará. Investimentos em iluminação pública, calçamento de ruas, construção de praça pública (Passeio Público) e chafarizes modernizaram a Capital. (LEMENHE, 1991, p.123).

Figuras 06 e 07 - Mercado Público e Praça do Ferreira no período do final do século XIX e início do século XX.



Fonte: Arquivo Museu da Imagem e do Som.

Esse período que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX é marcado por essas mudanças tanto sociais quanto urbanas no Brasil. É nesse contexto histórico que acontece a abolição da escravatura (1888), a proclamação da república (1889) e a consolidação do regime do assalariado (final do século XIX). Diversas cidades brasileiras passaram por reformas incorporando o padrão de urbanidade europeia. Portanto, no caso de Fortaleza o discurso do reordenamento tanto do social quanto o urbano foi implantado na Capital, objetivando o disciplinamento dos habitantes e a racionalização da cidade.

Em Fortaleza, capital do Ceará, assistiu-se também, a partir mesmo da segunda metade do século XIX e com maior intensidade durante a Primeira República (1889-1930), a semelhantes tentativas de *regeneração urbana*. Problematicando a existência, na cidade, de faltas, desvios e perigos naturais e sociais que comprometiam uma apregoada necessidade de torná-la um centro desenvolvido e civilizado, um movimento considerável de discursos e práticas emergiu e procurou-sobretudo através de estratégicas medidas embelezadoras, saneadoras e higienistas – ordenar seu espaço e disciplinar sua população. (PONTE, 2010, p.17).

A tipologia dos imóveis brasileiros também passava por um processo de transformação, que rompiam com a horizontalidade da cidade. No período se popularizava a edificação de sobrados, que costumava possuir dois pavimentos. Normalmente o andar superior “destinava-se à morada dos proprietários, enquanto o rés-do-chão servia como loja de vendas, depósito de mercadorias, dormitório de agregados e de escravos.” (CASTRO, 1997, p. 22). Esse uso comercial e residencial era a característica principal do sobrado. Esse modelo de habitação conferia *status* social aos proprietários e predominaram até por volta da década de 1880, quando passaram a declinar. Acerca dessa alteração da paisagem urbana, vê-se:

Daí em diante, a paisagem urbana foi se modificando, ganhando, enfim, seus primeiros sobrados, belas casas, mansões e palacetes, alguns imponentes prédios públicos, calçamento. Lojas e cafés com nomes franceses, armazéns, cinemas e novos estabelecimentos comerciais ocuparam espaço nas ruas em volta da Praça do Ferreira, centro pulsátil, deslocando as residências para vias mais afastadas. Por outro lado, mas longe de configurar uma explosão demográfica, o número de habitantes teve inédito ritmo de crescimento. Evidenciando-se como o primeiro marco da preocupação em ordenar a malha urbana, um novo plano urbanístico (1875) sistematiza a expansão da cidade através do alinhamento de ruas e de aberturas de avenidas. (PONTE, 2010, p.19).

Em Fortaleza havia poucos exemplares de sobrados, pois com o desenvolvimento urbano mais tardio eram mais frequentes as casas de porão baixo não habitável. As funções da residência eram separadas, concedia um *status* e não demandava mais área de lote. Os poucos sobrados que existiam se limitavam “[...] ao longo de três ou quatro quarteirões das Ruas Barão do Rio Branco, Major Facundo e Floriano Peixoto.” (CASTRO, 1994, p.78).

Outra tipologia corrente nos padrões das construções da cidade eram as casas de porão alto, que foram edificadas contemporaneamente aos sobrados, “figuravam como o resultado de um processo de reformulação da morada urbana ocorrido em todo o País, fruto das transformações sociais, econômicas e técnicas postas em curso desde meados do século XIX.” (CASTRO, 1997, p. 23).

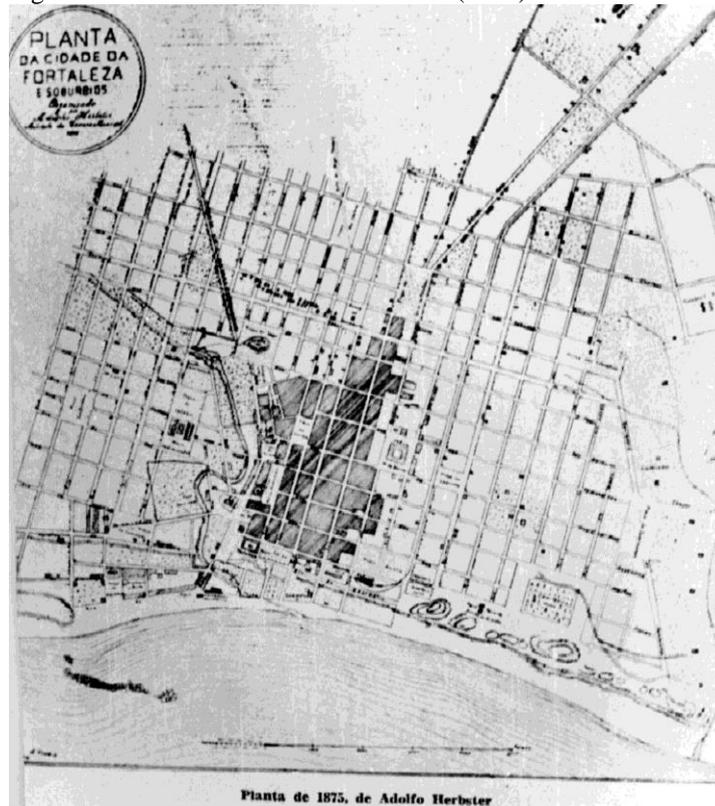
Essa produção estava alinhada com a arquitetura que vinha sendo elaborada no País, a eclética. O Brasil foi “invadido” por edificações adornadas, algumas que mimetizavam exemplares da arquitetura europeia, notadamente a francesa, como uma tentativa de se adequar ao contexto urbano internacional. Em Fortaleza a profusão de exemplares desse estilo arquitetônico deve-se a presença de dois projetistas: José Gonçalves da Justa e João Sabóia Barbosa.

José Gonçalves da Justa (1870-1944) foi autor de edificações, entre outras, como o antigo Grupo Escolar do Benfica (integrante da primeira fase), já mencionado, a Secretaria da Fazenda, a Escola Normal (Instituto de Educação), a residência, hoje Casa de Cultura Alemã, sua própria casa e também da primitiva Coluna da Hora (com solução *Art Déco*). João Sabóia Barbosa (1886-1972) projeto do Palacete Ceará (Caixa Econômica), o palacete Gentil (posteriormente ampliado para sede da

Reitoria da Universidade), o antigo Banco Frota Gentil (esquina de Floriano Peixoto com Senador Alencar), obras todas em que teve como cliente José Gentil Alves de Carvalho, além várias outras realizações de arquitetura de uso público e comercial. Sabóia Barbosa talvez tenha projetado o Instituto Epitácio Pessoa (anexo ao Instituto José Frota) e interferido direta ou indiretamente na reformulação ou na adaptação de realizações tais como o Castelo do Plácido (palacete Plácido de Carvalho), já demolido, e talvez se lhe deva discreta intervenção no projeto da casa de Jeremias Arruda. (CASTRO, 1997, p. 31-32).

Seguindo os paradigmas das intervenções urbanas ocorridas na Europa no século XIX, baseado na tríade de embelezamento, fluidez e higienização²², Fortaleza recebe intervenções em seu desenho urbano assim como nos demais centros urbanos brasileiros. Em 1875, a quadrícula traçada por Paulet foi consolidada e ampliada por Adolfo Herbster. O engenheiro Herbster estabelece três *boulevards* (atuais avenidas Dom Manuel, Duque de Caxias e Imperador) que seriam os vetores de expansão e os limites da cidade. Essas avenidas foram projetadas com caixa viária mais generosa e bem arborizadas. Herbster ratifica a quadrícula como módulo de quarteirão a ser implementado na cidade e ordena o crescimento urbano de Fortaleza (Figura 08).

Figura 08 - Planta da cidade da Fortaleza (1875).



Fonte: Museu da Imagem e do Som.

²²Esse projeto higienizador implementado nas cidades brasileiras ocorreu em três esferas da vida urbana: o espaço público, o espaço privado e o modo de vida como destaca Fernandes e Gomes (1992). Acerca desse projeto os autores afirmam: “[...]. Nos momentos de crise fornecerá “fórmulas” prontas do “como agir”; no geral, porém, buscará essa estruturação dos comportamentos através da regulamentação dos usos dos espaços públicos e privados.” (FERNANDES; GOMES, 1992, p.61).

Esse padrão de lotes determinado pela planta de Herbster conferia “um sistema de divisão fundiária caracterizada por lotes profundos e estreitos, de velha herança colonial portuguesa, proposição historicamente antagônica a um traçado que na ocasião se afigurava moderno.” (CASTRO, 1994, p.68). Acerca da lógica do traçado quadricular,

Ao contrário da ocupação linear que se relaciona diretamente com o terreno, ajustando-se ao relevo, rodeando obstáculos e deixando vazios, há um outro modelo urbano que funciona em extensão: é o território todo organizado de uma só vez. Nascida da necessidade de quadricular a terra para irrigá-la por igual, a geometria surge no Egito antigo; lá, ela regula também a forma das cidades traçadas, quadriculadas, regulares. Os gregos também a empregam e Hipodamos de Mileto dá seu nome ao traçado em xadrez. Com romanos, a geometria é sistematizada e transformada em um instrumento de conquista. A cidade quadriculada, imagem urbana do centuriato agrícola, é fruto de um raciocínio simples de uma geometria elementar: distante de Roma, um oficial subalterno pode rapidamente traçar e repartir terras para cultivo ou lotes para habitação entre seus soldados. O campo e a cidade (ou o acampamento militar) fazem parte de um mesmo entendimento: o mundo é quadriculado, medido, controlado, culturalizado. (...). Pouco depois, a técnica geométrica é exportada para a América, onde a urgência da colonização e a amplidão dos territórios impõem, desde o começo, uma concepção aberta de urbanização. (PANERAI, 2006, p.19).

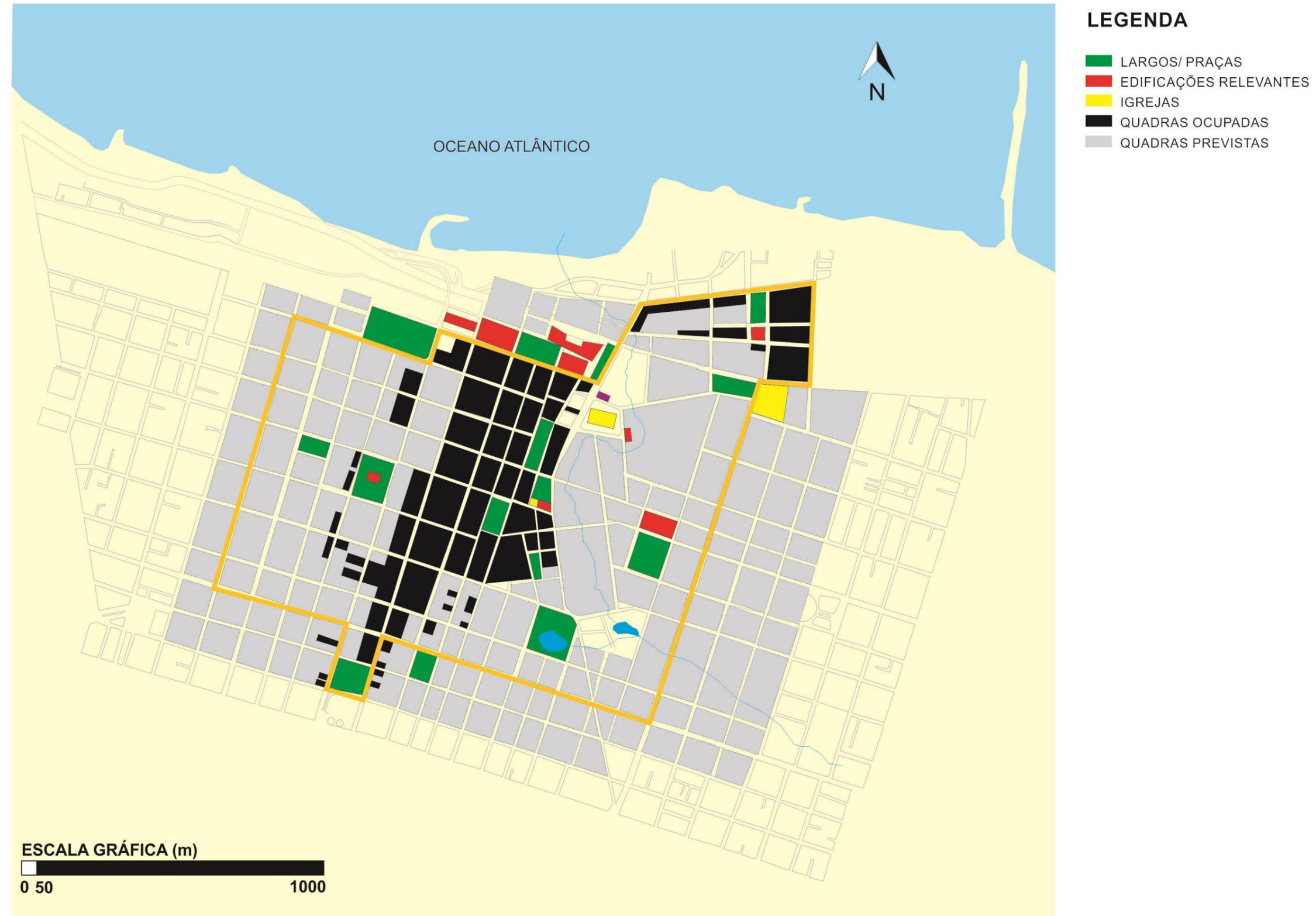
Confrontando a “Planta da cidade da Fortaleza (1875)” com o traçado contemporâneo, constata-se a herança dessas linhas na malha urbana da Capital. Com algumas poucas modificações (nas proximidades do Parque da Liberdade), esse desenho proposto do século XIX, permaneceu no cotidiano fortalezense (Figura 09). Quanto ao quadro arquitetônico nesse período salienta-se a predominância do perfil de imóveis térreos.

Quanto à tipologia dos imóveis, conclui-se que Fortaleza era uma cidade predominantemente térrea, com 3.485 casas, correspondendo a 98% do conjunto do casario, sendo que apenas 58 (1,63%) eram sobrados. Observa-se ainda um grande número de palhoças (796) e 13 chácaras inseridas no perímetro urbano ao longo dos *boulevards* Imperador, Visconde do Rio Branco (2) e do Cauípe, Jacarecanga (8), na rua Municipal, Estrada de Pacatuba (1) e ao longo do riacho Pajeú. (ANDRADE, 2012, p.156).

Fortaleza crescia, mas as contradições no seu espaço urbano seguiam. Sua hegemonia como núcleo polarizador político-econômico atraía o restante dos habitantes cearenses, porém não era uma cidade para todos. Havia uma “uma multidão de indigentes e desvalidos, os quais, quando não tinham onde morar, habitavam os subúrbios, em casebres e palhoças, em condições precárias.” (FARIAS, 2012, p. 184), que estavam à margem das melhorias impostas ao processo de urbanização da cidade. A respeito dessas contradições,

As reformas urbanas, todavia, estavam restritas ao centro de Fortaleza, beneficiando apenas as elites que ali residiam e se divertiam. Para a periferia, nada. A cidade era asfixiada por um cinturão de pobreza. No areal frouxo encontravam-se as vielas e recantos com barracos de taipa e palha, onde moravam os trabalhadores braçais, pescadores, lavadeiras, biscateiros, abridores de cacimba, prostitutas, vagabundos, etc. Constituíam o retrato da pobreza que ainda hoje pode ser visto na periferia fortalezense. (FARIAS, 2012, p. 248).

Figura 09 - Exercício de espacialização da “Planta da cidade de Fortaleza (1875)” no tecido contemporâneo.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015), respaldado nos apontamentos de Andrade (2012).

Em 1888, Herbster já não se dedicava mais aos trabalhos técnicos, mas resolve ampliar o desenho de 1875, determinando uma expansão física programada da cidade (Figura 10). Sobre desse documento Castro (1994) explicita:

Como novidade, apareciam assinaladas na planta as linhas de bondes de tração animal, inauguradas em 1882. Destinavam-se especificamente a interligar pontos-chave da periferia com o centro, consolidando em definitivo as radiais ainda não absorvidas pela expansão da malha ortogonal. Do centro, saíam linhas relativamente curtas, destinando-se à estação ferroviária e à zona do porto. Os trajetos mais longos demandavam a pontos localizados já fora do pequeno centro urbano. Estes pontos, outrora tidos como distantes, acham-se praticamente localizados no centro expandido da cidade atual. (CASTRO, 1994, p.69).

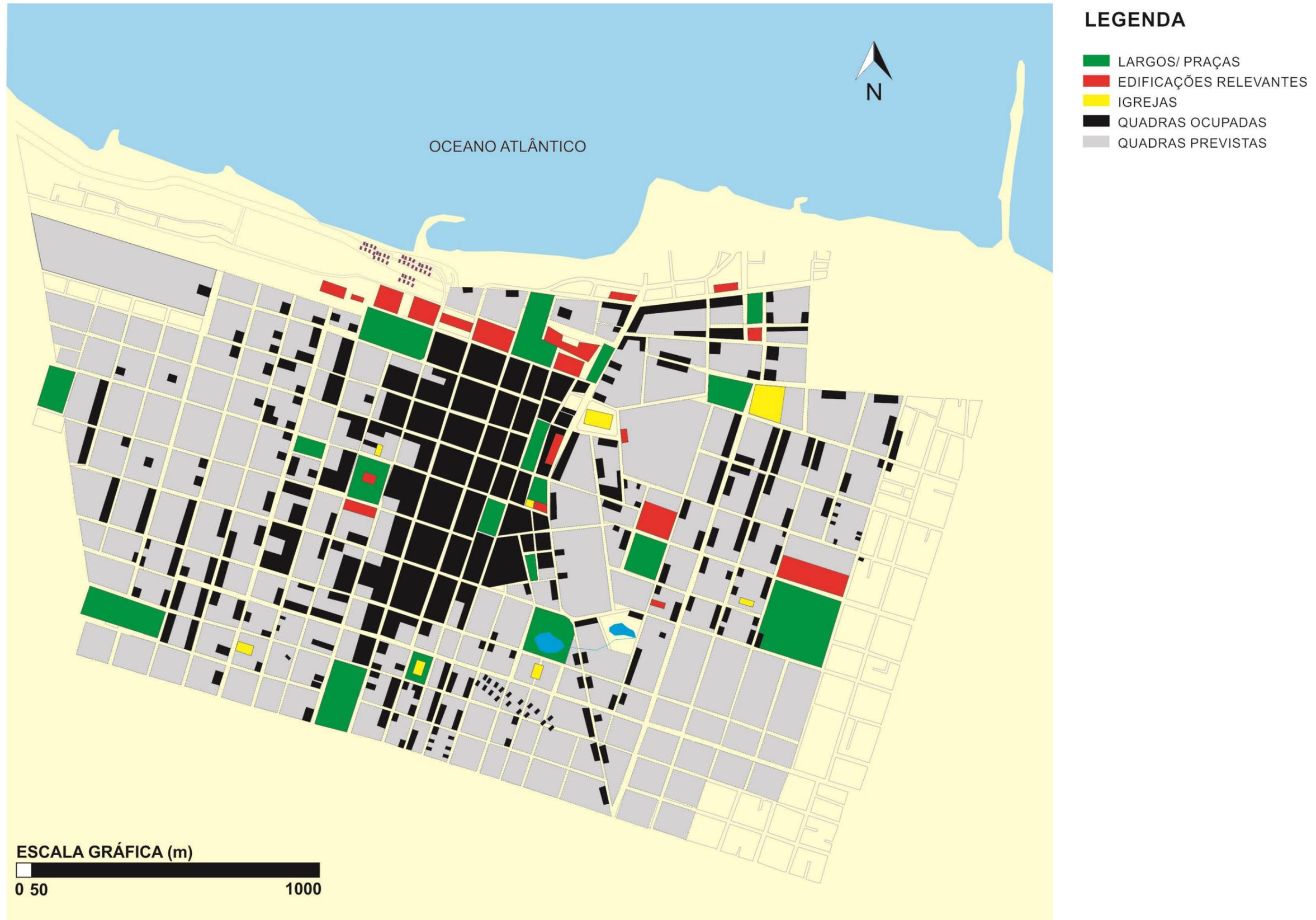
Figura 10 - Planta da cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará (1888).



Fonte: CASTRO (1982).

A seguir é elaborado o exercício de sobrepor a “Planta da cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará (1888)” sobre o tecido urbano atual e observa-se a manutenção do desenho na contemporaneidade (Figura 11).

Figura 11- Exercício de espacialização da “Planta da cidade da Fortaleza Capital da Província do Ceará (1888)” no tecido contemporâneo.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUFUC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015), respaldado nos apontamentos de Andrade (2012).

Vê-se, portanto, que esse traçado é um elemento significativo da forma urbana de Fortaleza, se constituindo em uma herança de valor patrimonial. Ao percorrer pelas ruas do Centro, nota-se a marca da retícula e a diferença entre as avenidas que contornam o bairro. As antigas *boulevards* exercem na contemporaneidade uma das principais rotas de acesso ao que se define como “Centro da cidade de Fortaleza”. Sobre a participação de Adolfo Herbster na organização do traçado de Fortaleza, o historiador Sebastião Ponte (2010) afirma:

Nesse contexto, o plano de Herbster, com *boulevards* e disciplinarização da malha urbana, surgiu como um dos itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a Capital, embelezando-a e racionalizando-a. A planta em xadrez, alinhando suas ruas, deixou-a mais transparente ao olhar do vigilante do poder e dos saberes urbanos e tornou-a mais aberta à circulação de seus fluxos (de pessoas, mercadorias, policiais...). (PONTE, 2010, p.29).

O bairro possuía uma rica efervescência nos âmbitos social, cultural e econômico até meados do século XX. Era sede do poder político da urbe, considerado o coração financeiro. Tinha a sede de vários bancos, repartições jurídicas, equipamentos de lazer e entretenimento, ensino e as atividades comerciais. Notadamente havia uma pluralidade de funções, dinamismo nos horários de uso.

Aos poucos, com a expansão urbana para o leste da cidade na década de 1930, surge o bairro da Aldeota, que passa abrigar as residências da elite que antes estavam na Jacarecanga²³ (ao oeste do centro). Nas décadas posteriores a Aldeota se transforma em uma das centralidades de Fortaleza. Em 1932 é instituído o Código de Obras e Posturas que definia:

[...] zoneamento, a legislação sobre o uso do solo e ao uso do concreto armado nas construções, (...), o Código estabelecia uma relação proporcional entre gabaritos máximos admissíveis e a largura das vias, de tal modo que as vias de maior largura correspondiam os maiores limites de altura. (FERNANDES, 2012, p.74).

Esse documento permitiu o aparecimento dos primeiros edifícios mais verticalizados. É nesse contexto que surge o Hotel Excelsior (primeiro arranha-céu da cidade localizado na Praça do Ferreira) dentre outros imóveis de até aproximadamente 15 metros de altura. O estilo do *art déco*²⁴ se torna um elemento comum na proposição de novas edificações pela Capital.

²³ As classes mais abastadas da Capital cearense se consolidaram na porção mais a oeste da área central no início do século XX, surgindo assim o bairro Jacarecanga, permanecendo na região até o início dos anos de 1940, quando a Aldeota se consolida como área nobre e a porção oriental fortalezense passa a abrigar fábricas e habitações mais populares. Atualmente o bairro ainda abriga alguns casarios de interesse patrimonial, muitos estão em ruínas ou mal conservados.

²⁴ O termo surgiu em 1966 durante uma exposição sobre os anos de 1925 realizado pelo Museu de Artes Decorativas de Paris. Na arquitetura se caracteriza por um jogo de formas e volumes que demonstra uma preocupação com o ritmo e tratamento da fachada, com o uso de recursos como terraços, balcões, marquises,

Nas décadas de 1930 a 1960 dois planos de expansão e organização urbana de Fortaleza foram elaborados, porém não foram implantados, pois encontraram resistências por parte dos proprietários de imóveis da área central que julgavam serem prejudicados pelas proposições (desapropriação de diversas edificações para desafogar e organizar os fluxos). Foram esses o “Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (1933)” de Nestor Figueiredo e o “Plano Diretor para Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza (1947)” de Sabóia Ribeiro. Concomitantemente a elaboração do projeto urbano de Nestor Figueiredo, estava sendo gestado o novo Código de Obras e Posturas, que alterava o gabarito da área central, intencionando reduzir o gabarito máximo que era permitido no código anterior.

Em 1963, uma nova tentativa de impor um planejamento urbano é realizada face à organização espacial sem planejamento. Nesse contexto, é instituído o “Plano Hélio Modesto”. O plano se propunha integrar os aspectos físicos, sociais e econômicos para estabelecer uma reestruturação do tecido urbano a partir de um sistema radioconcêntrico que estaria zoneado pautado nos usos e ocupação do solo.

Em linhas gerais, este plano propõe a estruturação de um sistema radioconcêntrico, associado a anéis de circulação, hierarquização funcional e abertura de novas vias. Ele dá grande destaque ao zoneamento funcional, à expansão e desenvolvimento da área central, bem como estabelece uma estratégia de descentralização de atividades e equipamentos através da concepção dos centros de bairros. (FARIAS FILHO, 2008, p.6).

O documento procurava atuar pontualmente em algumas áreas da parte central da cidade. Acreditava-se que com essas operações setoriais haveria desdobramentos no entorno imediato que conduziriam a uma reestruturação da urbe (Figura 12). São ações do plano,

[...] criação de vias exclusivas para trânsito de pedestres nos trechos das ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha – esta já de uso exclusivo de pedestre desde 1956 – entre as praças de maior movimento do centro, a Praça do Ferreira e a Praça José de Alencar; criação de um circuito de pedestres ao longo da Rua João Moreira, conectando-a à via paisagística do Pajeú, nas proximidades da catedral; liberação de áreas para implantação do Centro Administrativo por meio da remoção das instalações do Quartel, Santa Casa, Cadeia, Estação Ferroviária, pátio de manobras e Mercado Central. (FERNANDES, 2012, p.84).

O plano não foi implementado em sua totalidade, pois mais uma vez algumas dessas propostas entravam em conflitos com as conveniências dos proprietários. Infere-se que a lógica do interesse privado se sobrepunha pelo coletivo na histórica trajetória de conformação urbana da capital cearense.

pórticos. Borges (2006) completa “[...] conferia uma movimentação e dinâmica à volumetria, quebrando sua rigidez e despojamento sem, entretanto, afetar a identificação volumétrica da obra.” (BORGES, 2006, p.14).

Figura 12 - Uma das pranchas do “Plano Diretor da Cidade de Fortaleza” de Hélio Modesto – 1963, indicando as intervenções a serem executadas no Centro.



Fonte: FERNANDES (2004).

No campo da arquitetura da área central dos anos 1960, destaca-se a produção modernista. Sampaio Neto (2012) explicita:

São do período, algumas expressivas obras modernistas da capital, como a sede do Centro de Exportadores do Ceará (1962), o edifício de uso misto Palácio Coronado (1962) e o edifício comercial Palácio do Progresso (1964). Em comum, estas obras apresentam diversas características que as vinculam às posturas e proposições da chamada “escola carioca”, cujo foco de atenção era a edificação propriamente dita: jogos volumétricos, pilotis de generosos pés direitos, utilização de amplas vazaduras e de elementos de controle à radiação sola direta, etc. a utilização plena dos lotes, com as edificações implantadas, praticamente, sobre suas divisas, reduzem o alcance de suas proposições urbanísticas, cuja tônica se encontra na elaboração de um desenho mais dedicado para o encontro das massas edificadas com o solo, além da proteção dos passeios contra as intempéries, realizada ora com a conformação de *loggias*, ora através do balanço de marquises. (SAMPAIO NETO, 2012, p.188-189).

Na década posterior, outro plano urbanístico é delimitado para Fortaleza, o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF)” de 1972. Esses planos de desenvolvimento estavam alinhados com o momento histórico do País, em que se era frequente a realização desses documentos de cunho tecnocráticos durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). O PLANDIRF estabelecia a descentralização nuclear e a criação de novas centralidades, estas estariam conectadas à área central pelos chamados Corredores de Atividades (FARIAS FILHO, 2008).

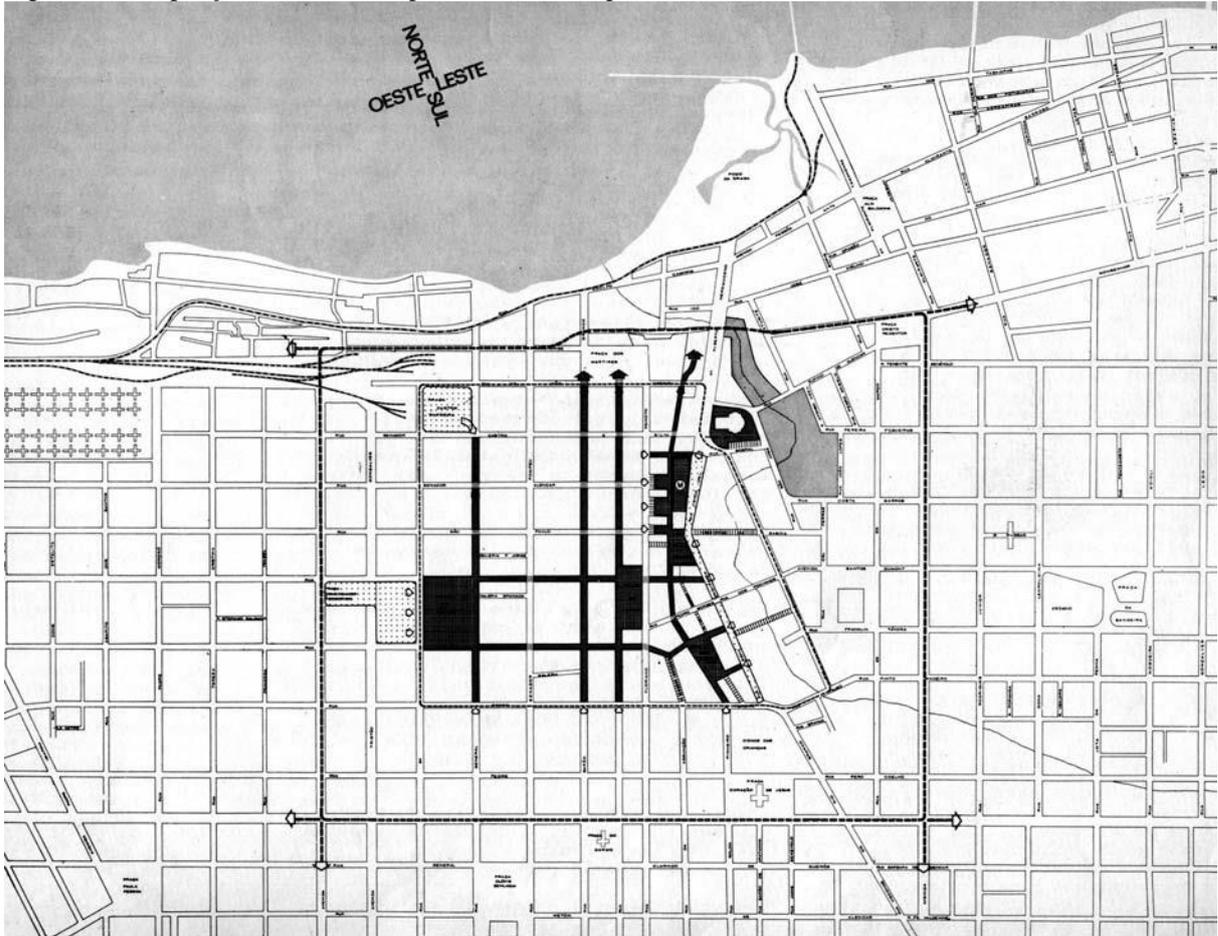
O documento apresentava um projeto de reestruturação do bairro, visando avultar a proposta de Hélio Modesto do circuito de vias pedonais (Figura 18).

Tratava-se, na verdade, da ampliação do circuito de pedestres existente, resultante da aplicação de propostas de Hélio Modesto. Ao final da terceira etapa do projeto a extensão do circuito contemplaria trechos das Ruas Barão do Rio Branco, Major Facundo e General Bezerril que desembocariam na Avenida João Moreira. Esta diretriz estava apoiada na liberação dos terrenos entre esta avenida e a faixa de praia, confirmando a manutenção das recomendações de Hélio Modesto quanto à remoção gradual dos edifícios ali localizados (Estação Ferroviária, Cadeia Pública e Santa Casa, além do Mercado Central). O circuito de pedestres seria, enfim, alimentado pelos terminais de ônibus urbanos localizados na Praça Castro Carreira e na Avenida Sena Madureira. (FERNANDES, 2012, p.88).

Uma das permanências do PLANDIRF é a implantação do eixo viário que conecta as extremidades leste e oeste da capital, com a Avenida Presidente Castelo Branco (Leste-Oeste), apesar da sua relativa eficiência como escoadora do intenso fluxo de veículos, a via ratificou o isolamento do Centro com a orla marítima, o que se considera uma perda em termos paisagísticos e urbanísticos para a cidade.

Nas décadas seguintes, o bairro continuou passando por um processo de transformação no seu acervo edificado e a se especializar no predomínio da função comercial. Na contramão dessa tendência de monofuncionalidade da região, assistem-se algumas iniciativas de diversificação dos usos e da retomada de alguns dos equipamentos que outrora participavam do contexto da área. Nesse ensejo, destaca-se o retorno da Prefeitura Municipal de Fortaleza ao antigo paço para ser a sede do órgão político-administrativo da capital cearense em 2010. São ações como esta que possibilitaria a renovação urbana necessária ao bairro. Há ainda algumas outras instituições que tem sede no Centro, como IPHAN, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Ministério da Previdência Social, Secretaria da Fazenda do Ceará (SEFAZ), Polícia Civil, Fundação de Cultura, Esporte e Turismo (FUNCET), Coordenadoria da Criança e do Adolescente (FUNCI), SECULTFOR, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria de Finanças (SEFIN) e SECULT.

Figura 13 - Ampliação do circuito de pedestres na 3ª etapa no PLANDIRF.



Fonte: FERNANDES (2004).

Os equipamentos voltados ao lazer e entretenimento no bairro necessitam de intervenções. Alguns são marcos da história urbana, como o Cine São Luiz e o Theatro José de Alencar, pois ambos exerceram papéis fundamentais na formação cultural da cidade, e que por falta de gestão e de recursos, entraram num processo de degradação. O primeiro foi fechado em julho de 2010 para reformas e foi reinaugurado em dezembro de 2014. O segundo, um dos principais marcos urbanos de Fortaleza, foi contemplado com um recurso de cerca de R\$ 2.338.198,83 que incluiu obras na estrutura, pintura, pisos, esquadrias, paisagismo e adequação às normas de incêndio, concluídas em setembro de 2014.

Em julho de 2014, a Prefeitura de Fortaleza lançou o “Plano Estratégico Fortaleza 2040”. O documento está sendo elaborado em parceria do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC). O objetivo é a formulação de um plano composto por um Plano Mestre Urbanístico, de Mobilidade Urbana e um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico para curto, médio e longo prazo. Uma das principais metas do documento é a

revitalização e ordenamento do Centro de Fortaleza. O prazo para a conclusão do material é de dois anos.

O bairro, portanto, necessita de encaminhamentos dessas proposições como forma de ser (re) inserido na ótica do desenvolvimento urbano da capital, pois a área central vem sendo preterida em relação às demais regiões de Fortaleza desde meados do século XX. A seguir, serão analisadas as ações governamentais desprendidas ao bairro pelas três instâncias institucionais responsáveis em gerenciar os bens de valor patrimonial fortalezense: IPHAN (nacional), SECULT (estadual) e SECULTFOR (municipal).

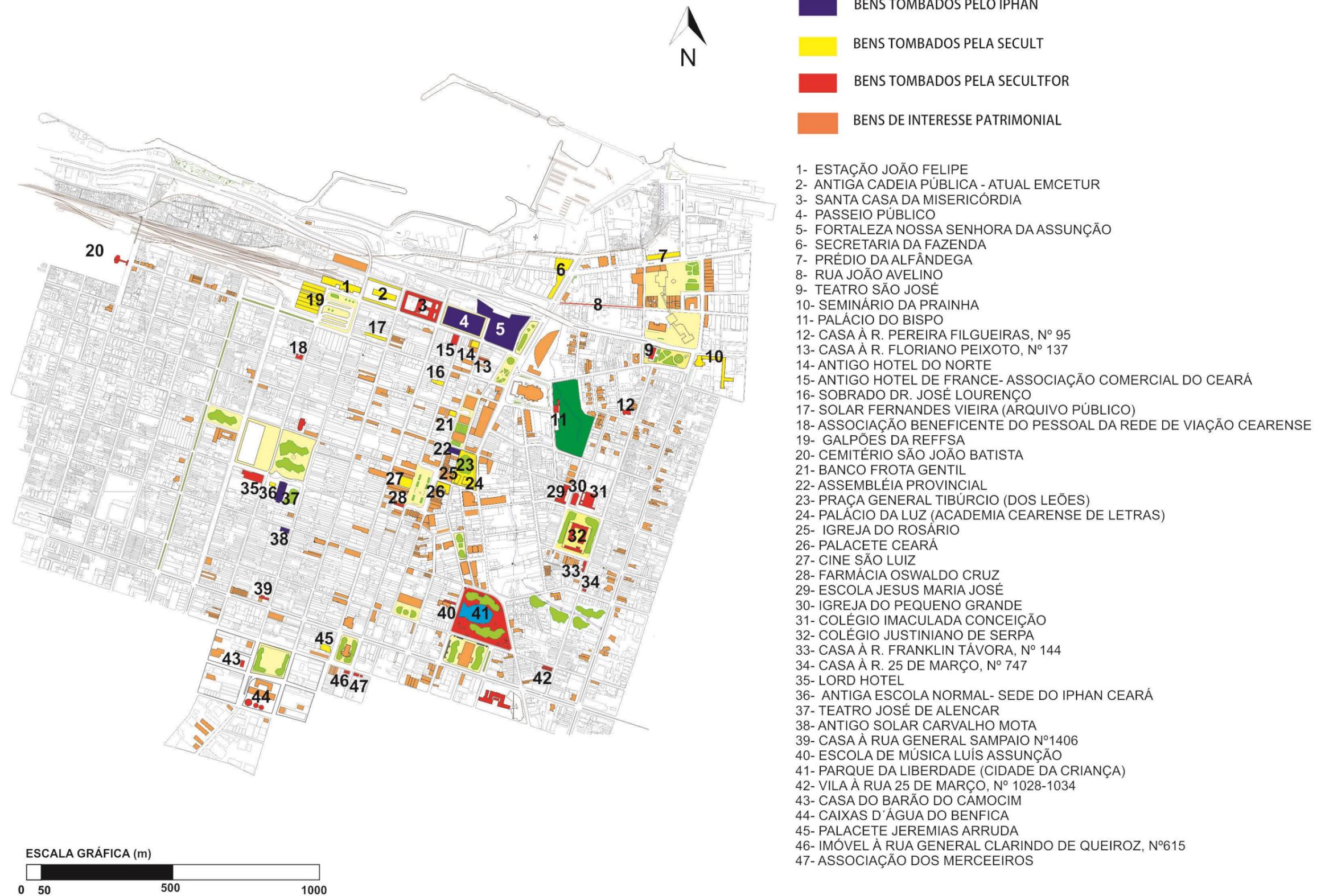
4.1 As ações institucionais aplicadas ao centro histórico de Fortaleza

Em Fortaleza, a maioria de seu acervo acautelado se encontra no centro da cidade. E nesse contexto de reconhecimento desse quadro patrimonial, surgem propostas de criação de um corredor cultural interligando esses equipamentos. O historiador Régis Lopes, concedeu uma entrevista ao Jornal O Povo em 2005 sobre o restauro do Paço Municipal no Palácio do Bispo:

Além de sua localização às margens do Pajeú, o Paço Municipal ganha uma importância maior por fazer parte de um conjunto de edificações históricas do Centro. Próximos a ele, estão monumentos como Praça dos Leões, Academia Cearense de Letras, Museu do Ceará, Passeio Público, Santa Casa de Misericórdia e Forte Nossa Senhora da Assunção. (...), esse conjunto histórico possui estilos arquitetônicos completamente diferentes, construídos entre o fim do século XIX e o início do XX, mas poderia ganhar unidade com a formação de um roteiro turístico. “É importante, do ponto de vista do turismo, formar uma trilha para se percorrer o Centro da cidade, mostrando a importância desses prédios. (O POVO, 2005).

Há uma interface entre a localização dos bens protegidos nos três órgãos governamentais. Inclusive, observa-se que o município se destaca nesse viés protecionista, pois a maioria do acervo que está protegido se encontra tombado municipalmente. No mapa a seguir, observa-se a localização desses equipamentos salvaguardados institucionalmente e de outros imóveis que possuem valor patrimonial. Outro ponto a ser destacado é a confluência desses bens nas proximidades das praças do bairro, o que as torna os elementos de articulação entre o acervo patrimonial existente na região.

Figura 14 - Bens tombados na área central de Fortaleza.



Fonte: Base em Autocad concedida pelo (DAU UFC) adaptada pela autora (2015).

Tabela 1 – Quadro de bens patrimoniais reconhecidos institucionalmente na área central de Fortaleza.

BEM	TIPOLOGIA	ÓRGÃO	ANO TOMBAMENTO
ANTIGA ALFÂNDEGA	NEOCLÁSSICO	SECULT	2005
ANTIGA ASSEMBLEIA PROVINCIAL	NEOCLÁSSICO	IPHAN/SECULTFOR	1973/2006
ANTIGA CADEIA PÚBLICA	NEOCLÁSSICO	SECULT/SECULTFOR	1982/2006
ANTIGA ESCOLA NORMAL	NEOCLÁSSICO	SECULT/SECULTFOR	1995/2006
ANTIGO HOTEL DO NORTE	NEOCLÁSSICO	SECULT/SECULTFOR	1995/2006
ANTIGO HOTEL DE FRANCE	ECLÉTICO	SECULTFOR	2011 (ANDAMENTO)
ANTIGO SOLAR CARVALHO MOTA	ECLÉTICO	IPHAN/SECULTFOR	1983/2006
ASSOC. REDE VIAÇÃO CEARENSE	ECLÉTICO	SECULTFOR	2011 (ANDAMENTO)
ASSOCIAÇÃO DOS MERCEEIROS	ECLÉTICO	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)
BANCO FROTA GENTIL	ECLÉTICO	SECULT/SECULTFOR	1995/2006
CAIXAS D'ÁGUA DO BENFICA	ECLÉTICO	SECULTFOR	2010 (ANDAMENTO)
CASA DO BARÃO DE CAMOCIM	ECLÉTICO	SECULTFOR	2007
CASA R. FRANKLIN TÁVORA N.144	ECLÉTICO	SECULTFOR	2010 (ANDAMENTO)
CASA R. FLORIANO PEIXOTO N.137	ECLÉTICO	SECULTFOR	2011 (ANDAMENTO)
CASA R. GENERAL SAMPAIO N.1406	ECLÉTICO	SECULTFOR	2011 (ANDAMENTO)
CASA R. PEREIRA FILGUEIRAS N.95	MISSION STYLE	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)
CASA R. 25 DE MARÇO N.747	ECLÉTICO	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)
CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA	ECLÉTICO	SECULTFOR	2011 (ANDAMENTO)
CINE SÃO LUIZ	ART DÉCO	SECULT	1991
COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO	ECLÉTICO	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)
COLÉGIO JUSTIANO DE SERPA	FLAMENGO	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)
ED. R. CLARINDO DE QUEIROZ N.615-618	ECLÉTICO	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)
ESCOLA JESUS MARIA JOSÉ	ECLÉTICO	SECULTFOR	2007
ESCOLA DE MÚSICA LUIS ASSUNÇÃO	ECLÉTICO	SECULTFOR	2015
ESTAÇÃO JOÃO FELIPE	NEOCLÁSSICO	SECUL/SECULFORT	1983/2006
FARMÁCIA OSWALDO CRUZ	ECLÉTICO	SECULTFOR	2011 (ANDAMENTO)
FORTALEZA NOSSA Sª ASSUNÇÃO	MILITAR	IPHAN	2008
GALPÕES DA REFFSA	NEOCLÁSSICO	SECULT/SECULTFOR	2004/2006
IGREJA DO PEQUENO GRANDE	ECLÉTICO	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)
IGREJA DO ROSÁRIO		SECULT/SECULTFOR	1983/2006
LORD HOTEL	ART DÉCO	SECULTFOR	2006
PALÁCIO DO BISPO	NEOCLÁSSICO	SECULTFOR	2005
PALACETE CEARÁ	ECLÉTICO	SECULT/SECULTFOR	1983/2006
PALACETE JEREMIAS ARRUDA	ECLÉTICO	SECULT	2007
PALÁCIO DA LUZ	NEOCLÁSSICO	SECULT/SECULTFOR	1983/2006
PASSEIO PÚBLICO	ECLÉTICO	IPHAN/SECULTFOR	1965/2006
PARQUE DA LIBERDADE	ECLÉTICO	SECULTFOR	1991
PRAÇA DOS LEÕES	ECLÉTICO	SECULT/SECULTFOR	1991/2006
RUA JOÃO AVELINO		SECULTFOR	2008 (PROVISÓRIO)
SANTA CASA	NEOCLÁSSICO	SECULTFOR	2006
SECRETARIA DA FAZENDA	ECLÉTICO	SECULT/SECULTFOR	1982/2006
SEMINÁRIO DA PRAINHA	ECLÉTICO	SECULT	1982
SOBRADO DR. JOSÉ LOURENÇO	ECLÉTICO	SECULT/SECULTFOR	2004/2006
SOLAR FERNANDES VIEIRA	ECLÉTICO	SECULT/SECULTFOR	1995/2006
TEATRO SÃO JOSÉ	ECLÉTICO	SECULTFOR	1988
THEATRO JOSÉ DE ALENCAR	ECLÉTICO	IPHAN/SECULTFOR	1987/2006
VILA RUA 25 DE MARÇO N. 1028-1034	ECLÉTICO	SECULTFOR	2012 (ANDAMENTO)

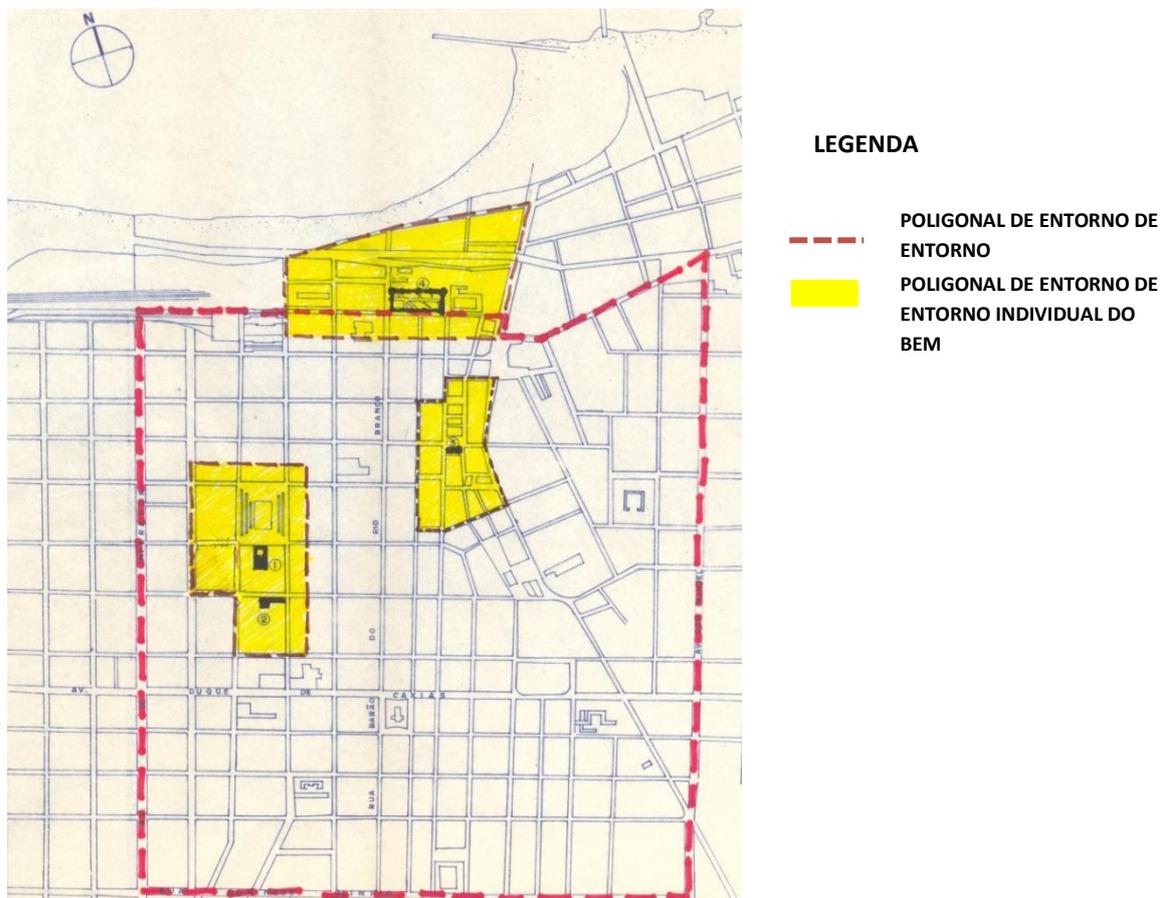
Fonte: Autora (2015).

Nos próximos itens serão detalhadas as normativas no que tange às propostas encontradas nos três níveis governamentais.

4.1.1 As responsabilidades do Governo Federal com o Centro Histórico de Fortaleza

A Superintendência do IPHAN no Ceará (IPHAN-CE) é responsável pela proteção dos bens cearenses reconhecidos nacionalmente. Em Fortaleza atualmente existem cinco bens²⁵ acautelados pelo órgão na área central. Ao serem definidos como tombados é delimitada uma poligonal de entorno para cada um desses bens, caracterizando uma proteção expandida e por vezes há uma sobreposição dessas delimitações, devido à proximidade em que esses equipamentos estão localizados (Figura 15). Essa justaposição das poligonais de amortecimento, possibilita o entendimento daquela área como um subconjunto articulado.

Figura 15 - Mapa com as poligonais de entorno da área central de Fortaleza.



Fonte: IPHAN-CE

Em 2009, o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PACCH) do governo federal, incluiu a cidade de Fortaleza na lista de municípios a serem

²⁵ Os bens tombados no bairro Centro são: as muralhas do Forte de Nossa Senhora da Assunção (2008), o Museu do Ceará ou a Antiga Assembleia Provincial (1973), o Theatro José de Alencar (1987), o Antigo Solar Carvalho Mota (1983) e a Praça dos Mártires (Passeio Público) (1965).

contemplados com recursos da União. O PACCH é uma parceria que envolve o município, o governo federal e a instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Esse programa objetiva estimular as ações de reabilitação e recuperação de monumentos protegidos pelo IPHAN, além de subsídios às reformas em imóveis privados que se encontram em sítios históricos. Porém, salienta-se que não houve uma visão de conjunto urbano para Fortaleza, mas de imóveis isolados imbuídos de valores patrimoniais, pois na Capital cearense, não possui delimitado um sítio tombado. Visando estabelecer a área de atuação do PACCH, fez-se uso das poligonais de entorno dos bens protegidos isoladamente pelo órgão federal. Sendo assim, para serem contemplados no programa, os imóveis deveriam estar necessariamente dentro desses limites (Figura 16). Como se observa a seguir:

O presente documento apresenta a área inicial a ser trabalhada no Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados na área de PAC – Cidades Históricas (PACCH) da cidade de Fortaleza-CE. Inicialmente priorizamos áreas mais próximas de bens tombados em nível Federal, criando assim área, definida através de poligonal conforme imagem a seguir. As poligonais que definem a área de atuação do financiamento foram limitadas por cruzamentos entre ruas do Centro Histórico e de PACCH de Fortaleza. Podem concorrer ao financiamento todos os bens imóveis inseridos à área delimitada, assim como os locados nas quadras limítrofes da área, em ambos os lados. (FORTALEZA, 2012, p.14).

Figura 16 - Mapa com a área do PACCH.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUFC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

O financiamento seria concedido para os projetos das fachadas, cobertas, estruturas, bens móveis integrados ao imóvel, instalações e para a regularização, objetivando

atender às normas sanitárias. Além desses, despesas com cartórios e sinalização para as placas das obras também seriam custeadas pelo PACCH. Foi concedido um prazo de seis meses após a conclusão da obra para que seja iniciado o pagamento do financiamento. Para imóveis comerciais, o tempo seria de até dez anos e para residências, de quinze anos.

Inicialmente foram selecionados dez imóveis privados. Destes, somente três (dados de julho de 2013 – IPHAN-CE) estão em processo de análise junto ao banco. Foi constatado que há morosidade no processo, pois precisa ter a aprovação das instâncias federal, municipal e pelo banco. Isso demanda muito tempo, desestimulando a iniciativa de uma forma geral. Nota-se o número reduzido de contemplados e apesar disso após quase três anos de lançamento do edital²⁶, apenas um imóvel teve sua obra iniciada.

Há um estudo realizado em 2010 que se encontra atualmente parado, sobre a implementação de um sítio histórico tombado em Fortaleza. Apoiar-se nas justificativas de reconhecimento das marcas de diversos tempos históricos em uma determinada área do bairro Centro, na malha urbana. Acerca do estudo:

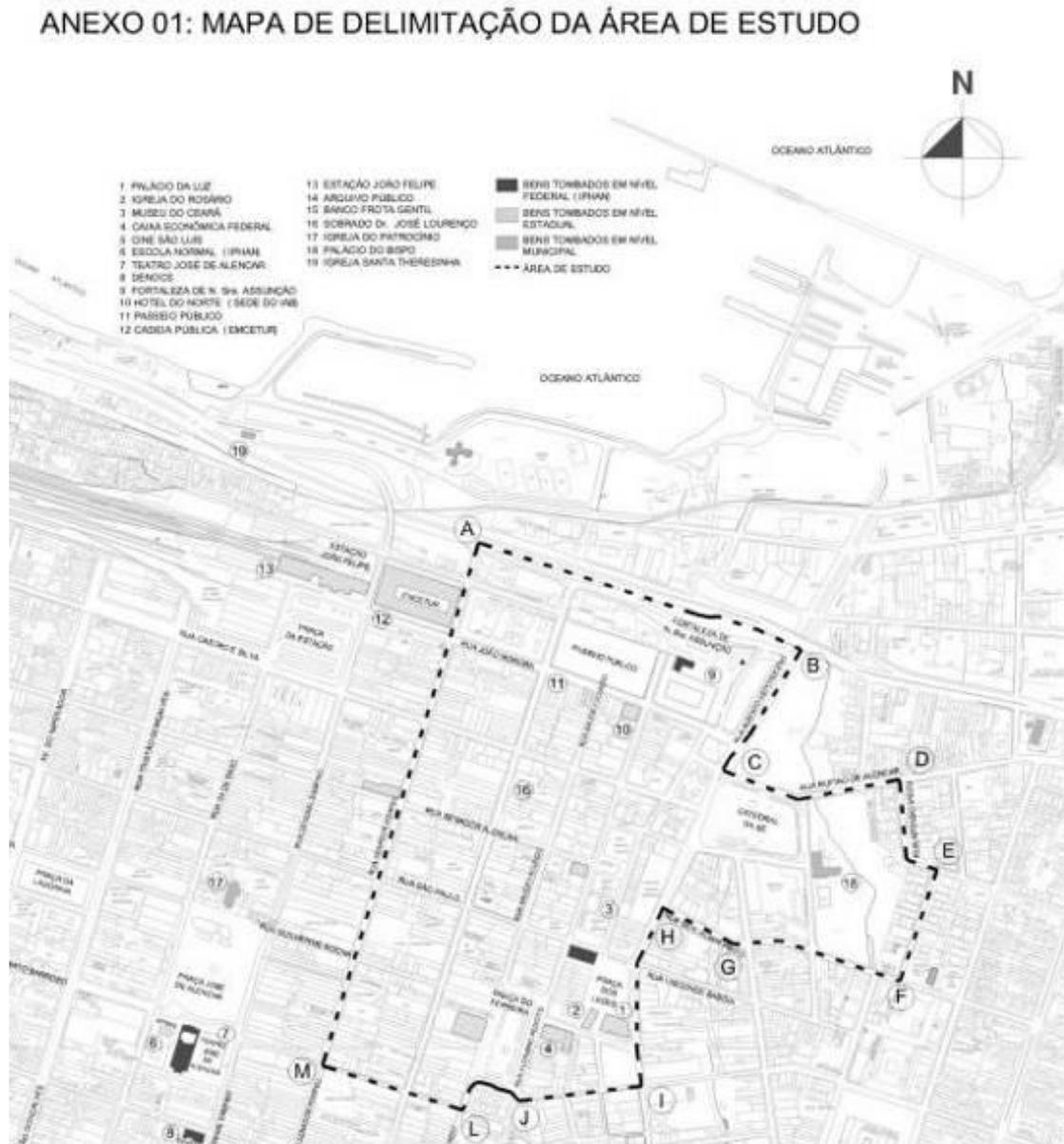
Não obstante essas referências, o centro da cidade de Fortaleza ainda não possui um tombamento federal e nível de conjunto urbano, que busque evidenciar e valorizar essas referências urbanas e arquitetônicas. Ao contrário, observamos o desencadeamento de um processo de depreciação do espaço urbano, gerado, entre outros motivos, por um processo de constituição de novas centralidades vivenciado pela cidade, pela predominância do caráter monofuncional desenvolvido pela área central (comércio), pela carência de investimentos na região, e pelas dificuldades encontradas pelo setor público, de gerir de forma mais adequada a área, com relação aos problemas urbanos apresentados pela área no contexto atual (ocupação dos indevida dos espaços públicos, problemas relacionados ao sistema viário. Este diagnóstico preliminar aponta para uma necessidade de se pensar em formas de (re)valorização deste espaço simbólico, dentre as quais podemos incluir ações legais de preservação (tombamento) e ações de cunho interventivo / restaurador, visando a requalificação urbana da área. (IPHAN, 2010, p.04).

O trabalho intitulado de “Projeto Básico para Elaboração de Diagnóstico de Área no Centro da Cidade de Fortaleza / CE, para fins de Estudo para Tombamento Federal”, apontava a necessidade de serem elaborados diagnósticos por uma empresa contratada, que contemplasse características históricas, contextuais, físicas, socioeconômicas e dos aspectos legais. Havia uma pré-delimitação da poligonal a ser tombada, porém passível de alterações na medida em que os diagnósticos e as avaliações prosseguissem e apontassem outros encaminhamentos. Vale ressaltar que a área no perímetro do Theatro José de Alencar, umas das principais referências do acervo arquitetônico do Estado, se encontrava fora desse perímetro (Figura 17). As atividades deveriam ocorrer no período de oito meses. No entanto,

²⁶O IPHAN-CE aguarda a autorização do IPHAN-BR para lançar um novo edital em 2015 (informações de março de 2015).

apesar de todo o embasamento teórico e metodológico, o projeto básico permanece paralisado após cinco anos da sua elaboração.

Figura 17 - Mapa com área pré-delimitada para o Sítio Histórico de Fortaleza.



Fonte: IPHAN (2010)

4.1.2 O Governo do Estado do Ceará e o patrimônio cultural material no centro histórico de Fortaleza

O governo do Estado do Ceará, através da SECULT possui normativas no que se refere à proteção dos bens históricos. A lei de nº 13.465, aprovada em 05 de maio de 2004, dispõe sobre a proteção ao patrimônio histórico e artístico cearense. Nessa normativa vale destacar, que a atuação do governo nas questões patrimoniais dar-se-á pelo Departamento do

Patrimônio Cultural. O Estado é o responsável pela salvaguarda de dezessete edificações²⁷ na área central de Fortaleza, porém não há uma articulação entre elas e a proteção incide isoladamente.

No que se refere ao tombamento, o Estado adota medidas compatíveis com as determinações das demais instâncias, pois afirma a impossibilidade de demolições e que, para a existência de reformas, é requerida uma análise prévia acerca da viabilidade do projeto pela SECULT.

Observa-se, entretanto, que a legislação estadual se limita a definição e proteção de bens tombados, não abrangendo outras formas de tratamento de preservação e nem de políticas, além do tombamento. Tornando-se desse modo, limitada ao uso exclusivo desse instrumento para efetivar a gestão dos bens culturais cearenses.

4.1.3 O papel da Prefeitura de Fortaleza na salvaguarda do patrimônio cultural material no centro histórico

A Prefeitura de Fortaleza é responsável pela maior quantidade de bens tombados ou em processo de reconhecimento institucional de Fortaleza, totalizando sessenta e dois equipamentos²⁸. A partir da vigência do Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009

²⁷ Formam parte desse conjunto de bens tombados: a Antiga Alfândega (2005), Antiga Escola Normal (sede do IPHAN) (1995), Banco Frota Gentil (1995), Cine São Luiz (1991), Estação Ferroviária João Felipe (1983), Galpões da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) (2004), Igreja Nossa Senhora do Rosário (1983), Palácio da Luz (1992), Palacete Ceará (1983), Palacete Jeremias Arruda (2007), Praça General Tibúrcio (dos Leões) (1991), Sobrado Dr. José Lourenço (2004), Sociedade União Cearense (Antigo Hotel do Norte) (1995), Secretaria da Fazenda (1982), Solar Fernandes Vieira (Arquivo Público) (1995), Seminário da Prainha (1982) e a Antiga Cadeia Pública (1982).

²⁸ Fazem parte dos bens tombados em caráter definitivo: Teatro São José (1988), Parque da Liberdade (1991), Palácio João Brígido (2005), Bosque do Pajeú (2005), Escola Jesus Maria José (2007), Casa do Barão de Camocim (2006), Farmácia Oswaldo Cruz (2011), Pavimentação da Rua José Avelino (2008). Provisório: Santa Casa de Misericórdia (2006), Colégio Marista Cearense (2015). Aguardando Instrução de tombamento: Escola de Música Luís Assunção (2006), *Lord* Hotel (2006), Casa Frei Tito de Alencar (2011). Tombamento dos bens salvaguardados pela Secult: Secretaria da Fazenda (2006), Antiga Cadeira Pública (2006), Estação João Felipe (2006), Palacete Ceará (2006), Palácio da Luz (2006), Igreja Nossa Senhora do Rosário (2006), Praça General Tibúrcio (2006), Solar Fernandes Vieira (2006), Antiga Escola Normal (2006), Banco Frota Gentil (2006), Sociedade União Cearense (2006), Sobrado Dr. José Lourenço (2006), Galpões da REFFSA (2004). Tombamento dos bens salvaguardados pela União: Assembleia Provincial (2006), Palacete Carvalho Mota (2006), Passeio Público (2006), Teatro José de Alencar (2006). Em processo de tombamento em aberto: Casa à Rua Franklin Távora (2010), Caixas d'água do Benfica (2010), Casa à Rua Teresa Cristina (2010), Casa à Rua Floriano Peixoto (2011), Cemitério São João Batista (2011), Associação Beneficente do pessoal da Rede de Viação Cearense (2011), Associação Comercial (2011), Casa à Rua General Sampaio (2011), Casarão Raul Castro (2011), Prédio à Rua General Clarindo de Queiroz (2012), Associação Beneficente dos Motoristas do Estado do Ceará (2012), Prédio à Rua Major Facundo (2012), Associação dos Merceeiros (2012), Casa à Rua Clarindo de Queiroz n°615 (2012), Casas à Rua da Assunção n° 390 e 388 (2012), Casa à Rua Pereira Filgueiras, n°95 (2012), Casa à Rua 25 de março, n° 747(2012), Colégio Estadual Justiniano de Serpa (2012), Imóvel na Av. Imperador, n° 1313 (2012), Colégio Imaculada Conceição (2012), Vila na Rua 25 de março (do número 1028 a

(PDPFOR), foram estabelecidas uma série de diretrizes que visam à proteção do patrimônio cultural, delimitando inclusive zonas onde serão implantadas as políticas voltadas a essa questão.

Apesar de existirem uma série de recomendações para a delimitação das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico (ZEPH) e dos instrumentos contidos no Estatuto da Cidade que poderão ser utilizados, observa-se que as ZEPH não têm como serem implementadas, sem o amparo jurídico que determine as legislações específicas.

No PDPFOR, os artigos 155 e 157 determinam a necessidade de leis voltadas para as definições das condições de uso e ocupação do solo e de parâmetros urbanísticos especiais para essas zonas. Entretanto, já se passaram cinco anos desde que o PDPFOR está em vigor e o prazo dessas leis serem regulamentadas já se expirou (era de um ano após a vigência do plano diretor), o que demonstra um descaso com a questão.

Uma iniciativa interessante da Prefeitura de Fortaleza foi o lançamento do Plano Municipal de Cultura em novembro de 2012. Consiste em um documento de valor legal que reúne um conjunto de diretrizes e metas provenientes do segmento artístico e sociedade civil organizada, norteando a política cultural do município ao longo de dez anos. A ideia do Plano de Cultura é fomentar as ações para o tema e mapear todos os equipamentos voltados às práticas culturais. No Mapa da Cultura, há uma série de elementos catalogados contendo informações sobre a importância e o histórico dos mesmos. É um mapa interativo e auxilia na compreensão espacial de como se distribuem os componentes ligados à cultura da cidade. Nota-se que no que se refere aos bens históricos, a maioria se localiza na área central de Fortaleza, o que ratifica a relevância desse tecido urbano como acervo patrimonial.

Em 1999 houve o “Concurso Nacional de Ideias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade”. Foi uma iniciativa da prefeitura em pensar intervenções que possibilitassem a reestruturação urbana na área central do município, com vistas à instalação das estações do Metrô de Fortaleza (Metrofor) nas praças do bairro Centro.

Os desdobramentos destas intervenções deveriam ensejar a valorização do patrimônio edificado, o reforço da identidade cultural no que se refere às suas relações com o espaço construído, a reestruturação da paisagem natural, a despoluição visual, a implantação de equipamentos e mobiliário urbanos, a criação de parâmetros específicos de legislação urbanística, a ordenação do tráfego de veículos e pedestres, a ordenação das atividades urbanas existentes, a atração de novos usos e investimentos, a ordenação do mercado informal e a implementação de

modelos de gestão urbana com bases em parcerias entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o governo municipal. (FERNANDES, 2004, p.100).

Observa-se que apesar desses objetivos de caráter mais amplo, o foco dos gestores era a solução da problemática das estações de metrô nas Praças da Lagoinha e José de Alencar que foram nomeadas como “Parque da Cidade”. O projeto vencedor foi o da equipe coordenada pelo arquiteto Ricardo Muratori que tinha como característica predominante intervir na periferia do bairro, propondo o alargamento das Avenidas Dom Manuel, do Imperador e da Rua Castro e Silva, o reordenamento da orla marítima²⁹, a transferência da Câmara dos Vereadores para o Centro e as reformas nas praças José de Alencar e Lagoinha (Figura 18).

Figura 18 – Projeto vencedor para a remodelação das praças José de Alencar e Lagoinha.



Fonte: FERNANDES (2004).

A população residente nas comunidades do Poço da Draga e do Arraial Moura Brasil, áreas limítrofes do Centro, iriam ser transferidas para outras zonas mais afastadas em unidades verticalizadas e no seu lugar seriam implantados os “catalizadores” para a renovação do bairro, tornando-se alheio à dinâmica daquelas pessoas e da própria região.

²⁹Propunha a implantação do atual Centro de Eventos do Ceará localizado na Avenida Washington Soares, na orla próxima ao bairro Centro da cidade. Para o arquiteto geraria a renovação urbana da área a partir dessas intervenções (Centro de Eventos, parque temático, hotéis e torres comerciais) na periferia do bairro.

Em 2004, a primeira fase da obra foi inaugurada que se refere à Praça José de Alencar. O projeto não estabelecia conexões com o patrimônio edificado³⁰ do entorno, o que representa uma contradição significativa às diretrizes do concurso. Como o projeto não foi concluído devido à morosidade na construção da estação, o espaço que tinha sido desapropriado³¹ foi novamente ocupado pelo comércio ambulante e levou quase uma década para ser novamente desocupado e as obras da estação serem prosseguidas.

A área permanece envolvida na dinâmica da concentração do comércio informal. Em julho de 2013, com a inauguração das estações do Metrofor no Centro, a Prefeitura promoveu uma intensa campanha de retirada dos ambulantes da área. As ações para a regulamentação de espaços para a atividade seguem, porém há uma resistência destes comerciantes em deixarem o ambiente das praças, especialmente as da José de Alencar e da Sé, onde já existe uma “tradição” dessa atividade.

O retorno da sede municipal para o antigo Paço Municipal em 2010, pode ser destacado no contexto da gestão do patrimônio cultural fortalezense. O edifício conhecido por Palácio do Bispo é um imóvel da primeira metade do século XIX e apesar de ter sido mantido em funcionamento para abrigar alguns setores administrativos da Prefeitura, o bem estava mal conservado. Além disso, ao se ter novamente a gestão do município no bairro, há uma diversificação dos usos na região, contribuindo na requalificação do lugar.

A atual gestão (2013-2016) se comprometeu com a área central e em 2014 realizou o lançamento do documento intitulado “Fortaleza 2040”, com previsão de ser entregue em dois anos, onde se pretende elaborar um plano estratégico para Fortaleza, integrando o desenvolvimento físico-territorial ao desenvolvimento socioeconômico e o bairro Centro estaria incluído nesse viés de planejamento urbano.

Almeja-se com essa iniciativa, que a gestão municipal insira esse tecido histórico como parte integrante da cidade, não mais como um trecho dissociado da dinâmica urbana.

4.2 O percurso

A partir do referencial teórico-metodológico abordado na pesquisa, entende-se que os fatos arquitetônicos e os fatos urbanos são os elementos essenciais que proporcionam a compreensão da forma urbana do bairro.

³⁰ Patrimônio composto por um dos mais expoentes exemplares do acervo edificado da Fortaleza Antiga como o Teatro José de Alencar, a Antiga Escola Normal (Iphan-CE), *Lord* Hotel e a Igreja do Patrocínio.

³¹ A área era ocupada pelo conhecido mercado popular de vestuário conhecido como Beco da Poeira.

Propõe-se uma imersão na área delimitada para que possa apreender as dinâmicas existentes em cada trecho. Setorizou-se o bairro com base no conjunto de praças, pois se percebe que há nesses sistemas de espaços públicos um trajeto que remonta parte história urbana da cidade e que em seu entorno há os marcos edificados (fatos arquitetônicos).

As praças significam,

Simultaneamente uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se a seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade. (ALEX, 2008, p.23).

Partindo do pressuposto que esses logradouros são receptáculos da história urbana e que são circunscritos por bens que possuem valor patrimonial, é que se delimitou a perimetral do estudo. Ressalta-se que grande parte desses bens culturais encontra-se protegidos pelas instâncias governamentais (municipal, estadual e federal), havendo dessa forma o reconhecimento institucional acerca da representatividade desses equipamentos.

O percurso pelo bairro se inicia pelas conhecidas *boulevards* (avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel) e a partir delas serão delineadas as principais vias da área e que desencadeia na rede de praças que tecem a malha urbana do Centro. As praças que serão apreciadas são: Praça Clóvis Beviláquia, Praça do Carmo, Praça Murilo Borges (BNB), Praça Coração de Jesus, Parque das Crianças, Praça do Riacho Pajeú, Praça do Ferreira, Praça General Tibúrcio (Leões), Praça José de Alencar, Praça Capistrano de Abreu (Lagoinha), Praça dos Voluntários (Polícia), Praça Waldemar Falcão (Correios), Praça Figueira de Melo, Bosque Dom Delgado (Pajeú), Praça Caio Prado (Sé), Passeio Público, Praça Cristo Redentor e Praça Castro Carreira (Estação), (Figura 19).

Figura 19- Percursos delimitados para o estudo dos valores patrimoniais no Centro.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUFUC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

Apesar desse sistema de espaços públicos estarem conectados e fazerem parte de caminhos percorridos por parte dos transeuntes na contemporaneidade, Castro (2007) alerta que no início do século XX, não havia essa constatação pelos fortalezenses dessas conexões. Uma das hipóteses é porque ao contrário dos dias atuais, eles não estavam inseridos no mesmo bairro. A cidade se limitava aos arrabaldes das *boulevards*, e somente com a expansão urbana em meados do século, é que houve um espraiamento do perímetro da urbe.

Vale insistentemente lembrar que na cidade de 1920, e ainda bom tempo depois, praças como as da Lagoinha, José de Alencar (então, Marquês do Herval), da Estação (Castro Carreira), do Coração de Jesus (José Júlio) e do Carmo (então, Gonçalves Ledo) ficavam próximas, mas não integravam o centro da cidade, o qual se limitava à Praça do Ferreira, à praça do Mercado e suas adjacências imediatas. Apresentavam-se como zonas absolutamente residenciais. Somente para se fazer idéia da apropriação das distancias feita pela população, ainda em torno de 1940, basta consignar informações referentes ao comprimento das linhas de bondes da cidade, todas contando como referência de partida a praça do Ferreira. Nessa rede transviária, relevavam duas linhas mais longas, as do Alagadiço (4,5 km) e do Calçamento da Messejana (Joaquim Távora - 3,3 km). Outras cobriam distâncias médias (pouco mais de 2 km), como as do Benfica, Jacarecanga, Aldeota. Havia ainda linhas um pouco mais curtas (Praia, Soares Moreno / Cemitério) e duas curtíssimas, as da Estação e de José Bonifácio (em torno de 1km!). A linha de José Bonifácio saía da praça do Ferreira, descendo ao longo da rua Major Facundo, tangenciava a praia do Carmo e alcançava o ponto terminal antes do cruzamento com a rua Domingos Olímpio! (CASTRO, 2007, p.19).

Ao longo do roteiro proposto analisa-se a morfologia urbana do bairro. É importante ressaltar que o trajeto não segue uma ordem cronológica do acervo patrimonial, mas sim, uma leitura urbana do percurso com a incorporação de dados da historiografia local que ratificam as diversas temporalidades que residem nessa área significativa para a capital cearense.

4.2.1 Percurso 1: Avenida do Imperador (Praça José de Alencar – Praça dos Leões)

PRAÇA JOSÉ DE ALENCAR

O *promenade* pela área central da Capital alencarina se inicia por uma das principais praças do bairro nos dias atuais, a Praça José de Alencar (Figura 20). O período onde ocorreram as principais transformações deste espaço público remonta à época do “aformoseamento” da praça, no ano de 1903, juntamente com outras da urbe (Ferreira e Sé). Em 1912, em virtude dos protestos³² contra o governo do oligarca Nogueira Accioly, o lugar foi alvo de depredações, necessitando ser remodelado posteriormente. A praça na década de 1970 funcionava como um terminal de ônibus, juntamente com a Praça Castro Carreira (Estação), formando um dos primeiros terminais de porte da capital cearense. Essa intervenção acarretou na desvalorização do ambiente urbano.

Figura 20- Praça José de Alencar no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUFCE) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

³² Os protestos contra o oligarca Nogueira Accioly tiveram seu auge em 1912. A pressão popular foi insuflada a partir da violenta repressão à Passeata das Crianças (ato composto apenas por crianças organizado pelas damas da alta sociedade cearense que apoiavam a deposição de Accioly em prol de Franco Rabelo), em que cerca de duas crianças foram mortas. Farias (2012) relata que essa atitude impetuosa por parte das forças governistas desencadeou em mais revoltas e a Fortaleza se tornou cenário de guerra nos dias 21 a 24 de janeiro de 1912. Esta objetivando pressionar a renúncia do oligarca (fato ocorrido em 24 de janeiro de 1912). Sobre esse momento: “O episódio incendiou as massas. Os anos de humilhação e opressão explodiram em uma rebelião jamais vista na cidade. (...) passaram a percorrer a cidade atacando bens da família Accioly e prédios públicos. Janelas, jardins, bancos, placas, estátuas, praças eram destruídos.” (FARIAS, 2012, p.250).

Os limites da praça são as ruas Liberato Barroso (sul), General Sampaio (leste) e Guilherme Rocha (norte) e Avenida Tristão Gonçalves. As vias adjacentes são de paralelepípedo (exceto a avenida) promovendo dessa forma uma redução da velocidade dos veículos (*traffic calming*³³) no entorno desse espaço público, que se configura como um dos principais acessos ao Centro (Figura 21). Isso ocorre porque no lugar há a confluência de intermodais (metrô³⁴, ônibus e automóveis), possibilitando uma variedade nas maneiras de ingresso ao bairro. Dessa forma, a praça em si se constitui um ponto nodal no contexto do setor. Do logradouro ainda partem duas das principais vias para pedestres da região: ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso. Ambas levam os transeuntes das praças José de Alencar e do Ferreira, percurso consolidado na rotina dos usuários do lugar.

A morfologia das quadras mantém os padrões delineados por Herbster em 1875, conservando o ritmo do modelo implementado no período oitocentista (estrito e alongado). Entretanto, os lotes estão descaracterizados, comprometendo a ambiência histórica do lugar.

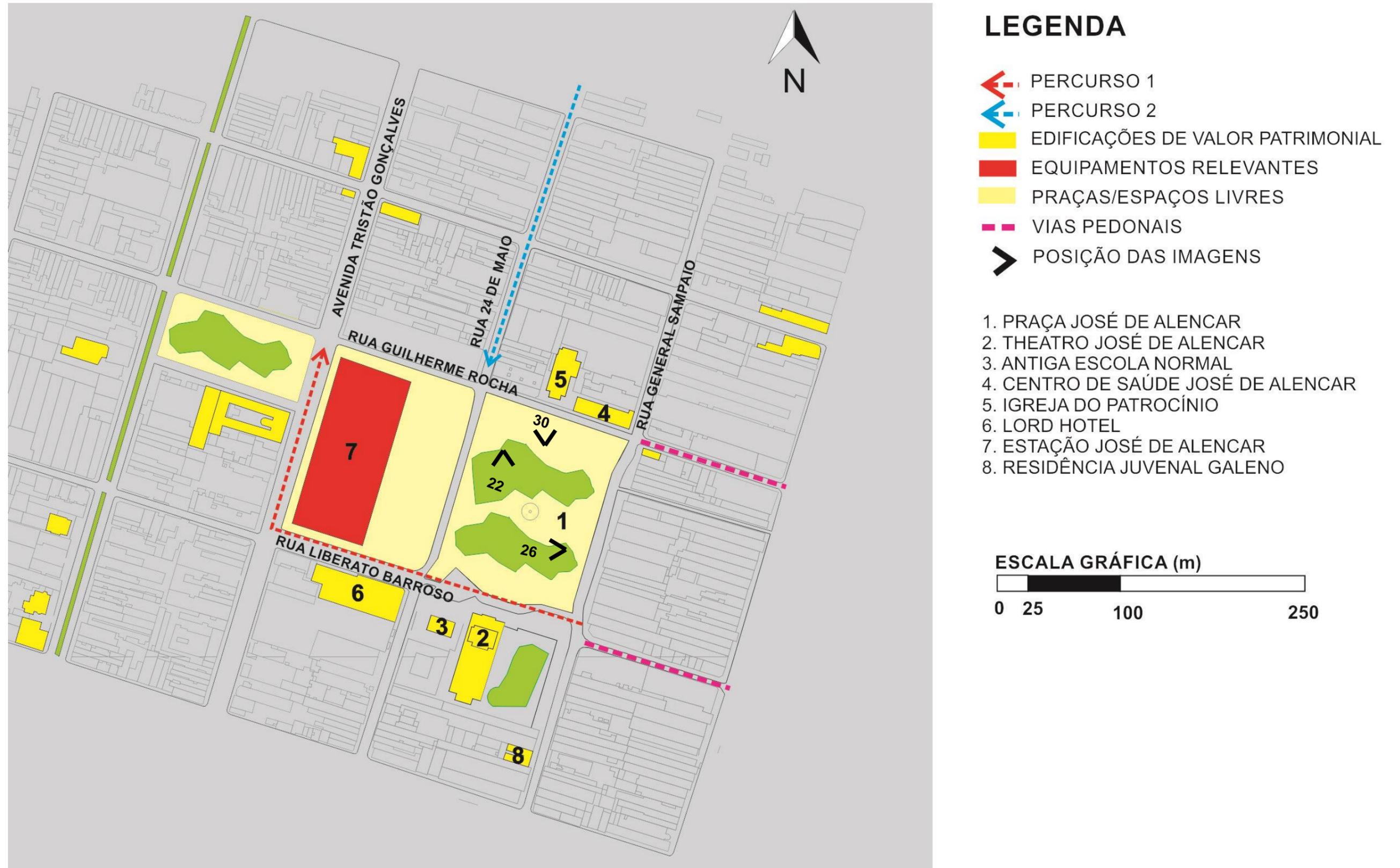
Os marcos (acidentes) patrimoniais da praça são: a Antiga Escola Normal (Sede do IPHAN), o Centro de Saúde José de Alencar, a Igreja do Patrocínio, o *Lord* Hotel e o Theatro José de Alencar (TJA).

Utilizando-se do método da análise sequencial, aproxima-se a partir do centro da Praça José de Alencar do principal elemento urbano do logradouro, o Theatro José de Alencar. A visão para o equipamento é acobertada pela existência do conjunto de árvores concentrado na porção média da praça. Percorrendo em direção ao bem, ele se apresenta na paisagem com seus traços delineados do ecletismo (Figuras 22, 23 e 24).

³³*Traffic calming* se refere à adoção de medidas no tratamento viário, visando a redução da velocidade do trânsito, essa estratégia objetiva assegurar o trânsito do ciclista e do pedestre.

³⁴A estação de Metrô José de Alencar, localizada na porção a oeste da praça e inaugurada em julho de 2013, está inserida na área que desde a década de 1990 se tornou conhecida como “Beco da Poeira”. Este era caracterizado por ser um comércio popular, ocupado na área desapropriada para as obras do metrô (iniciadas em janeiro de 1999). Devido à morosidade dos trabalhos, o terreno foi ocupado pelos comerciantes e a atividade se consolidou. Somente em 2010, após diversas negociações, os comerciantes foram transferidos para um novo endereço próximo ao anterior.

Figura 21- Praça José de Alencar e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

Figuras 22, 23 e 24 – Análise sequencial do TJA.



Fonte: Autora (2014).

O teatro é um dos bens patrimoniais de maior referência no contexto urbano de Fortaleza. Seu nome é homenagem ao romancista e político cearense José Martiniano de Alencar. Em 1929, por razões das comemorações do escritor, a praça foi renomeada tal como é conhecida atualmente, Praça José de Alencar. O teatro foi inaugurado em 1910, projetado em estilo eclético. O conjunto se apresenta em quatro setores, o primeiro é o *foyer* tem traços neoclássicos, o segundo se compõe dos jardins internos (acrescido em 1973³⁵), o terceiro é a plateia, constituído em estrutura metálica proveniente da Escócia e o quarto são os camarotes e a caixa cênica.

À época da sua construção³⁶, aconteceram alguns debates sobre qual a melhor localização do equipamento. Primeiramente defendia-se que deveria ser implementado no

³⁵O projeto dos jardins é de autoria do paisagista Roberto Burle Marx. Segundo Bezerra et al (2012), o teatro estava em condições precárias e foi solicitado ao governador César Cals o restauro do bem que “resolveu não somente recuperar o prédio, como também demolir a edificação vizinha, o antigo quartel da polícia, então um centro de saúde, para aí ser criado um jardim para o teatro.” (BEZERRA et al, 2012, p.21).

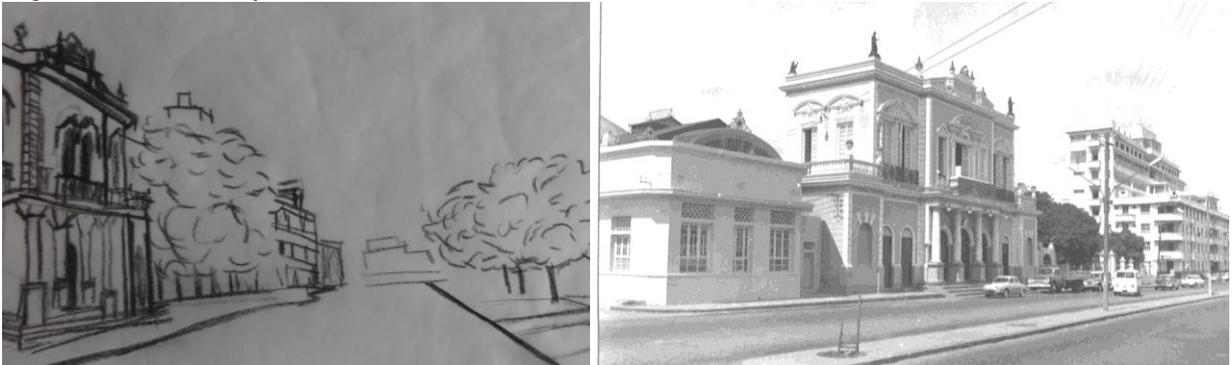
³⁶A construção do Teatro José de Alencar representou um dos trunfos de Fortaleza para se inserir como capital, simbolizando o progresso e padrões de civilidade para a cidade, que não contava com um equipamento desse

centro da Praça Marquês do Herval (atual José de Alencar) por questões de salubridade e de visuais. No entanto, a implantação da edificação foi locada em uma das extremidades da praça, defronte para a Igreja do Patrocínio, entre a Escola Normal (atual sede do IPHAN) e do Quartel General (atualmente os jardins laterais do teatro). Decisão criticada na época por trazer limitações físicas ao complexo. Todavia, esse partido foi escolhido por tornar a praça uma área de contemplação do conjunto, conectando o objeto arquitetônico com o contexto urbano, dialogando com os preceitos do projeto de cidade do final do século XIX e início do XX. Sobre esses desdobramentos, tem-se que,

Explorava-se uma forma de diálogo entre o edifício e o espaço urbano, onde a edificação era valorizada pela praça que a antecedia, ao mesmo tempo que a praça ganhava um edifício imponente como pano de fundo. Confirmando a presença de um dos princípios do projeto estético das cidades brasileiras daquele período, definia-se uma estruturação da paisagem onde cada elemento da morfologia urbana - edifícios, praças, vias de circulação - passava a ser tratado de uma forma integrada, que valorizava mutuamente todos os elementos, construindo um cenário para exibição dos signos do progresso: o teatro monumental e a praça aformoseada. Os novos “monumentos da ordem burguesa”, tratados como pontos focais, ganhavam posição de destaque na paisagem citadina, quando anteriormente esses equipamentos se inseriam de forma modesta no tecido urbano. (MOURA FILHA, 1998, p.12).

Esse diálogo do urbano com o bem está prejudicado na contemporaneidade. A praça é constantemente ocupada pelo comércio informal, mais especificamente o de vestuário. Essa ação dos ambulantes impossibilita a valorização do conjunto urbano, pois impede o acesso a todos os ambientes do espaço público ao ocuparem diversas áreas da praça. Essa sobreposição de usos, ao mesmo tempo em que agrega um dinamismo ao logradouro, traz a problemática da má conservação dos passeios e jardins do lugar. Outro aspecto que corrobora com essa desconexão do teatro com a praça, é a Rua Liberato Barroso, que possui um tráfego corrente de veículos (Figuras 25 e 26).

Figuras 25 e 26 – Relação do TJA com o entorno nos dias atuais e antes da reforma dos anos 1973.



Fonte: Autora (2015) e Museu da Imagem e do Som.

porte, ao contrário de Icó e Sobral que desde o século XIX já contavam com os seus teatros, símbolos de modernidade no contexto brasileiro.

Deslocando o olhar do observador para a direita do TJA, outros dois fatos arquitetônicos de valor patrimonial se destacam na paisagem: a Antiga Escola Normal (atual sede do IPHAN-CE) e o *Lord Hotel*. O primeiro é um imóvel em traços neoclássicos datado de 1884 com fins educacionais, tombado pela SECULT em 1995 e desde 1987 funciona como sede do órgão federal de preservação. O segundo, foi edificado em 1956, com traços em *art déco* e devido às obras do Metrofor, teve sua existência ameaçada, mas por intermédio da resistência de alguns moradores que ainda habitavam a edificação, foi tombado em 2006 e atualmente se encontra em processo de restauração (Figuras 27, 28 e 29).

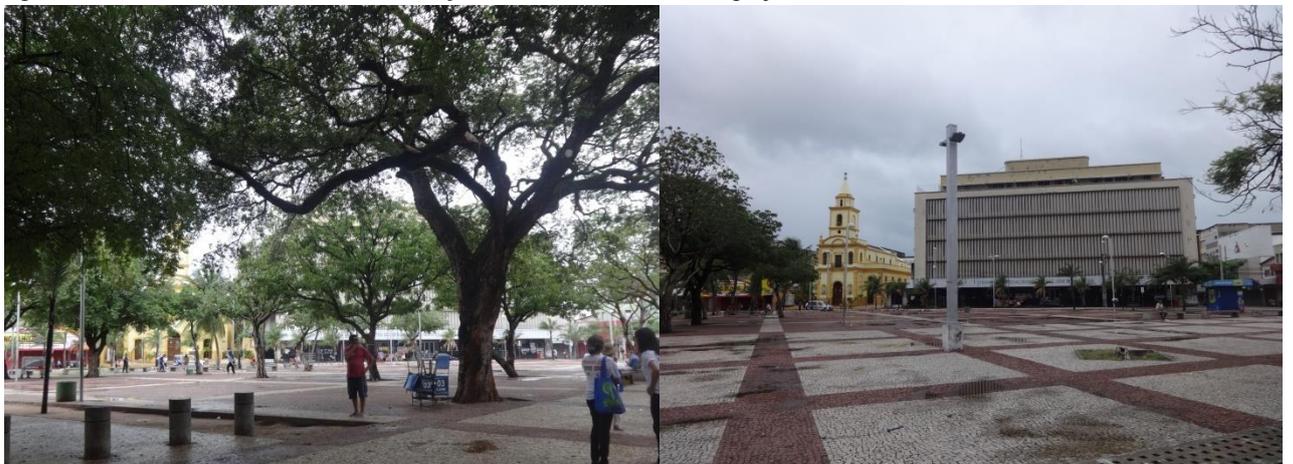
Figuras 27, 28 e 29—Análise sequencial no entorno do TJA, na imagem tem o teatro (Centro), a Antiga Escola Normal à direita e o *Lord Hotel* ao fundo.



Fonte: Autora (2014)

Retomando ao ponto central da Praça José de Alencar, o percurso proposto volta às atenções do observador para a porção norte (defronte a Rua Guilherme Rocha), onde na paisagem urbana dois elementos patrimoniais se apresentam: a Igreja do Patrocínio e Centro de Saúde José de Alencar (CSJA) (Figuras 30 e 31).

Figuras 30 e 31 – Entorno ao norte da Praça José de Alencar com a Igreja do Patrocínio e o CSJA.



Fonte: Autora (2014).

A igreja de arquitetura singela foi inaugurada em 1852 e que durante dezoito anos foi responsável por nomear o espaço público (Praça do Patrocínio). No final de 2013, recebeu por iniciativa privada uma pintura em cores fortes. O argumento é que receberia um destaque e poderia ser observada. Um equívoco, pois os novos tons causam estranhamento em conflito com o anterior (mais alvo), compatível com o original. A igreja está em processo de tombamento municipal desde 2012. Essa nova coloração gera um contraste com a edificação moderna do CSJA³⁷. O bem modernista dialoga com as características do seu momento histórico, o mesmo não aconteceu com o edifício religioso, o que trouxe desarmonia na leitura de conjunto patrimonial.

Na Rua Guilherme Rocha, o trajeto convida o observador a percorrer através da visão serial e descortinar outro elemento do sistema de espaços livres do Centro de Fortaleza: a Praça Capistrano de Abreu (Lagoinha) (Figura 32).

Figura 32- Praça da Lagoinha no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

³⁷O CSJA é uma edificação modernista da década de 1960. Obedecendo as diretrizes da arquitetura moderna, o edifício em concreto possui as fachadas bem delineadas em brises verticais. Em seu terreno abrigava anteriormente a sede da Fênix Caixeiral, uma associação de comerciários, cuja sede era um exemplar expressivo do ecletismo local.

PRAÇA CAPISTRANO DE ABREU (LAGOINHA)

A Praça da Lagoinha contrasta com a Praça José de Alencar. Possui dimensões mais reduzidas e é arborizada em todo seu perímetro. Foi recentemente requalificada e devolvida à população, juntamente com as obras da estação de metrô visando à retirada dos comerciantes informais. Adentrando em seus domínios, observa-se a relação explicitada por Cullen (2006) de Aqui e Além ao deslocar a visão do observador para o lado leste (Praça José de Alencar e Estação José de Alencar) (Figura 33). A sobreposição de usos que outrora existia (com o comércio informal que acontecia no espaço da praça) foi se tornando diminuta e atualmente as funções mais usuais são a de congregação e de passagem. A praça funciona como um espaço de transição do interior do Hospital César Cals para a paisagem urbana.

Figura 33 – Vista da Praça da Lagoinha para a Praça José de Alencar.



Fonte: Autora (2015)

Sobre a história urbana do logradouro, tem-se que é uma das praças mais antigas da cidade, sua urbanização é anterior aos anos de 1859. No ano de 1891 foi nomeada de Comendador Teodorico, mas se tornou conhecida por Lagoinha devido a um dos afluentes do Riacho Pajeú que passava naquela região e formava uma lagoa. Porém, com a urbanização da praça foi feito o aterramento do corpo hídrico. Na década de 1930 foi construído um jardim que recebia a fonte que atualmente se encontra na Praça Murilo Borges (BNB). Ao lado da praça, na chamada Rua do Trilho (atual Avenida Tristão Gonçalves³⁸) havia uma linha férrea (Figura 34).

³⁸A avenida foi ampliada no ano de aproximadamente 1870 para a ocasião da implementação da linha férrea em sua malha urbana.

Figura 34 – Praça da Lagoinha nas primeiras décadas do século XX.

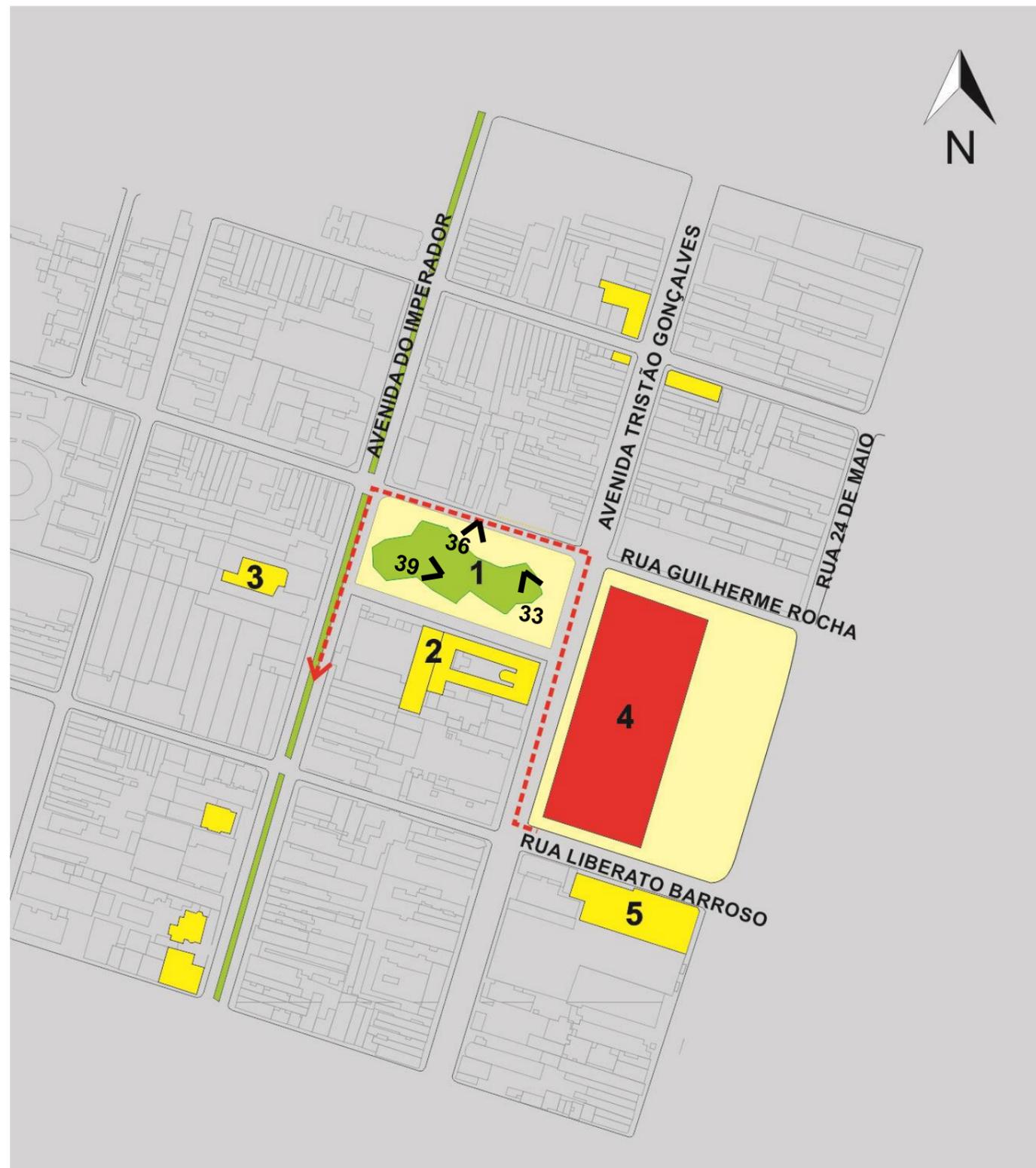


Fonte: Museu da Imagem e do Som.

O entorno da praça é marcado por imóveis descaracterizados voltados para o comércio varejista, pela nova sede do Beco da Poeira, Casa Thomaz Pompeu, Hospital César Cals, Estação José de Alencar e pela Praça José de Alencar. Os marcos de valor patrimonial, além da praça em si, são o hospital e a Praça José de Alencar. As vias que delimitam a área de domínio da praça, são as Avenidas Tristão Gonçalves, do Imperador e a Rua Guilherme Rocha. A morfologia urbana do lugar possui cerca de um terço da quadra, o restante é ocupado pelo hospital (Figura 35).

A partir do recurso da visão serial, observam-se dois pontos que merecem atenção nesse percurso no centro da Praça da Lagoinha: o Hospital César Cals e a Casa Thomaz Pompeu. O primeiro era um sobrado de 1928, dirigido por irmãs franciscanas para ser uma casa de saúde e uma maternidade. Havia um charmoso jardim em seu contorno. Em dezembro de 1974, foi implementado o Hospital César Cals (formado pela Casa de Saúde Cesar Cals, Maternidades Dr. João Moreira e José Frota). O segundo elemento, a Casa Thomaz Pompeu, foi residência de uma das famílias mais influentes da Fortaleza das primeiras décadas do século XX. O imóvel encontra-se em bom estado de conservação e abriga uma unidade do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador (CEREST).

Figura 35 – Praça da Lagoinha e entorno.

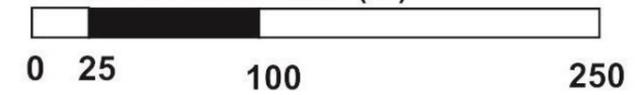


LEGENDA

-  PERCURSO 1
-  EDIFICAÇÕES DE VALOR PATRIMONIAL
-  EQUIPAMENTOS RELEVANTES
-  PRAÇAS/ESPAÇOS LIVRES
-  POSIÇÃO DAS IMAGENS

1. PRAÇA CAPISTRANO DE ABREU(LAGOINHA)
2. HOSPITAL CÉSAR CALS
3. CASA THOMAZ POMPEU
4. ESTAÇÃO JOSÉ DE ALENCAR
5. LORD HOTEL

ESCALA GRÁFICA (m)



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

Partindo do centro da praça, o equipamento hospitalar é o elemento urbano que apresenta uma maior inter-relação com o logradouro. Ele o caracteriza e há uma complementaridade entre ambos. Há uma via entre o equipamento de saúde e o espaço público, mas ela está reservada para o uso restrito dos funcionários do hospital, se incorporando a área deste. Nesse percurso sequencial que objetiva descortinar o bem patrimonial, as árvores existentes no logradouro se constituem como componentes elementares de análise. Elas se integram nessa relação e conferem um ambiente de congregação e um ar bucólico (Figuras 36, 37 e 38).

Figuras 36, 37e 38– Análise sequencial Hospital César Cals.



Fonte: Autora (2015).

Da parte central da praça, o olhar se volta para o outro elemento de valor patrimonial que circunda o espaço público, a Casa Thomaz Pompeu. O imóvel edificado provavelmente no ano de 1916, período em que se iniciava a migração das elites para os arrabaldes do Centro. A edificação possui recuos em todas as fachadas (muda-se a relação com a ocupação do lote comuns nas demais residências do bairro), além de ser mais elevada em relação ao nível do passeio (porão alto) e como “pormenores” possui uma arquitetura ornada por tijolinhos vermelhos e avarandada com diversos balaústres. O bem é discreto na

sua relação com a Praça da Lagoinha, mas possibilita marcar essa fase de expansão urbana da então Fortaleza das primeiras décadas do século XX para o lado oeste (Figuras 39 e 40).

Figuras 39 e 40 – Análise sequencial da Casa Thomaz Pompeu.



Fonte: Autora (2015).

AVENIDA DO IMPERADOR (*BOULEVARD* DO IMPERADOR)

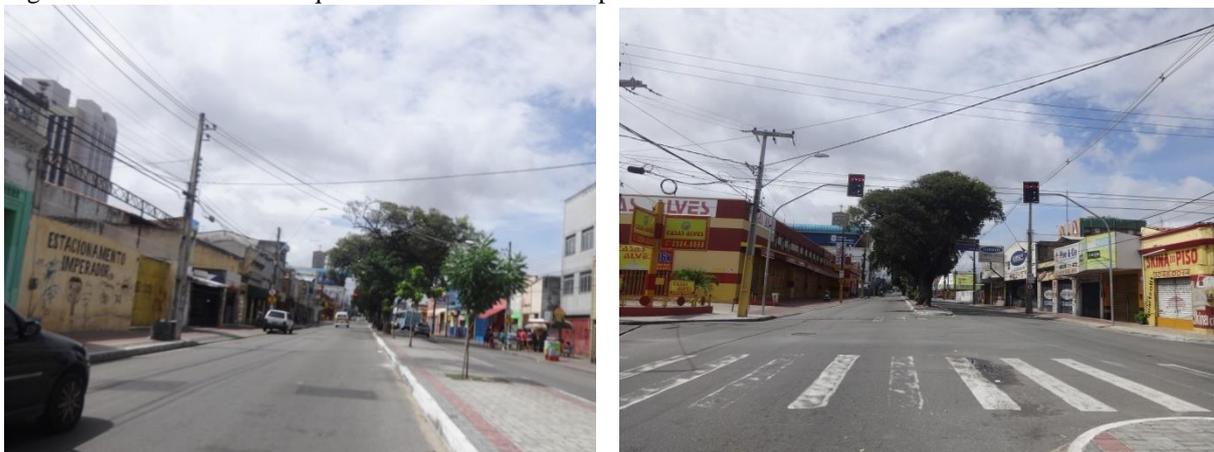
Da Casa Thomaz Pompeu inicia-se o percurso pela Avenida do Imperador (*Boulevard* do Imperador). Como foi exposto anteriormente, a via fazia parte de um plano traçado pelo engenheiro Adolfo Herbster em 1875. Limitava o lado oeste da cidade e a partir dela é que se estava conformada as vertentes de expansão urbana. O logradouro se tornou conhecido como *boulevard*, pois juntamente com as outras duas (Livramento e Manuel), se distinguia das demais ruas fortalezenses pelo tamanho da caixa viária e a presença de árvores no centro da via.

A implementação das avenidas foi um marco para a cidade. Fortaleza não possuía um fluxo relevante de transportes, a maioria dos habitantes se locomovia a pé. Alamedas com cerca de 14 metros representou um projeto “ousado” de desenho de sistema viário. Ao logo de um século e meio de implantação, pouca coisa em sua morfologia foi alterada. Como mudanças que podem ser atestadas têm-se: a modificação da pavimentação, a remodelação dos canteiros centrais e principalmente as transformações desprendidas ao conjunto edificado que formava os perfis arquitetônicos da avenida.

A Avenida do Imperador, mais especificamente dentre as três mencionadas *boulevards* estudadas, é a que apresenta a menor quantidade de vegetação. Nota-se a escassez de arborização durante o perímetro estudado.

Ao longo da análise sequencial das quadras da avenida, se percebe que apesar do padrão dos lotes estarem razoavelmente preservados, muitos imóveis estão parcialmente ou completamente descaracterizados, havendo uma ambiência de valor patrimonial diminuta em relação aos bens que ainda permanecem na paisagem contemporânea, tais como os colégios Sistema e Fênix Caixeiral (contemporâneos à expansão da urbe para Jacarecanga) dentre outros imóveis isolados (em sua maioria com elementos pormenores ecléticos); que podem ser observados ao longo do trajeto proposto. Nesse ensejo, salienta-se o Centro Municipal de Pequenos Negócios (Beco da Poeira) que abriga os antigos comerciantes que estavam locados na Praça José de Alencar à época da desapropriação para a construção da estação (Figuras 41 e 42).

Figuras 41 e 42 – Análise sequencial na Avenida do Imperador.



Fonte: Autora (2015).

Percebe-se, portanto, que no trecho percorrido da Avenida do Imperador (quatro quadras) há uma dicotomia na relação do traçado urbano de valor patrimonial com a arquitetura remanescente, perdendo-se a compreensão de conjunto urbano.

No encontro das avenidas do Imperador e Duque de Caxias, o observador é convidado a seguir e descortinar o antigo *Boulevard* do Livramento.

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS (*BOULEVARD* DO LIVRAMENTO)

A via designada por Herbster limitava o perímetro ao sul da urbe (de onde se partia as vertentes de expansão urbana para o interior) e no percurso proposto no presente estudo, é o *boulevard* que terá maior extensão analisada.

Como foi exposto anteriormente, a avenida fazia parte de um plano traçado pelo engenheiro Adolfo Herbster em 1875. A avenida limitava o lado sul da cidade, sendo nomeada em 1860 como *Boulevard* do Duque de Caxias, porém era popularmente conhecida como Livramento (alusão à antiga Igreja do Livramento, atual Igreja do Carmo) (Figura 43).

Figura 43 – *Boulevard* do Livramento.



Fonte: Museu da Imagem e do Som.

Nas primeiras quadras da avenida, pouco do acervo patrimonial pode ser destacado. Há uma série de edificações de diminuta relevância histórica ou cultural (estacionamentos e depósitos). Observam-se alguns imóveis em que é possível enxergar os antigos frontões típicos das composições ecléticas, porém completamente descaracterizados internamente e camufladas por letreiros de dimensões desproporcionais com a harmonia dos imóveis. Apesar de haver o comprometimento da leitura de conjunto urbano, uma edificação que estabelece uma relação patrimonial é o edifício Jalcy Avenida³⁹ (Figuras 44, 45, 46, 47 e 48).

³⁹ A década de 1950 é reconhecida na historiografia da arquitetura cearense como o início da produção modernista na Capital, o Edifício Jalcy traz em sua volumetria os traços desse período. Com 154 unidades habitacionais e um térreo com salas comerciais, foi um marco na época de sua edificação e em 1959 foi inaugurado. Na história urbana o “Jalcy” é rememorado por um bar que nos anos 1960 foi bastante frequentado pela boêmia cearense, o Balão Vermelho. Segundo o jornalista Wilson Ibiapina, o estabelecimento juntamente com a inauguração da UFC, rompeu com a dicotomia das classes sociais que separadas geograficamente pelos seus bairros, não se encontravam e não dialogavam. Com o surgimento da universidade e de bares na área central da cidade, havia uma efervescência cultural promovida pela reunião desses estudantes. (IBIAPINA, 2010).

Figura 44 – Análise sequencial na Avenida Duque de Caxias.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

Figuras 45, 46, 47 e 48– Análise sequencial na Avenida Duque de Caxias/ Edifício Jalcy Almeida à época de sua inauguração.



Fonte: Autora (2014)/ Arquivo Nirez

O “Jalcy” rompe com a horizontalidade recorrente nas quadras do percurso e se configura como um edifício-barreira, ao mesmo tempo em que se torna um marco, ou um ponto referencial na paisagem urbana da Avenida Duque de Caxias. A edificação se distribui pelo perímetro do lote (respeitando o alinhamento das demais construções adjacentes), porém se destaca dos demais da quadra devido ao gabarito mais elevado.

Quanto à morfologia das quadras da avenida, pode-se afirmar que houve modificações⁴⁰ no que tange às dimensões dos lotes, porém há um alinhamento frente às ruas que é minimamente respeitado e uma regularidade no tamanho dos quarteirões, que determina

⁴⁰Durante a trajetória da história urbana de Fortaleza, aconteceram muitas incorporações ou desmembramentos dos imóveis conjugados. A típica morfologia dos lotes (estrito e longo) reside somente nos exemplares em que se observam alguns resquícios da memória da edificação, como nos casos dos pontos comerciais que os frontões ecléticos estão escondidos por placas publicitárias.

o ritmo do traçado urbano, o que demonstra uma manutenção ao Plano de Adolfo Herbster de 1875.

Na esquina do Jalcy, no encontro com a Rua General Sampaio, ao observador é sugerido um deslocamento por essa alameda em direção a Praça Clóvis Beviláquia (Figura 49).

Figura 49- Praça da Bandeira no Mapa dos Percursos.

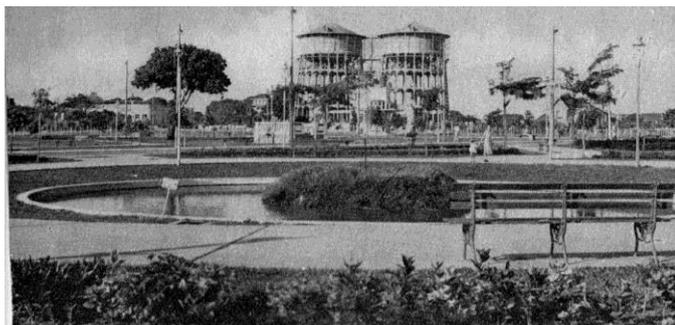


Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA CLÓVIS BEVILÁQUA (PRAÇA DA BANDEIRA)

A história desse logradouro remonta ao final do século XIX, quando foi nomeada de Praça Visconde de Pelotas em 1870, para homenagear o herói da Guerra do Paraguai, o Marechal José Antônio de Correia da Câmara. Anos mais tarde, devido à criação da rede de abastecimento de água da cidade nas adjacências, se tornou conhecida como Praça do Encanamento em 1926 (Figura 50). Na década de 1930, durante a gestão do prefeito Álvaro Weyne, a praça passou por uma intervenção, sendo urbanizada e nomeada de Praça da Bandeira. Treze anos mais tarde o espaço público recebeu um dos marcos que o torna mais conhecido na contemporaneidade, o “Obelisco da Vitória”, projetado por Rubens Diniz. O monumento é uma homenagem aos Aliados da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1959, a praça foi renomeada para Clóvis Beviláquia e o nome de “Bandeira” foi repassado para um outro logradouro que fica em frente ao Colégio Militar. No entanto, ela continua sendo reconhecida pelo antigo nome pelos fortalezenses.

Figura 50: Praça de Pelotas com as Caixas D'água ao fundo.



Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som.

Caminhando em direção à praça por uma quadra sem maiores destaques no que se refere aos valores patrimoniais, salienta-se a mudança da caixa viária da Rua General Sampaio em relação à Avenida Duque de Caxias, o que reforça a hierarquia do traçado urbano. Ao se aproximar das quadras de entorno da Praça da Bandeira, a sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (DCE-UFC) é um dos bens de valor patrimonial que conformam essa área. O imóvel de 1957 possui uma arquitetura *kitsch*⁴¹ que mimetiza forma de um rádio em razão de ter sido originalmente construído para abrigar a Rádio Uirapuru. Atualmente é possível perceber alguns desses pormenores, apesar de ter passado por uma série de modificações (Figuras 51, 52, 53 e 54).

Figuras 51, 52, 53 e 54 – Análise sequencial em direção a Praça da Bandeira/ Antiga Rádio Uirapuru.



Fonte: Autora (2014)/ Arquivo Nirez.

⁴¹ Termo que se refere quando a arquitetura de uma edificação é submetida ao uso de formas que visam mimetizar um objeto para expressar o seu uso e função.

Próximo à sede do DCE se encontra a Praça da Bandeira (Figura 55). Ela é contornada pelas vias Meton de Alencar, Senador Pompeu, Clarindo de Queiroz e General Sampaio. A Rua Meton de Alencar é em calçamento, pavimentação distinta das demais que são asfaltadas. Um dos motivos que podem ser apontados é o fato da via ser uma ligação direta entre a Faculdade de Direito da UFC e a praça. Por não ser asfaltada ela confere o chamado *traffic calming*, alertando os motoristas que há uma mudança de tipologia de via, fazendo-os reduzir a velocidade.

A praça se constitui em um quadrilátero dividido em dois níveis: um árido no centro do logradouro (abaixo do nível do passeio) e outro arborizado localizado na periferia (mais elevado). Esses desníveis e essa dicotomia de cheios e vazios, tão demarcada na praça, a torna menos convidativa para ser percorrida. Os fatos arquitetônicos de valor patrimonial que exercem uma maior característica ao espaço público são: A Faculdade de Direito da UFC, a Casa do Barão de Camocim e a sede do DCE-UFC.

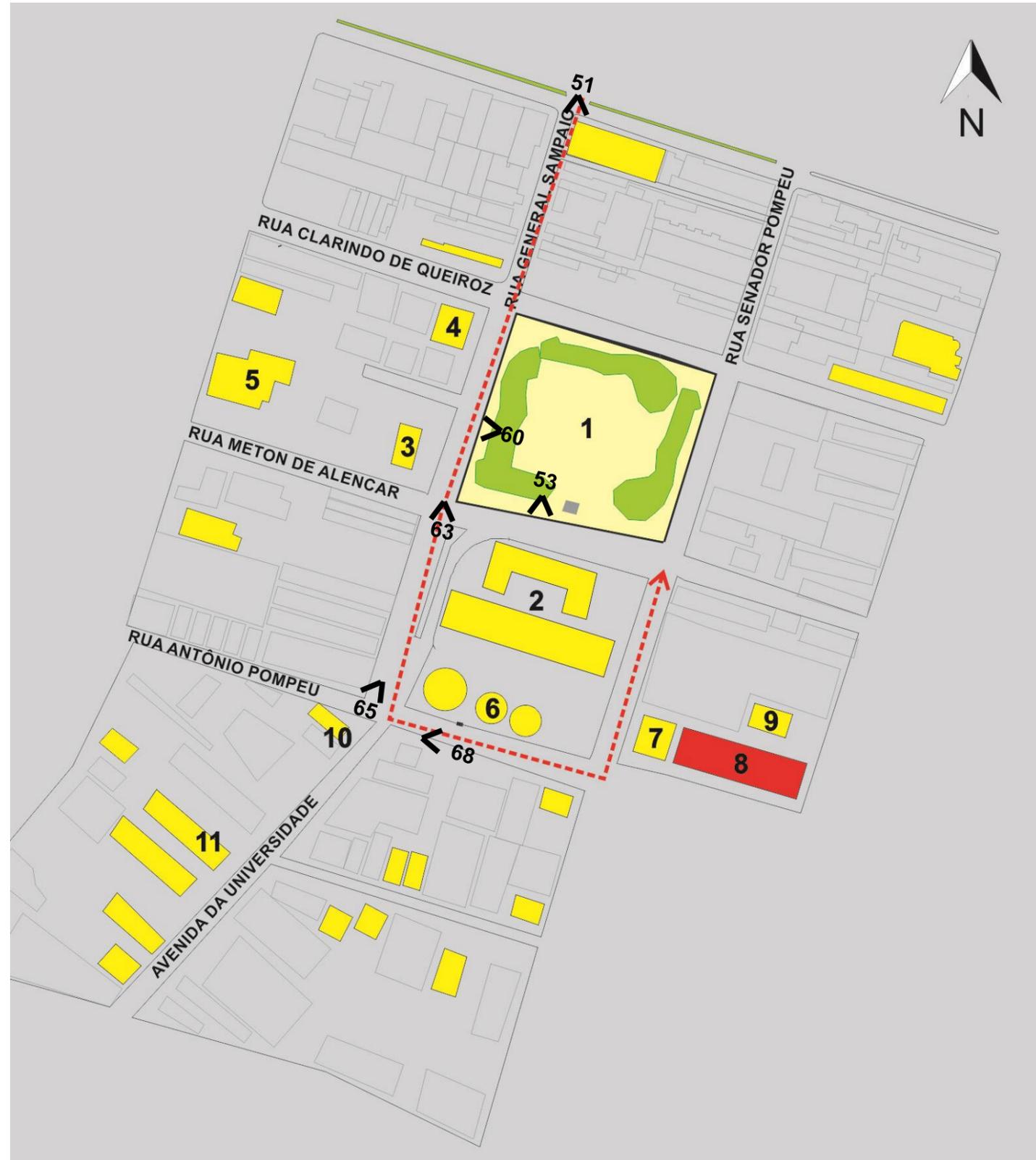
No que se refere ao parcelamento dos lotes das quadras de entorno, nota-se que há diversidade dos tamanhos dos terrenos. O interior dos quarteirões foi substancialmente alterado ao longo dos anos, seja pela implantação de grandes equipamentos no entorno (o Hospital Instituto Doutor José Frota – IJF - e a Faculdade de Direito), seja pela própria necessidade de expansão dos pequenos comércios que há no lugar.

Através da técnica da análise sequencial, observa-se que a Faculdade de Direito⁴² se destaca no percurso. A faculdade se organiza em dois volumes. O bloco mais antigo e mais próximo a Praça Clóvis Beviláquia possui seus traços em *art déco*, enquanto o mais recente é notadamente modernista. Este se vincula ao contexto da fundação⁴³ da UFC (em 1954). O pavilhão mais antigo foi responsável pela transformação da forma urbana da então Praça de Pelotas, que antes ocupava duas quadras e que com a implantação da faculdade, foi reduzida a uma porção. (CASTRO, 2014). Ambos os edifícios se inter-relacionam de forma harmônica, dialogando no gabarito, apesar dos traços arquitetônicos serem distintos compatíveis com o momento de implantação de cada um. Dessa forma, há uma leitura de conjunto de valor patrimonial.

⁴²Foi a primeira instituição de ensino superior da cidade, inaugurada em 1903, no período da oligarquia acciolina (1896-1900/1904-1912). Entre os anos de 1900-1904, Pedro Borges assumiu o governo, mas também é considerada uma continuação do governo de Nogueira Accioly.

⁴³A formação dos *campi* da UFC possibilitou o quadro de uma produção arquitetônica vinculada ao Modernismo. Os chamados arquitetos da primeira geração cearense (José Neudson Bandeira Braga, José Liberal de Castro e Ivan da Silva Brito) fizeram parte da equipe do setor de obras da universidade e encontraram na figura do reitor Antônio Martins Filho o apoio para modificar a paisagem local, ainda pautada nas premissas do ecletismo. (JUCÁ NETO; FERNANDES; DUARTE JÚNIOR, 2014)

Figura 55 – Praça da Bandeira e entorno

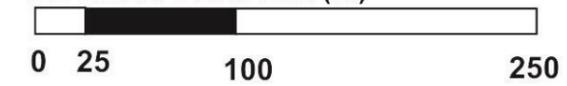


LEGENDA

- PERCURSO 1
- EDIFICAÇÕES DE VALOR PATRIMONIAL
- EQUIPAMENTOS RELEVANTES
- PRAÇAS/ESPAÇOS LIVRES
- POSIÇÃO DAS IMAGENS

1. PRAÇA CLÓVIS BEVILÁQUIA (BANDEIRA)
2. FACULDADE DE DIREITO UFC
3. CASA BARÃO DE CAMOCIM
4. DCE UFC
5. VILA DAS ARTES
6. CAIXAS D'ÁGUA DO BENFICA
7. ANTIGO IJF
8. HOSPITAL DR. JOSÉ FROTA (IJF)
9. INSTITUTO EPITÁCIO PESSOA
10. PALÁCIO MAÇÔNICO
11. IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS

ESCALA GRÁFICA (m)



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUCF) e trabalhado pela autora (2015).

A faculdade juntamente com o obelisco vão se impondo na paisagem e delimitam a porção meridional da praça. Essa inter-relação entre ambos forma uma síntese que aproxima a praça à faculdade. Essa associação poderia ser materializada de forma mais efetiva se o espaço público fosse mantido, como requer por sua importância na história e morfologia urbana (Figuras 56, 57, 58 e 59).

Figuras 56, 57, 58 e 59 – Análise sequencial da Faculdade de Direito.



Fonte: Autora (2014).

Desviando o trajeto para a porção oeste do observador, outro equipamento de relevância no âmbito patrimonial e que confere significado ao logradouro se apresenta na paisagem, a Casa do Barão de Camocim⁴⁴ (tombada em 2007 pelo município) (Figuras 60, 61 e 62). A casa segue as inspirações da arquitetura europeia. Foi considerada a residência mais nobre da cidade (possuía além das generosas dimensões espaciais, um elevador). O imóvel

⁴⁴Propriedade do cearense Germiniano Maia, que recebeu o título de Barão de Camocim da família imperial provavelmente nos anos de 1880. Natural de Aracati, veio aos 17 anos para a Capital para trabalhar no setor de exportação de tecidos, fundando a *Maison Louvre* de Tecidos Finos. Devido ao sucesso dos negócios, mudou-se para Paris. Na Europa se aproximou com a família imperial e no retorno à terra natal, foi agraciado com o título de barão.

encontra-se fechado apesar das promessas para a incluí-lo na chamada Vila das Artes ⁴⁵. O bem ganha destaque e juntamente com a instituição de ensino, são dois acidentes (marcos) que podem ser trabalhados para corroborar com a ambiência patrimonial do lugar.

Figuras 60, 61 e 62 – Análise sequencial da Casa do Barão de Camocim.



Fonte: Autora (2014).

Seguindo pela Rua General Sampaio em direção a outros bens que participam da história da antiga Praça de Pelotas, outros elementos da paisagem urbana da área central são apresentados no percurso: As caixas d'água do Benfica (Figuras 63 e 64).

As caixas d'água do Benfica constituem um marco na história do abastecimento da cidade. O processo de fornecimento de água para a capital iniciou em meados do século XIX, a partir de um contrato com uma companhia londrina, Ceará *Water Company*, sendo responsável pela instalação de no mínimo quatro chafarizes no perímetro urbano. A cidade já contava com uma série de equipamentos urbanos e residências que condiziam com a sua condição de capital. No entanto, permanecia a problemática da salubridade, o que simbolizava

⁴⁵É um equipamento municipal ligado à cultura que possui um conjunto de edificações de valor patrimonial que a conformam tais como um antigo casarão da família Leite Barbosa Pinheiro de 1954 (bloco principal), foi desapropriado pela Prefeitura de Fortaleza, em dezembro de 2005, sendo restaurado seguindo os moldes do projeto original e Casa do Barão de Camocim.

uma incoerência para Fortaleza que almejava ser considerada um dos centros de “civilidade” do País.

Figuras 63 e 64 – Análise sequencial das caixas d’água do Benfica.



Fonte: Autora (2014).

No ano de 1911, a administração pública inicia as obras para o encanamento de água, a partir da implantação das duas caixas d’águas edificadas em cimento armado, tendo como responsável técnico, o engenheiro João Felipe Pereira. Estas foram somente inauguradas em 1926, em razão de diversos entraves provenientes da deposição de Nogueira Acióli em 1912 (Figura 28).

Contraditoriamente, em contraste com certos refinamentos, a cidade continuava a utilizar fossas negras e a tirar água das cacimbas por meio de baldes. (...). Nos últimos anos do governo Accioly, é bem verdade, fora iniciada o lançamento de uma rede urbana de águas e esgotos, projetada pelo engenheiro cearense João Felipe Pereira (1861-1950), professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Os trabalhos, contudo, logo se viram suspensos em decorrência dos acontecimentos tumultuados que abalaram a Cidade, sendo retomados somente na década seguinte e inaugurados em 1927, quando Jeremias Arruda vivia na Capital. Federal. (CASTRO, 2007, p.15-16).

Na década de 1960, a terceira caixa d’água foi erigida, que é a única do conjunto que ainda permanece em atividade. Ressalta-se que na Praça Clóvis Beviláquia há uma pequena edificação da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) em funcionamento, o que ratifica a histórica e contínua relação do *locus* com o abastecimento de água na urbe. As edificações não são tombadas, mas há um processo de nº 0927/10 em aberto no Comphic (Conselho Municipal de Proteção Histórico-Cultural de Fortaleza) que visa à salvaguarda do conglomerado. As caixas d’água são elementos referenciais e simbolizam um dos caminhos de entrada na parte histórica do bairro.

Na esquina das caixas d’água do Benfica, mais precisamente na Avenida da Universidade (antigo *Boulevard* de Cauípe), alguns casarios se destacam no tecido urbano (Figuras 65, 66 e 67). Primeiramente, vê-se o sobrado da maçonaria. O Palácio Maçônico Ir.

Luiz Moraes Correa⁴⁶ que possui uma arquitetura ornamentada. Próximo a este imóvel há outro exemplar da arquitetura eclética de Fortaleza, a Casa de nº 1896 que fazem parte de um mesmo conjunto de mansões contemporâneas construídas mais afastadas do núcleo central da capital. O antigo solar era propriedade da família de Manços Valente. Atualmente pertence às Irmãs Missionárias Capuchinhas.

De acordo com a aparência, deve ter sido construída em data próxima à da casa vizinha, de nº 1940, já mencionada. Pertenceu a Manços Valente, primitivamente cercada por ampla gleba (com 55 metros de testada), mas hoje ocupada com inúmeras edificações, entre as quais uma igreja. Bastante recuada do alinhamento (em torno de uns 6 metros), segue o partido geral das casas de porão alto fortalezenses, mostrando certas particularidades nas divisões internas. A fachada de frente mantém aspecto severo, com janelas rasgadas e padieiras decoradas com meias volutas afrontadas, motivo comum da Cidade em fins do século XIX. Tem coberta de quatro águas, com tacaniças, vertendo sobre calha complementada por platibanda perfurada por buzínates (jacarés) originais. (CASTRO, 2007, p.49).

Figuras 65, 66 e 67 – Conjunto edificado na Avenida da Universidade.



Fonte: Autora (2014)/ Arquivo Nirez.

⁴⁶Foi construído para ser residência do médico maçom Menton de Alencar Filho, era conhecida como Solar das Liras “devido às suas muradas, ornadas com liras fabricadas na Plástica Cearense, fábrica pioneira do Ceará, de mosaicos, objetos torneados e blocos de concreto.” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014). Sendo adquirida no ano de 1975 para ser um das sedes da maçonaria em Fortaleza.

Encerra-se esse conjunto edificado com a Casa de nº. 1940 que abrigará a nova sede⁴⁷ do Instituto de Previdência do Município (IPM). O bem é datado de 1897, pertenceu a Neutel Newton Maia. Era conhecida como “casa das listras vermelhas” devido ao ritmo listrado de porcelana impresso às fachadas. Com o passar dos anos e a falta de manutenção, esse revestimento se deteriorou e as listras desapareceram do imóvel.

Mantida praticamente na forma original, menos nos paramentos das fachadas externas, cujo revestimento de “guarnecido”, bastante deteriorado e irrecuperável, foi recoberto por pintura de liso. A forma primitiva da casa encontra-se documentada no Arquivo Iconográfico da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, conforme levantamento no 63 / registro 355/359 / desenhos. 01/05/julho de 1975 / primorosamente executado pelas arquitetas Eliana Maria Rocha de Medeiros e Melânia Cartaxo Aderaldo Lobo, então universitárias. (CASTRO, 2007, p.48).

Essas antigas residências representam um reduto da arquitetura do início do século XX em meio à constante ação de descaracterização e demolição do patrimônio edificado desse período. Por estarem geograficamente próximas, elas estabelecem uma síntese com o antigo *Boulevard* de Cauípe, permitindo serem articuladas com a Praça da Bandeira e conformarem um percurso de valor patrimonial.

Retornado para as adjacências das caixas d’água (Rua Antônio Pompeu), o hospital IJF destoa do conjunto urbano ao qual pertence. Construído em 1993, projeto do arquiteto José Sales, se tornou conhecido como “novo IJF”. O nome é uma herança de uma antiga unidade de saúde datada de 1940, que se encontra adjacente ao atual. A mais antiga edificação é um exemplar *art déco* que corrobora com a ambiência da Praça da Bandeira. Com o aumento da demanda por mais leitos, foi necessária a implantação de uma nova unidade. O edifício mais recente é impactante na paisagem urbana. Possui uma robusta arquitetura em concreto que rompe com o gabarito do conjunto de prédios do entorno. Por ser um dos principais hospitais da capital, pode ser considerado um ponto nodal na malha da urbe, pois atrai um grande fluxo para a região. Cerceado pelo perímetro do IJF, uma edificação neoclássica datada dos anos 1920, que diante do hospital se torna diminuta. É Instituto Eptácio Pessoa, que foi construído para ter o uso institucional⁴⁸, se localizando no perímetro mais afastado da área central. Atualmente pertence ao conjunto do IJF. Apesar

⁴⁷Para sediar o IPM, além do restauro do edifício histórico, foi proposta a implantação de um novo prédio, a obra está orçada em R\$11 milhões. Segundo a PMF, “foi definido que o casarão histórico deverá ser restaurado de forma a se aproximar o máximo possível de suas características originais, relativas à época em que foi construído.” (FORTALEZA, 2014)

⁴⁸Ele foi edificado em homenagem ao primeiro nordestino presidente do País, Eptácio da Silva Pessoa (1919-1922). O imóvel sediou diversos equipamentos: biblioteca, União dos Moços Católicos, Conselho de Enfermagem, Escola de Música Alberto Nepomuceno e cinema.

dessa incorporação ao equipamento hospitalar, não há um diálogo entre os imóveis. O prédio principal se impõe a partir de sua volumetria, de seus traços arquitetônicos sem dialogar com os bens históricos que estão em seu perímetro (Figuras 68, 69 e 70).

Figuras 68, 69 e 70 – Análise sequencial IJF.



Fonte: Autora (2014).

Retornando para a Av. Duque de Caxias e seguindo o seu curso, o ritmo das quadras e a descaracterização dos bens materiais são duas constantes. Analisando a quadrícula do entorno, pode-se atestar a diferença da hierarquia com a Avenida Duque de Caxias com as demais ruas. Destaca-se a mudança no ritmo do tamanho das quadras, a malha de 100 x 100 metros é alterada e passa a ser mais alongada, 100 x 160 ou 70 x 160. Esse padrão de quarteirões mais retangulares é tipicamente uma herança do traçado português. A maioria dos lotes dessas quadras segue a mesma lógica, são estreitos e profundos (seguem um módulo de aproximadamente 5 x 35 metros). Essa sistemática é modificada com a combinação

de lotes para a implantação de maiores equipamentos e nas esquinas observa-se que há uma área mais generosa (normalmente dobra a largura) em comparação com os terrenos de meio de quadra. Castro (2007) esclarece acerca do padrão dos lotes de Fortaleza:

As dimensões das testadas das casas procediam dos velhos padrões de divisão fundiária, usuais no período colonial. Atendiam muitas vezes a determinadas disposições legais da época, aplicadas nos dias do Império, na República Velha e, de certo modo, ainda em voga até hoje, no caso, referidas aos chamados lotes mínimos. Eram medidas em palmos e seus múltiplos. A frente das casas de duas portas contava aproximadamente com 20 palmos (4,40m); das de três portas, com 30 palmos (6,60m); das de quatro portas, com 40 palmos (8,80m); e assim por diante. (CASTRO, 2007, p.21).

A monotonia na paisagem é interrompida na esquina com a Rua Barão do Rio Branco devido a dois elementos no espaço urbano: a agência central do Banco do Brasil e a Praça do Carmo. O primeiro é um edifício modernista datado de 1976. O imóvel se destaca no entorno por seus aspectos arquitetônicos (material, volumetria, gabarito elevado). Um pormenor que o caracteriza é a estátua do artista olindense José Corbiniano Lins, intitulada de “Mulher Rendeira”, uma homenagem à cultura local (Figuras 71, 72, 73 e 74). O segundo elemento, a Praça do Carmo (Figura 75), é outro lugar que participa do sistema de praças do bairro.

Figuras 71, 72, 73 e 74 – Análise sequencial na Avenida Duque de Caxias/ Agência Central do Banco do Brasil/ Mulher rendeira de Corbiniano Lins.





Fonte: Autora (2014)/ Arquivo Nirez.



Figura 75- Praça do Carmo no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA DO CARMO

A praça é formada pela confluência das ruas Barão do Rio Branco, Major Facundo, Clarindo de Queiroz com a Avenida Duque de Caxias. O logradouro é um ponto de inflexão no ritmo das quadras do tecido urbano da área central. A quadrícula de aproximadamente 100x100 é dividida, e os módulos (especialmente nesse trecho) passam a

ser de 70x100 e 60x100 metros. É considerada um dos espaços públicos mais aprazíveis da área central da cidade, principalmente devido à presença da Igreja do Carmo e seus jardins, que dá forma e nomeia na contemporaneidade o logradouro.

Nos primórdios, o lugar era um areal cercado de árvores de médio porte tais como cajueiros e mangueiras, além de algumas choupanas de palha. No espaço compreendido entre a Avenida Duque de Caxias e a Rua Pedro I, existia uma lagoa que era alimentada por um córrego que passava pela Rua Major Facundo. Com a consolidação de Fortaleza como núcleo urbano do Ceará, os areais foram urbanizados.

Em meados do século XIX, o logradouro se tornou conhecido como Praça do Livramento (nome da antiga capela que havia na área), porém em 1922, com a consagração do templo cristão, o lugar passou a se chamar por Nossa Senhora do Carmo. A praça recebeu um de seus monumentos mais marcantes, a estátua de Nossa Senhora da Paz (elaborada em mármore), que nos anos de 1921, se localizava na Avenida Duque de Caxias (Figura 76). Castro (2007) afirma que,

O espaço aberto, hoje denominado praça do Carmo já constava discretamente da planta de expansão oferecida por Herbster à Câmara em 1861, então delineada a fim de abrigar a capela de Nossa Senhora do Livramento, cujas obras se interromperam por falta de empenho decidido dos administradores da obra. (CASTRO, 2007, p.19).

Figura 76 – Estátua Nossa Senhora da Paz.



Fonte: Arquivo Nirez.

A praça é arborizada e se encontra preservada. Ela foi adotada pelo programa “Adote o Verde”, em que as praças e áreas verdes são adotadas por pessoas físicas, jurídicas ou entidades da sociedade civil. O logradouro passou por uma restauração através do

Programa Fortaleza Bela no Centro em 2011. A reforma contou com restauro do piso, paisagismo e intervenções de acessibilidade e sinalização. Em reportagem a respeito da obra declarou-se que,

A obra prevê a colocação de novo piso, rampas de acesso fácil para pessoas com limitação física e trilhas táteis para deficiente visual. Novos bancos e jardins fazem parte do projeto, que respeita as características do prédio da igreja. Uma das novidades é a instalação de iluminação com luminárias do tipo LED, para destacar os detalhes arquitetônicos da torre, com campanário e crucifixo ao alto, além de portas e janelas. (CENTRO DE FORTALEZA, 2011).

Quanto aos aspectos da morfologia das quadras do entorno, nota-se que devido à inserção de equipamentos que exigem maior área no entorno, tais como as duas unidades do colégio Ari de Sá e alguns estacionamentos, o tamanho dos lotes foi bastante alterado. Apesar dessa descaracterização do desenho interno do terreno, principalmente na quadra adjacente a praça, na Rua Major Facunda, existe algumas unidades de interesse patrimonial relevante, tais como a Igreja do Carmo, Instituto do Ceará (histórico, geográfico e antropológico), a Associação dos Merceeiros e o conjunto edificado nas Ruas Clarindo Queiroz e Major Facundo⁴⁹ (Figura 77).

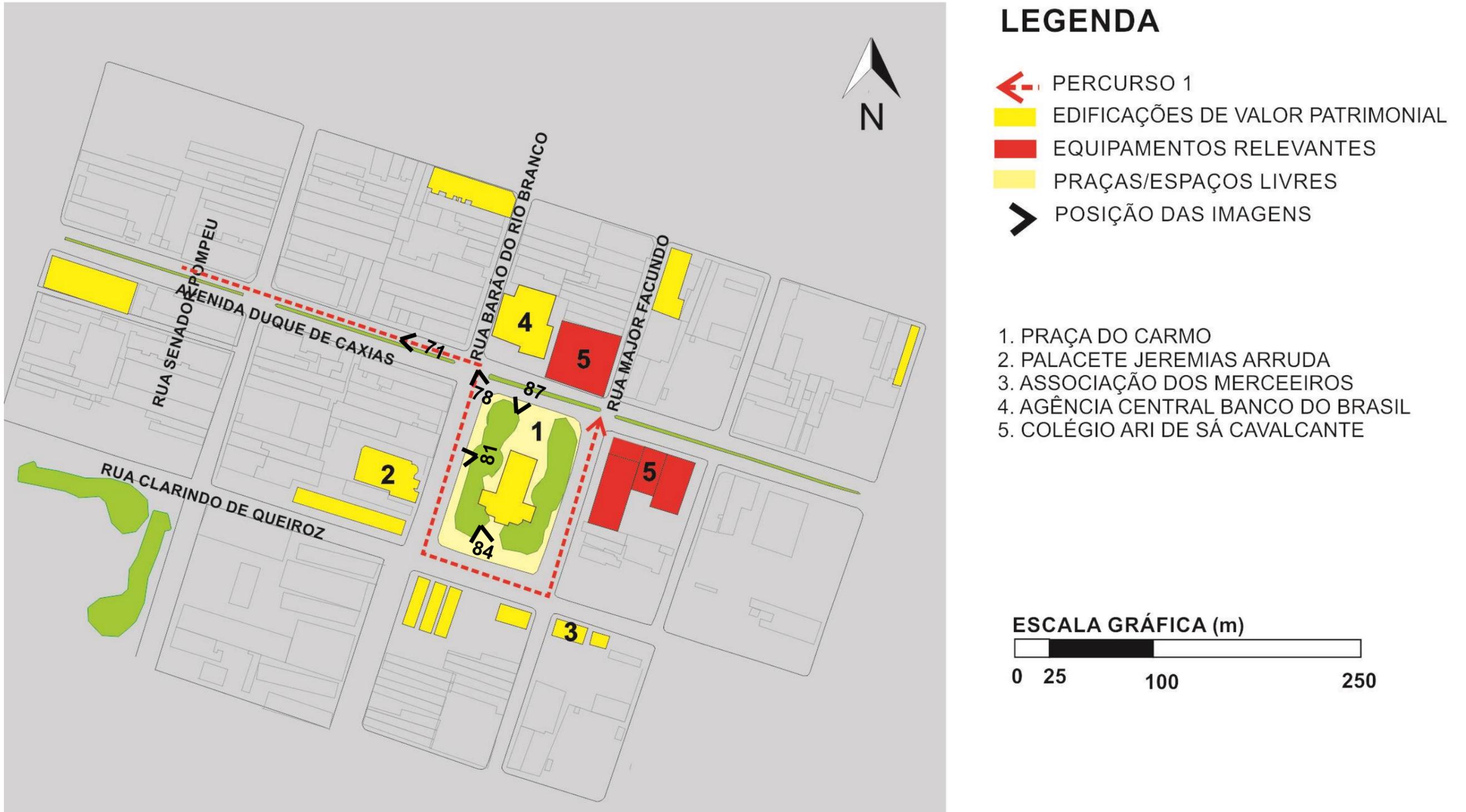
Acerca desses marcos arquitetônicos de valor patrimonial que conformam a praça, um dos mais notórios é a Igreja do Carmo⁵⁰. Acerca do bem,

A estrutura arquitetônica da Igreja é secular. Continua quase como início de sua construção: paredes brancas (exterior), teto de madeira, uma nave central e duas naves laterais. Chama a atenção de quem visita a Igreja o púlpito prateado localizado à direita, na coluna central do templo, trabalho executado pela fundição cearense – J. Cândido Freire, bem como as varandas metálicas da tribuna, de grande beleza artística. (PAROQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO, 2014).

⁴⁹ Esse conjunto da Rua Major Facundo se localiza no quarteirão mais ao sul da Praça do Carmo.

⁵⁰ Sua história tem início com a antiga Capela de Nossa Senhora do Livramento, cujo processo de construção se iniciou em 1850. O andamento da obra caminhou lentamente e somente cerca de vinte anos após o início é que foi concluída. A edificação foi ameaçada no final do século XIX de desabar devido a uma forte tempestade que rachou a alvenaria, além de formigueiros. Visando reverter esse quadro o bispo Dom Joaquim José Vieira ordenou em 1892 a construção de um novo templo. Nesse período a igreja é renomeada e passa a se chamar de Igreja Nossa Senhora do Carmo. Com as plantas de um projeto de 1879, atribuído ao engenheiro Adolfo Herbster, as obras foram iniciadas e concluídas em 1906.

Figura 77 – Praça do Carmo e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

A igreja ao mesmo tempo em que se constitui um edifício-barreira na paisagem do logradouro, ela o caracteriza, o ressignifica e o preenche, se tornando o principal elemento constituinte da morfologia da praça. Para apreendê-la é necessário utilizar da deflexão defendida por Cullen (2006), convidando o observador a percorrer pelo restante do espaço e descortinar outros bens patrimoniais (Figuras 78, 79 e 80).

Figuras 78, 79 e 80 – Análise sequencial da Igreja do Carmo.



Fonte: Autora (2015).

Partindo da lateral oeste da praça, tendo como base a visão serial, outro bem se apresenta: o Instituto do Ceará - histórico, geográfico e antropológico (IC). O imóvel é tombado pelo Estado e conhecido por Palacete Jeremias Arruda⁵¹ datado de 1920. Constitui-se como um exemplar da arquitetura eclética fortalezense (Figura 81, 82 e 83). Desde o ano de 1966, o equipamento é a sede do Instituto do Ceará. O IC funciona desde 1897 e é responsável por um dos maiores acervos em livros do Estado (com cerca de 50 mil volumes). Acerca da obra,

⁵¹ O bem recebe essa nomenclatura em homenagem ao seu primeiro proprietário, um (2007) elucida, “Foi seguidamente sede da Prefeitura Municipal, da Chefatura de Polícia, novamente, da Prefeitura e, por fim, abrigou o Ginásio Municipal de Fortaleza. (...) em seguida, se operou a venda da imóvel à Universidade Federal.” (CASTRO, 2007, p.9-10).

Por sua aparência, o palacete Jeremias Arruda se inscreve como obra da segunda fase do ecletismo arquitetônico cearense, figurando como trabalho de incontestável valia, embora com tratamento morfológico que o desvincula das realizações ecléticas de raízes historicistas, principalmente daquelas de cunho greco-romano. (CASTRO, 2007, p.64).

Figuras 81, 82 e 83 – Análise sequencial do Palacete Jeremias Arruda/ Palacete no início do século XX.



Fonte: Autora (2014)/ Arquivo Nirez.

Retornando para a praça e posicionando-se para a face mais ao sul, há um conjunto de edificações que possuem relevância patrimonial: a sede da Associação dos Merceeiros e um grupo de imóveis ecléticos voltados para o comércio. O prédio data de 1926, edificado com finalidade de abrigar uma sociedade beneficente de assistência e previdência, filantrópica e sem fins lucrativos. A construção segue os arquétipos do ecletismo, possui um detalhamento nos guarda-corpos e nas cornijas ornamentado. O bem está em processo de tombamento no âmbito municipal desde 2012, aguardando a avaliação do Comphic. Os demais imóveis ecléticos da porção sul também estão em processo de tombamento a nível municipal. Eles contribuem para a ambiência patrimonial do setor analisado (Figuras 84 e 85).

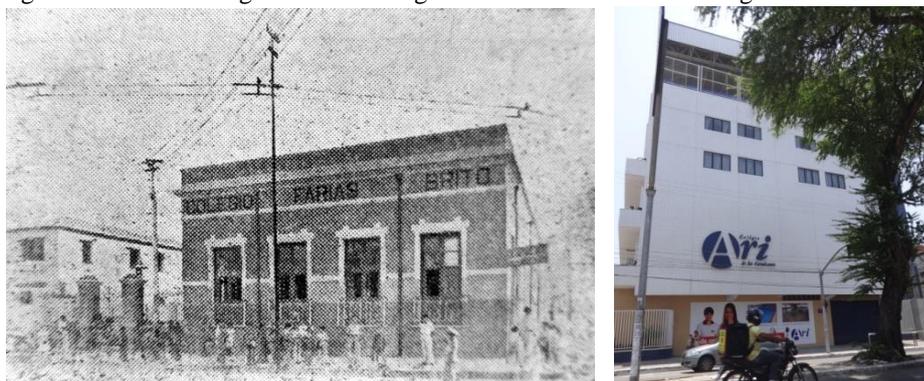
Figuras 84 e 85 – Análise sequencial da porção sul da Praça do Carmo.



Fonte: Autora (2015).

Retornando para a Avenida Duque de Caxias e seus fatos arquitetônicos, a presença do Colégio Ari de Sá Cavalcante é uma referência no logradouro. Data de 1935 o histórico do *locus* com o grupo escolar. Inicialmente funcionava na esquina da Rua Barão do Rio Branco nº 1658 com Rua Clarindo de Queiroz (atualmente deu lugar a um estacionamento, há somente vestígios das antigas alvenarias históricas). Depois se mudou para a esquina da Rua Major Facundo com Avenida Duque de Caxias nº 519, onde permanece até os dias atuais. A sede mais recente possui um elevado gabarito, mais condizente com a edificação adjacente, a agência central do Banco do Brasil. Por mais que as duas sedes sejam exemplos da arquitetura contemporânea, não há uma harmonia com o entorno e nem uma qualidade que agregue um valor patrimonial ao entorno da Praça do Carmo (Figuras 86 e 87).

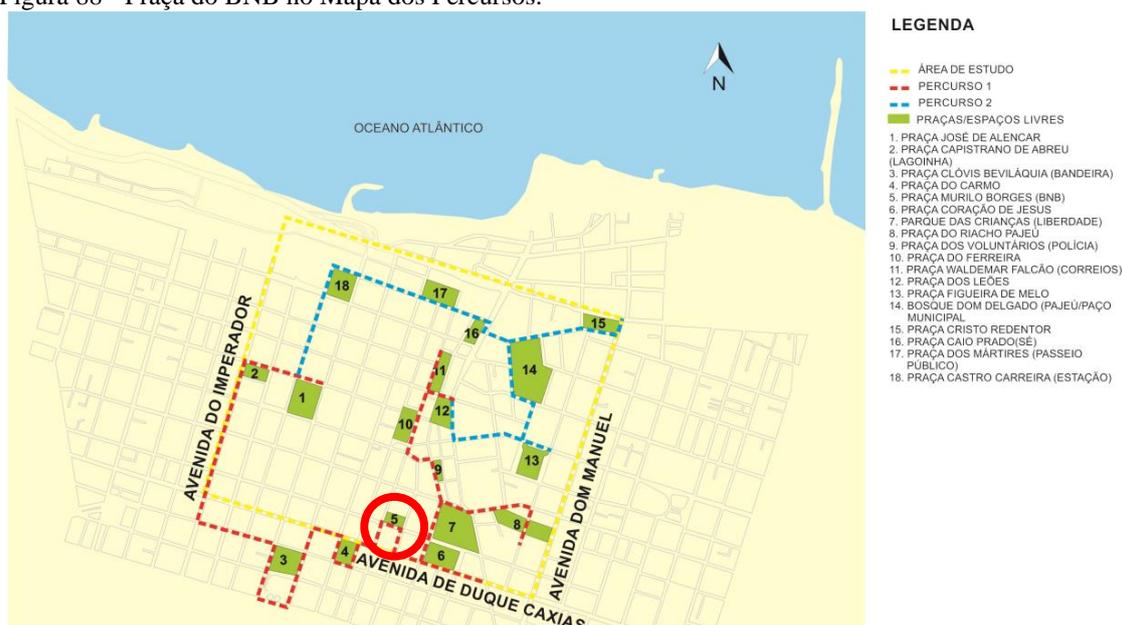
Figuras 86 e 87 – Antiga Sede do Colégio Farias Brito/ Sede do Colégio Ari de Sá.



Fonte: Arquivo Nirez/Autora (2015).

Seguindo o percurso por mais uma quadra da avenida, há outra praça que requer a atenção quanto fato urbano, a Praça Murilo Borges (Figura 88).

Figura 88 - Praça do BNB no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA MURILO BORGES

A Praça Murilo Borges, referência ao último prefeito de Fortaleza antes do Golpe Militar de 1964, é formada pelas Ruas Floriano Peixoto, Assunção e Dom Pedro I. Na face norte é arrematada pela sede do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Quanto aos aspectos morfológicos a partir da Rua Dom Pedro I, as quadras se tornam mais alongadas, se tornando mais retangulares que quadradas. Os lotes estão descaracterizados não sendo possível perceber uma uniformidade ou o padrão de outrora. Dessa forma, a legibilidade do espaço sob a ótica patrimonial se tornou comprometida, com exceção da agência bancária e da praça.

O conjunto edificado é formado por alguns bancos, alguns bares e estacionamentos que não conferem uma ambiência patrimonial que o lugar requer, o que torna o espaço público e o BNB mais destacados no contexto urbano (Figuras 89 e 90).

Figuras 89 – Edifício do BNB rompe com a ortogonalidade e se destaca na paisagem urbana.



Fonte: Autora (2014)

Figura 90 – Praça do BNB e entorno



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUCF) e trabalhado pela autora (2015).

Possui um desenho mais contemporâneo em relação aos demais existentes no bairro. O logradouro incorporou traços do paisagismo modernista e tem seus traços geometrizados que diferem dos demais. Foi inaugurado em 1983 e representou uma iniciativa do BNB de financiar a proposta de uma praça como forma de materializar uma região de transição e desafogo entre o espaço interno da instituição com o exterior. Para possibilitar essa empreitada, algumas dezenas de casas foram demolidas para ceder área para o projeto.

No desenho da praça se destacam visualmente as formas bem geometrizadas dos canteiros. Além disso, ela abriga uma fonte de 1930 que outrora se situava na Praça Capistrano de Abreu. O chafariz, de origem germânica foi elaborado em zinco e cobre em motivos de animais (leões e cavalos marinhos), passou por um processo de restauração e desde 1984 pertence ao atual espaço público.

Partindo da análise sequencial, o Edifício Raul Barbosa⁵² (então sede da Direção Geral do BNB), possui destaque na paisagem urbana. Por sua volumetria localizada em uma malha de gabarito mais horizontalizado, a edificação predomina como marco urbano e como edifício-barreira na área central (Figuras 91, 92, 93 e 94).

Figuras 91, 92, 93 e 94 – Análise sequencial no Edifício Raul Barbosa.



Fonte: Autora (2014).

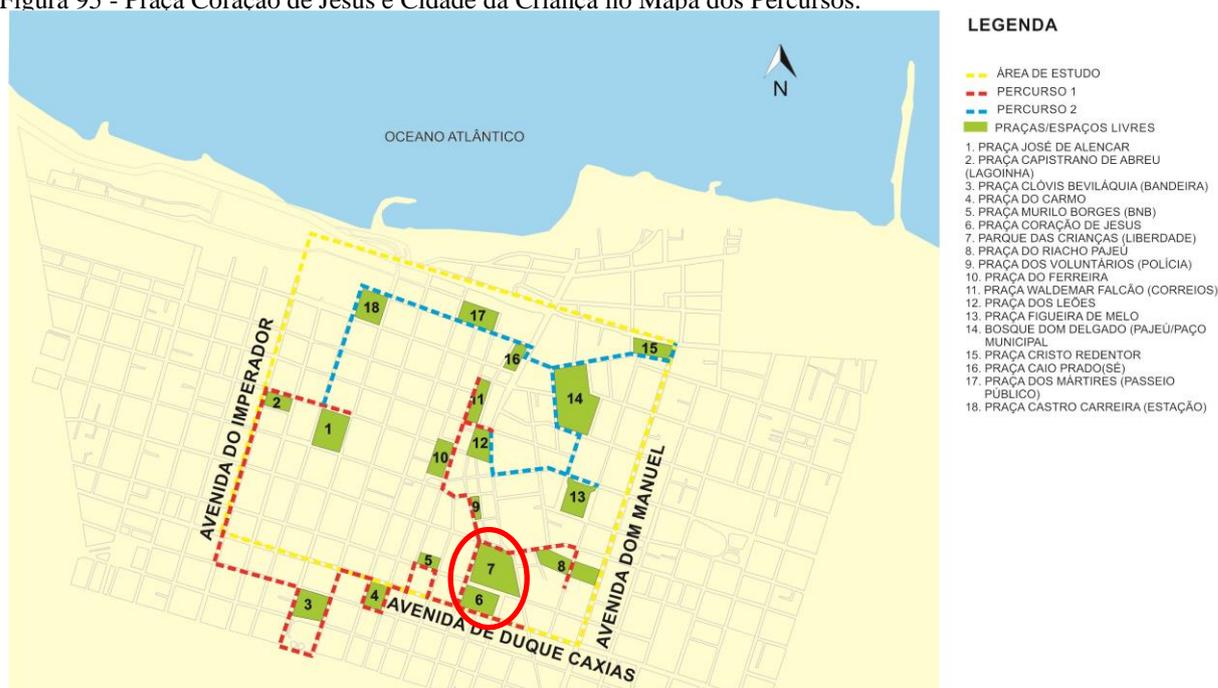
⁵²O projeto é resultado de um concurso realizado em 1978, do qual uma equipe de jovens arquitetos formados na Escola de Arquitetura da UFC (Nelson Serra e Neves, José Alberto de Almeida, Antônio Carlos Campelo e Carlos Alberto Farias Costa) vence.

Segundo Sampaio Neto (2012), o edifício se tornou um marco não só por participar uma geração de profissionais de formação local, mas também por representar um refinamento e diversificação das orientações de projeto praticadas, sendo dessa forma, um destaque em meio à produção da época. A respeito do partido arquitetônico,

Tal zoneamento apresenta fácil legibilidade na expressão formal do edifício: a agência configura-se como volume mais largo, encerrado por empenas de concreto, e ocupa quase a totalidade da área do terreno; o bloco intermediário, composto pelas áreas de apoio, expõe conformação mais esbelta e fechamento franco em cortina de vidro, procurando cindir a massa edificada e conferir maior leveza ao desenvolvimento vertical que se segue; e o corpo da edificação, onde se encontram os pavimentos tipos, com fachadas norte e sul envidraçadas, protegidas por brises, e empenas cegas para as orientações leste e oeste. (COSTA, 2012, p.238).

O percurso se volta para a Avenida Duque de Caxias, seguindo por uma quadra, cujo conjunto edificado apresenta pouco relevância, chegando-se a Rua Sólton Pinheiro. No logradouro há um aumento da caixa viária para cerca de doze metros, em razão do terminal⁵³ de ônibus inaugurado em 1991, na Praça Coração de Jesus (Figuras 95, 96, 97 e 98).

Figura 95 - Praça Coração de Jesus e Cidade da Criança no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA CORAÇÃO DE JESUS

A praça foi urbanizada em 1880 para ser área de contemplação da Igreja Coração de Jesus que estava sendo construída. Ela se insere no contexto das demais praças que foram

⁵³ O equipamento opera com 19 linhas, que movimenta um fluxo diário de quase 65 mil pessoas por dia (dados 2014 ETUFOR) e convida a análise de outro espaço público, a Praça Coração de Jesus.

implementadas no final do século XIX para aformosear a capital cearense. Essas obras tinham diversos objetivos: tornar Fortaleza uma cidade com *status* condizente ao seu papel de centro político-administrativo, facilitar a circulação, determinar novas regras de comportamentos sociais e estimular a prática de exercícios entre os habitantes.

Figuras 96, 97 e 98 – Análise sequencial da Praça Coração de Jesus/ Igreja Coração de Jesus na feição original.



Fonte: Autora (2014)/ Museu da Imagem e do Som.

Foi nomeada em alusão a sua principal referência, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, inaugurada em 1886 (Figura 95). No final dos anos de 1950, a torre da igreja de estilo neoclássico estava com problemas estruturais e os religiosos decidiram demolir todo o conjunto e edificar uma nova, mais ampla. O edifício religioso, assim como a Igreja do Carmo, também está implicitamente relacionado com a síntese espacial, pois é a partir dele que se apreende o espaço da praça. A igreja estabelece uma inter-relação com o setor analisado e com o logradouro. Representa o edifício-barreira e o marco principal do *locus*.

O logradouro é formado pelas ruas Dom Pedro I, Sólon Pinheiro, Jaime Benévolo com a Avenida Duque de Caxias. Nota-se a diferenciação da hierarquia das vias. A avenida possui uma caixa viária mais larga, enquanto nas demais há um caráter de via local.

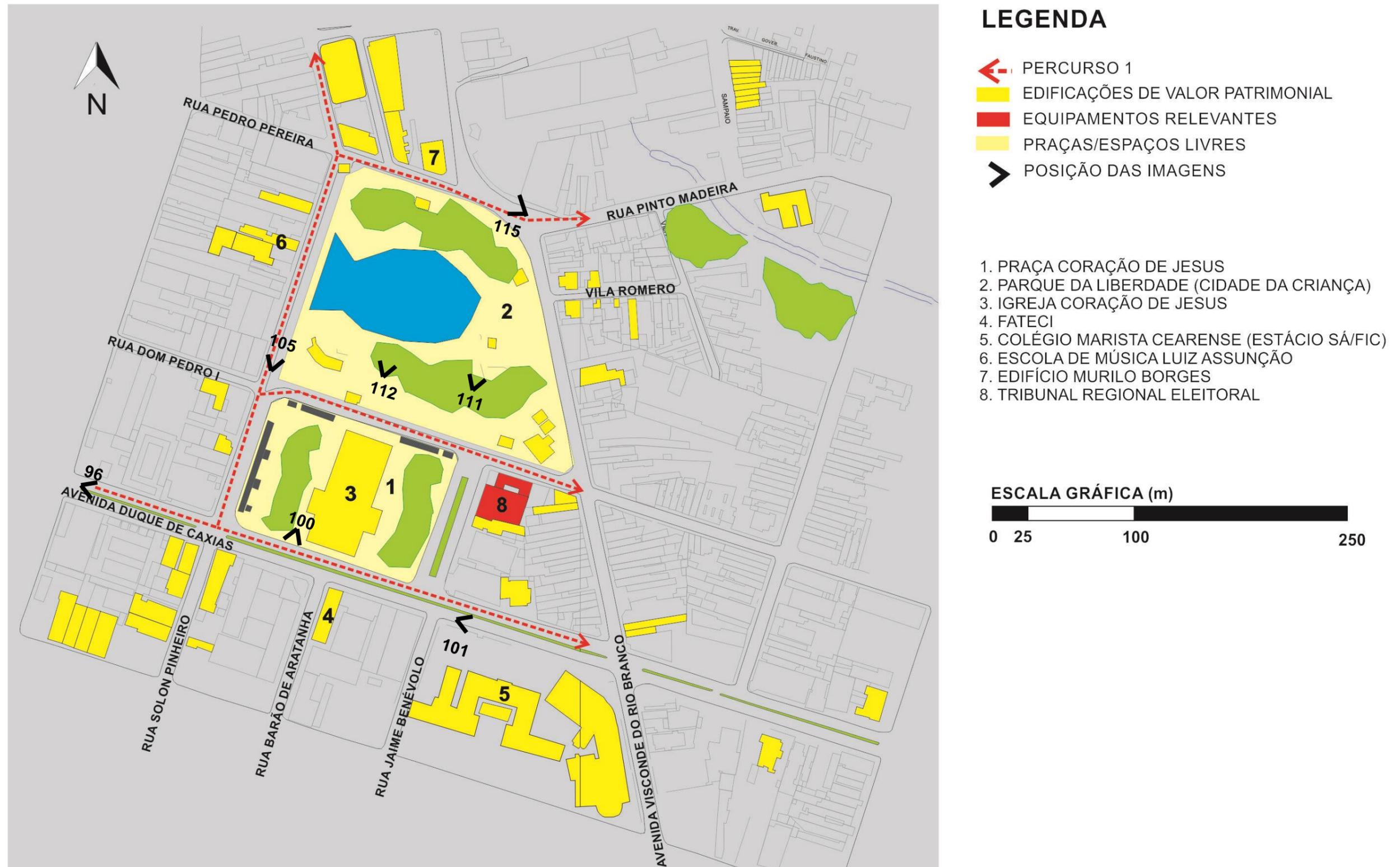
Observa-se que nas ruas Dom Pedro I e Jaime Benévolo foi implementada uma pavimentação em calçamento, o que atenua a velocidade dos fluxos de automóveis, especialmente os de ônibus (gerados pela presença do terminal), devido à presença de dois equipamentos que atraem um significativo fluxo de pedestres: a Cidade da Criança e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) que ficam no entorno imediato a Praça Coração de Jesus. Nesses termos, o logradouro se constitui como um ponto nodal para o bairro.

Quanto à morfologia das quadras, o quarteirão ao sul obedece (100x100) ao ritmo impresso no bairro, enquanto os localizados ao norte, sul e leste sofreram alterações na sua conformação. A quadra ao sul foi subdividida pela Rua Barão de Aratanha (que inicia na Avenida Duque de Caxias) sendo, portanto um subproduto desse módulo da Praça Coração de Jesus. O quarteirão a leste ele foi modificado em razão do desenho do Riacho Pajeú. Dessa forma, o desenho foi alterado na Rua Sena Madureira e que foi delineada na diagonal, ao invés de ser uma via perpendicular como as demais. Os lotes foram dispostos de forma diferenciada nesse caso, mas obedeceram ao padrão de serem estreitos e alongados. Essa herança foi permanecida e apesar de muito ter se perdido ao longo dos anos, ainda é possível atestar essa morfologia de lotes (Figura 99).

O percurso em paralelo as vias foi alterado para diagonal devido o Riacho Pajeú, que foi historicamente uma das barreiras para expansão ao leste da cidade. Infelizmente, o corpo d'água foi canalizado e fechado, havendo poucas áreas onde se possa ter o acessá-lo. Ao norte da Praça Coração de Jesus, o módulo permanece, porém com a alteração ao leste ocasionado pelo desvio em virtude do curso do corpo hídrico. Nessa quadra funciona um equipamento de relevância patrimonial que é a Cidade da Criança, cuja história e morfologia urbana serão trabalhadas mais adiante.

Quanto aos fatos arquitetônicos de valor patrimonial que podem ser apontados no entorno da praça, vê-se a presença de um edifício modernista de quinze andares que está parcialmente desocupado, que se localiza na porção oeste do logradouro. No lado a leste, observa-se uma edificação eclética cuja volumetria está preservada. Na região mais ao sul, a antiga Escola Marista (atual Estácio Sá – Faculdade Integrada do Ceará/FIC) e Faculdade de Tecnologia Intensiva (FATECI). No parte setentrional se destaca um dos principais cartões postais da Fortaleza do início do século XX: a Cidade da Criança.

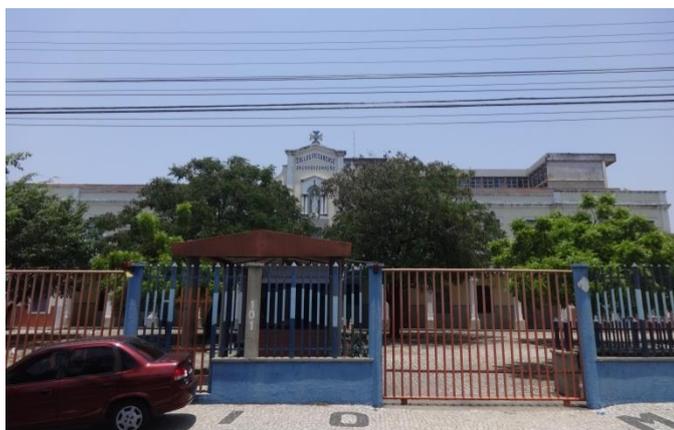
Figura 99 – Praça Coração de Jesus e Cidade da Criança e entorno.



Fonte: Base em Autocad concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

Partindo da análise sequencial da Praça Coração de Jesus em direção ao sul, o imóvel que atualmente sedia a FATECI pode ser observado. O edifício passou por modificações, especialmente nas esquadrias, mas ainda apresenta na fachada principal a composição de um sobrado eclético (Figura 100). Direcionando a visão para um pouco mais ao sudeste, um dos equipamentos de ensino mais tradicionais do Estado aparece na paisagem, o Colégio Marista Cearense (Figuras 101 e 102).

Figuras 100, 101 e 102 – Análise sequenciada na porção meridional da Praça Coração de Jesus.



Fonte: Autora (2014).

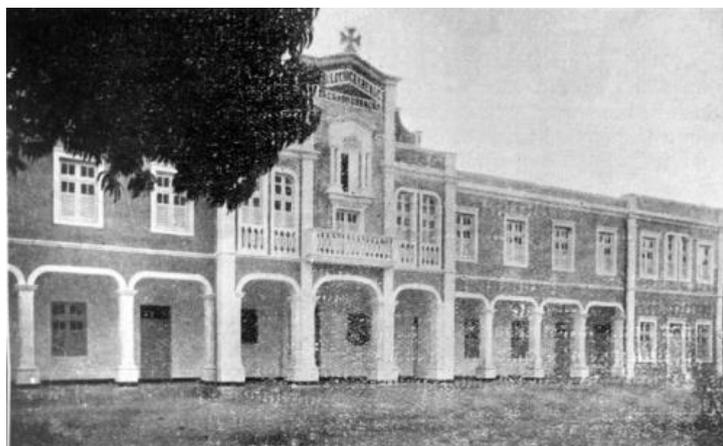
A instituição foi inaugurada em 1913 por padres. Teve outros endereços na capital até que quatro anos mais tarde teve sua notória sede⁵⁴ edificada na Avenida Duque de Caxias (Figura 103). Sobre esse processo,

O numeroso corpo discente levou à constatação da insuficiência de espaço físico para abrigar tantos alunos. Urgia a ampliação das instalações do colégio; desse modo, o Conselho Geral da Congregação autorizou a compra de um terreno e a

⁵⁴Na década de 1940, o conjunto foi ampliado e passou a abrigar a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, permanecendo por cerca de duas décadas. Os Irmãos Maristas esperavam a instauração da Pontifícia Universidade Católica no Ceará e para isso “lançaram a pedra fundamental daquele que seria o prédio-sede da PUC, construído de três blocos de seis andares, afora o térreo; desses três chegaram a construir somente o primeiro bloco, que é conhecido como “o prédio novo do Cearense.”(SALES, FERREIRA, SOMBRA, 2008, p.6). Após o fechamento da faculdade, os doze cursos ministrados foram incorporados pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 1975.

construção de um novo prédio. O terreno de 7.600 metros quadrados, localizado na Avenida Duque de Caxias, atendia as condições essenciais do estabelecimento de ensino do porte do Colégio Cearense; deu-se, portanto o início aos trabalhos de construção. O arquiteto foi o Irmão Provincial. A rapidez e a parcimônia foram às marcas dessa empresa, cuja duração foi de sete meses. (SALES, FERREIRA, SOMBRA, 2008, p.3).

Figura 103 – Colégio Marista Cearense.



Fonte: Arquivo Nirez.

O conjunto abriga ainda um bloco de arquitetura contemporânea, onde funcionavam algumas salas e o teatro da instituição. O novo edifício tem nas suas linhas elementos que o permite diferenciar das demais edificações da faculdade, ao mesmo tempo em que não ofusca o prédio mais antigo do complexo (Figura 104).

Figura104 – Bloco mais contemporâneo do complexo do Colégio Marista Cearense.



Fonte: Autora (2014).

A instituição seguiu cumprindo sua função escolar até encerrar suas atividades em 2007. Em 2013 em virtude a possibilidade de ser demolido, os ex-alunos organizaram um pedido para tombamento do complexo. O Ministério Público do Estado do Ceará recomendou que a edificação fosse acautelada tanto pela SECULTFOR quanto pela SECULT em outubro

de 2013, o tombamento provisório foi obtido em janeiro de 2015 e a partir desse ano é a nova sede da Faculdade Estácio Sá - FIC.

O trajeto retorna para a Praça Coração de Jesus e descortina outro equipamento de semelhança importância para a história e morfologia urbana do bairro: a Cidade da Criança (Figura 105).

Figura 105 – Entrada da Cidade da Criança.



Fonte: Autora (2014).

CIDADE DA CRIANÇA (PARQUE DA LIBERDADE)

O logradouro também conhecido como Parque da Liberdade foi implantado onde antes havia a Lagoa do Garrote, formada pela junção das águas de dois corpos hídricos: um oriundo da atual Praça Clóvis Beviláqua (Bandeira) e outro que vinha da Avenida Duque de Caxias. Estes dois riachos juntavam-se na confluência das atuais ruas Floriano Peixoto, Major Facundo e Assunção, desaguando no parque.

O processo de urbanização foi iniciado em 1890, sendo concluído em 1902. Foi nomeado Parque da Liberdade em alusão à abolição da escravatura no Ceará quatro anos antes do Brasil, em 1884. O Jornal O Pão, denunciou em 1892, a situação do logradouro, que sugere a situação precária de manutenção nos anos seguintes a sua inauguração,

Há por ahi alguém que não traga no recôndido do coração a sagrada recordação deste recanto bucólico, próprio para creaturas que se amam, se bejucarem? Não. Pois bem. O Pão, o jornal que há de ser o iniciador de todas as grandes ideias e o defensor de todos os princípios sãos, vai expor, por alguns segundos o estado em que está este formoso Parque, o mais delicioso retiro para os namorados felizes. Após inauguração, o povo, tomado de justo entusiasmo, affluia para ali em ondas, a espaiar-se á beira do lago, onde vagavam botes cheios de moças, aos sons dulçorosos de uma música bem executada. (...). Hoje, abandonado e triste, tem o aspecto tétrico de um cemiterio de aldeia. E ao passarmos por ali sentimos o coração contorce-se dolorosamente. Já não apparece mais ninguém por aquellas paragens onde reina a paz silenciosa soa sítios mal-assombrados. Não sabemos a razão porque

o abandonaram, porém cremos que o governo, para bem servir aos seus governados, devia dar vida ao Parque, mandando tocar das 5 às 7, como fazia-se em tempos que não vão muito longe. (O PÃO, 1892, p. 4).

O parque sofreu uma reforma realizada pelo prefeito Idelfonso Albano em 1922, que consistiu em criar um conjunto edificado em estilo eclético, havendo uma série de edificações que atualmente abrigam instituições da prefeitura (Figuras 106, 107 e 108). No parque, há a Lagoa do Garrote, onde antigamente era parada para os animais se abastecerem. Sobre essa reforma, Castro (1987) relata:

Por ocasião das festas do centenário da Independência, em 1922, ocorreria completa reforma do Parque da Liberdade, ocasião em que o logradouro ficou cercado por um gradil de ferro apoiado numa mureta de alvenaria de tijolos decorada com volutas compostas ingenuamente, dando um toque supostamente colonial. O grande portão de entrada da Rua Pedro I também recebia tratamento idêntico, com a aplicação de uma barra de azulejas estampilhados portugueses azuis e brancos, de cuja aquisição não temos maiores informações. No alto do frontão, deveria ser implantada uma cópia em vulto pequeno da Estátua da Liberdade, de Nova York, entretanto substituída por um índio que partia os grilhões da submissão colonial! (CASTRO, 1987, p.231).

Figuras 106, 107 e 108– O Parque da Liberdade em dois momentos na primeira metade do século XX e na contemporaneidade.





Fonte: Museu da Imagem e do Som/ Autora (2014).

No ano de 1938, o logradouro passou por algumas reformas, recebendo o nome de Cidade da Criança. No lugar também foi fundado o serviço de educação infantil pelo prefeito Raimundo Araripe. O espaço era reconhecido pelas atividades escolares e por ser uma área de lazer para os fortalezenses.

Em 1991, foi acautelado a nível municipal, passando a ter reconhecido institucionalmente o seu significado cultural. Com a criação da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), em 1994, a Cidade da Criança passou a ser sede do órgão, desenvolvendo atividades socioeducativas e festivas, bem como o acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade social.

O entorno da Cidade da Criança é bastante diferenciado. No lado sul, tem-se a Praça Coração de Jesus, com toda sua simbologia histórica e cultural. A oeste há um conjunto edificado eclético que compõe a ambiência patrimonial ao espaço. Nessa quadra ocidental, a maioria dos lotes permaneceu com o desenho do passado, havendo dessa forma pouca alteração da sua morfologia. O gabarito desses imóveis também não recebeu uma modificação significativa. Todavia, deve-se ressaltar a presença de um estacionamento que funciona em alguns desses imóveis e que mantiveram a fachada eclética, o que gera a seguinte inquietação de até que ponto esse tipo de “preservação” contribui com a valoração da questão patrimonial (Figura 109).

Figura 109 – Conjunto eclético na porção a oeste da Cidade da Criança.



Fonte: Autora 2014.

Na porção a leste houve uma descaracterização do desenho interno dos quarteirões para a construção de novos imóveis ou para a implantação de um estacionamento de proporções mais alongadas (Figura 110). Destaca-se nessa quadra, a presença da Vila Romero, uma área residencial no bairro, porém com poucos imóveis de relevância patrimonial resguardado.

Figura 110 – Porção leste da Cidade da Criança.



Fonte: Autora (2015).

Ao norte, há uma ruptura da lógica da quadrícula em relação ao tecido urbano da área central. São delineadas três vias diagonais: Ruas General Bezerril, Rosário e a Sena Madureira. O desenho das quadras na porção setentrional, portanto, é diferenciado.

A partir da análise sequenciada, observa-se que do centro da Cidade da Criança há um conjunto de interesse patrimonial inserido nos limites do parque que o caracteriza e o conforma. O lugar se constitui como síntese desses elementos tanto edificados quanto naturais que são as permanências do passado materializadas na atualidade. Dentro do parque a noção de Aqui e Além se apresenta. O acervo arquitetônico se integra com os espaços verdes e se inter-relacionam e são testemunhas da história urbana de Fortaleza. Do parque é possível observar alguns das edificações patrimoniais como a Igreja e a Praça do Sagrado Coração. A integração desses dois espaços públicos (praça e parque) existe tanto visualmente quanto historicamente, apesar dos muros da Cidade da Criança (Figuras 111, 112, 113 e 114).

Figuras 111, 112, 113 e 114– Análise sequenciada no Parque da Liberdade.



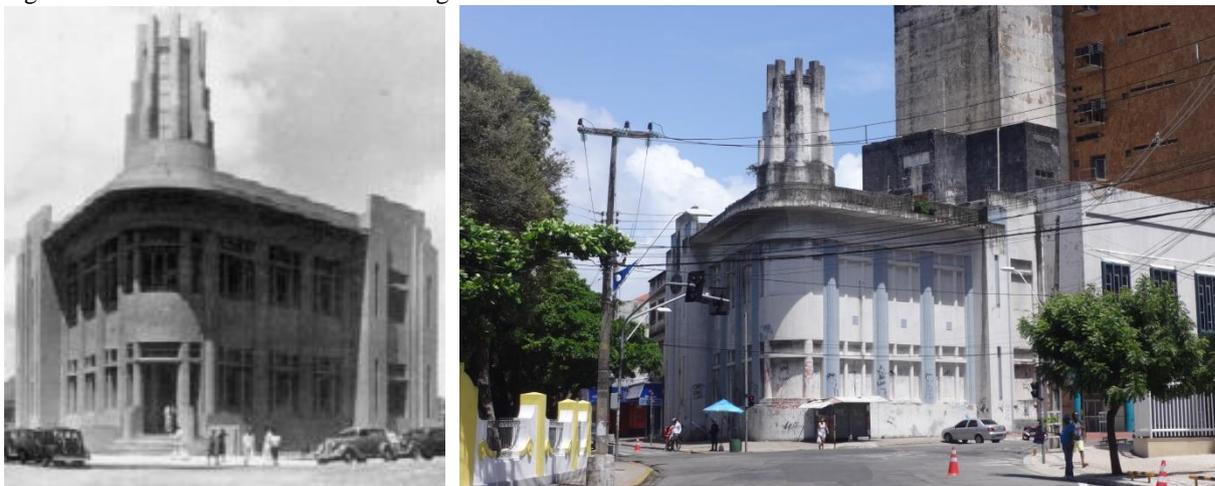
Fonte: Autora (2014)

Traçando uma visual para o norte, a arquitetura *art déco* do Edifício Murilo Borges⁵⁵ corrobora com a ambiência do lugar. Este é um imóvel dos anos de 1930 que se destinava a ser sede da Empresa Telefônica de Fortaleza (Figuras 115 e 116). O projeto inicial era de autoria do arquiteto Emílio Hinko para abrigar a Prefeitura. Acerca da obra,

⁵⁵A entrada principal, que se localizava na esquina, foi fechada anos mais tarde, pois com a edificação de um anexo, o bloco mais antigo perdeu sua conectividade com o exterior (tendo suas aberturas cerradas). Essa intervenção ocasionou um comprometimento da leitura do conjunto em *art déco*.

A edificação, com volumetria e proporções muito peculiares, resultantes da não construção do projeto em sua totalidade, erguia-se na rua Sena Madureira, 1070, todo revestido em argamassa de pó-de-pedra, tendo como eixo de simetria a esquina do lote, tratada de forma abaulada, permitindo a continuidade de leitura entre as fachadas sul e leste, ambas ritmadas por esquadrias em ferro e vidro, pilastras e por pequenas aplicações ornamentais, em espiral, localadas no meio das prumadas das janelas de forma quase imperceptível. Dois volumes salientes, marcados por formas geométricas em relevo e coroamento escalonado, continham a edificação. Na verdade, em seu projeto original, tais volumes não estariam nas extremidades e visavam quebrar a extensa horizontalidade do projeto inicial. Coroava a edificação uma espécie de torreão escalonado sobre a quina abaulada, utilizado para a instalação de antenas que alimentavam a central telefônica, destacando a vista sudeste e o acesso principal da edificação. (BORGES, 2006, p. 113).

Figuras 115 e 116 – Edifício Murilo Borges.



Fonte: Museu da Imagem e do Som/ Autora (2015).

Seguindo com o percurso urbano pela Rua Pinto Madeira (bastante descaracterizada), há a presença de um dos poucos lugares onde o Riacho Pajeú se torna visível: a Praça do Riacho Pajeú (Figura 117).

Figura 117 - Praça do Riacho Pajeú no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em Autocad concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUFC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

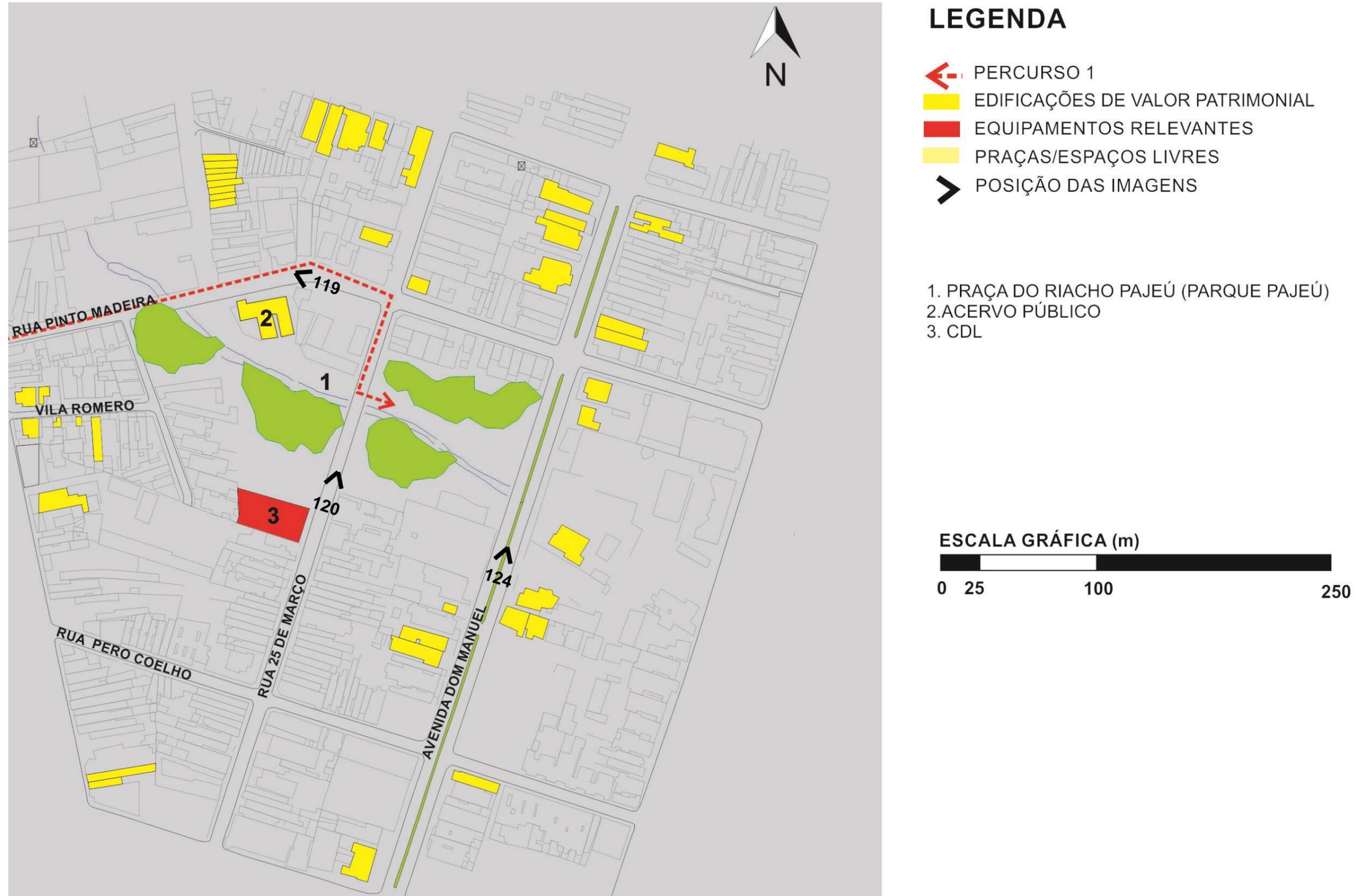
PRAÇA DO RIACHO PAJEÚ (PARQUE DO PAJEÚ)

Este espaço se encontra mais deslocado do eixo mais conhecido do sistema de praças da área central. A sua inauguração é 1982 e foi resultado de um esforço da gestão municipal em proteger a memória de um dos recursos hídricos mais significativos para memória urbana de Fortaleza, o Riacho Pajeú. No ano de 1997, é proposta uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e artistas plásticos cearenses para a implementação de uma área permanente de exposição de esculturas.

Fazem parte do sistema viário do logradouro, as vias Pinto Madeira, 25 de Março e Dom Manuel. O parque se divide em duas quadras e há uma rua que o separa, a 25 de Março. A ligação entre as quadras se dá pelo tratamento no paisagismo que infere uma continuidade do espaço público (Figura 118).

O conjunto edificado das adjacências do setor analisado, não possui uma ambiência patrimonial. Os bens de interesse patrimonial nas proximidades se restringem ao Acervo Público e a uma residência eclética, mas somente o primeiro é que possui uma inter-relação com o logradouro. Ele está localizado na extremidade a noroeste do parque. E apresenta traços da arquitetura *mission style*.

Figura 118 – Praça do Riacho Pajeú e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

Os lotes das quadras de entorno mantiveram parcialmente o perfil tradicional. A herança no desenho dos terrenos está mais presente nos quarteirões da Rua 25 de Março, onde há manutenção do caráter residencial do bairro. Como marcos urbanos de valor patrimonial que podem ser destacados nesse contexto do Parque do Pajeú, tem-se além do Riacho Pajeú, a Avenida Dom Manuel (terceira *boulevard* delimitada por Herbster em 1875) (Figuras 119, 120, 121, 122, 123 e 124).

Figuras 119, 120, 121, 122, 123 e 124 – Análise sequenciada do Parque Pajeú a Avenida Dom Manuel.



Fonte: Autora (2014)

AVENIDA DOM MANUEL (*Boulevard* da Conceição)

O limite do Parque do Riacho Pajeú na porção oriental ocorre no encontro na Avenida Dom Manuel ou *Boulevard* da Conceição. Assim como o antigo *Boulevard* do Livramento, teve igualmente o processo de consolidação da estrutura viária no contexto da

elaboração do traçado proposto por Adolfo Herbster em 1875. A via era conhecida como Conceição em razão da existência da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, que se localiza nas proximidades do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, mais ao norte. O logradouro ainda recebeu como nomenclaturas Avenida Nogueira Acióli e anos mais tarde, Dom Luiz. No início da década de 1930, se tornou conhecida como Dom Manuel, uma homenagem ao primeiro bispo de Fortaleza.

A via se apresenta nas mesmas conformações viárias da analisada anteriormente: caixa viária mais generosa (cerca de 15 metros de largura) e com canteiro central arborizado. No que se refere aos espaços verdes do canteiro central é proporcionalmente a mais arborizada das *boulevards* estudadas. No que tange aos fatos arquitetônicos, possui um perfil de quadra descaracterizado e ambiência patrimonial se resume ao traçado urbano associado com algumas edificações isoladas ao longo da avenida. Nos aspectos morfológicos das quadras, nota-se a manutenção dos ritmos dos lotes (estreitos e alongados), gabarito e alinhamento que foi designado no período oitocentista de Fortaleza.

A Avenida Dom Manuel exerceu uma importante função como vetor de expansão para o lado leste da cidade e a migração para o bairro Aldeota se desenvolveu a partir desse logradouro.

Do ponto de encontro com o antigo *boulevards*, se propõe o retorno à Cidade da Criança para dar continuidade ao trajeto pelo sistema de praças e parques da área central da capital cearense. A partir do Parque da Liberdade, retoma-se a incursão em direção ao ponto médio do bairro. Através da Rua Bezerril, aportando-se na análise sequenciada, um exemplar da arquitetura *art déco* se apresenta na paisagem urbana: o Palácio Iracema, projeto de Emílio Hinko⁵⁶ na década de 1930 (Figuras 125,126,127 e 128).

Figuras 125, 126, 127e 128 – Análise sequenciada do Palácio Iracema e Praça dos Voluntários.



⁵⁶ Hinko foi responsável por construir diversas edificações que atualmente são símbolos arquitetônicos de Fortaleza como o Náutico Atlético Cearense, Hospital de Messejana, Base Aérea de Fortaleza dentre outros.



Fonte: Autora (2014).

Inicialmente o prédio era um clube, mas em 1947 a Prefeitura o adquiriu para que fosse o Paço Municipal. Atualmente, ele abriga a Secretaria de Finanças (SEFIN). Acerca da obra de Hinko,

[...] o pavimento térreo era ocupado por pontos comerciais, que se abriam diretamente para os passeios, conformando um embasamento delimitado por marquise, que percorria toda a extensão da edificação. Seu tratamento uniforme só era rompido pelo destaque dado ao acesso principal, no qual a marquise, encimada por uma sacada ladeada por formas geométricas ascensionais, encontrava-se a uma altura maior, apoiada em duas mísulas trabalhadas. O conjunto era complementado por portas em serralheria trabalhada, bem ao gosto Déco, trazendo ainda a personagem Iracema, de José de Alencar, em relevo fundido em bronze. (BORGES, 2006, p. 138).

O Palácio Iracema se relaciona com outro elemento do sistema de praças: A Praça dos Voluntários (Figura 129).

Figura 129 - Praça da Polícia no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

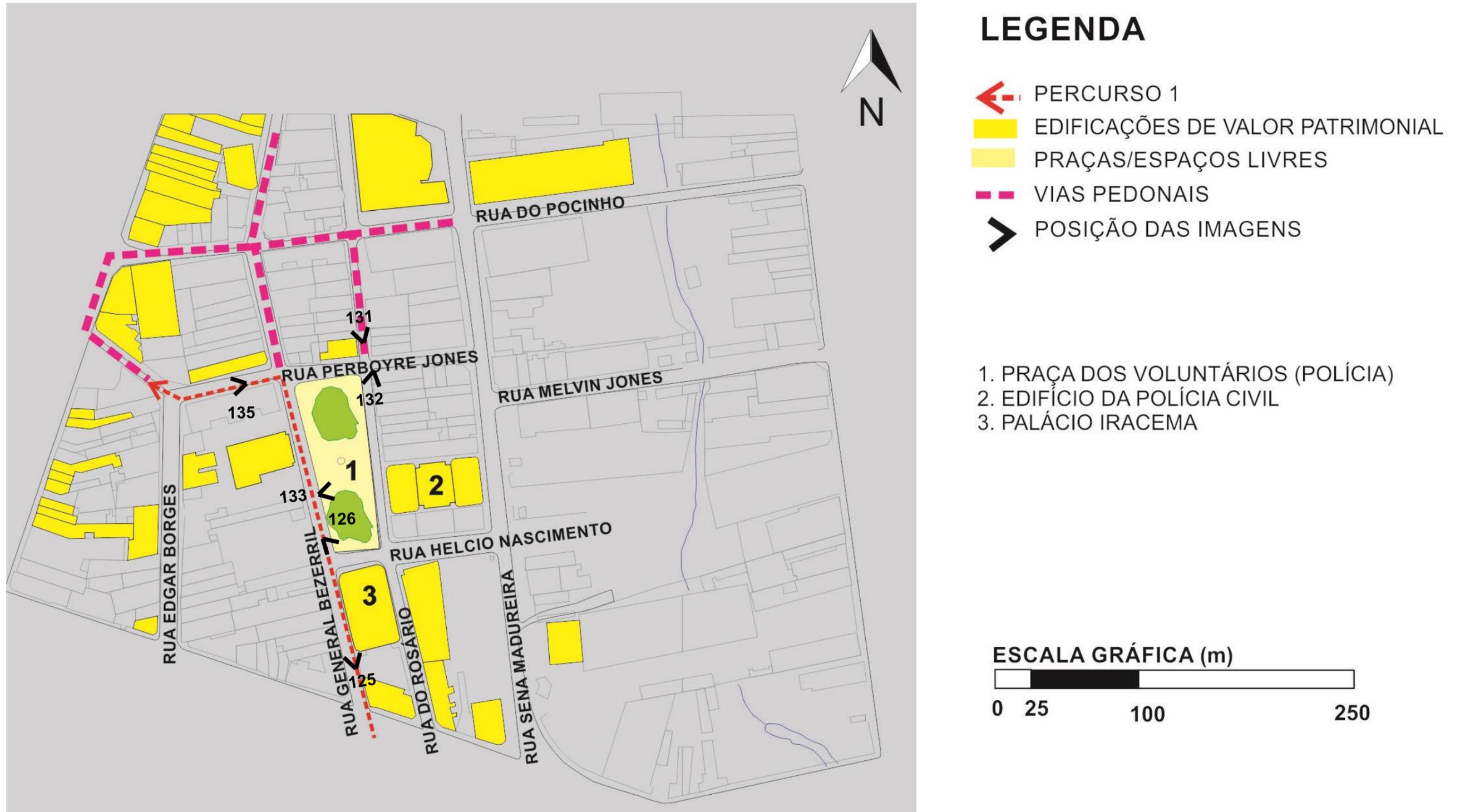
PRAÇA DOS VOLUNTÁRIOS (POLÍCIA)

A história urbana desse espaço público remonta o passado das batalhas da Guerra do Paraguai⁵⁷, de 1864. Foi nomeada como “Praça dos Voluntários”, pois em 1865, 6 mil homens foram organizados e formaram o 26º Batalhão. Em 1935, o prefeito Raimundo Girão decreta a inauguração da praça, e em 1941 sofre intervenções e recebe alguns monumentos em homenagem ao presidente Getúlio Vargas.

O tecido urbano é distinto da quadrícula do bairro, e a Praça dos Voluntários é o centro desse ponto de inflexão do ritmo das ruas paralelas e perpendiculares do traçado em xadrez proposto por Herbster. Outro ponto que reforça a simbologia do logradouro como um ponto nodal, é que a partir dele, há uma série de ruas pedonais (caminho para pedestres) que foram instituídas, tais como: Rua do Rosário, General Bezerril, Perboyre e Silva que se encontram com a Liberato Barroso e Guilherme Rocha. Essas vias formam juntamente com as praças uma rede de circulação de pedestre que o permite transcorrer pelo centro da cidade de forma segura, ou seja, separado do fluxo de veículos (Figura 130).

⁵⁷Uma das personalidades da história cearense foi a jovem Antônia Alves Feitosa, conhecida por Jovita Feitosa. A moça cortou os cabelos e se passou por um rapaz para servir à pátria. No entanto, foi barrada no Rio de Janeiro e cometeu suicídio por ter-lhe sido negada a oportunidade de ir para a guerra. Nesse tempo, o lugar era nomeado como Largo do Garrote, por ter proximidade com a Lagoa do Garrote.

Figura 130 – Praça dos Voluntários e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

O entorno da praça é formado pelas vias Perboyre e Silva, General Bezerril, Helcio Nascimento e Rosário (essas duas últimas com um tratamento diferenciado na pavimentação, não sendo asfaltadas). Nota-se que as dimensões das caixas viárias não diferem das demais ruas do bairro. A Rua do Rosário foi fechada com catracas e funciona como abrigo para os veículos da polícia civil (Figuras 131 e 132).

Figuras 131 e 132 – Rua do Rosário com barreira se como via pedonal.



Fonte: Autora (2014).

Quanto aos aspectos morfológicos da quadra das adjacências do espaço público, observa-se que há uma leitura da tipologia dos lotes de outrora. Alguns destes percorrem toda a quadra, possuindo duas frentes. Não há recuos em relação aos passeios, entretanto, por vezes ocorre uma sobreposição das marquises e varandas das edificações sobre as calçadas.

Como marcos edificadas de valor patrimonial se destacam: o prédio da Polícia Civil, Palácio Iracema e um conjunto de edificações modernistas.

A partir do perímetro da Praça dos Voluntários, descortina-se a edificação da Polícia Civil. O exemplar que possui suas linhas em estilo *art déco* (Figuras 133 e 134), que também confere significado ao logradouro, sendo este igualmente reconhecido como Praça da Polícia. A Secretaria da Polícia é projeto do arquiteto Emílio Hinko, datada de 1942. Sobre o projeto⁵⁸:

No tratamento das fachadas, todas simétricas, havia uma clara composição tripartida. O embasamento apresentava acabamento específico, com frisos horizontais e um revestimento com argamassa de pó-de-mármora, conferindo certo aspecto de granulidade. Uma cornija demarcava o início do corpo do edifício, verticalmente definido por volumes ascensionais em alto-relevo, que fixavam as prumadas das esquadrias – todas em ferro e vidro e com tamanhos diversos -, dinamizando o conjunto. Coroavam a edificação, a platibanda da cobertura em terraço e os capitéis trabalhados com faixas em alto-relevo. (BORGES, 2006, p. 154).

⁵⁸ Ao longo dos anos, ocorreu uma ampliação, inserindo um novo pavimento o que comprometeu o coroamento e a proporção da composição.

Figuras 133 e 134 – Análise sequencial da sede da Polícia Civil.



Fonte: Autora (2014).

Segue-se pela Rua Perboyre e Silva (via pedonal), ao cruzar com a Rua Floriano Peixoto, o observador pode perceber a mudança no conjunto edificado. Os imóveis recebem cores vibrantes intencionando ressaltar os bens patrimoniais de diferentes períodos da arquitetura local. No meio desse setor, um dos espaços públicos mais simbólicos da memória cearense se aproxima: a Praça do Ferreira (Figuras 135, 136, 137 e 138).

Figuras 135, 136, 137 e 138 – Análise sequencial Praça do Ferreira



Fonte: Autora (2014).

Figura 139 - Praça do Ferreira no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA DO FERREIRA

O logradouro é considerado o “Coração do Centro”. Nomeado em homenagem ao político Boticário Ferreira, responsável pela ordem de urbanizar o espaço em 1871. A remodelação da praça ocorreu no mesmo contexto de aformoseamento das principais praças do bairro tais como a Marquês do Herval (José de Alencar) e da Sé. As três configuravam os principais espaços ajardinados do começo do século XX e foram inauguradas na mesma época (1902-1903). “Nelas foram introduzidos canteiros de flores (“verdadeiros jardins de fadas”), “avenidas”, cópias de estatuária grega, vasos importados, chafarizes e amplos pavilhões para a concorrência de retretas, patinação e ginástica.” (PONTE, 2010, p.42) (Figuras 140 e 141).

Figuras 140 e 141 – Momentos distintos da Praça do Ferreira.



Fonte: Arquivo do Museu da Imagem e do Som.

O espaço público foi projetado para ter capacidade de receber maiores aglomerações (Figura 142). Por ser o ponto central da cidade, a Praça do Ferreira possuía amplos passeios. Um dos elementos mais significativos da praça era o relógio, conhecido por “Coluna da Hora”, acerca desse marco urbano Lopes (2012) disserta,

Ao centro, sobre o pequeno patamar, com quatro degraus, nas quatro faces, em mosaicos vermelhos, se assentava a famosa Coluna da Hora, que era um dos mais difundidos cartões postais de Fortaleza. Em cada canto do patamar, um artístico poste metálico em belo trabalho de relevos e arabescos sustentava, cada um, quatro globos de vidro branco-leitoso. Faziam beleza e contraste com as linhas retas da coluna: o rococó e o decô. (LOPES, 2012, p.33-34).

A mais recente intervenção na praça ocorreu em 1991, projeto elaborado pelos arquitetos Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo. Havia um anseio por parte das mais diversas camadas sociais pela requalificação do espaço (cujo desenho estava vinculado à ditadura), pelo retorno do predomínio da circulação de pedestres ao invés de veículos, assim como a necessidade de prover a segurança das lojas e dos usuários através de uma nova configuração espacial e, sobretudo, o combate ao esvaziamento do bairro.

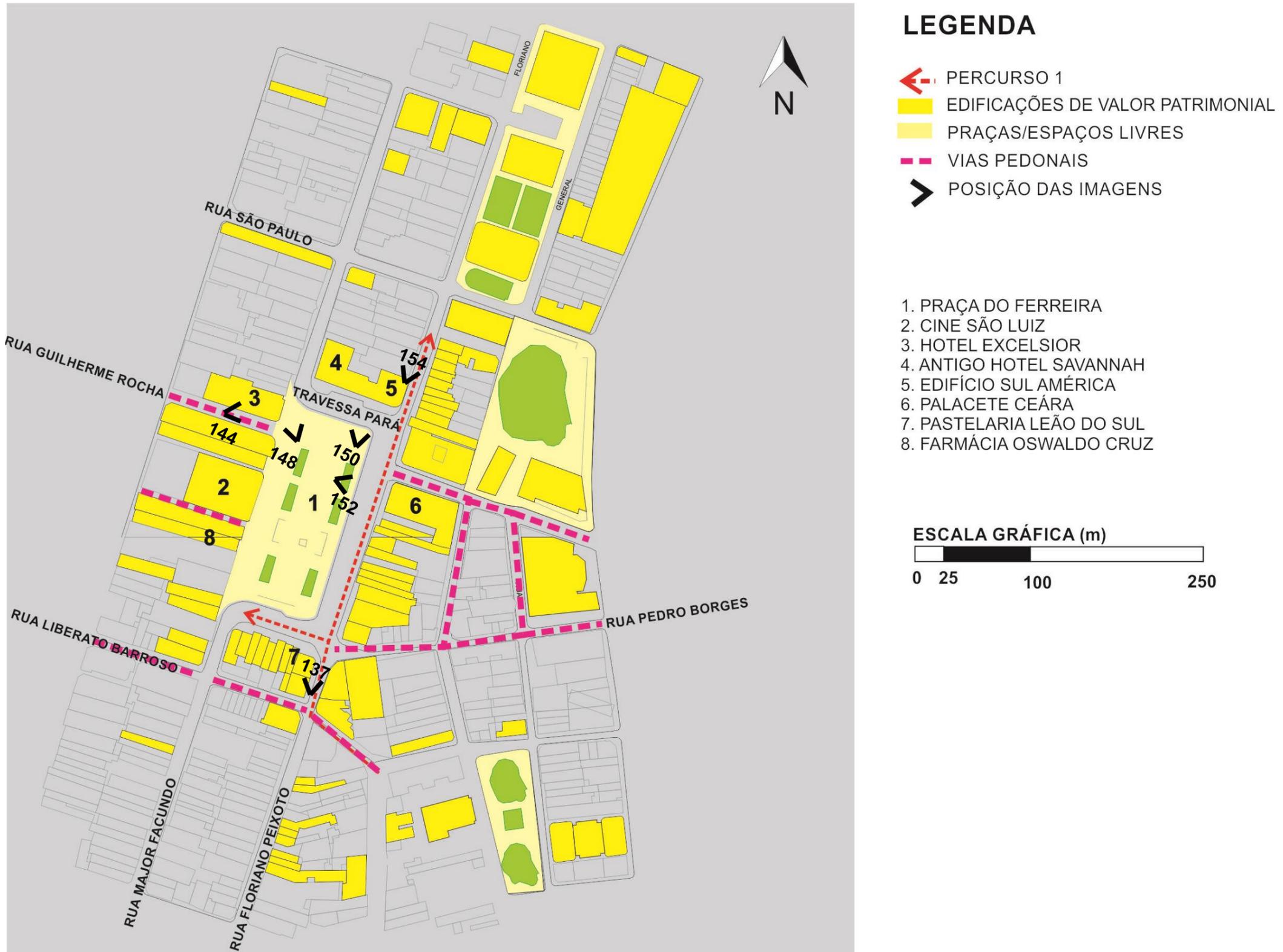
Tornava-se evidente a necessidade de se restabelecer os fluxos de clientes pela criação de um espaço que propiciasse a dinamização dos negócios naquela área e a criação de uma imagem de lugar público seguro, limpo e iluminado capaz de (re) projetar o centro no imaginário das classes médias, restaurando a condição de dignidade espacial essencial ao processo de revitalização econômica. (FERNANDES, 2004, p.91).

Seguindo uma das vertentes do historicismo pós-moderno, apoiado em um discurso de “saudosismo”, o projeto da “Nova Praça do Ferreira” foi elaborado. O desenho adotado pelos arquitetos corresponde aos períodos históricos mais significativos da história da praça, incorporando uma releitura de diversos elementos, incluindo o mobiliário urbano. Desta maneira, A “nova” Praça do Ferreira se tornou um cenário, ou seja, uma colagem de variados momentos do passado em um mesmo objeto. Isso acontece porque no final do século XX já não havia mais vestígios daquele tempo de outrora.

A atitude revivalista expressa na Nova Praça do Ferreira se insere nos novos paradigmas que regem o desenho urbano e a arquitetura contemporânea, caracterizados, sobretudo, pela estetização dos lugares. Por vezes, estas formas são evocadas sem necessariamente guardar a mesma estrutura física e funcional da matriz, não passam de releituras intencionalmente deturpadas para garantir a expressão contemporânea desejada. (PAIVA, 2008, p.16).

A intervenção possui seus méritos ao responder às necessidades dos usuários do equipamento público. No entanto, a forma encontrada para homenagear o passado da praça baseada na criação de falsos elementos históricos, acarreta uma alienação cultural da história do lugar por parte dos fortalezenses e dos visitantes.

Figura 142 – Praça do Ferreira e entorno.



Fonte: Base em Autocad concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

Quanto aos aspectos morfológicos do tecido urbano, a malha sofreu alterações significativas. O plano de Hélio Modesto, de 1962, propôs a transformação das ruas convencionais Guilherme Rocha e Liberato Barroso, em vias pedonais⁵⁹. Estas já eram de uso de pedestres desde 1956, porém ainda não estavam niveladas com o passeio e o desenho da praça.

A Praça do Ferreira pode ser considerada com um dos poucos redutos onde a ambiência patrimonial no centro de Fortaleza se encontra mais preservada, pois o contexto patrimonial não se limita a algumas edificações ou a própria história urbana do espaço público. Ao longo de todo o perfil das quadras do entorno, há uma continuidade dos imóveis⁶⁰ e seus tempos históricos, com algumas poucas inserções que destoam dessa unidade e imóveis que falseiam seu momento arquitetônico. Apesar dessas questões, há uma harmonia no conjunto da praça, o que a torna passível de ser reconhecida pelos órgãos preservacionistas como parte de um conjunto de relevância patrimonial, ou seja, articular os fatos urbanísticos com os fatos arquitetônicos.

O lugar possui em seu entorno uma série de edificações que compõem uma diversidade dos estilos arquitetônicos que perpassaram pela história de Fortaleza. Há exemplares em bom estado de *art déco*, eclético e moderno. Embora essas edificações estejam bem conservadas, algumas estão mascaradas por letreiros ou por cores fortes que não se enquadram no padrão adequado que ressaltaria a ambiência requerida pelo lugar (Figura 143). Sobre isso, na Carta de Brasília de 1995 há uma recomendação de que a,

Conservação da autenticidade dos conjuntos urbanos com um valor patrimonial pressupõe a manutenção de seu conteúdo sócio-cultural (...). É imprescindível o equilíbrio entre o edifício e o seu entorno, tanto na paisagem urbana quanto na rural. Sua ruptura seria um atentado contra a autenticidade. Para isso, é necessário criar normas especiais que assegurem a manutenção do entorno primitivo, quando for possível, ou que gerem relações harmônicas de massa, textura e cor. (CONE SUL, 1995, p.326).

Figura 143 – Praça do Ferreira e entorno com a diversidade de estilos arquitetônicos.



⁵⁹ Ambas conectam a Praça do Ferreira com a Praça José de Alencar, formando um dos principais rotas dos pedestres da área (caminho para peões). Além dessas duas, a Praça do Ferreira se inter-relaciona com a Perboyre e Silva, Pedro Borges e Travessa Severino Ribeiro.

⁶⁰ Algumas edificações tiveram suas fachadas “(re) eclétizadas” nesse contexto de requalificação da praça, o que contribuiu com o pastiche histórico do lugar.

Fonte: Autora (2014).

Esse tratamento nas fachadas está inserido no contexto do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANEFOR)⁶¹ de 1997, quando o bairro passa a ser novamente objeto de intervenções. O plano propunha a busca por diálogos entre grupos do empresariado com o poder público. Nesses termos, os empresários do Centro se mobilizaram juntamente o CDL, para pressionar a realização de projetos no bairro, visando a Renovação Urbana do Centro. São produtos desse momento: a Organização Não Governamental (ONG) Ação Novo Centro (1999)⁶², o Mercado Central (1998), o Parque da Cidade (1999) e a concepção do Plano Estratégico da Área Central de Fortaleza.

A “Ação Novo Centro” é quem incentiva a elaboração do projeto de recuperação de fachadas na Praça do Ferreira, que foi elaborado como uma espécie de piloto para os demais setores da área central. Fernandes (2004) esclarece,

Para o projeto de recuperação de fachadas a ANC elegeu o entorno da Praça do Ferreira – área mais valorizada do centro, cujos proprietários da maioria dos terrenos são grandes grupos empresariais – como área piloto da intervenção. O projeto consiste na remoção das interferências que descaracterizam a feição original dos edifícios e na recomposição das fachadas por meio de reformas e restauração de acabamentos através de registros fotográficos antigos. Trata-se, na verdade, de um projeto de embelezamento que realiza a transferência de recursos provenientes de programas culturais - públicos e privados - para a reforma de edifícios privados considerados pela ANC e IPHAN patrimônio relevante. Com isso os proprietários. (FERNANDES, 2004, p.143).

A Praça do Ferreira possuía um fluxo de veículos bem mais intenso, porém paulatinamente o acesso de veículos particulares e de coletivos foi sendo afastado dessa área mais central do bairro. Atualmente, há uma concentração no tráfego de pedestres no trecho através das pedonais. As vias (Floriano Peixoto, Pedro Borges e Travessa Pará) que conformam o logradouro, foram tratadas com a pavimentação em calçamento, o que reforça a prioridade do trânsito de pedestres sobre o dos veículos motorizados. Nesse contexto, afirma-se o significado da Praça do Ferreira como um ponto nodal, pois representa um ponto de convergência de fluxos e de interesses (Figura 144).

Tornando para a análise sequencial dos fatos arquitetônicos patrimoniais, parte-se do centro do logradouro e o Cine São Luiz⁶³ é o elemento que se destaca na paisagem

⁶¹ O programa objetivava incentivar projetos de reordenamento urbano, através de uma parceria de setores públicos e privados. O PLANEFOR considerava a reabilitação das áreas centrais essencial para que houvesse a integração da região metropolitana.

⁶² A ONG Ação Novo Centro visava articular os interesses empresariais às iniciativas da gestão municipal e às contribuições de entidades representativas de segmentos da sociedade civil organizada com interesse na reestruturação econômica, cultural, ambiental e social do centro de Fortaleza.

⁶³ O equipamento foi recentemente reinaugurado (dezembro de 2014), após passar por um processo de restauro onde foi descoberto um palco durante as obras, portanto agora ele adquire a função de cine teatro. Nos andares

(Figuras 145 e 146). Este se constitui como um dos marcos edificados datado do ano de 1958. Foi inaugurado cerca de uma década após o Cine Diogo⁶⁴. Tombado em 1991 pelo órgão de proteção municipal, SECULTFOR. Sua arquitetura é representativa do estilo *art déco*.

Com estrutura em concreto armado, o edifício de 13 pavimentos – com térreo incluso-, oferecia uma clara leitura tripartida em base, corpo e coroamento. Seu embasamento era praticamente tomado pelas atividades do cinema e destacava-se por seu acabamento em granito. (...). Uma cornija saliente, que avança na fachada leste compondo uma marquise sobreposta pelo letreiro do cinema, definia o fim do embasamento. Motivos em néon adornavam o letreiro, executados pela empresa A Centelha, conferindo grande destaque noturno à obra, cuidadosamente iluminada. (BORGES, 2006, p. 181).

Figuras 144, 145 e 146 – Rua Guilherme Rocha (via de pedestres) e a Praça do Ferreira (ao fundo)/Análise sequencial do Cine São Luiz.



Fonte: Autora (2014).

Deslocando a visão do observador para a direita, aproxima-se outro símbolo arquitetônico de Fortaleza e do bairro: o Hotel Excelsior⁶⁵. (Figuras 147, 148 e 149). Inaugurado em 1932, era a mais alta torre de Fortaleza. O seu terraço era panorâmico, onde se

superiores há uso, é sede a secretaria de proteção do patrimônio cultural do Governo do Estado do Ceará, a SECULT (Secretaria da Cultura).

⁶⁴ O Cine Diogo, funcionava no Edifício Diogo na Rua Barão do Rio Branco, na proximidade da Praça do Ferreira. Foi inaugurado em 1940, funcionando até 1997, quando foi desativado e foi transformado em *shopping center*. O prédio era considerado o mais alto na época da sua edificação e contava com um programa que contemplava além do cinema, salas para escritório. O contexto da implantação do imóvel e do Edifício Parente modificou o perfil arquitetônico da Rua Barão do Rio Branco, que era conhecida como “quarteirão do sucesso da cidade”. Sobre isso Borges (2006) disserta “A área tornou-se, a partir de então extremamente valorizada, (...), atraindo diversos outros estabelecimentos, como a Ceará Rádio Clube, que ocupou os dois últimos andares do Edifício Diogo, a loja “A Cruzeiro”, a “Casa das Máquinas”, a sapataria “Casa Pio”, dentre outras, tornando-se um dos pontos de maior distinção da cidade e compartilhando a hegemonia da Praça do Ferreira. (BORGES, 2006, p. 152)

⁶⁵ Desde 1987 a edificação não funciona com a função original.

podiam avistar as serras ao sul e o mar ao norte. Sobre a construção e inauguração do equipamento José Liberal de Castro esclarece que,

A grande realização final do ecletismo arquitetônico no Ceará seria o Excelsior Hotel. Figurava como o primeiro exemplar da arquitetura deliberadamente hoteleira e, com os seus oito pavimentos, surgia como o primeiro arranha-céu da cidade. Situava-se no ponto mais valorizado da Praça do Ferreira, em lugar onde, até havia pouco, o sobrado do Coronel Machado, que fora o mais alto e dos mais antigos de Fortaleza. (CASTRO, 1987, p.243).

Figuras 147, 148 e 149 – Hotel Excelsior à época de sua construção e a análise sequencial na atualidade.



Fonte: Museu da Imagem e do Som/ Autora (2014).

Na quadra adjacente ao Excelsior, encerrando a porção setentrional da praça, outro dois edifícios justapostos representam o elemento edifício-barreira do setor, eles são: Hotel Savannah⁶⁶ e o Edifício Sul América (Figuras 150 e 151). O hotel em traços modernistas foi inaugurado em 1963. No ano de 1983 foi fechado. O Sul América foi inaugurado em 1953, com cerca de dez pavimentos e em traços do *art déco*. Pertencia ao grupo Sul América até 1968, quando foi revendido, mas permanecendo o uso comercial no imóvel. Sobre o imóvel,

Localizado na esquina da rua do Pará com Floriano Peixoto, o Edifício Sul América erguia-se nos alinhamentos do lote com monumentalidade, tanto por sua altura, quanto por sua massa edificada, tirando partido de sua localização em esquina. Seu embasamento recebeu tratamento nobre, com revestimento em granito e as atividades ali desenvolvidas abriam-se diretamente para os logradouros, dialogando com a escala do pedestre e atenuando sua imponência. O acesso ao hall do edifício, discretamente recuado, se dava por uma marcante porta de madeira em duas folhas, com almofadas trabalhadas, ladeada por pilastras e encimada por letreiro trazendo o nome da edificação. (BORGES, 2006, p. 175-176).

⁶⁶ Atualmente o imóvel está sendo adaptado para receber uma filial da Faculdade Maurício de Nassau. Infelizmente, pouco do desenho do interior está sendo preservado, somente a volumetria que está sendo considerada. Internamente está passando por um processo de descaracterização acentuada.

Figuras 150 e 151 – Análise sequenciada do Hotel Savannah e Edifício Sul América.



Fonte: Autora (2014).

As quatro edificações investigadas podem ser avistadas desde o início da incursão pela Rua Floriano Peixoto em direção a Praça do Ferreira, são os marcos verticais do patrimônio edificado, pois se destacam das demais por conta do seu gabarito e volumetria. Apesar da síntese espacial que esses bens representam para a praça, o restante do conjunto edificado também corrobora para a ambiência patrimonial do lugar.

Do ponto médio da praça, se descortina o Palacete Ceará⁶⁷ um bem de arquitetura representativa do eclecismo. Foi edificado nos anos de 1920, de autoria do arquiteto João Sabóia Barbosa. Inicialmente o bem possuía amplos salões que abrigavam um restaurante no térreo. Ao longo dos anos, sofreu diversas alterações na estrutura interna e foi adquirido pela Caixa Econômica Federal em 1945. Em 1982, sofreu um incêndio e seu espaço interior foi destruído. As fachadas resistiram ao incidente e no ano seguinte, como medida de salvaguarda, teve seu tombamento estadual decretado em 1983 (Figuras 152 e 153). O imóvel localizado na Rua Guilherme Rocha é convidativo para que o percurso siga para a Praça General Tibúrcio (Leões), sendo um elemento de conexão das duas praças.

⁶⁷ O imóvel continua sem uso apesar de externamente aparentar boas condições de preservação.

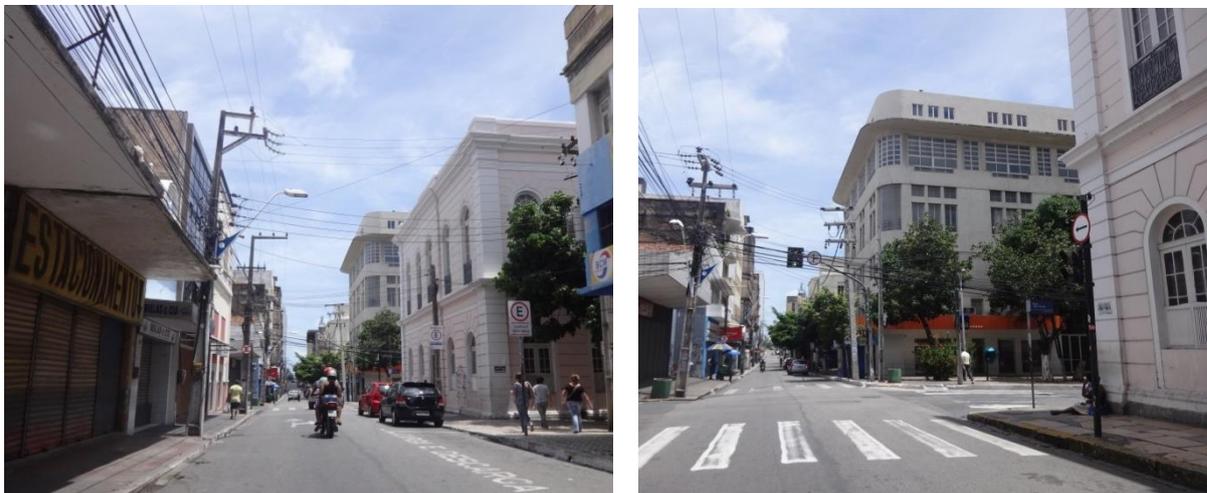
Figuras 152 e 153 – Análise sequenciada do Palacete Ceará



Fonte: Autora (2014).

Retornado para a Praça do Ferreira e a partir da Rua Floriano Peixoto, o observador segue em direção as demais praças. Nota-se que as quadras imediatas à praça, seguem minimamente com um conjunto edificado preservado. Nesse percurso, três elementos se sobressaem nesse panorama: O Museu do Ceará (Antiga Assembleia Provincial), o Edifício Palácio do Comércio e a Praça Waldemar Falcão (Correios) (Figuras 154, 155 e 156).

Figuras 154 e 155 – Análise sequenciada em direção à Praça dos Correios.



Fonte: Autora (2015).

Figura 156 - Praça dos Correios no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015)

PRAÇA WALDEMAR FALCÃO

A história urbana desse espaço público remonta ao período oitocentista da capital cearense. Em 1817 era chamada de Praça Carolina, uma referência à arquiduquesa Maria Carolina Leopoldina. Esse espaço sempre teve uma tradição ligada às atividades comerciais, abrigando dois mercados públicos. O primeiro é datado de 1814, o segundo é do final do século XIX, importado da Europa e elaborado em ferro (Mercado do Ferro). O equipamento dividia o logradouro em dois que era conhecido por Praça José de Alencar (lado mais ao norte) e Praça Capistrano de Abreu (parte ao sul).

O “rossio”⁶⁸ fortalezense era a Praça Carolina, espaço central de serventia pública, fazendo pendant com a Praça do Conselho, espaço de vocação simbólica, prestigiada por contar com a sede da Câmara e com a Matriz. A Praça Carolina, fato lamentável, encontra-se hoje praticamente desaparecida por decorrência de sucessivas doações de vasta área pública, efetuadas pela Prefeitura Municipal na década de 30, deste século. Do logradouro, onde se ergueram os edifícios dos Correios, do Banco do Brasil e do Palácio do Comércio, nada mais resta do que uma pequena praça. No começo do século XIX, quando as funções comerciais exercidas pela Praça Carolina começaram a se tornar múltiplas, surgiu um novo “rossio” (o pequeno), chamado a Feira Nova, toponímia, como se vê, bem esclarecedora, na verdade a atual Praça do Ferreira, aliás já delineada quando Herbster elaborava a planta de 1859. (CASTRO, 1994, p.74-75).

⁶⁸ Termo em desuso na contemporaneidade que significa um logradouro destinado ao depósito e posto de venda de produtos agrícolas a céu aberto, ou seja, uma espécie de entreposto destinado a feiras livres.

Após a saída do antigo Mercado de Ferro⁶⁹, o espaço passou por uma remodelação, sendo unificado. Um mercado foi edificado no entorno e denomina-se de Mercado Central. Este foi restaurado (foi preservada apenas a volumetria externa) e atualmente funciona o Centro Cultural BNB. Porém essa “união” se apresenta fragmentada, pois outras edificações foram inseridas no perímetro da praça e impedem a fluidez pelo logradouro. Esses equipamentos estão notadamente funcionando como edifício-barreira explicitado por Cullen (2006). A área da praça se confunde e se expande para a Travessa Crato, incorporando o Edifício dos Correios e Telégrafos e o Largo dos Correios, se tornando conhecida na contemporaneidade como Praça dos Correios.

As vias do entorno são as ruas São Paulo, Floriano Peixoto, General Bezerril e Travessa Crato. A Rua Senador Alencar foi anexada ao desenho da praça e adquiriu a função de um estacionamento. A Travessa Crato delimita o perímetro setentrional e foi transformada numa via parcialmente de pedestres e estacionamento. A caixa viária é mais estreita (cerca de 6 metros) e por não haver um espaço mais livre, por conta da presença dos edifícios na praça, o lugar se torna mais uma zona de passagem, pouco convidativo à atividade de congregação existentes nas demais praças até então percorridas (exceto a Praça da Bandeira).

No que se refere aos aspectos morfológicos do desenho urbano das quadras do entorno, nota-se que há uma ruptura, especialmente nas quadras mais ao norte da praça, onde o padrão de dimensionamento é modificado e os quarteirões se tornam diminutos (aproximadamente 50 x50 metros), alterando dessa forma o ritmo da quadrícula. O padrão de parcelamento dos lotes está com um novo arranjo e poucos são os que permaneceram com o perfil estreito e alongado comum na lógica de planejamento do século XIX (Figura 157).

As adjacências da praça são notoriamente marcadas pela influência da arquitetura *art déco*. O primeiro desses exemplares que se apresenta no percurso é o Edifício do Palácio do Comércio. O Palácio do Comércio foi edificado em 1940, à época de sua inauguração, se erguia como marco vertical na paisagem urbana. Sobre seus aspectos formais, tem-se que,

O edifício, com pouco mais de 20m de altura distribuídos em cinco pavimentos, incluindo térreo e sobreloja, erguia-se como um volume único, todo em argamassa de pó-de-pedra, com contornos arredondados e grandes esquadrias em ferro e vidro, que ritmadas em prumadas sucessivas, atenuavam o peso da edificação. (BORGES, 2006, p. 143).

⁶⁹O antigo Mercado Público teve seus dois pavilhões separados em 1938 e distribuídos em áreas distantes da Capital. Um se localiza na Praça Visconde de Pelotas (Centro expandido), e foi alcunhado de Mercado dos Pinhões, exercendo uma importância no circuito cultural da cidade (há eventos promovidos pela Prefeitura). O segundo foi transferido em 1968 para as margens da BR-116, no bairro Aerolândia e é conhecido como Mercado da Aerolândia e seguiu exercendo seu papel de mercado público. Atualmente este equipamento se encontra em processo de restauro, ação conseguida após anos de mau gerenciamento. Ambos foram tombados pela Prefeitura em 2008.

Figura 157 – Praça dos Correios e entorno.

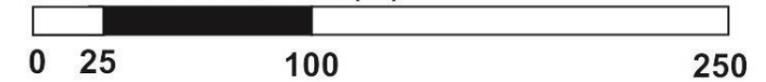


LEGENDA

-  PERCURSO 1
-  EDIFICAÇÕES DE VALOR PATRIMONIAL
-  EQUIPAMENTOS RELEVANTES
-  PRAÇAS/ESPAÇOS LIVRES
-  VIAS PEDONAIS
-  POSIÇÃO DAS IMAGENS

1. PRAÇA WALDEMAR FALCÃO (CORREIOS)
2. THEATRO JOSÉ DE ALENCAR
3. PALÁCIO DO COMÉRCIO
4. EDIFÍCIO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS
5. EDIFÍCIO EPITÁCIO OLIVEIRA
6. BANCO FROTA GENTIL
7. ANTIGO MERCADO MUNICIPAL (CENTRO CULTURAL BNB)
8. EDIFÍCIO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS BANCÁRIOS
9. EDIFÍCIO JANGADA

ESCALA GRÁFICA (m)



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUC) e trabalhado pela autora (2015).

Apesar de ser um elemento “barreira”, ele possui uma relação interessante com o entorno, ao permitir ser transcorrido em seu interior pelo transeunte durante os horários de funcionamento. O bem embora conserve muitas das suas características originais, passou por intervenções ao longo de sua história que findaram na perda de alguns elementos intrínsecos do edifício tais como o “fechamento dos vãos abertos do último pavimento original do prédio, substituição de algumas esquadrias originais por alumínio e vidro; colocação de letreiros e placas, [...]” (BORGES, 2006, p.144). Ressalta-se que mesmo tendo essas modificações, o imóvel guarda uma relação de ambiência com a praça (Figura 158).

Figura 158 – Palácio do Comércio.



Fonte: Autora (2014).

Defronte ao Palácio do Comércio, outro edifício-barreira se destaca na paisagem por seu valor patrimonial: a Agência do Banco Brasil. Esta edificação foi inaugurada em 1942. Sua construção representava uma obra imponente para a Capital cearense. Com sua arquitetura elaborada em concreto e revestida de mármore branco, pórticos bem alinhavados, se destacando no seu contexto. A mais recente das edificações da Praça dos Correios se tornou um símbolo de elegância arquitetônica dos anos 1940 (Figuras 159, 161, 162).

Ritmado por uma sucessão de pórticos, agrupando pequenas esquadrias repetidas, tal jogo volumétrico visava conferir certo caráter ascensional ao conjunto e não comprometia o predomínio dos cheios sobre os vazios, dialogando a volumetria do edifício com obras neoclássicas [...]. (BORGES, 2006, p, 162).

Figuras 159, 161 e 162—Análise sequencial da agência do Banco do Brasil/ Imagem à época de sua inauguração.



Fonte: Autora (2015)/ Museu da Imagem e do Som.

O edifício passou por modificações em sua volumetria e nas esquadrias, mas de um modo geral está bem preservado e é um marco edificado na área central de Fortaleza.

Do ponto central da Praça dos Correios, um exemplar da arquitetura eclética, chama atenção do observador, trata-se do Banco Frota Gentil. Aproximando-se do objeto, nota-se a distinção em relação ao seu vizinho (Agência do Banco do Brasil) no que tange aos pormenores característicos do ecletismo. Os panos de fachadas são trabalhados em motivos florais e os ritmos das aberturas incorporam uma maior ornamentação. O bem foi inaugurado em 1925, funcionou como sede da instituição bancária até meados dos anos de 1950. Foi tombado pelo Estado em 1995. Atualmente é sede do Banco Itaú, mantendo o uso original na contemporaneidade. Embora não seja do mesmo período da maioria das edificações do setor (*art déco*), ele contribui com a ambiência patrimonial (Figuras 163, 164, 165, 166 e 167).

Figuras 163, 164, 165, 166 e 167– Análise sequencial do Banco Frota Gentil a partir de imagens históricas/Comparação das fachadas entre as duas agências bancárias (eclectica e *déco*)/ Banco Frota Gentil na contemporaneidade.



Fonte: Museu da Imagem e do Som/ Autora (2015).

Seguindo pela Rua Floriano Peixoto (tangenciando a praça), descortina-se na paisagem o terceiro imóvel inserido nos limites do logradouro: o Edifício dos Correios e

Telégrafos⁷⁰. O bem de traços alinhavados ao estilo *art déco* foi inaugurado em 1934 (Figuras 168 e 169).

O imóvel foi o primeiro a se instalar nos limites da Praça Waldemar Falcão e apresenta uma arquitetura de formas simples, mas condizente com os elementos do estilo ao qual é pertencente. O edifício apresenta preocupações com o conforto térmico (iluminação e ventilação), delimitadas pelo Código Municipal de 1932. Borges (2006) analisa a volumetrias do edifício:

As quatro fachadas da edificação, todas simétricas, apresentavam-se livres, sendo as três correspondentes à rua General Bezerril, à Praça dos Correios e à rua Floriano Peixoto dotadas de escadarias de acesso ao prédio, valorizadas por marquises, ornamentações geométricas, detalhes ascensionais e luminárias prismáticas de vidro plano opalino. O tratamento conferido aos acessos remetiam claramente ao imaginário *Art Déco*, [...]. (BORGES, 2006, p. 107).

Figuras 168 e 169—Análise sequencial da agência dos correios.



Fonte: Autora (2015)

Há outros edifícios que corroboram com a ambiência do *art déco* tais como: o Edifício do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (1943) e o Epitácio Oliveira (1938), Edifício Belém dentre outros.

O percurso sequencial pelo logradouro se encerra na Rua Crato e retorna para o Palácio do Comércio. Fronte a essa edificação, dois elementos urbanos são desvelados: o Museu Ceará e a Praça General Tibúrcio (Figura 170).

⁷⁰Participava do contexto da instalação do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT) durante a Era Vargas (1930-1940), onde foi edificada uma série de agências nas principais cidades brasileiras.

Figura 170 – O percurso da Praça dos Correios segue em direção ao Museu Ceará e à Praça dos Leões (ao fundo).



Fonte: Autora (2015).

O Museu do Ceará, cuja construção se destinava para ser a sede da Assembleia Provincial do Ceará foi inaugurado em 1871 e o projeto é atribuído ao engenheiro Adolfo Herbster.

De suas realizações, a mais significativa (embora com autoria discutível) é o projeto da Assembléia Provincial, tombado como Monumento Nacional brasileiro (atualmente, Museu do Estado). Edifício de feição neoclássica, foi resolvido consoante um partido simétrico, em dois pavimentos, fazendo-se a entrada nobre por via de um pórtico de pedra lioz (portuguesa). Os interiores acusam silharia de azulejos estampilhados nas circulações e as paredes dos gabinetes eram revestidas de papel, hoje removido. (CASTRO, 1994, p. 56).

A construção, em estilo neoclássico, é formada por um bloco de dois pavimentos isolados, com acessos em todas as fachadas, com traços bem alinhados. As aberturas e os ornamentos se repetem no térreo e no primeiro pavimento; a diferença é que no andar superior há um gradil trabalhado (Figura 171). Sobre o bem⁷¹ tem-se que,

A edificação, de dois pavimentos, apresenta linhas Neoclássicas, evidenciadas pela simetria, pelas colunas no frontispício, pela disposição das janelas e frontão triangular. Segundo o Prof. Arq. José Liberal de Castro, trata-se de edifício de risco erudito em correta linha Neoclássica, em que se sobressai o magnífico pórtico em pedra lioz portuguesa'. (DIÓGENES e DUARTE JUNIOR, 2006, p. 93).

⁷¹O prédio é tombado em duas instâncias: em 1973 pelo Iphan, quando ainda era sede da Assembleia Legislativa do Estado e em 2006 pela SECULTFOR. Em 1977, a Assembleia foi transferida e o imóvel passou a abrigar a Academia Cearense de Letras. No ano de 1990 foi restaurado e a sediar o museu.

Figura 171 – Antiga Assembleia Legislativa.



Fonte: Arquivo Museu da Imagem e do Som.

A partir do recurso da deflexão de Cullen (2006), o trajeto se desloca em direção a Praça dos Leões (Figura 172).

Figura 172 - Praça dos Leões no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em Autocad concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAU UFC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA GENERAL TIBÚRCIO

O logradouro é mais conhecido popularmente como Praça dos Leões. Inicialmente era um areal que servia como área de congregação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em 1730. Com a criação do Palácio da Luz, o largo passa a ser conhecido como Largo do Palácio. No lugar havia uma acentuada diferença de nível no terreno em relação ao seu entorno, um

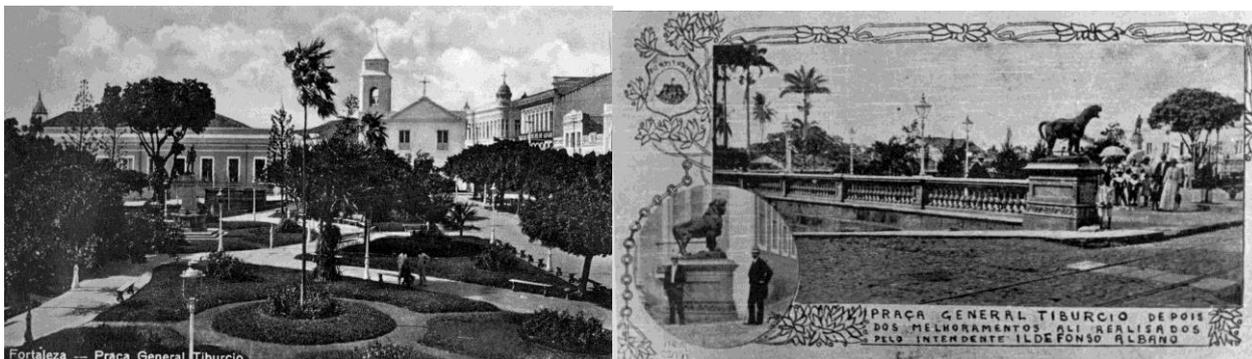
dos poucos pontos da então Fortaleza em que havia uma declividade no solo. Durante o mandato do presidente Inácio Côrrea de Vasconcelos em 1847, uma enchente aconteceu na cidade e abriu uma fenda no largo. O governante diante desse fato ordena que seja erigida uma muralha a fim de evitar futuros problemas. Dessa forma, inicia-se o processo de urbanização da praça.

Os “terreiros” de modo geral formavam espaços enobrecidos por edificações destinadas ao exercício do poder real (ou eclesiástico). Não houve “terreiros” na Fortaleza. Essa expressão lusitana, de livre curso no Brasil no período colonial, era desconhecida numa cidade cujo tardio “Palácio dos Governadores” não passava de uma casa adquirida no começo do século XIX e precariamente adaptada às novas finalidades. Como naqueles dias as circunvizinhanças da casa já estavam fisicamente definidas, as autoridades governamentais somente conseguiam fazer inserir na malha urbana um reduzido “Largo do Palácio” (Praça General Tibúrcio). As dimensões e principalmente a declividade do terreno não favoreciam o uso social do espaço, o que exigiu o nivelamento do largo, operado no segundo governo do Tenente Coronel de Engenheiros Ignácio Correa de Vasconcellos (1844-47). O necessário aterro ficou amparado por um muro de contenção ainda subsistente, obras executadas pelo 1º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Juvêncio Cabral de Menezes. Constituiu o primeiro espaço oferecido à cidade para passeio público, conforme as intenções do gestor provincial. (CASTRO, 1994, p.75).

O espaço é remodelado e em 1856 é inaugurado. Passando por uma reforma em 1887. Um dos marcos da praça é a estátua do General Tibúrcio, personalidade cearense da Guerra do Paraguai e que foi instalada no espaço público em 1888. A praça foi um dos principais pontos de lazer do fortalezense até 1912. Durante o governo de Idelfonso Albano (1923-1924) foi aformoseada, ganhando novos jardins (Figuras 173 e 174), Ponte (2010) esclarece:

O projeto da nova praça exigiu o recuo de oito casas do lado ocidental do logadouro, medida que o Intendente revela ter encontrado *muita dificuldade em negociar o preço das casas com os donos*. O ajardinamento da praça obedeceu ao *estilo romântico ou Jardim Inglês* (sic) com caminhos e canteiros sinuosos. O jardineiro, contratado no Rio de Janeiro, organizou o plantio de árvores nobres como cássias imperiais, jacarandás, casuarinas, araucárias, painás, palmeiras, além de flores e plantas ornamentais. (PONTE, 2010, p.60).

Figuras 173 e 174 – Praça dos Leões na Fortaleza no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.



Fonte: Museu da Imagem e do Som.

Os pormenores do logradouro que devem ser destacados, são a escadaria trabalhada com balaustrada que acompanha a mudança de nível (cerca de 3 metros), o caminho da linha do bonde impresso na paginação do piso, as esculturas de leões (que dão nome atualmente ao logradouro) que foram trazidas da França, as estátuas da escritora Rachel de Queiroz⁷² e a do General Tibúrcio e o coreto localizado na porção central (Figuras 175 e 176).

Figuras 175 e 176 – Pormenores na Praça dos Leões.



Fonte: Autora (2014).

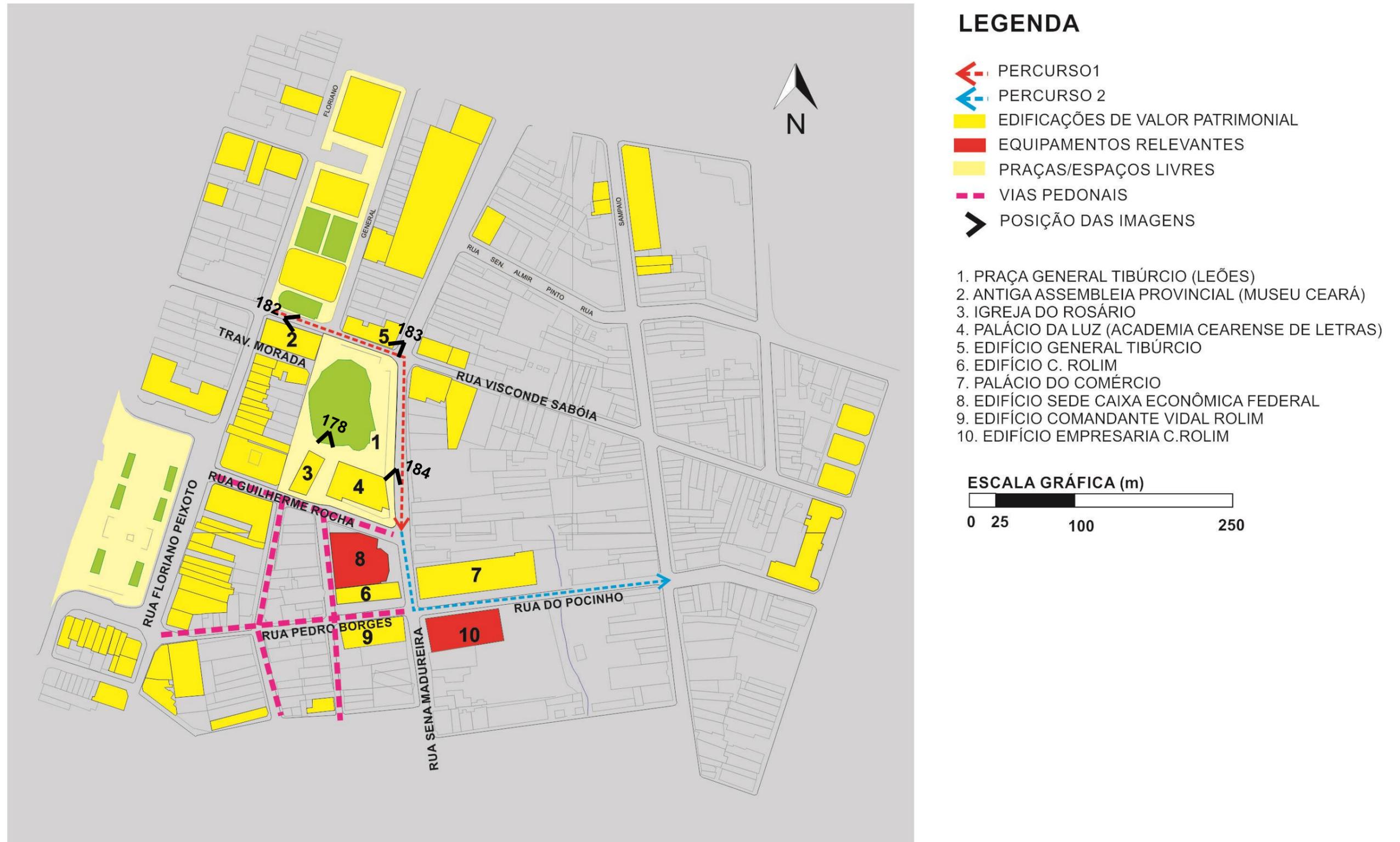
No ano de 1991, a Praça dos Leões foi acautelada a nível estadual sendo, portanto, considerada patrimônio material cearense e em 2006 foi igualmente salvaguardada pela SECULTFOR. Um dos aspectos marcantes do lugar que ratificam a sobreposição de usos de Cullen (2006), é que a praça além de ser um referencial na história urbana, um espaço de congregação e contemplação, anualmente ocorre uma tradicional feira de troca de livros⁷³. Dessa forma, há uma incorporação das simbologias que o lugar representa na contemporaneidade.

As quadras do entorno se apresentam com a morfologia do lote bem preservada. A proximidade com a Praça do Ferreira pode ser um dos motivos para que não sofresse uma intensa descaracterização. Há um considerável número de bens tombados nas três esferas em suas adjacências, o que influi na preservação da ambiência do *locus* (Figura 177).

⁷²A estátua está inserida na praça desde 2005, possui dimensões em tamanho real sendo localizada em um dos bancos.

⁷³O evento ocorre há cerca de uma década e desde 2014 passou a ter uma infraestrutura mais organizada, com aproximadamente 75 estandes de livros usados.

Figura 177 – Praça dos Leões e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo DAUFC) e trabalhado pela autora (2015).

Ao percorrer o ambiente da praça um dos fatos arquitetônicos que se sobressaem é a Igreja do Rosário. Tombada pela SECULT em 1983, sendo considerada a mais antiga de Fortaleza, data de 1730. Possui traços da arquitetura colonial. Por volta de 1970, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário fez reparos na Igreja, pois estava ameaçada de ruir. O altar de madeira, portais, imagens e luminárias são originais. Ao lado da igreja outro marco emerge instalado na Praça dos Leões: o Palácio da Luz (Figuras 178, 179 e 180).

Figuras 178, 179 e 180 – Análise sequencial da Igreja do Rosário e Palácio da Luz.



Fonte: Autora (2014).

Sua construção data do final do século XVIII para ser residência do capitão-mor Antônio de Castro Viana. Em 1814, foi adquirido pelo governo e passou a sediar a Câmara Municipal passando por acréscimos em 1839. Atualmente é sede da Academia Cearense de Letras. Segundo Souza (2012), o bem “que de tanto sofrer modificações, perdeu a centralidade estilística, não sendo definido algo predominante, mas alguns traços neoclássicos ainda foram preservados.” (SOUZA, 2012, p.320). Todavia não é por carecer de uma unidade estilística, que sua relevância com bem patrimonial se torna menos imperativa de ser reconhecida institucionalmente. De tal forma, o imóvel recebeu proteção de suas instâncias: foi tombado em 1983 pela SECULT e em 2006 pela SECULTFOR.

Os três bens supracitados (Museu do Ceará, Igreja do Rosário e Palácio da Luz) juntamente com a praça, formam uma síntese da forma e história urbana do setor analisado. São referências patrimoniais e cotidianas do logradouro (Figura 181).

Figura 181– Praça dos Leões e entorno.



Fonte: Autora (2014).

No entorno imediato à praça, um exemplar modernista também confere valor patrimonial: o Edifício General Tibúrcio. O prédio de 15 andares é um marco vertical na

paisagem. A obra possui uma relação diferenciada com a quadra a qual está inserida, pois avança sobre o passeio, rompendo com o alinhamento que as demais edificações possuem (Figura 182).

Figura 182 – Edifício General Tibúrcio.



Fonte: Autora (2014).

Descendo as escadarias ornamentadas da Praça dos Leões, percorrendo pela sua “muralha”, se encerra o primeiro percurso em busca dos elementos da forma urbana de relevância patrimonial na área histórica central de Fortaleza (Figuras 183 e 184).

Figuras 183 e 184 – Escadarias da Praça dos Leões e percurso em direção ao segundo trajeto.



Fonte: Autora (2014).



4.2.2 Percurso 2: Corredor Cultural (Praça dos Leões – Praça José de Alencar)

Prosseguindo o trajeto, a mudança de gabarito é uma das características mais expressiva do local. Este se tornou um espaço mais verticalizado ⁷⁴ e marcado pela presença da arquitetura moderna e contemporânea. Essa ambiência se dá no encontro das ruas Sena Madureira, Pedro Borges (Pocinho). As edificações que se destacam são: Palácio do Progresso Edifício C. Rolim, Centro Empresarial Clóvis Rolim, Edifício Comandante Vital Rolim e Edifício da Sede da Caixa Econômica (Figuras 185 e 186).

Figuras 185 e 186 – Percurso sequencial em direção ao conjunto modernista.



Fonte: Autora (2014).

O Palácio Progresso, o primeiro que se apresenta no percurso, é de autoria do arquiteto José Liberal de Castro, datado de 1964. É considerado o primeiro edifício de escritórios de porte da cidade, vinculado às premissas da escola carioca (*brazilian style*)⁷⁵. A obra “Estabelece rígida modulação estrutural, grande repetição de componentes utilizados, dentre outras estratégias de racionalização do processo construtivo.” (PAIVA; DIÓGENES, 2011, p.7). Há uma inter-relação do prédio com os demais a partir da leitura de conjunto formada através da tipologia, gabarito e características formais na fachada. Na quadra à oeste do Palácio do Progresso, outras duas obras modernistas estão inseridas: C. Rolim (1972) e

⁷⁴Essa verticalização na área central se deu início na década de 1960, com a arquitetura moderna, a partir da edificação do Centro de Exportadores do Ceará (1962), que fica nas proximidades da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

⁷⁵Recebe essa nomenclatura à produção de um grupo de arquitetos (Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy) inicialmente concentrada no Rio de Janeiro, que passaram a difundir os preceitos da arquitetura modernista dos anos 1940-1960. Essa corrente era uma fusão das diretrizes do modernismo internacional com as brasileiras. Essa produção faz uma síntese das premissas históricas, condicionantes locais (ventilação, terreno e iluminação) com a monumentalidade do objeto proposto.

Edifício Comandante Vital Rolim (1980) são obras modernistas das décadas posteriores, cujos arquitetos tiveram uma intrínseca relação com a consolidação da produção local na paisagem da cidade. Sobre eles tem-se que,

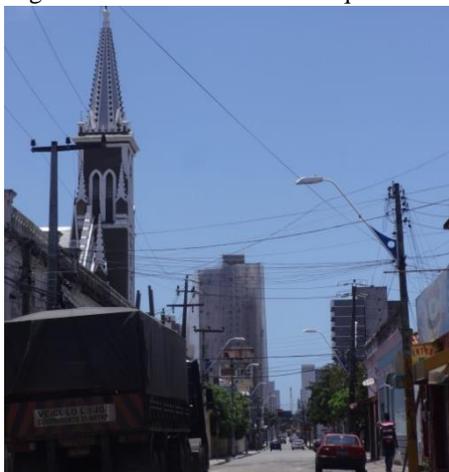
[...]. Localizado no Centro de Fortaleza, o edifício contribuiu para marcar a verticalidade da área, acentuada pela contigüidade de outros edifícios altos, como o Palácio Progresso do arquiteto José Liberal de Castro, um dos primeiros edifícios verticais da cidade nitidamente moderno; o Edifício C. Rolim do arquiteto Neudson Braga; e finalmente, o projeto do Centro Empresarial Clovis Rolim, dos arquitetos José e Francisco Nasser Hissa. Borsoi adota no projeto um partido bem simples e racional. No sentido vertical, o edifício apresenta base, definida por uma grande marquise de concreto em balanço que proporciona uma área de sombra bastante generosa voltada para a rua (PAIVA, DIÓGENES, 2008 p.14-15).

Essas quadras que recebem esses exemplares modernistas se localizam na periferia da área central histórica, ao leste, que foi o vetor de expansão urbana da elite em meados do século XX, em direção a Aldeota. Esses edifícios representam o momento em que se iniciava a consolidação de um novo modo de se edificar em Fortaleza, o dos arranha-céus.

Segue-se pela Rua do Pocinho, onde se percebe a descaracterização do conjunto edificado e a diluição da verticalidade. O percurso se encaminha a outro elemento do sistema de espaços livres: a Praça Figueira de Melo.

Nas proximidades da praça, a Escola Jesus Maria José, juntamente com a Igreja do Pequeno Grande, são os primeiros elementos da paisagem urbana que reforçam a ambiência patrimonial do setor. Sobre a primeira edificação, tem-se que foi fundada em 1905 e simbolizava as ações do bispado cearense na educação. A escola funcionou até a década de 1920, quando mudou de função e se torna Casa Paroquial. O imóvel de características ecléticas, foi tombado em 2007 pela SECULTFOR e ainda persiste na forma urbana, apesar dos visíveis traços de arruinamento impressos nas suas fachadas, necessitando que a promessa de restauro se cumpra (Figura 187 e 188).

Figuras 187 e 188 – Análise sequencial em direção à Praça Figueira de Melo.



Fonte: Autora (2015).

Caminhando mais alguns metros chega-se à praça (Figura 189).

Figura 189 – Praça Figueira de Melo no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUFUC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA FIGUEIRA DE MELO

O espaço público foi urbanizado e inaugurado em 1924, possuindo uma série de nomes: Praça do Asilo, dos Educandos, da Escola Normal e do Colégio, todas essas nomenclaturas eram em razão dos equipamentos que circundam o lugar. Foi nomeada de Figueira de Melo em homenagem ao político sobralense Figueira de Melo, conhecido por Barão de Sobral. A relação do espaço com a função escolar está intrínseca tanto pela história quanto pela sua forma urbana.

A praça é formada pelo encontro das ruas que conformam a praça são Franklin Távora, 25 de Março, Coronel Ferraz e Avenida Santos Dumont. Esta se constitui um dos principais corredores viários da capital, tem seu início nos limites da praça (Figura 190).

A morfologia das quadras de entorno adota parcialmente a regularidade da quadrícula (herança do traçado de 1875). Essa distorção do desenho, especialmente nas quadras ao leste e ao sul, deve-se à presença do Riacho Pajeú, que como foi explicitado anteriormente. Era um elemento da paisagem fundamental no projeto de delimitação da forma urbana da capital. Continuando no tema das quadras, a análise se concentra no parcelamento dos lotes, onde se infere a permanência no dimensionamento dos terrenos e as edificações existentes respeitam esse alinhamento na contemporaneidade.

O logradouro possui uma inter-relação mais próxima com a tradicional instituição de ensino, Colégio Estadual Justiniano de Serpa. O prédio escolar se apresenta como edifício-barreira nessa associação com o espaço público. Partindo da análise sequencial, toma-se o principal elemento da forma urbana do espaço. A história desse bem data de 1923, quando a então Escola Normal, que funcionava nas cercanias do Theatro José de Alencar, passou a demandar mais espaço físico para abrigar o número de alunas, edificando uma nova sede na Praça Figueira de Melo (inaugurada no ano seguinte). Está em processo de tombamento desde 2012 pela SECULTFOR. O edifício possui dois pavimentos e se distribui horizontalmente em forma de “U”, abrigando um pátio interno. A fachada principal é marcada pelo desenho de frontões rebuscados que a enriquecem e é marcada pela presença do busto de Justiniano de Serpa, delineando a importância dessa face do imóvel (Figuras 191, 192, 193 e 194).

Figuras 191, 192, 193 e 194 – Análise sequenciada do Colégio Justiniano de Serpa



Fonte: Autora (2015).

Em frente à entrada principal do Colégio Justiniano de Serpa, há outra instituição de ensino de valor patrimonial que se inter-relaciona com o bem e com a praça, o Colégio da Imaculada Conceição (Figuras 195 e 196).

Figuras 195 e 196 – Análise sequenciada do Colégio da Imaculada Conceição.



Fonte: Autora (2015).

Nos primórdios, era conhecido como Colégio de Educandos de Fortaleza, fundado em 1857. Em 1865, passa a receber o nome atual e administrado por irmãs de origem francesas, com a missão de educar meninas órfãs. O bem, um exemplar da arquitetura eclética em Fortaleza, está bem conservado e passou por acréscimos em sua morfologia, mas que permite a compreensão do pavilhão mais antigo e de valor patrimonial. Atualmente é sede do Colégio Imaculada Conceição, ou seja, o imóvel permanece com o seu uso original. Está inserido na ambiência histórica do lugar, sendo responsável pela fundação da Igreja do Pequeno Grande (localizada à esquerda) (Figuras 197 e 198).

Figuras 197 e 198 – Análise sequenciada da Igreja do Pequeno Grande.



Fonte: Autora (2015).

A Igreja do Pequeno Grande foi erigida em 1903, situada ao lado do colégio. A estrutura da edificação é metálica e foi importada da Bélgica. Na fachada, a inspiração do estilo neogótico se torna um dos principais atributos do imóvel. As paredes (cobertas por pináculos) não possuem função estrutural. O bem está em processo de salvaguarda em âmbito municipal.

Seguindo pelas quadras em direção a outro espaço do sistema de praças, delineia-se um conjunto de três edifícios residências de motivos *art déco*. Apesar da descaracterização da parte superior dos blocos, a leitura do valor patrimonial ainda remanesce. No final da rua, uma massa verde se descortina na paisagem, são os limites do Bosque Dom Delgado (Figuras 199, 200 e 201).

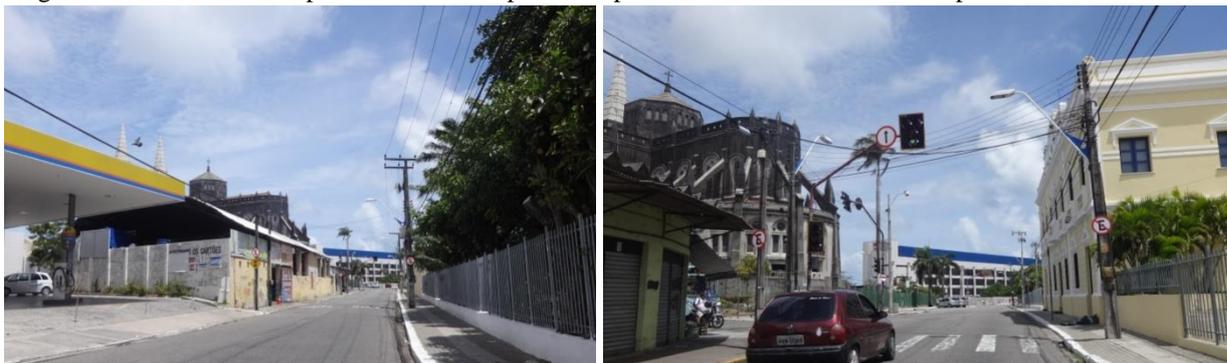
Figuras 199, 200 e 201 – Percurso em direção ao Bosque Dom Delgado/ Bosque Dom Delgado inserido no Mapa dos Percursos.



Fonte: Autora (2015) /Base em Autocad concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015) .

O acesso ao parque se dá pela entrada principal da sede da Prefeitura de Fortaleza. O caminho sequencial de aproximação avança por quarteirões em que não há mais relevância histórica impressa no tecido edificado. Há uma inflexão dessa característica ao percorrer pela Rua São José, onde duas importantes componentes da forma urbana do bairro são inseridas: a Catedral Metropolitana de Fortaleza e o Palácio do Bispo (Figuras 202 e 203).

Figuras 202 e 203 – Curso pela Rua São José pontuado pela Catedral e o Palácio do Bispo.



Fonte: Autora (2015).

O Palácio do Bispo, denominado oficialmente de Palácio João Brígido, foi edificado nas primeiras décadas do século XIX, possui traços do neoclássico. Recebe essa nomenclatura por ter sido residência do bispo de Fortaleza no final do século XIX. Foi objeto de diversas intervenções, principalmente nas esquadrias e frontões, sendo restaurado em 2010, objetivando o retorno do bem como sede da gestão municipal. Foi tombado municipalmente desde 2005.

Em termos de estrutura física, a edificação originalmente possuía linhas Neoclássicas, destacando-se pelas aberturas encimadas com arcos plenos, apresentando uma predominância de cheios sobre vazios e um aspecto compacto, este expresso pelos altos muros que cercavam a edificação. O espaço conservou ainda como características arquiteturais Neoclássicas, após várias reformas, incluindo-se a última, restauradora, concluída em 2010, que recuperou inclusive os jardins. (SOUZA, 2012, p.123-124).

O imóvel tem relação direta com um dos maiores redutos de área verde do bairro, o Bosque Dom Delgado e conecta-se historicamente e visualmente com a Sé (Figuras 204, 205 e 206).

Figuras 204, 205 e 206 – Palácio do Bispo e sua relação de aproximação com a Sé/ Vista do Palácio do Bispo para a Sé.



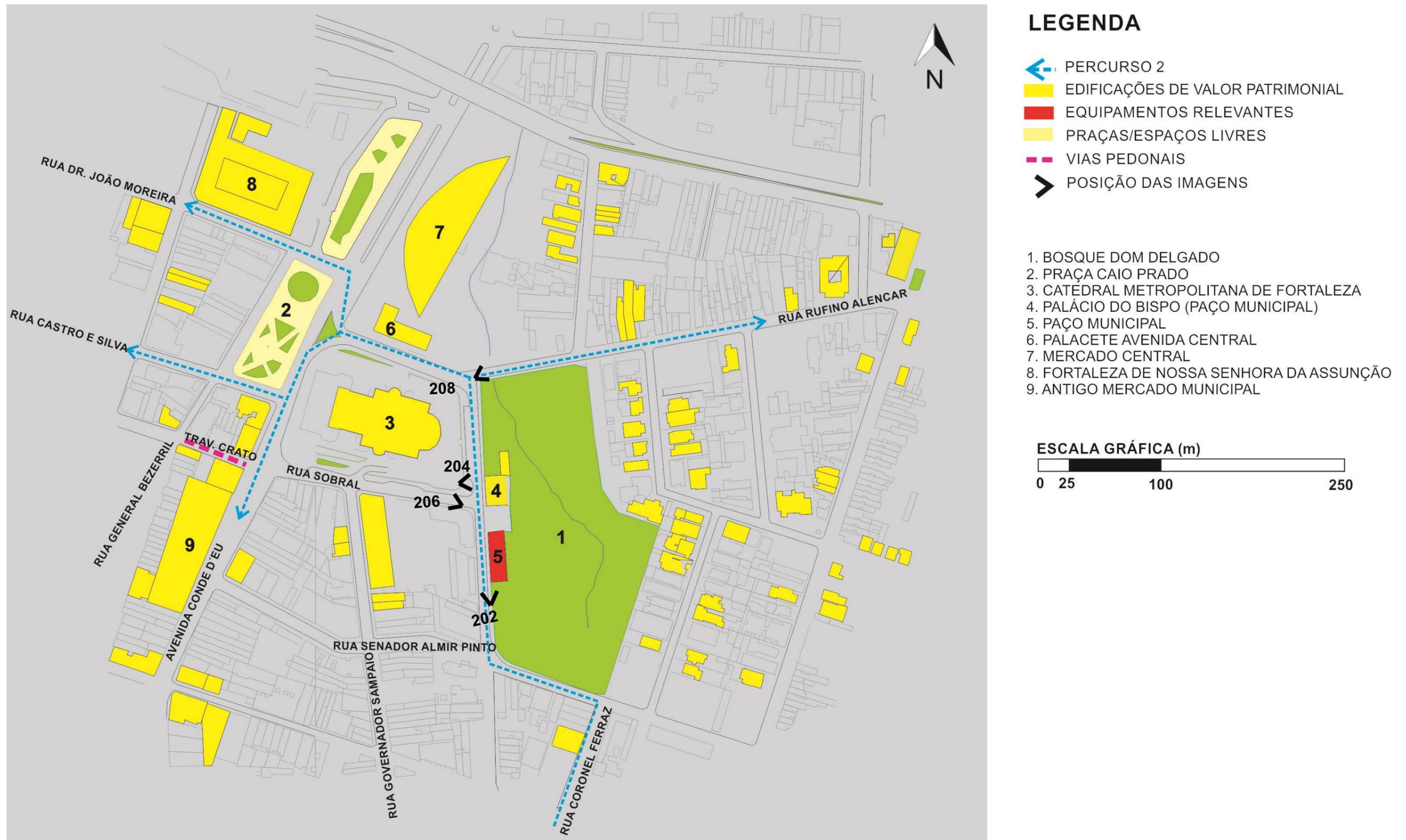
Fonte: Autora (2015).

BOSQUE DOM DELGADO (PAJEÚ)

É um dos poucos pontos da área central em que se pode ter acesso⁷⁶ ao Riacho do Pajeú. O bosque Dom Delgado, espaço aberto do sítio, é repleto de mangueiras, azeitoneiras, pitombeiras e palmeiras de dendê que dividem o lugar com os jardins projetados por Burle Marx. Há também o segundo baobá da cidade, ao lado de espécies exóticas (Figura 207).

⁷⁶O Parque do Pajeú (Praça do Riacho Pajeú), como foi explicitado no primeiro percurso, se constitui um outro ponto de acesso ao Riacho Pajeú.

Figura 207– Bosque Dom Delgado e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUFC) e trabalhado pela autora (2015).

O lugar poderia ser mais explorado como um espaço de lazer para os fortalezenses, entretanto, por questões de segurança tem seu acesso controlado. É gradeado em todo o seu perímetro, o que o torna um espaço quase exclusivo do poder municipal. A promessa era de ser entregue mais uma área verde para a população, mas essas barreiras físicas geram um afastamento e o fecha em si mesmo, ao invés de se expandir e se inter-relacionar com o entorno. Verifica-se, através da visão serial que o bosque se relaciona visualmente com Palácio do Bispo e a Sé e fisicamente só com o primeiro. Essa articulação entre os três elementos da forma urbana pode ser considerada a síntese da ambiência patrimonial do setor.

O bosque é delimitado pelas vias São José (oeste), Costa Barros (sul) e Rufino Alencar (norte). Na porção leste, o logradouro não é limitado por uma rua, mas por um conjunto de residências, algumas são exemplares do *mission style* e protomodernas.

As quadras no entorno do bosque possuem uma malha irregular, variando de formas e dimensões. Pode ser justificativo para esse desenho o fato de estarem na periferia da área central do bairro e nas proximidades com o Riacho Pajeú. Na planta de Herbster de 1875 havia uma flexibilidade no traçado ortogonal da quadrícula, porém não do modo em que foi implementado no setor estudado. O parcelamento do lote é igualmente diferenciado e a descaracterização do conjunto edificado se torna mais evidente nesse trecho. A noção de conjunto urbano não pode ser confirmada e o que se observa é a presença de alguns bens isolados que se articulam de maneira não substancial entre si e o espaço urbano.

O percurso continua pela Rua São José, contornando os limites do bosque. Chega-se à Rua Rufino de Alencar. Atravessando pelos quarteirões de poucas referências para o patrimônio cultural, um marco vertical atrai as atenções e simboliza que mais um espaço histórico se aproxima: a Coluna da Praça do Cristo Redentor (Figuras 208, 209, 210, 211 e 212).

Figuras 208, 209, 210, 211 e 212 – Aproximação com a Coluna/Praça do Cristo Redentor / Praça do Cristo Redentor inserida no Mapa dos Percursos.





Fonte: Autora (2015) /Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015) .

PRAÇA CRISTO REDENTOR

O local antes de 1881 era conhecido por Praça da Conceição em razão da Igreja do Seminário, Nossa Senhora da Conceição da Prainha. Passou a se chamar como Praça do Cristo Redentor em 1922, ao receber a coluna que possui a escultura do Cristo que marca a praça.

As vias que delimitam o largo são Rufino Alencar, Bóris, Dom Manuel e Castelo Branco (Leste-Oeste). As quadras do entorno possuem um desenho menos regular e o parcelamento dos lotes não seguem a lógica da área mais central do bairro. Por estar na periferia da região, houve uma maior flexibilização das diretrizes da planta oitocentista (Figura 213).

Figura 213– Praça do Cristo Redentor e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAUUF) e trabalhado pela autora (2015).

A referida coluna é o elemento que se destaca, por seu caráter de verticalidade. Sobre a história desse monumento, a década de 1920 marca a sua inserção no local. Souza (2012) disserta sobre o contexto de construção da coluna,

Ela possui em sua extremidade Norte, uma coluna de 35m sobre altaneira, idealizada pelo padre holandês Guilherme Waessen (1873- 1965), inspirada na Colonne de Juillet, em Paris. A coluna foi construída pelos operários associados do Círculo Operário São José. Não houve projeto de engenheiro, mas foi idealizada pelos escultores José Rangel Sobrinho, Vicente Leite e José Maria Sampaio, sendo construída por três Mestres pedreiros: Antônio Machado, Domingos Reis e Severino Moura. Chama a atenção o fato de que no momento em que se vivia todo o glamour da Belle Époque reproduzido nas pomposas edificações demonstradas neste capítulo e, a despeito desse fator, alguns setores populares também se manifestaram, produzindo com recursos próprios monumentos, como o caso dos operários, que edificaram a citada coluna, o Teatro São José, (1915) situado na mesma Praça Cristo Redentor, e que também fazem parte do acervo monumental do Centro da cidade. Esse aspecto é importante por contradizer a máxima de que o que se tem preservado no Centro Histórico da capital alencarina, em termos de arquitetura, são os bens das poderosas elites ou os edificados pelos poderes públicos. (SOUZA, 2012, p. 140).

Outro marco existente na praça é o Teatro São José. O imóvel está implantado na porção oeste do espaço público, tornando este uma transição entre o equipamento de cultura e a urbe. Entretanto, atualmente se encontra fechado e necessitando de intervenções⁷⁷. A história desse bem data de 1915, ano de sua construção, tendo como função ser um espaço de reuniões dos trabalhadores filiados ao Círculo Operário Católico São José. Insere-se no estilo eclético e se desenvolve em um bloco, encimado por uma imagem de São José (na fachada principal) e alguns jarros, com frisos e ornamento em todas as fachadas. Foi acautelado em 1988 (Figuras 214 e 215).

Figuras 214 e 215 – Análise sequencial para o Teatro São José.



Fonte: Autora (2015).

⁷⁷ No ano de 1990 passou por intervenções e teve o teatro e museu reabertos, infelizmente quase três décadas após seu estado de conservação é crítico, incompatível com a sua importância patrimonial, especialmente por se localizar em um local que abriga o maior equipamento de cultura, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Partindo das aproximações com o entorno, a Igreja da Conceição da Prainha e o Seminário são um dos marcos das adjacências que se inter-relacionam com o logradouro. Ambos datam de um período anterior à urbanização do logradouro, sendo, portanto um dos primeiros componentes da forma urbana do setor (Figuras 216 e 217).

Figuras 216 e 217– Análise sequencial para a Igreja da Conceição da Prainha e o Seminário.



Fonte: Autora (2015).

A respeito da história das edificações religiosas, tem-se que a igreja foi edificada em 1848, ocupando uma posição mais afastada do núcleo urbano da Fortaleza do século XIX, em um lugar conhecido como Colina do Outeiro. Nas suas adjacências, um seminário foi erigido em 1864 (Seminário da Prainha). Este tinha como missão educar jovens rapazes, seguindo as diretrizes educacionais francesas. O conjunto é tombado desde 1982 pelo Estado e passou por um processo de restauro em 2010. A igreja possui uma arquitetura singela de feições neoclássicas, adornada com detalhes de azulejos, o que a confere uma maior elegância.

Do centro da Praça Cristo Redentor, deslocando a análise para a porção ao norte, dois equipamentos historicamente mais recentes são componentes da ambiência do patrimônio cultural do lugar: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Figuras 218, 219, 220 e 221).

Figuras 218, 219, 220 e 221–Análise sequencial para o Dragão do Mar e Biblioteca Pública.





Fonte: Autora (2015).

A arquitetura contemporânea do Dragão do Mar⁷⁸ se destaca na paisagem urbana. É um símbolo na memória recente da Capital cearense. O partido se difere das edificações do entorno. Outra questão a ser salientada é a relação dele com a Praça Cristo Redentor que poderia ser explorada, ocorrendo uma continuidade e complementação. Atualmente o que acontece é a ligação visual, mas não há um fluxo de pedestres ou de usos entre eles. Acerca da relação desse equipamento com o entorno, atesta-se que:

Na escala urbana, tem-se que a proposta consiste na inserção do equipamento distribuída em três quadras compreendendo o limite das ruas Almirante Jaceguai, Boris, Pessoa Anta e Avenida Monsenhor Tabosa. O projeto promove uma ruptura com o traçado urbano ortogonal ao dispor os blocos mais ao sul em diagonal. Além disso, transpõe uma passarela metálica vermelha interligando esses blocos, verticalmente e horizontalmente, com os demais ao norte do conjunto local. O gabarito dos edifícios do centro destoa do conjunto edificado do entorno. Eles se destacam na paisagem histórica da região, não respeitando a escala e a proporção de edifícios históricos em sua maioria tombados, tais como a antiga Alfândega, o Seminário da Prainha, o SESC Iracema, Teatro São José, ou dos antigos armazéns e sobrados dos séculos XIX e XX e edificações da arquitetura moderna, como a Biblioteca Estadual Governador Menezes Pimentel. A biblioteca, que apesar de estar envolvida em quase todo seu perímetro pelo complexo Dragão do Mar, possui somente uma comunicação direta com o equipamento que foi implementada a posteriori; o que reforça a falta de comunicação do Centro Cultural com a preexistência em diversas esferas, pois tanto visualmente quanto fisicamente, há barreiras que dificultam a ligação entre outros equipamentos culturais, que possibilitariam a efervescência de atividades no local. (GOES; VIEIRA, 2014, p. 5).

⁷⁸ O equipamento participa do contexto requalificação das áreas centrais dos anos de 1990. Além de proporcionar uma estrutura de grande porte voltada ao setor cultural. O Governo do Estado do Ceará elabora em 1993, uma carta convite, selecionando cinco escritórios de arquitetura e urbanismo para a realização do projeto de um centro de cultura. O projeto vencedor foi resultado da parceria dos arquitetos cearenses Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon. Como diretrizes da proposta, os arquitetos se pautavam no contexto urbano e a relação com a luz abundantemente na cidade.

Deslocando a visão para a esquerda, a arquitetura moderna também demarca a paisagem urbana da Praça Cristo Redentor. O exemplar que apesar de se desenvolver em 5 pavimentos, não se torna uma barreira visual na conjuntura em que se insere, pois os arquitetos Francisco Célio Falcão Queiroz e Airton Ibiapina Montenegro Júnior souberam explorar o desnível de cerca de 8 metros entre as vias José Avelino e Castelo Branco. Dessa maneira, há uma harmonia na relação ao gabarito dos demais bens patrimoniais. No que tange aos aspectos da obra, afirma-se:

Outra obra emblemática é a Biblioteca Pública Menezes Pimentel, implantada na Avenida Leste-Oeste, com uma cota de 20,0m acima do nível do mar, com desnível entre a avenida e a Rua José Avelino de cerca de 8,20 m. Com empenas laterais e volumes servidores revestidos em cerâmica vermelha e elementos estruturais em concreto aparente (pilares e vigas), o edifício, com fachadas de 80 metros de extensão, tem dois pavimentos situados abaixo do nível por onde se faz o acesso principal reservado às funções de serviço e três acima deste patamar onde se desenvolvem as atividades de leitura e guarda de acervo. Sua planta é livre, com a definição precisa dos espaços ocupados pelos sanitários, elementos de circulação vertical e ar condicionado.(JUCÁ NETO; DUARTE JR; ANDRADE, 2013, p.8).

Retoma-se o percurso pela Rua Rufino Alencar em direção a Sé, para que a investigação sobre os valores patrimoniais, a partir do sistema de praças, seja continuada. A paisagem é marcada pela união de três unidades: a Catedral, a Praça Caio Prado e o Palacete Avenida Central (Casarão dos Fabricantes), (Figuras 222 e 223).

Figuras 222 e 223– Análise sequencial para a Praça Caio Prado e os elementos do entorno (Sé e Palacete Avenida Central).



Fonte: Autora (2015).

O Palacete Avenida Central é um bem de arquitetura eclética de proporções singelas. Suas dimensões se tornam mais diminutas por estar entre dois equipamentos de formas mais avultadas (Catedral e Mercado Público). Apesar dessa relação com o entorno pouco harmoniosa, a presença desse imóvel ratifica o ecletismo nesse setor que simboliza o

início do chamado “Corredor Cultural da Rua João Moreira” de Fortaleza. A memória do bem retorna à Fortaleza de 1830, onde era residência de Joaquim Ignácio da Costa Miranda. Ele sempre ocupou uma posição privilegiada na urbe, pois estava nas cercanias da Sé e da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Foi sede de diversas instituições e atualmente abriga diversas comerciantes ligados ao setor de confecção de vestuários entre outros.

Frente ao Palacete Avenida Central, a Praça Caio Prado está assentada (Figura 224).

Figura 224 – Praça Caio Prado inserida no Mapa dos Percursos.



Fonte: Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUFC) pelo professor Almir Farias e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA CAIO PRADO (SÉ)

Desde as primeiras intervenções urbanísticas na vila, havia um areal diante da Igreja de São José, que tempos depois foi ajardinado e se consolidou numa praça. No século XVIII era chamada de Praça do Conselho, em razão da Casa de Câmara do Pelourinho que se localizava no local (em frente à Fortaleza). Em 1854, com a construção da primeira Igreja Matriz, passa a se chamar de Praça do Largo da Matriz. Em 1889 foi denominada de Praça Caio Prado, em reverência ao político paulista Antônio da Silva Prado, antigo presidente do Ceará.

É conhecida popularmente como Praça da Sé, pois fica em frente da matriz de Fortaleza (Catedral Metropolitana de Fortaleza). O lugar onde foi erigida a Sé, sempre teve relação com o uso religioso. A primeira igreja data de 1795, porém por motivos técnicos de infraestrutura, teve de ser demolida cerca de três décadas depois. Em 1854, um novo templo, nomeado de Igreja de São José, foi entregue à cidade. Sob novamente alegações de cunho de problemas estruturais foi demolido (apesar de ter sido bastante contestada pelos fortalezenses) e uma nova proposta de Sé gestou-se na década de 1940 (Figura 225).

A construção da nova catedral durou quase quatro décadas, sendo inaugurada em 1978. Ela possui dimensões avultadas em relação ao terreno em que está implantada e uma arquitetura descontextualizada do período em que foi edificada. É uma tentativa de composição formal que se aproximado neogótico, ao invés de ter contemplado os traços contemporâneos ao seu momento histórico e arquitetônico, no caso, o modernismo.

Figura 225– Vista da Antiga Sé a partir da Praça Caio Prado.



Fonte: Museu da Imagem e do Som.

Na Praça Caio Prado funcionou até 1997 o Fórum Clóvis Beviláqua, que foi retirado e o foi remodelado, ampliado o espaço do logradouro. Este é limitado pelas ruas Castro e Silva, General Bezerril, Dr. João Moreira e Avenida Alberto Nepomuceno. Acerca da Rua Castro e Silva, destaca-se a conexão interessante que ela intermedia entre o Cemitério

São João Batista e a Igreja da Sé, pois ambos são ligados em linha reta pela Rua Castro e Silva. Este percurso fazia parte da tradição fúnebre ⁷⁹da Fortaleza provinciana (Figura 226).

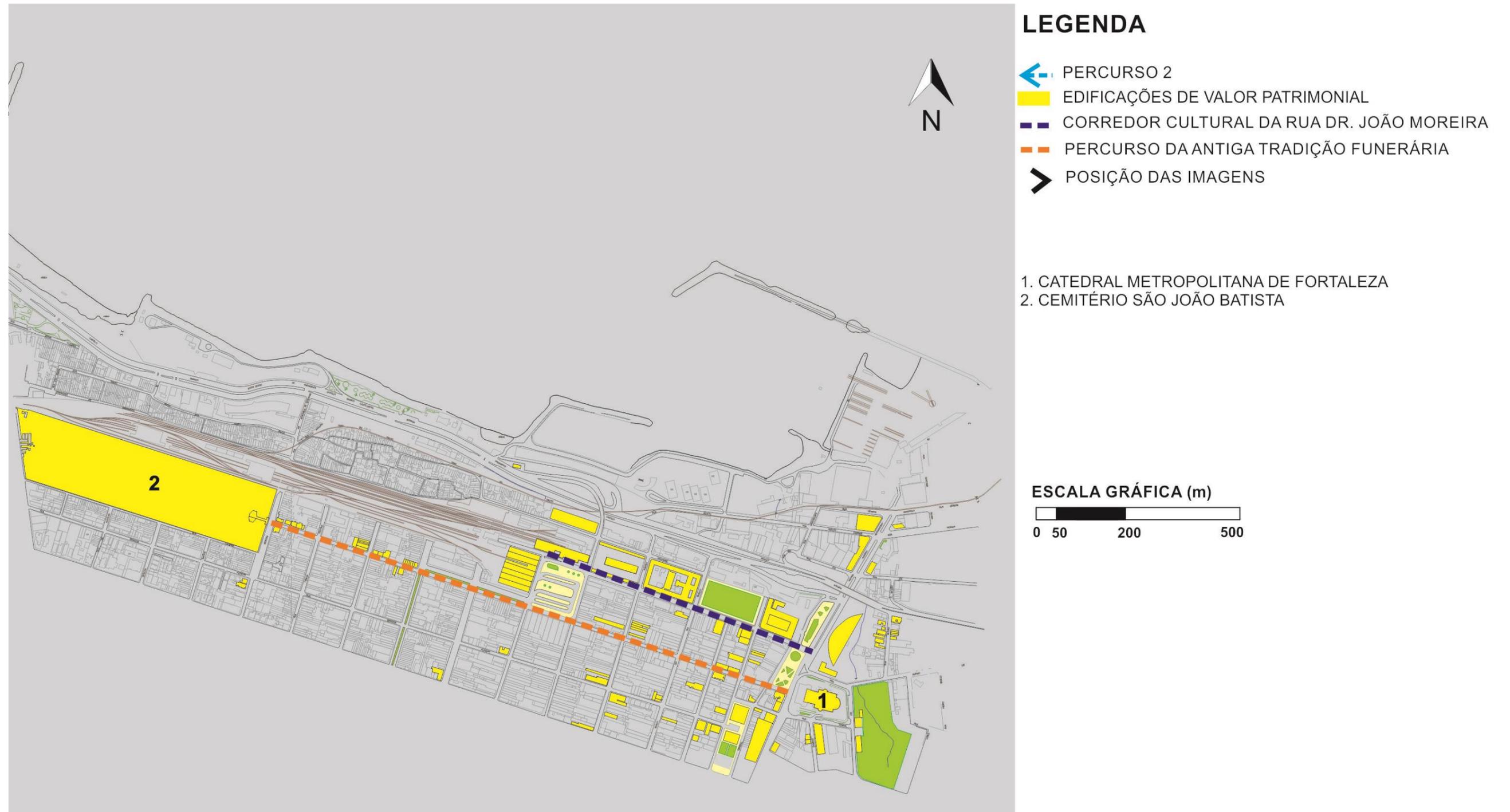
Do espaço da praça, pode-se contemplar a Sé, que se ergue como um edifício-barreira na paisagem urbana (Figuras 227 e 228). A relação do edifício religioso, sobrado eclético, Mercado Central ⁸⁰e a fortificação, representam a significação desse lugar nos dias atuais. O lugar é um espaço emblemático e a sobreposição de usos (comerciais e culturais) é uma problemática ⁸¹enfrentada pela Prefeitura de Fortaleza frequentemente noticiada na tentativa de compatibilizar todas as demandas (Figura 229).

⁷⁹O percurso de aproximadamente 1.3 quilômetros onde havia a “encomendação” da alma do morto. O ritual envolvia a cidade dependendo da posição social de quem se tratava.

⁸⁰O Mercado Central datado de 1998 se insere na conjuntura dos comerciantes em dinamizar a área central e de renovação urbana. Projetado pelo arquiteto Luiz Fiúza, contratado pela prefeitura, nas proximidades do antigo equipamento que já não mais supria às demandas. A volumetria do equipamento não dialoga com o contexto notadamente patrimonial da área (em um dos espaços simbólicos que remontam os primórdios da Fortaleza setecentista), que se reflete na perda do conjunto urbano que se poderia traçar no setor. Sobre a obra, Barbosa (2006) afirma “A implantação não favorece a integração do equipamento no entorno, nem ameniza seu caráter maciço e pesado” (BARBOSA, 2006, p.82). O edifício se volta para o interior, nega sua implantação, desprestigiando o Riacho Pajeú, que passa nos fundos. Perdeu-se uma oportunidade de intervir na contemporaneidade em um espaço de elevada significância cultural da Capital.

⁸¹Acontece nas quartas-feiras e aos sábados (normalmente na madrugada se estendendo pelas manhãs seguintes) a chamada Feira da Sé. Todas as cercanias da Avenida Alberto Nepomuceno são ocupadas por comerciantes e atraem compradores de diversas regiões. A gestão municipal desde 2008 tenta limitar e regular a atividade para a Rua José Avelino e Travessa Icó e deixar o fluxo na avenida livre, o que acarreta na diminuição do espaço dos feirantes que resistem em manter o mesmo perímetro. Durante esses dias de feira, o trecho da Praça da Sé se torna um destacado ponto nodal na urbe.

Figura 226– Relação da Sé com o Cemitério São João Batista.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAU UFC) e trabalhado pela autora (2015).

Figuras 227, 228 e 229–Catedral como edifício-barreira e entorno.



Fonte: Autora (2015).

Encaminha-se para a Rua Dr. João Moreira em direção ao chamado “Corredor Cultural”, a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção é o marco que se destaca neste quadro urbano. Ela representa o elemento mais significativo na historiografia da capital cearense, responsável por sua denominação (Figuras 230, 231 e 232).

Figuras 230, 231 e 232 – Percurso em direção ao Corredor Cultural e a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção em primeiro plano.





Fonte: Autora (2015).

A posição mais elevada em relação à Avenida Alberto Nepomuceno realça a fortaleza e o conceito de desnível de Cullen (2006) pode ser aplicada ao panorama. A historiografia da associação da urbe com o equipamento, remonta ao ano de 1649, quando foi erguido um forte liderados pelo capitão holandês Matias Beck, nomeado de *Fort Schoonenborch*. Em 1654, os portugueses expulsaram os holandeses. Em 1812, a atual fortaleza começou a ser construída seguindo o desenho do engenheiro Antônio José da Silva Paulet, trabalho concluído em 1822 (Figuras 233 e 234). “A construção da nova fortaleza, em pedra, tijolos e cal, constituía uma aspiração acalentada pela população, marcada mais pelo simbólico do que pela necessidade bélica.” (CASTRO, 1994, p.48). A fortificação não foi edificada plenamente como foi proposta por Paulet, somente cerca de um terço do projeto se tornou materializado (foram observadas diversas incoerências no projeto original e a parte construída). Castro (2005) indaga acerca dos possíveis motivos dessa incompletude,

Mais que as dúvidas quanto à origem das diferenças nas dimensões, interesse maior despertam os fatos que impediram fosse a Fortaleza da Assunção totalmente construída. Falta de verbas para execução das obras? Falta de verbas para pagamento de desapropriação dos terrenos exigidos para expansão das obras da fortaleza? Expansão prevista com obras demoradas, cuja conclusão ultrapassaria a permanência de Sampaio na Vila como governador da Capitania? (CASTRO, 2005, p. 82).

Figuras 233 e 234 – Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.



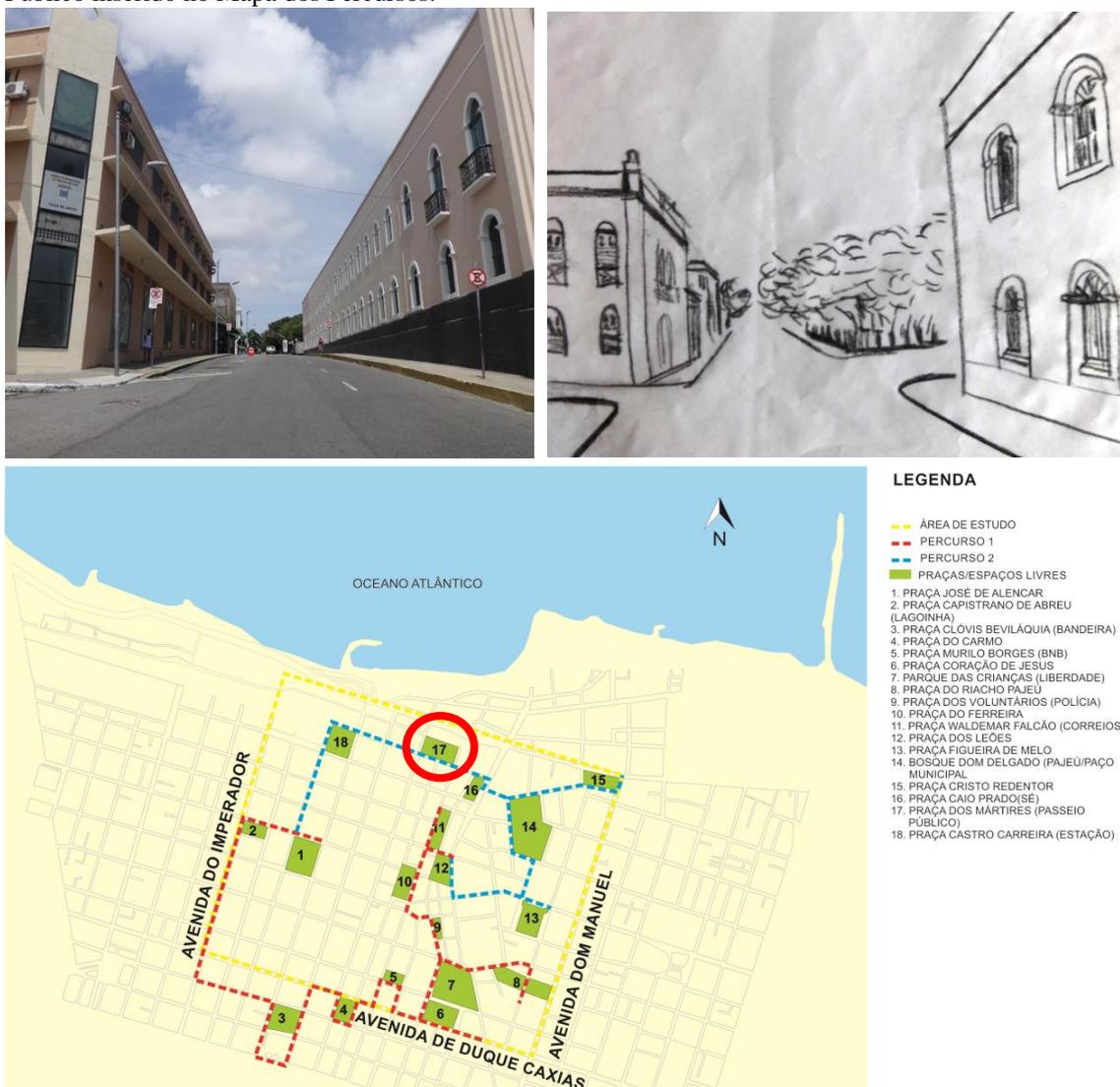
Fonte: Museu da Imagem e do Som.

Provavelmente por não se justificar militarmente à edificação da fortaleza, não havia mais necessidade em se delimitar um equipamento com tamanha rigidez formal.

Percebe-se que a fortaleza materializada pouco se estabelece como um equipamento de defesa, de proteção territorial. O esforço em erigir uma nova fortificação mais se relaciona com o caráter simbólico de seus habitantes do que uma necessidade militar. O bem passou por outras intervenções ao longo do século XIX. Em 1910, foi desarmada, porém durante a Primeira Guerra Mundial foi reativada. Nos anos de 1948, passou por reformas para ser sede da 10ª Região Militar. Foi tombada pelo IPHAN desde 2008

Seguindo pela quadra ocupada pela Fortaleza, observa-se a sequência de elementos da forma urbana que reforçam o valor patrimonial do local. O Passeio Público é um dos representantes dessa união da história e morfologia urbana da área (Figuras 235, 236 e 237).

Figuras 235, 236 e 237– Percurso em direção ao Corredor Cultural se aproximando do Passeio Público/ Passeio Público inserido no Mapa dos Percursos.



Fonte: Autora (2015) / Base em *Autocad* concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUFUC) e trabalhado pela autora (2015) .

PASSEIO PÚBLICO

A Praça dos Mártires ou Passeio Público é considerada a mais antiga praça da cidade. Situada nas imediações da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, era conhecida como Largo do Paiol, pois havia no lugar da atual Santa Casa, um depósito de pólvora. Durante o século XVIII se tornou conhecida como Largo da Fortaleza. Acerca de seus primórdios, Castro (2005) elucida:

Em sua origem o Passeio Público fortalezense não passava de um vasto terreno em rampa, que descia da rua da Misericórdia (Dr. João Moreira) até a praia, então bem próxima. Mantivera-se baldio porque fora, por longo tempo, ocupado pelo paiol da pólvora da Fortaleza, até ser removido para o alto do morro do Croatá. (CASTRO, 2005, p. 136).

O logradouro foi planejado na década de 1820 por Silva Paulet, durante o governo de José Félix de Azevedo e Sá, sendo ajardinada. Em 1825 ocorreu a execução dos confederados⁸²: Azevedo Bolão, Feliciano Carapinima, Francisco Ibiapina, Padre Mororó e Pessoa Anta, sendo nomeada de Praça dos Mártires em alusão a esse acontecimento.

Em 1850, o lugar foi idealizado pelo governador Fausto Augusto de Aguiar (1848-1850) para ser o Passeio Público de Fortaleza, sendo iniciadas as obras em 1864. No período de 1879 e 1880, o logradouro foi remodelado, tendo os seus três níveis bem delimitados. Esses patamares setorizavam a vida pública do fortalezense, pois o acesso a um nível estava intrinsecamente relacionado com a classe social dos usuários (Figuras 238, 239, 240 e 241). Recobrando o conceito de “desnível” de Cullen (2006), observa-se como este fora utilizado na concepção formal do jardim público. Pois, o primeiro plano, o único remanescente nos dias atuais, era o espaço da elite, continha esculturas que eram réplicas de célebres esculturas, jardins, coreto, café, mobiliário elegante. No segundo, havia um espaço densamente arborizado, com um lago e um cassino (Cassino Cearense), onde se reuniam as pessoas da classe média. Atualmente é o espaço da garagem da 10ª Região Militar. O terceiro, reservado para a classe popular, possuía um lago artificial que era alimentado pelo Riacho Pajeú. Sobre esses patamares,

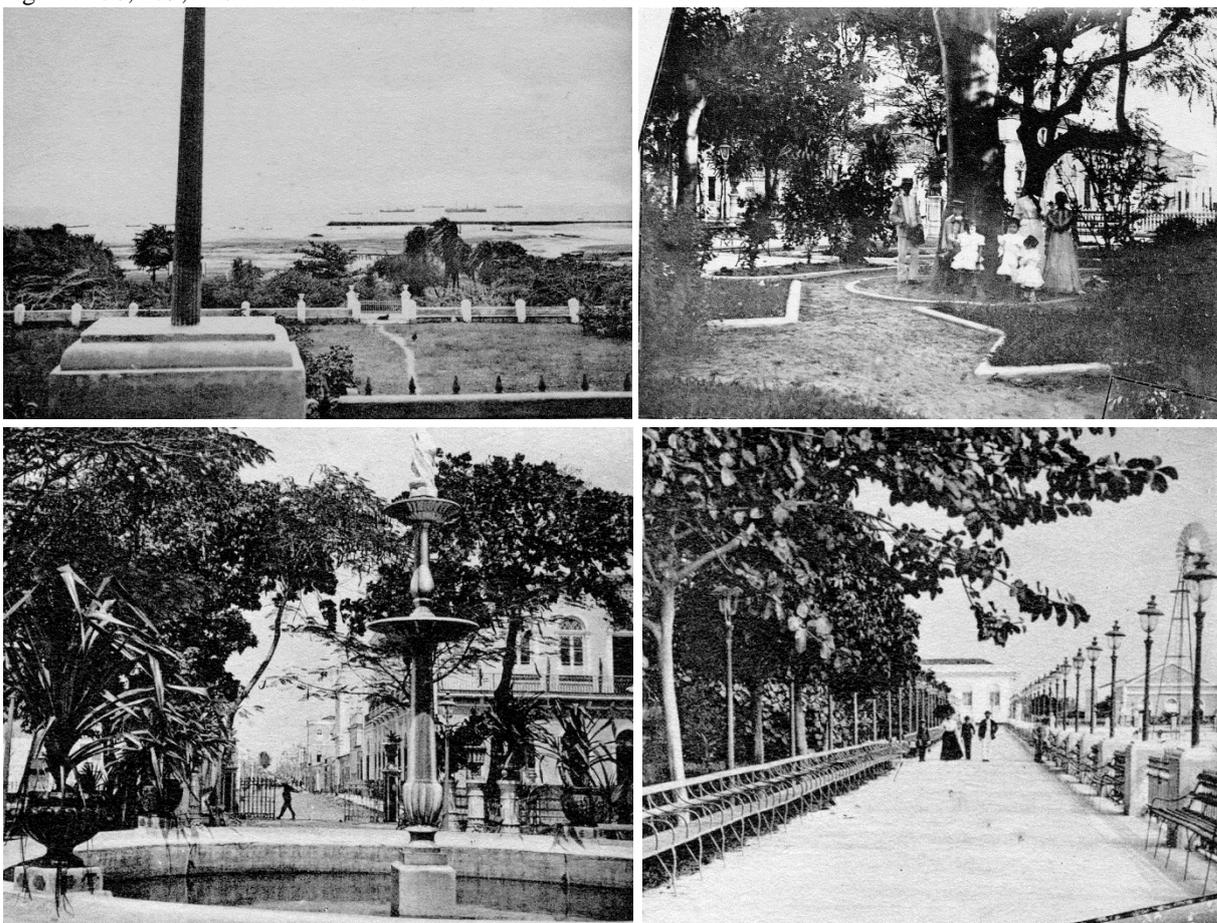
A principal área de lazer e sociabilidade de Fortaleza no final do século XIX e início do seguinte, e que servia também de vitrina para o desfile da elegância civilizada europeia, era o Passeio Público. Zelosamente cuidado e bastante arejado, com amplas vista para o mar, fora inaugurado em 1880 (e ampliado depois), constituindo-se verdadeiro cartão de visitas da cidade. Situado no lugar do antigo

⁸² A Confederação do Equador (1824) foi um movimento que aconteceu na atual Região Nordeste que almejava a independência do restante do País e a institucionalização da República. A revolta teve início em Pernambuco e envolveu os demais estados de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Alagoas. A Confederação do Equador dura poucos meses, pois foi fortemente reprimida e o Ceará foi a última província a se render (FARIAS, 2012).

campo da Pólvora e oficialmente chamado de Praça dos Mártires (1879), o Passeio Público contava com bancos, jardins, réplicas de esculturas clássicas e três planos ou avenidas – uma para o gozo das elites (o Passeio propriamente dito, batizado de Avenida Caio Prado), a segunda para as classes médias (denominada Carapinima, sem nenhum embelezamento e que virou campo de futebol no início do século XX) e uma terceira para os populares (Padre Mororó, muito arborizada, com aspecto de sítio).

Embora não fosse proibido a um indivíduo transitar entre os planos do Passeio, as questões de classe e cultura se impunham na divisão espacial e nos contatos (...). Então, o normal era que ficasse na sua avenida, com seus iguais, conforme o código social da época, especialmente das elites [...]. (FARIAS, 2012, p. 182).

Figuras 238, 239, 240 e 241– Passeio Público no final do século XIX e início XX.



Fonte: Museu da Imagem e do Som.

Em 1890 em estilo neoclássico, a praça foi aformoseada e meio século depois, foi objeto de intervenção. Destaca-se o potencial paisagístico do lugar, pois há visão para o mar, arborização centenária (destaque o Baobá plantado por Senador Pompeu em 1910) e o contexto patrimonial em que está assentada.

Ao longo do século XX, com o processo de esvaziamento do Centro e o surgimento de outros espaços públicos, o Passeio Público foi se degradando e se tornando um espaço subutilizado e mal cuidado, sendo acautelado pelo IPHAN em 1965 e pela SECULTFOR em 2006. Em setembro de 2007, teve início a última restauração da praça

realizada pela Prefeitura de Fortaleza através da FUNCET. Após essa última intervenção, os fortalezenses retomaram o uso do lugar e atualmente, possui uma vivacidade que remete aos seus anos de efervescência. O antigo café funciona diariamente como restaurante. O ar bucólico e nostálgico, ao caminhar por suas alamedas, pode ser atestado pelos frequentadores da praça.

As quadras do entorno reforçam a ambiência patrimonial, a quadrícula retoma a sua ortogonalidade. O Passeio Público é delimitado pelas vias Barão do Rio Branco, Dr. João Moreira e Floriano Peixoto (esta incorporada ao perímetro da fortaleza, funcionando como estacionamento).

Salienta-se a referência do mar como uma presença na paisagem desse espaço; o único do sistema de praças investigadas que possui uma relação visual com o elemento mais simbólico da capital. Fortaleza é conhecida por suas praias e durante grande parte da sua história, a ligação com o mar era negada por ser um lugar de trabalho. A parte menos nobre da cidade, marcada pela presença do porto e de todas as atividades ligadas a ele, que não conferiam *status* à urbe. A Praça dos Mártires por estar localizada em um dos trechos mais elevados da Fortaleza oitocentista, se tornou um dos poucos espaços públicos onde é possível apreciar o mar no centro antigo (Figuras 242 e 243).

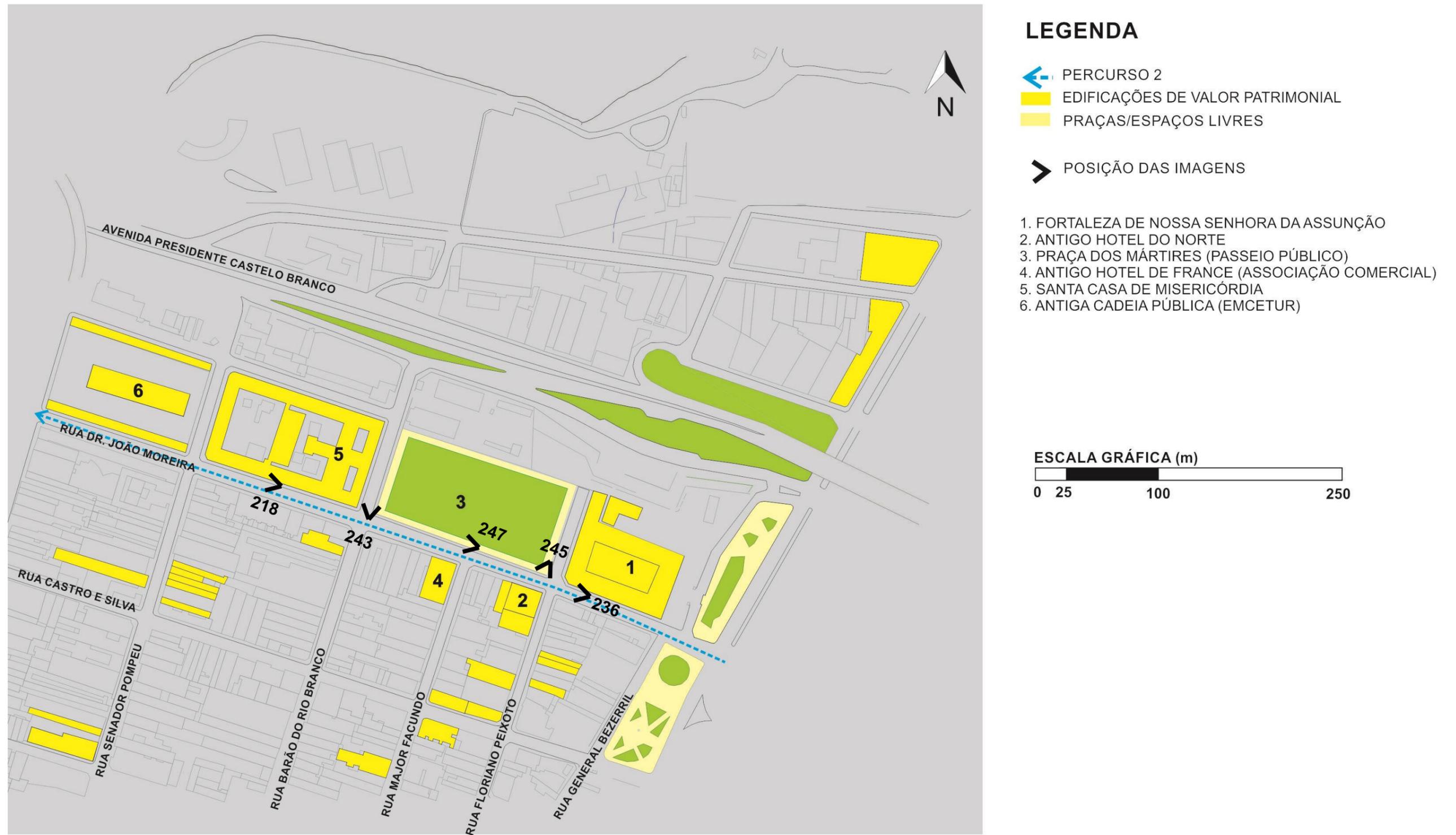
Figuras 242 e 243 – Passeio Público na atualidade/ Vista para a orla a partir do Passeio.



Fonte: Autora (2015).

A presença de bens tombados nas cercanias, contribuiu na preservação da forma urbana. Nesse setor, assim como nos demais subconjuntos de praças, é possível perceber a noção de conjunto urbano de interesse do patrimônio cultural. História e forma urbana se unem na contemporaneidade e o descortinar pelas quadras, afirma o respeito pelo contexto em que se inserem (Figura 244).

Figura 244– Passeio Público e entorno.



Fonte: Base em *Autocad* concedida pelo (DAU UFC) e trabalhado pela autora (2015).

Dos elementos que são observados a partir do local e corroboram com a ambiência do lugar, destacam-se o Antigo Hotel do Norte, a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a Santa Casa de Misericórdia e a Associação Comercial.

Aproximando-se do Antigo Hotel do Norte, sua arquitetura remete ao período em que Fortaleza se constituía como sede administrativa (Figuras 245 e 246). Datado de 1871, de propriedade de Norberto Golinac, francês radicado em Fortaleza e responsável pela implantação da primeira sorveteria da cidade, que funcionava no edifício que abrigava a Sociedade União Cearense. Entre os anos de 1895 e 1935 se tornou a repartição dos Correios. Ainda em 1935, o imóvel foi adquirido pela “The Ceará *Tramway Light&PowerCo. Ltd.*”, companhia inglesa, que explorou a produção e o consumo de energia elétrica e o serviço de bondes da cidade. Sofre acréscimos provavelmente após 1935, seguindo as mesmas características arquitetônicas ecléticas.

Figuras 245 e 246 – Antigo Hotel do Norte.



Fonte: Autora (2015).

No início da década de 1980, o imóvel é desocupado e passa por processo de degradação, até que em 2004 é tombado pelo Estado e inicia o processo de restauro. Em 2007 é palco do evento de ambientações “Casa Cor Ceará” e teve sua “reabertura”. No entanto, permaneceu mais sete anos em obras, até ser entregue à cidade em setembro de 2014, como Museu da Indústria.

No quarteirão adjacente ao museu, outro exemplar eclético se apresenta no contexto urbano, é o edifício da Associação Comercial ou antigo Hotel de France. Construído em 1890, sendo inaugurado no início do século XX. Passou por alguns acréscimos substanciais em 1925 e 1940. Funcionou como hotel até a década de 1970, quando foi adquirido para ser sede da Associação Comercial do Ceará. O bem se encontra em bom estado de conservação e se encontra em processo de acautelamento a nível municipal. Sua relação

centenária com o entorno é apresentada nas fotografias do passado da região. Reforçando sua importância com o lugar (Figuras 247, 248 e 249).

Figuras 247, 248 e 249 - Aproximação com a Associação Comercial.



Fonte: Autora (2015).

Na quadra na porção ocidental, outro imóvel eclético se avulta na paisagem, é a Santa Casa de Misericórdia. Possui maiores proporções em relação às demais que participam do entorno do jardim público. A edificação foi idealizada como um equipamento destinado a sanar as consequências das secas de 1845-1846 que agravou os problemas sociais da provinciana Fortaleza. As obras findaram em 1857 para ser sede do Hospital da Caridade. Em 1861, a Irmandade da Misericórdia se instala no imóvel e este passa a se chamar de Santa Casa de Misericórdia, permanecendo dessa maneira ao longo de mais de 150 anos (apesar das constantes crises financeiras).

O bem teve o seu reconhecimento patrimonial institucionalizado em 2011 pela Prefeitura de Fortaleza em 2011. É uma edificação que agrega uma simbologia cultural e

social por seguir proporcionando tratamento médico a parte da população menos favorecida economicamente (Figuras 250 e 251).

Figuras 250 e 251– Aproximação com a Santa Casa.



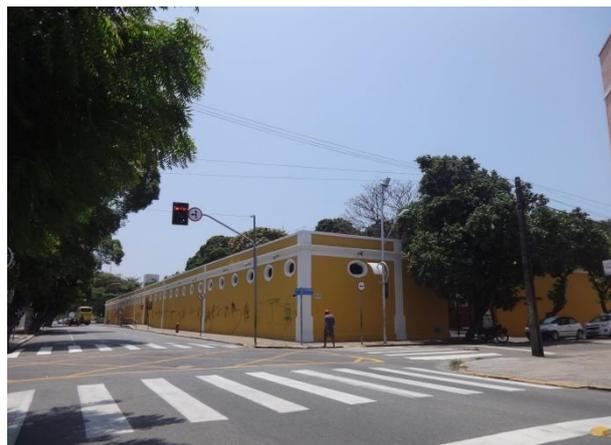
Fonte: Autora (2015).

Infere-se, portanto, que a forma urbana do trecho da Praça dos Mártires é a união da história e permanência desses equipamentos analisados. Todos atuam no sentido de (re) significar o setor e constituição um conjunto patrimonial (ou subconjunto) e que se encerra ao atingir os perímetros da Praça da Estação (para onde o trajeto se conduzirá).

Retomando o caminho pela Rua Dr. Moreira e descortinando o “Corredor Cultural”, avista-se os muros da Antiga Cadeia Pública da cidade (Figuras 252, 253, 254 e 255). Atualmente o complexo abriga o Centro de Turismo do Ceará (Emcetur), patrimônio tombado pelo Estado desde 1982. A construção foi iniciada em meados do século XIX, mas foi finalizada em 1866. De arquitetura singela com traços seguindo o estilo neoclássico. Teve sua função original mantida até 1967, ano que foi inaugurado o Presídio Paulo Sarasate e os presos foram transferidos. Sofreu intervenções em 1973 para abrigar o equipamento ligado ao turismo, conciliando com as características originais do edifício. Por sua função original ser ligada ao encarceramento, o conjunto volta-se para si mesmo, pouco se inter-relacionando com o entorno visualmente.

Figuras 252, 253, 254 e 255 – Percurso pelo Corredor Cultural e a Antiga Casa Cadeia Pública.





Fonte: Autora (2015).

Mantendo o trajeto pelo “Corredor cultural”, chega-se a última praça do sistema de espaços livre da área histórica de Fortaleza, a Praça da Estação (Figuras 256, 257 e 258).

Figuras 256, 257 e 258 – Percurso em direção a Praça da Estação/ Praça da Estação inserida no Mapa dos Percursos.



Fonte: Autora (2015) / Base em Autocad concedida para disciplina Projeto Urbanístico 4 (DAUUFUC) e trabalhado pela autora (2015).

PRAÇA CASTRO CARREIRA

A Praça da Estação, oficialmente denominada de Praça Castro Carreira, possui em seu entorno imediato um dos principais bens responsáveis pela consolidação de Fortaleza como núcleo hegemônico do Ceará, a Estação João Felipe. A praça por volta dos anos de 1830 era conhecida como Campo da Amélia, lugar para a prática de esportes hípicas. No terreno onde atualmente se localiza a estação ferroviária, era o antigo cemitério, inaugurado em 1848 (Cemitério de São Casimiro). Por motivos de salubridade, foi transferido em 1866 para a Jacarecanga (na época uma área com pouca ocupação).

Procurando livrar a cidade dos efeitos do ar contaminado pela putrefação dos corpos enterrados no cemitério São Casimiro (localizado na área central da cidade), uma decisão municipal de 1866 ordenou a sua transferência para uma região ainda desocupada a oeste do núcleo urbano. Tal resolução estava de acordo com os preceitos científicos do saber médico quanto à periculosidade daqueles gases infectados. Estando o cemitério São Casimiro situado no centro urbano, os ventos que sopram em Fortaleza na direção leste-oeste espalhavam pela capital cearense este "ar perigoso", proveniente dos corpos enterrados. O novo cemitério - o São João Batista - deveria, então, ser construído a oeste do centro urbano, livrando a cidade do perigo dos gases. (JUCÁ NETO, 1993, p.46-47).

Em 1871, com a inauguração da ferrovia, passou a ser conhecida como Praça da Estação. Em 1900 foi aformoseada no molde das demais praças da urbe. No ano de 1991, ela recebeu a atual conformação de terminal rodoviário, o que acarretou uma desvalorização de seu entorno. Atualmente, a praça é lugar para o comércio informal, abrigo de moradores de ruas e um intenso movimento de ônibus (municipais e intermunicipais).

É delimitada pelas vias Dr. João Moreira, General Sampaio, 24 de Maio e Castro e Silva. A praça constitui um ponto nodal, devido a sua tradição na mobilidade da urbe. As quadras adjacentes se encontram descaracterizadas no que se refere ao patrimônio edificado, exceto as que abrigam o mais importante marco do setor, a Estação João Felipe e os galpões da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) (Figura 259).

Figura 259 – Praça da Estação e entorno



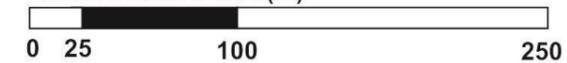
LEGENDA

-  PERCURSO 2
-  EDIFICAÇÕES DE VALOR PATRIMONIAL
-  PRAÇAS/ESPAÇOS LIVRES

-  POSIÇÃO DAS IMAGENS

1. PRAÇA CASTRO CARREIRA (ESTAÇÃO)
2. ESTAÇÃO JOÃO FELIPE
3. ANTIGO GALPÕES RFFSA
4. ANTIGA CADEIA PÚBLICA (EMCETUR)
5. SOLAR FERNANDES VIEIRA (ARQUIVO PÚBLICO)
6. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PESSOAL DA REDE DE VIAÇÃO CEARENSE
7. PANORAMA ARTESAL

ESCALA GRÁFICA (m)



Fonte: Base em Autocad concedida pelo (DAU UFC) e trabalhado pela autora (2015).

Utilizando-se da visão serial, analisa-se como a Estação João Felipe se impõe na paisagem com seu conjunto edificado baseado nas premissas do ecletismo. O imóvel data de 1873 (Figuras 260, 261 e 262). Adquiriu as características arquitetônicas como é conhecida na contemporaneidade na reforma de 1880. Sua memória está conectada com a situação das secas do final do século XIX. O equipamento se constituía como o acesso principal de muitos dos refugiados da seca. Estes chegavam à capital e se aglomeravam na praça. Visando solucionar essa questão social dos retirantes, resolveu-se contratá-los para a construção do novo prédio da estação. Acerca da importância do equipamento para a urbe e sua distribuição territorial pelo Estado. Farias (2012) concede o panorama,

Uma outra obra que mostrava a hegemonia de Fortaleza (e ao mesmo tempo contribuía também para ela) foi a construção da Estrada de Ferro Baturité a partir de 1870. Esta incrementou a posição da capital como grande centro coletor e exportador da produção interiorana (sobretudo de algodão). A posterior expansão dessa Ferrovia – em 1926 atingiria o Crato – aumentou consideravelmente a função comercial de Fortaleza. Dessa maneira, o raio de ação da capital ampliou-se para além das zonas produtoras de Uruburetama e Baturité, atingindo oeste e sul do Ceará, isto é, acompanhou a própria expansão da cotonicultura (cultivo do algodão, a base da economia cearense então, voltada para atender, sobretudo, a demanda da revolução Industrial inglesa). (FARIAS, 2012, p. 178).

Figuras 260, 261 e 262– Análise sequencial da Estação João Felipe/ Estação no período da Fortaleza nos primórdios.



Fonte: Autora (2015) / Museu da Imagem e do Som.

Em 1983 foi salvaguardada pelo Estado e reconhecido o seu valor patrimonial institucionalmente. A estação atravessou dois séculos mantendo sua função original até o início de 2014, ano em que foi desativada para obras. Será destinada para um equipamento cultural, a Pinacoteca do Estado do Ceará. Além dessa função, a estação abrigará a sede do IPHAN, o Centro de Referência da Arqueologia do Ceará e o Centro de Referência Documental. A previsão inicial de conclusão⁸³ era de dezembro de 2014, uma obra orçada em 22 milhões de reais.

Adjacente à estação ferroviária, um conjunto de galpões ecléticos conformam o entorno a oeste da Praça da Estação. Esse conjunto data de 1925. Foram construídos para exportação, importação e almoxarifado. Atualmente, sediam o escritório do Metrofor (Figuras 263 e 264).

Figuras 263 e 264– Análise sequencial dos Antigos galpões da RFFSA.



Fonte: Autora (2015).

A forma urbana desse setor analisado é resultado da síntese desses quatro elementos: Antiga Cadeia Pública, Praça da Estação, Estação João Felipe e Galpões da RFFSA. Esses equipamentos conferem valor ao conjunto urbano e ao se conectarem com as cercanias da Sé, formam o chamado “corredor cultural” que juntamente com os demais espaços livres percorridos e analisados, poderiam participar de um circuito cultural expandido, articulado pelas vias pedonais e pelas praças, como foi proposto pelo presente trabalho.

Encerrando o percurso investigativo pelo sistema de espaços públicos, prossegue-se pela Rua 24 de Maio em direção à Praça José de Alencar. Ao longo das três quadras que separam as duas praças, a descaracterização do conjunto edificado é uma constante. A

⁸³ O prazo encontra-se finalizado e até a data de março de 2015 não foram concluídas as obras.

exceção nesse panorama fica a uma quadra da Rua Castro e Silva. Refere-se ao edifício da Associação Beneficente do Pessoal da rede de Viação Cearense. O imóvel está em processo de tombamento desde 2011 pela Prefeitura de Fortaleza. É um exemplar da arquitetura eclética do final do século XIX, mais precisamente de 1891. Foi edificado para da Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité (SBPEFB). O prédio se desenvolve em dois pavimentos, chanfrado no encontro das Ruas Senador Alencar e 24 de Maio, com fenestrações bem marcadas por meio de frisos, balcões, cornijas e frontões característicos do ecletismo (Figuras 265, 266, 267 e 268).

Figuras 265, 266, 267 e 268– Análise sequencial em direção à Praça José de Alencar e ao edifício da Associação Beneficente do Pessoal da rede de Viação Cearense.



Fonte: Autora (2015).

O trajeto transcorre por mais duas quadras e encerra-se na Praça José de Alencar (início do primeiro percurso), (Figuras 269, 270, 271 e 272).

Figuras 269, 270, 271 e 272– Análise sequencial em direção à Praça José de Alencar.



Fonte: Autora (2015)

A ação de cursar sobre os passos de uma cidade em busca da sua identidade cultural é um exercício que deve ser estimulado. Há algumas iniciativas institucionais de promoção de trajetos urbanos na memória de Fortaleza, uma pela Faculdade CDL e outra pelo Centro Cultural BNB, ambas são orientadas pelo historiador Gerson Linhares. Mensalmente e semanalmente são realizados esses circuitos culturais e o objetivo é expor aos participantes as histórias que permeiam os espaços da capital alencarina. A instalação da ciclofaixa de lazer aos domingos pela Prefeitura, também confere como um dos meios de aproximar o fortalezense desse reduto histórico e descortinar a paisagem do bairro. Espera-se que com este trabalho, possa-se somar a essas atividades, colaborando com a educação patrimonial do município.

Acrescenta-se a essas ações, o papel da Prefeitura de Fortaleza, mais especificamente através de sua secretaria de cultura, SECULTFOR, que em 2015 está catalogando todos os bens de valor patrimonial da cidade, elaborando inventários e regularizando o processo de tombamento desse acervo. Espera-se que possa estabelecer uma parceria entre o que foi apresentado neste estudo com a equipe técnica do órgão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do patrimônio no Brasil foi institucionalizada nas primeiras décadas do século XX. Inicialmente estava balizada em conceitos que valorizavam somente os bens de características monumentais, concentrando os esforços da salvaguarda do acervo patrimonial em regiões centrais do poder econômico-político nacional.

As cidades deslocadas desse eixo permaneceram à margem dessa proteção institucional até os anos 1980, quando há uma ampliação conceitual do que seria patrimônio nacional. O termo “cidade-documento” alçado por Sant’anna (2004) explana esse momento da trajetória de preservação nacional. As cidades cearenses de Aracati, Icó, Sobral e Viçosa só passam a ser entendidas como sítios históricos com essa mudança do panorama do órgão federal. Todavia ressalta-se que alguns bens do Estado já estavam reconhecidos como parte integrante do acervo edificado de valor patrimonial nacional. Edificações como Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em Aracati (1957), a Casa de Câmara e Cadeia de Icó (1975), o Passeio Público de Fortaleza (1965) e Antiga Assembleia Provincial de Fortaleza (1973) foram tombadas pelo IPHAN por estarem alinhados à compreensão do que seria patrimônio para o órgão preservacionista.

Fortaleza não possui um sítio histórico reconhecido institucionalmente. Nos primórdios da consolidação territorial do Estado, a cidade não participou desse contexto, embora fosse a sede da Capitania. Sua história urbana possui uma ênfase a partir do período oitocentista, conjuntura em que a urbe passou a receber intervenções e ser dotada de equipamentos para exercer o controle das divisas produzidas no Ceará. O presente estudo foi ao encontro dessa cidade desenhada no século XIX e identificar sobre o que permanece no século XXI para compreender a morfologia urbana e o patrimônio edificado do bairro, além de investigar se seria possível a leitura urbana de conjunto na área central fortalezense.

O percurso analítico sobre a área central de Fortaleza se revelou um processo de aprendizagem, um percurso pedagógico para o pesquisador e espera-se que igualmente o seja para o leitor. Analisar a forma urbana sob o enfoque da história urbana, esclareceu os motivos pelos quais a paisagem do objeto de estudo está delineada nesses termos na contemporaneidade. A articulação da arquitetura, com o urbano e com a história fortalezense, representa a síntese desse trabalho. Entende-se que este não contemplou todos os aspectos da

formação espacial da região analisada, mas procurou estabelecer os principais articuladores da forma urbana do bairro.

Fortaleza se tornou um centro urbano hegemônico a partir do século XIX e segue exercendo esse caráter, mantendo-se como metrópole e legitimando seu *status* de capital do Estado. A cidade se constrói e se reconstrói embasada no discurso do “progresso”, do “novo” e de se consolidar perante as demais como “moderna”. Essa busca em prol da novidade não deve significar a perda da sua história, dos seus fatos arquitetônicos e urbanos. Uma urbe não se consolida sem sua história, sem o seu patrimônio cultural.

A discussão sobre os motivos pelos quais o passado ou lutar⁸⁴ por ele vem se constituindo desde os primórdios do século XX e segue na atualidade, pois há uma lacuna na formação da educação patrimonial tanto no ensino dos futuros arquitetos e urbanistas, geógrafos, sociólogos, quanto dentre outras áreas do saber. Na educação básica também poderia ser um dos instrumentos fomentadores do respeito à memória, à cultural local pelos seus próprios habitantes. A função educativa do patrimônio é defendida por Salvadori (2008) no sentido em que o patrimônio possibilita a criação de relações que ultrapassam o tempo cronológico: “o tempo passado condensado na herança, o tempo presente, momento do seu recebimento e o tempo futuro, processo no qual vai sofrendo nítidas mutações de sentido.” (SALVADORI, 2008, p.12).

Pode-se questionar se o não-reconhecimento desses bens patrimoniais seja uma das razões que levam o distanciamento dos fortalezenses da sua história urbana e esse é um tema a ser investigado. A inclusão da perspectiva dos habitantes da Capital nessa questão é uma das possíveis soluções para a preservação desse material que foi apresentado no presente estudo. Especialmente àqueles que contribuem diretamente para sua contínua descaracterização e que por razões de desconhecimento dessa história ou de soluções de como mantê-la, findam em perpetuar a “tradição de demolir” dos bens de valor patrimonial. Essa prática de tão consolidada no cotidiano cearense permite que pesquisas como esta, se constitua uma memória das edificações menos célebres e mais suscetíveis ao desaparecimento.

⁸⁴ Faz-se um paralelo com as palavras de Chauí (1994) sobre a memória dos “velhos” e das razões que ratificam a bens patrimoniais materializados em formas, símbolos, elementos do cotidiano da área central da Capital cearense necessidade de preservá-la, em que a autora afirma que eles constituem a “[...] fonte de onde jorra a essência da cultura, por onde o passado se conserva e o presente se prepara, (...) é alargamento das fronteiras do presente [...]” (CHAUÍ, 1994, p.18). Em busca desse alargamento temporal é que esta pesquisa se dedica, a partir da história dos.

Para investigar os bens patrimoniais à luz da teoria da morfologia urbana foi essencial as obras dos autores Cullen (2006), Lamas (2011), Lynch (2006) e Panerai (2014/2013) e Rossi (2001). Percorrer a área central de Fortaleza embasado nos conceitos explicitados por esses autores foi elucidativo para compreender a inter-relação entre arquitetura e cidade na formação da síntese do espaço. Através da análise sequenciada defendida por Panerai (2014) e Cullen (2006), permitiu-se apreender como o acervo edificado se apresenta na imagem e trouxe diferentes perspectivas para a visão do observador. Trabalhar com elementos da leitura urbana de Lynch (2006) e complementados por Panerai (2014): bairros, marcos, vias, pontos nodais e limites, foram essenciais para captar a dinâmica de cada praça e setor estudado, tecendo o sistema de semi-retícula defendido por Lamas (2011).

Verificou-se que a leitura de conjunto urbano do bairro Capital foi perdida. Pode-se observar, a partir dos dois percursos estabelecidos, que grande parte do acervo remanescente⁸⁵ se encontra nas cercanias das praças. O restante resiste na forma de bens isolados, espaçados que perderam a vinculação de unidade patrimonial defendida pela visão Rossiana sobre cidade. Este olhar de Rossi (2001) ratifica a não-existência de uma unidade de valor patrimonial nos limites do bairro. O que se assiste na área central é o entendimento de diversos subconjuntos articulados pelo sistema de espaços livres/verdes da região, que totalizam em dezoito praças e parques.

A praça, elemento básico da morfologia urbana, era um dos primeiros componentes do desenho português para as novas vilas nas terras brasileiras. A partir dela se organizavam os outros equipamentos (a igreja, a casa de câmara e cadeia, dentre outros). Tem sua origem na ágora da Grécia Antiga e seu significado estruturador da forma central de um *locus* persiste na atualidade. Retoma-se a esse componente do desenho urbano para fazer esse caminho analítico dos valores patrimoniais de Fortaleza. As praças do bairro são responsáveis por (re) significar os bens de seu entorno. A maioria delas participou do processo de urbanização da cidade oitocentista, simbolizando *status* de modernização, se constituindo como pontos nodais e marcos urbanos.

Essa analogia persiste na contemporaneidade e a presença dessas praças é uma das principais características do Centro, pois nos demais bairros da capital, não há mais essa quantidade dessa tipologia de espaço público em seus traçados. A lógica do desenho urbano nos dias atuais se inverteu e busca-se o intramuros. O negar a cidade é uma realidade

⁸⁵A maioria dos bens de valor patrimonial é formada por aqueles que estão salvaguardados institucionalmente ou que permaneceram com um uso compatível com o bem.

vivenciada no cotidiano do século XXI. Visando reverter essa situação, almeja-se na promoção desses trajetos urbanos na prática habitual da urbe.

O traçado é outro elemento da morfologia urbana que é representativo da história de Fortaleza. Sua permanência ocorreu pelas razões explicitadas ao longo dos capítulos e observa-se que ele se apresenta de forma mais íntegra (sem grandes alterações) que os fatos arquitetônicos. A hierarquia entre as vias se manteve, por exemplo, é perceptível ao caminhar pelas ruas do bairro, a diferenciação entre as antigas *boulevards*, o sistema viário local e as pedonais (que possuíam uma largura mais reduzida, o que tornou a iniciativa de priorizar o pedestre mais viável).

Um dos componentes dessa articulação da malha urbana para a preservação do desenho oitocentista, foi a conservação do ritmo dos quarteirões. O parcelamento, os lotes e recuos foram mantidos. Averiguaram-se essas reminiscências a partir dos exercícios de rebatimento das plantas e planos de reordenamento do tecido fortalezense na contemporaneidade. Todavia, a leitura do traçado urbano como componente de valor patrimonial, se tornou pouco perceptível ao longo dos anos, pois face ao estado de conservação do conjunto edificado do entorno, a compreensão dessa herança se configura mais evidente para os profissionais vinculados à temática.

O Centro se insere na contemporaneidade como um ponto nodal. É um bairro caracterizado pela dinâmica comercial, cujas demais funções (residencial, institucional e lazer) se apresentam de forma minoritária. A multiplicação dos usos poderia ser um dos caminhos indutores para a “Renovação Urbana” da região defendida nos anos 1990 e que não se concretizou; portanto, ainda se constitui um “anseio” para os fortalezenses. O “Plano Estratégico Fortaleza 2040” que está sendo produzido pelo IPLANFOR, UFC e FCPC, merece ser objeto de análise em um horizonte próximo, para que se acompanhe como a gestão municipal se propõe a pensar sobre o futuro do bairro para as próximas décadas.

Conclui-se que a área central de Fortaleza, apesar da sua descaracterização, principalmente das edificações, é representativa da história urbana da capital. O processo de consolidação de sua morfologia como núcleo hegemônico do Ceará está impresso em sua malha viária e parte de seu acervo edificado. Entretanto, a leitura de conjunto patrimonial não pode ser ratificada e que as praças se constituem os elementos que permitem a leitura da ambiência patrimonial a ser apreciada pelos usuários desses lugares. Nos percursos trilhados foram apresentados os elementos sínteses da forma urbana do Centro, identificando o panorama representativo do patrimônio cultural edificado fortalezense. Estabeleceu-se nesses

termos um quadro referencial balizador de possíveis propostas de preservação / valorização desta área, pontuando as ações atuais que os órgãos de preservação possuem para a região.

Almeja-se que essa pesquisa se desdobre em outros estudos, novos percursos pelo bairro ou que se amplie a análise sobre o patrimônio cultural para as demais regiões de Fortaleza, que foram igualmente responsáveis pela formação do desenho urbano e da história da Capital cearense.

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da praça:** convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2008.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica:** poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933). 297 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ARAÚJO, Marinella Machado et al. Aplicação da legislação nacional sobre proteção do patrimônio cultural: interpretação à luz das cartas de Preservação Internacionais. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema Marteleto (Orgs.). **Cidade, memória e legislação:** a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

BARBOSA, Renata Horn. **Arquitetura e cidade:** Fortaleza no final do século XX. 185 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BEZERRA, Ricardo et al. **Roberto Burle Marx e o Theatro José de Alencar:** um projeto em dois tempos. – Fortaleza: Laboratórios de Estudos em Arquitetura e Urbanismo, UFC, Laboratório da Paisagem, Unifor, 2012.

BORGES. Marília Santana. **Quarteirão sucesso da cidade:** o Art Déco e as transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:** uma trajetória Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília, DF: MEC/SPHAN, 1980.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A pedra e o tempo:** a arquitetura como patrimônio cultural - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume - Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura eclética no Ceará**. In: Fabris, Annateresa (org.) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Editora USP, 1987.

_____. *Cartografia Urbana Fortalezaense na Colônia e no Império e Outros Comentários*. In: **Prefeitura Municipal de Fortaleza – Administração de Lúcio Alcântara – março de 1979 a maio de 1982**. Fortaleza, 1982.

_____. A Contribuição de Adolfo Herbster à Forma Urbana de Fortaleza. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1994.

_____. **Palacete Geremias Arruda**. Fortaleza, 2007. (PARECER DE TOMBAMENTO).

_____. **A Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande**. Fortaleza, 2005. (PLEITO DE TOMBAMENTO)

_____. Martins Filho, o Edificador. In: **Arquitetura moderna campus do Benfica**. Organizado por Clóvis Ramiro Jucá Neto, Adelaide Gonçalves e Aléxia Carvalho Brasil: Edições UFC, 2014.

CENTRO DE FORTALEZA, 2011. Disponível em:

<http://www.centrodefortaleza.com.br/Paginas/Destaques.php?titulo_resumo=Praca+do+Car+mo+abre+programa+de+reformas+do+Fortaleza+Bela+no+Centro#.VCIIp_IdUII> Acessado em 20 de setembro de 2014.

CIAM. Carta de Atenas. In: CURY, Isabelle. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed.rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória. In: Bosi, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança dos velhos**. – 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª ed. – São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.

_____. **O patrimônio em questão: antologia para um combate/ Françoise Choay: tradução João Gabriel Alves Domingos**. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. 1ª. Ed. – Lisboa: Edições 70, 2006.

DIÁRIO DO NORDESTE, 2014. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/avenida-da-universidade-mantem-casaroos-do-inicio-do-seculo-xx-1.846238>> Acessado em: 20 de setembro de 2014.

DIÓGENES, Beatriz. Helena Nogueira; DUARTE JUNIOR, Romeu. **Guia de bens tombados do Ceará**. Col. Nossa Cultura, Série Documenta. Fortaleza: SECULT, 2006.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. **Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento – O caso de Sobral/CE**.458 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará - 2ª reimp. -6. ed. rev. e ampl. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.**

FARIAS FILHO, José Almir. **Hélio Modesto em Fortaleza: Ressonância e resistibilidade do urbanismo moderno**. In: 2º Seminário DOCOMOMO NO-NE, 2008, Salvador. Anais do 2º Seminário DOCOMOMO NO-NE, 2008.

GOMES, Marco Aurélio Andrade de Filgueiras; FERNANDES, Ana . Idealizações Urbanas e a Construção da Salvador Moderna: 1850/1920. In: Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes; Ana Fernandes. (Org.). **Cidade & História: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX**. 1ed.Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1992, v. , p. 53-68.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza: Estudo Crítico das Perspectivas de Renovação Urbana**. 231 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

_____. **A frente marítima na área central de Fortaleza e a revalorização do projeto urbano como instrumento de intervenção**. 273 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

FÉRES, Luciana Rocha. A evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural. In: FERNANDES, Edésio; RUGANI, Jurema Marteleto (Orgs.). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FORTALEZA. **Plano Diretor Participativo de Fortaleza - PDPFOR**. Lei nº62, 2009.

_____. **Diário Oficial do Município de Fortaleza, Fortaleza, CE**. 17 de outubro de 2012.

Disponível em:

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/arquivos/diariosoficiais/12/11/suplemento_-_21052012_-_14795.pdf>. Acessado: em 01 de novembro de 2014.

_____. Disponível em:

<<http://www.fortaleza.ce.gov.br/ipm/noticias/destaque/comissao-tecnica-visita-obra-da-nova-sede-do-ipm>> Acessado em: 25 de setembro de 2014.

GOES, Gércica Vasconcelos; VIEIRA, Monique Lessa. **Dragão do Mar (Fortaleza-CE): Uma Reabilitação Patrimonial?**. In: XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO. Bauru: UNESP, 2014.

IBIAPINA, Wilson. 2010. Disponível em:

<http://www.casadoceara.org.br/index.php?arquivo=pages/blog/perfil_wilson/e0410.php>
Acessado em: 25 de setembro de 2014

IPHAN. **Projeto Básico para Elaboração de Diagnóstico de Área no Centro da Cidade de Fortaleza / CE, para fins de Estudo para Tombamento Federal**. IPHAN-CE, 2010.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A Ciência Responde à Desordem: Transformações Urbanas em Fortaleza durante o Século XIX e Início do Século XX**. 148f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1993.

_____. **Primórdios da Urbanização no Ceará – Fortaleza**: Edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; DUARTE JUNIOR, Romeu; ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Reflexões sobre o Brutalismo Cearense**. In: X Seminário DOCOMOMO BRASIL, 2013, Curitiba - Paraná. *Arquitetura Moderna e Internacional: Conexões Brutalistas*. PUCPR: PUCPR, 2013. v. 1. p. 1-30.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti; DUARTE JUNIOR, Romeu. *Arquitetura Moderna do Campus do Benfica da UFC*. In: **Arquitetura moderna *campus* do Benfica**. Organizado por Clóvis Ramiro Jucá Neto, Adelaide Gonçalves e Aléxia Carvalho Brasil: Edições UFC, 2014.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. – Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOPES, Marciano. **Royal Briar**: a Fortaleza dos anos 40. – 2.ed. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

MAIA, Lígio José de Oliveira. **Serra de Ibiapaba**. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII. 409 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

MATOS, Fábio de Oliveira. **A cidade de papel: cartografia e fotografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza – Ceará**. 210 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza, 2009.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O cenário da vida urbana a concepção estética das cidades no Brasil da virada do século XIX e XX**. In: V Seminário de história da cidade e do urbanismo, 1998, Campinas. V Seminário de história da cidade e do urbanismo, 1998.

NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re) Descobriram o Ceará?** Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional – 2.ed. - Salvador: EDUFBA: PPGAU, 2013.

OEA. Normas de Quito. In: CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed.rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

O PÃO. Parque da Liberdade. O Pão: da Padaria Espiritual. Nº 2. In: AZEVEDO, Sânzio. **O Pão**: da Padaria Espiritual. Fortaleza: Edições UFC/ Academia Cearense de Letras/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.

O POVO, 2012. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2005/02/25/noticiasjornalvidaarte,451950/alem-do-tombamento.shtml>>. Acessado em: 15 de novembro de 2012.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **Intervenções na Paisagem do Centro de Fortaleza**: Patrimônio e Arquitetura. In: Arquimemória 3, 2008, Salvador. Arquimemória 3: Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação, 2008.

PAIVA, Ricardo Alexandre ; DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. **Caminhos da Arquitetura Moderna em Fortaleza**: A contribuição do arquiteto Acacio Gil Borsoi. In: 2 Seminário DOCOMOMO N-Ne, 2008, Salvador. 2 Seminário DOCOMOMO N-Ne - Desafios da Preservação: referências da arquitetura e do urbanismos modernos no Norte e no Nordeste, 2008.

_____. **Caminhos da Arquitetura Moderna em Fortaleza**: a contribuição do Professor Arquiteto José Liberal de Castro. In: 9 DOCOMOMO BRASIL: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, 2011, Brasília. 9 DOCOMOMO BRASIL: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, 2011.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Tradução: Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean, DEPAULE; Jean-Charles. **Formas urbanas**: a dissolução da quadra. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PAROQUIA NOSSA SENHORA DO CARMO, 2014. Disponível:

<<http://paroquiadocarmoce.org/paroquia/historico-carmo>>. Acessado em: 25 de setembro de 2014.

PAVESI, Lorenza. **Ian Nairn: Subtopia e Townscape**. 182f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo (Escola de Engenharia de São Carlos). São Carlos, 2011.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. – Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PONTE, Sebastião R. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. 4ª E.d. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

PEREIRA, Renata Baesso. **Tipologia arquitetônica e morfologia urbana**. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *Arquitextos* (São Paulo), v. 13, p. 4421, 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, Aldo. Para uma arquitetura de tendencia. Escritos: 1956-1972, 1977. In: PEREIRA, Renata Baesso. **Tipologia arquitetônica e morfologia urbana**. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *Arquitextos* (São Paulo), v. 13, p. 4421, 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SALES, Juscelino Chaves; FERREIRA, Alisson da Conceição; SOMBRA, Antonio Sergio Bezerra. **A história do Colégio Marista de Fortaleza**. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju, 2008.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, Ensino e Patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

SAMPAIO NETO, Paulo Costa. **Ressonâncias e inflexões do modernismo arquitetônico no Ceará: A contribuição de Gerhard Bormann**. 286 f. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2012

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade- atração: Normas de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. 399 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

SMITH, Neil. *Gentrification, the frontier, and the retruscturing of urban space*. In: FASTEIN, Susan S.; CAMPBELL, Scott (Org.). *Readings in Urban Story*. Oxford: Blackwell Publishers LTd, 1996.p.392-414.

SOUZA, Antonio Gilberto Abreu de. **Arquitetura neoclássica e cotidiano social do Centro Histórico de Fortaleza**: da Belle Époque ao ocaso do início do século. 374 f. Tese (Doutorado em Artes). Universidade Federal de Minas – Escola de Belas Artes. Belo Horizonte, 2012.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Tentativas de enraizamento: a arquitetura brasileira e formação nacional**. 182 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos, 2010.

UNESCO. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. In: CURY, Isabelle. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed.rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

VIEIRA, Natalia Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.